GLOBALIZAÇÃO *versus* DESENVOLVIMENTO

Adriano Benayon

GLOBALIZAÇÃO *versus* DESENVOLVIMENTO

O autor não pede que esqueçam o que escreveu. Ao contrário, sugere aos leitores deixar em suspenso o que têm visto na maioria dos livros de economia e na mídia. Em "Globalização versus Desenvolvimento", vocês vão inteirar-se de novas análises sobre: 1) história e teoria econômica; 2) desenvolvimento; 3) sistemas (capitalismo, socialismo, economia social de mercado); 4) comércio exterior; 5) relações econômicas e financeiras internacionais; 6) cultura e economia; 7) empresas transnacionais (ETNs) e investimentos diretos estrangeiros (IDEs); 8) Poder e Estado; 9) "privatização"; 10) economia brasileira; 11) capital e tecnologia; 12) economia de mercado, competição e concentração; 13) modelos econômicos e desenvolvimento comparado; 14) centro e periferia; 15) teorias da dependência.

Na 1ª Parte, o autor aprecia a subida ao centro de países-sedes das transnacionais, um deles nos Séculos XVII e XVIII (Grã-Bretanha), outros dois no final do XIX (EUA e Alemanha). O Japão no Século XX. Em todos, a base cultural e a interação entre Estado e capital nacional foram essenciais. Extrai disso lições sobre a natureza do capitalismo, da economia de mercado, da concentração. Na 2ª Parte a questão é como os centros usam, em seu proveito, as periferias. E como deixar de ser periferia. A única ajuda que esta pode ter dos centros é ser

Adriano Benayon

GLOBALIZAÇÃO *versus* DESENVOLVIMENTO

O JOGO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS – ETNs
E A PERIFERIZAÇÃO POR MEIO DOS "INVESTIMENTOS"
DIRETOS ESTRANGEIROS – IDEs

Equipe de Produção:
Coordenação Editorial: Samuel Tabosa de Castro
Criação da Capa: Regina Fittipaldi / João Batista Camilo Júnior
Editoração Eletrônica e Diagramação: Marcus Polo R. Duarte

Ficha Catalográfica

Benayon, Adriano

Globalização versus desemvolvimento: o jogo das empresas transnacionais – ETNs – e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros – IDEs / Adriano Benayon. — Brasília: LGE, 1998.

232 p.

ISBN 85-7238-048-5

1. Integração econômica internacional 2. Desenvolvimento autônomo – centros e periferias 3. Economia de mercado 4. Capitalismo 5. Comércio exterior – investimentos estrangeiros 6. Dependência cultural – economia I. Título.

339.92 CDU

SUMÁRIO

I. O ÚNICO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

I. 1. INTRODUÇÃO 17
I.1.1. Empresas Transnacionais (ETNs) 17
I.1.2. ETNS e Poder 17

I.2. OS CENTROS 17
I.2.1. Os Centros e as Transnacionais 17
I.2.2. Estado e Burguesia 18
I.2.3. Estados imperiais e Estados-nacionais. Oligarquias 19
I.2.4. Atividades dos centros 19
I.2.5. Quais são os centros 20
I.2.6. Portugal e Espanha. Centros no passado? 21

I.3. A FORMAÇÃO DOS CENTROS ATUAIS 23
I.3.1. INGLATERRA 23
I.3.1.1. As Guerras dos Cem Anos e das Duas Rosas 23
I.3.1.2. A ruptura com Roma 25
I.3.1.3. Isabel I e Thomas Gresham 26
I.3.1.4. Inglaterra, Século XVII 28
I.3.1.5. Conclusão. Estado/Limites do Capital 29

I.3.2. A DIANTEIRA INGLESA E OS OUTROS, SÉCULO XIX 32
I.3.2.1. A aparente improbabilidade de novos centros 32
I.3.2.2. França 34

I.3.3. ALEMANHA 35
I.3.3.1. Instituições francesas. Cultura e filosofia alemãs. 35
I.3.3.2. O papel do Estado 38
I.3.3.3. A concentração e seus efeitos políticos 42
I.3.3.4. Capital formado no país 45
I.3.3.5. O progresso econômico 45

I.3.4. ESTADOS UNIDOS 46
I.3.4.1. Política social e de desenvolvimento 47
I.3.4.2. O "sistema americano" 48
I.3.4.3. A atuação do Estado 49
I.3.4.4. O mercado pós guerra anti-secessionista 52
I.3.4.5. Crescimento antes e depois de 1860 53
I.3.4.6. Concentração no sistema americano 53

I.3.5. JAPÃO 54
I.3.5.1. Modelo de desenvolvimento 54
I.3.5.2. Pressupostos culturais 55
I.3.5.3. A industrialização na Era Meiji 57
I.3.5.4. O Estado e a indústria nacional 60
I.3.5.5 Tecnologia: só sem capital estrangeiro 63
I.3.5.6. Desenvolvimento e modelo no Século XX 67
I.3.5.7. Conclusão. Concentração e Imperialismo 69

I.4. O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO 70
I.4.1. Cultura e valores 70
I.4.2. Para ser centro, livrar-se do centro 71
I.4.3. Estado e capital nacional 72
I.4.4. Modelo: economia social de mercado 73

I.5. OS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO. 75
I.5.1. Concentração: controle das ETNs sobre os Estados 75
I.5.2. Globalização 77

I.6. SISTEMAS ECONÔMICOS 77
I.6.1. Capitalismo 77
I.6.1.1. Que é capital? 77
I.6.1.2. Os tipos do capitalismo 79
I.6.1.3. A essência do capitalismo 81
I.6.1.4. Capitalismo versus Economia de Mercado 82
I.6.1.5. Teses sobre o capitalismo 83
I.6.1.5.1. Braudel 84
I.6.1.5.2. Sombart 85
I.6.1.5.3. Weber 91
I.6.1.5.4. Marx 97
I.6.1.5.5. Schumpeter 102
I.6.1.5.6. Keynes 105
I.6.2. Socialismo 107
I.6.2.1. Socialismo "real" ou "comunismo" 108
I.6.2.1.1. Origens da Revolução Russa 108
I.6.2.1.2. O regime "soviético" 109
I.6.2.1.3. Personalidades e "nova classe" 111
I.6.2.1.4. Apodrecimento e queda 113

I.6.2.2. China 114
I.6.2.3. Socialismo, social-democracia, trabalhismo 115
I.6.3. Estatização e propriedade privada 117
I.6.4. "Privatização" e Poder Sobre o Mercado 118

II. A GLOBALIZAÇÃO DAS TRANSNACIONAIS

II.1. A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA 123
II.1.1. Situação atual 123
II.1.2. Conceitos. Histórico. Ângulos geográfico e social. 126

II.2. PERIFERIZAÇÃO 127
II.2.1. Periferização e Imperialismo 127
II.2.2. Periferização clássica: pelo comércio exterior 128
II.2.3. Livre-comércio: estrada de periferização 129
II.2.4. Comércio exterior. Motor de desenvolvimento? 131
II.2.4.1. Salários baixos: vantagem competitiva danosa 134
II.2.4.2. Tecnologia "adequada" 136
II.2.4.3. *Dumping* social 137
II.2.4.4. ZPEs 137
II.2.4.5. Recursos naturais: ganhos para os centros 138
II.2.5. Teorias explicativas das correntes de comércio 139
II.2.6. Industrialização para substituir importações – ISI 144
II.2.7. A ISI desvirtuada pelos IDEs 147

II.3. IDES: PERIFERIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA 150
II.3.1. Periferização por dentro: pelos IDEs 150
II.3.1.1. Reperiferização de semiperiferias pelos IDES 152
II.3.1.2. A extinção do comércio e do desenvolvimento 153
II.3.2. Dependências 155
II.3.2.1. Dependência cultural, raiz da periferização 155
II.3.2.2. Primeiro Mundo? 157
II.3.2.3. Avanço tecnológico e superioridade 159
II.3.2.4. Interações entre as dependências 160

II.3.3. "INVESTIMENTOS" DIRETOS ESTRANGEIROS – IDEs 161
II.3.3.1. IDEs e outros tipos de "investimento" estrangeiro 161
II.3.3.2. Abertura, capital estrangeiro e vulnerabilidade 163
II.3.3.3. IDEs versus comércio e desenvolvimento 164
II.3.3.3.1. Investimento para quem? 164
II.3.3.3.2. Custos alternativos 165
II.3.3.3.3. Imigração e desenvolvimento 167
II.3.3.3.4. IDEs: dependência tecnológica e financeira 168
II.3.3.3.5. Vantagens comparativas/economias externas 169

II.3.3.3.6. IDEs: relação de troca e os ganhos do comércio 169

II.3.4. ETNs, VEÍCULOS DO IDE 171
II.3.4.1. Mecanismos da transferência de recursos 171
II.3.4.2. IDEs: déficits internos e externos 176
II.3.4.3. IDEs: Exportação de capital? 178
II.3.4.4. Objetivos e efeitos do IDE 181
II.3.4.5. Jogos de poder das ETNs: tecnologia e *marketing* 183

II.4. DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO 186
II.4.1. ISI e promoção de exportações 187
II.4.2. Desenvolvimento: só existe o autônomo 188
II.4.3. Desenvolvimento: só sem IDES 191

II.5. TEORIAS DA DEPENDÊNCIA 196
II.5.1. Frank 196
II.5.2. Baran e a ação mundial do capitalismo 202
II.5.3. Raízes do atraso 206
II.5.4. Bettelheim, Emmanuel e outros 210
II.5.5. A falácia do desenvolvimento dependente 213
II.5.5.1. A ilusão fomentada por Cardoso e Faletto 213
II.5.5.2. Evans e o tripé estatais/capital estrangeiro/local 217

II.6. O MODELO DEPENDENTE NO BRASIL 222
II.6.1. Matriz energética. 223
II.6.2. Matriz de Transportes 224
II.6.3. Falência econômica e financeira. 225
II.6.4. Destruição das estatais e do capital privado. 226
II.6.5. Perda da autonomia política. 226
II.6.6. Submissão ideológica 230

Dedico este livro aos entes queridos, aos amigos que me deram estímulos e sugestões e, em geral, às pessoas que, no Brasil e no Mundo, se batem por equilíbrio, harmonia e paz verdadeiras.

MENSAGEM AOS LEITORES

Tratei de escrever com clareza e fazer-me entender também por não-economistas e por estudantes. Mesmo porque coisas vitais não se podem entender somente sob seu aspecto econômico. Cito autores, renomados e outros, e tento superar algumas das lições deles. Entre os dignos de admiração e respeito especiais, estão Fernand Braudel, Hans Singer e André G. Frank. Eles são estrangeiros. E, como eles, muitos mestres antigos e modernos de espiritualidade e de saber. Podemos ter muitos amigos no exterior. E, se revertermos o atual estado do País, gente de alta qualidade, de todos os Continentes, vai querer radicar-se nele, o que é ótimo. Mas, para formar uma sociedade equilibrada, construtiva, criativa e atraente, o Brasil tem de autodeterminar-se.

Adriano Benayon

APRESENTAÇÃO

1. ENTENDENDO O INEXPLICÁVEL

Há perguntas que deveriam estar sendo feitas diariamente no Brasil.

1) *Como se explicam: a) as dívidas colossais junto com a alienação de imenso patrimônio público; b) a miséria crescente e o desemprego galopante?* (Pois estão no País os mais ricos recursos naturais do Planeta e numerosa população laboriosa e criativa, na sua maior parte).

2) *Por que as condições sociais e econômicas não param de se deteriorar, se, além dos **recursos naturais** e **humanos**, o País havia acumulado **capital** físico e humano, bem como **tecnologia?*** (O crescimento do PIB foi de 5% aa., de 1910 a 1955, e era de verdade, não como o de hoje, que aumenta com os juros das dívidas, impostos, e alterações nos "métodos de cálculo").

3) *Que estão fazendo as empresas transnacionais (ETNS) com os ganhos fabulosos, decorrentes do controle dos mercados no Brasil que elas foram assumindo crescentemente desde 1955?*

4) *Se é verdade que as ETNs trazem capital e tecnologia – e elas declaram, há 40 anos, 'acreditar e investir no Brasil' – como foi possível o crescimento da miséria e das dívidas?* (Combinando capital e tecnologia com recursos naturais e humanos num território como o nosso, a prosperidade aqui já teria suplantado a dos Estados Unidos).

Essas perguntas têm resposta: é **mentira** que as ETNs mantenham no País hospedeiro o capital que nele obtêm. Ao contrário, transferem ao exterior os lucros obtidos no mercado interno e jamais transferem ao País a tecnologia utilizada na produção. Inviabilizam as empresas locais, o único solo onde se poderia desenvolver capital e tecnologia. Demonstro quinze mecanismos usados pelas ETNs para enviar ao exterior os ganhos obtidos nos mercados

locais. E como elas os conquistam aqui e em outros países. Tudo isso parecerá polêmico a muitos, que crêem em versões ideológicas, dominantes na literatura econômica e na *mídia*. Mas o livro tem base sólida: os dados são tomados sob diversos ângulos, confrontados entre si e com os esquemas explicativos. Uso, entre outras, fontes de informações próximas ao sistema poder e econômico prevalecente. As análises podem ajudar não só aos que sonham livrar-se desse sistema, mas também aos que tentam nele sobreviver. Isso porque, o realismo só leva aos resultados desejados, se a realidade for examinada em suas raízes e inter-relações.

Poucos percebem a escravização geral que se está implantando. Até políticos ditos de oposição aceitam a globalização, alegando ter ela vantagens ou, como carneiros, dizendo-a inevitável. Entretanto, o escorraçamento da liberdade, dos valores éticos e da própria vida não são toleráveis nem negociáveis.

2. INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS (IDEs) E ÁREAS ESTRATÉGICAS

Depois das negociatas das "privatizações" criminosas, como a da Vale Rio Doce, Light, etc., os brasileiros responsáveis e informados estão vendo a entrega, em troca de nada, de outras **empresas estratégicas** das telecomunicações, como a Embratel e a Telebrás e de energia, inclusive estaduais. Estão conscientes da perspectiva de ocupação por forças militares estrangeiras das províncias mais ricas em minérios do Planeta, na Amazônia. Acompanham os preparativos dos centros mundiais para inventar um Estado satélite ianomâmi, depois de terem levado um 'governo' espúrio a atribuir vasto território brasileiro a essa tribu. Sabem também das intenções, mal escondidas, da oligarquia controladora da economia mundial, de suscitar intervenções na Amazônia, sob a capa das Nações Unidas, a pretexto de impedir a destruição da floresta por fogo, provocado de modo suspeito.

Sabem também que o Brasil, para preservar sua integridade e o que lhe resta de soberania, precisa de: 1) formar a consciência nacional, bloqueada pela *mídia*; 2) reequipar, em material e pessoal, as Forças Armadas, virtualmente sucateadas, como foram ou estão sendo os instrumentos de poder sob controle nacional.

Precisam saber que, para recuperar esses meios, há que que fazer cessar a acumulação dos recursos do País por empresas transnacionais e a transferência deles ao exterior. É isso que vem transformando o Brasil num país pobre, esmagado por juros de dívidas e sem capacidade de investir naquilo de que necessita. Precisam, mais ainda, entender que o controle estrangeiro – e a conseqüente exaustão das forças nacionais – começou ao se abrir o mercado – e com subsídios – às transnacionais em indústrias

consideradas não estratégicas, de automóveis, nos anos 50, a aviões e aços especiais, e até leite e biscoitos, nos anos 90. **Quem controla os mercados, controla as forças sociais e econômicas do país em que eles se situam.**

Daí formaram-se as dívidas externa e interna, as quais, juntas, hoje, são maiores do que o PNB (produto nacional bruto) anual. Daí a regressão econômica. A União, os Estados e os Municípios, de pires na mão, aceitam todas as imposições do exterior sobre as políticas e econômicas e sociais. Com serviços de dívida superiores às receitas, e, portanto, insolventes, canibalizam as estatais produtivas e a infra-estrutura, fazendo "privatizações" como fonte de receita para atender compromissos mais urgentes e para ocultar a falência. E o processo de destruição acelera-se, mesmo porque essas receitas são efêmeras e ilusórias. Campeiam os negócios lesivos ao povo. Este, arruinado, sofre do desemprego de mais de 20% da mão de obra e de salários reais em queda. E 60% dos 'ocupados' estão na 'economia informal'.

A vida social é deformada pela moldagem praticada pela *mídia*, que destrói os valores éticos, robotiza as pessoas e as desinforma. Esta é controlada por ETNs, diretamente e por meio da publicidade. A essa pressão social e psicológica junta-se o monopólio sobre as finanças das campanhas eleitorais. Ambos cassam a autodeterminação do País. Não admira ter havido maioria para mutilar a Constituição de 1988 e para a torrente de leis e acordos externos em detrimento dos interesses nacionais.

Nas páginas a seguir, analisa-se como os investimentos diretos estrangeiros (IDEs) se apossam dos mercados nos países "em desenvolvimento", abortando-o. Abertos os mercados, a ocupação total deles é questão de tempo. O Brasil, o México, a Argentina e outros que sofrem esse processo, estão em ruína crescente. Aponta-se também **as condições necessárias a reverter essa direção, sob equilíbrio entre o Estado e a economia de mercado, no quadro do desenvolvimento autônomo.**

A. B. A.

PARTE I

O ÚNICO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

I. 1. INTRODUÇÃO

I.1.1. EMPRESAS TRANSNACIONAIS (ETNs)

Denominam-se empresas multinacionais ou transnacionais as corporações econômicas com atividades em vários países. Dessas expressões sinônimas, preferimos a segunda, porque o prefixo *trans* implica que as ETNs atravessam todas as dimensões econômicas e de um lugar para outro. A primeira designação, com o prefixo *multi*, dá a idéia enganosa de múltiplas nacionalidades. Na realidade, aquelas empresas estão associadas ao país onde têm sede. Melhor dizendo: à oligarquia econômica desse país. É a este que as ETN são ligadas. Ainda que, o mais das vezes, a ETN não se comporte solidariamente nem com a sociedade do país-sede, é nele que estão os interesses permanentes dela, as afinidades de seus dirigentes, a residência destes, família, valores e contravalores. Até a "cultura da empresa" deriva de idéias formadas ao longo da história do país da matriz.

I.1.2. ETNS E PODER

As empresas transnacionais constituem a principal forma de organização do poder econômico, e também político e social. Elas atuam dentro de sociedades formalmente organizadas como Estados. Mas o poder destes, embora possa ser grande, é instrumento antes das ETNs que da sociedade, nas relações sociais internas e nas ditas internacionais. Interessa-nos, a par da dualidade ETN/Estado, a que opõe **centros e periferias. Vistas as duas, em conjunto, a desmontagem do Estado-nacional está sendo feita nas periferias, mas não nos centros da economia mundial. As ETNs, além de ligadas a Estados do centro, dependem da ação destes em favor dos objetivos delas.** Esse ponto é aprofundado em I.5.1.

I.2. OS CENTROS

I.2.1. Os Centros e as Transnacionais

As ETNs formaram-se nos países do centro e, por isso, são o que são. Das 200 maiores empresas do Mundo, cujo faturamento conjunto

equivalia a 31,2% do produto interno bruto mundial em 1996, 193, ou seja, 96,5% eram comandadas de: Japão, EUA, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Suiça, Países Baixos, Coréia do Sul e Itália. 170, i.é., 85%, eram transnacionais com sede nos cinco primeiros países. Essas concentravam 85,1% dos lucros e 94,7% do faturamento. Reunidas às dos outros quatro países, 96,3% e 98,1%. Dos demais desenvolvidos somente estão na lista: Suécia e Canadá, com uma cada; Bélgica/Países Baixos, sedes de uma mesma ETN. No resto do mundo, só havia 4 entre as 200, todas estatais (3 latino-americanas e 1 da China).[1] Portanto, para entender a realidade das corporações transnacionais, há interesse em avaliar o desenvolvimento dos países que se tornaram centros da economia mundial, tema do capítulo I.3.

I.2.2. Estado e Burguesia

O desenvolvimento sócio-econômico dos centros resultou da interação, no âmago do poder, entre o Estado e classes emergentes, sobretudo a burguesia, especialmente a alta. Nos países que, nos dias atuais, constituem centros mundiais em todas as dimensões econômicas, a saber, EUA, Alemanha e Japão, a intervenção do Estado foi essencial ao processo do desenvolvimento. Isso é especialmente válido nas fases em que tais países alcançaram posição central e nas de sair das depressões. Na Alemanha e nos EUA, o maior avanço se deu na 2ª metade do Século XIX, mas o impulso começara meio século antes. Mais para o fim do XIX, houve a transformação sócio-econômica do Japão, que chegou ao centro nos anos 1970/80.

A Inglaterra, que precedeu os três, e foi o único centro de meados do Século XVII até o 1º quartel do XX, evoluiu de modo menos rápido, do Século XVI ao XVIII, em cuja 2ª metade surge a revolução industrial, mais de 100 anos após a revolução dos anos 1640/50. A partir de 1688, a alta burguesia, comercial e financeira, assume o controle do Estado e faz dele instrumento do poder *imperial* dela. Nos EUA, Alemanha e Japão, a burguesia foi mais liderada do que liderante. Mas cabe observar sobre isso:

1) também nesses três países, a burguesia veio a ter mais controle sobre o Estado do que vice-versa, após a ascensão à condição de centro mundial; e mesmo na Inglaterra, as personalidades decisivas são estadistas, por vezes, *doublés* de empresários. Não há, portanto, exceção à liderança do Estado na fase de ascensão.[2]

---

[1] Clairmont, Frédéric F.: *Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde*, em: Le Monde Diplomatique, abril de 1997, pgs. 1 e 16.

[2] Nos Séculos XVII e XVIII as despesas do Estado impulsionaram a procura sem criar problemas do lado da oferta, na Inglaterra, Países Baixos, França e outros. Os recrutados para as guerras eram de setores e regiões com maior desemprego. E o embrião da burguesia industrial não foi a comercial e financeira, mas, sim, artesãos. Ver: *De Vries, Jan: The Economy of Europe in an Age of Crisis* (1600-1750), Cambridge, Mass. 1976, trad. port., Lisboa 1983, pg. 268.

2) a história da Inglaterra denota grau menor de atuação *direta* do Estado na economia do que os três outros, o que se explica por ter ela chegado ao centro antes da revolução industrial, não precisando fechar grande hiato tecnológico em relação a centros anteriores.

3) o modelo de desenvolvimento na Alemanha e no Japão foi só um pouco mais dirigista que o dos EUA. Ele proveio dos princípios postos em prática na França por Jean-Baptiste Colbert, ministro de Luís XIV de 1663 a 1683, e Lazare Carnot, engenheiro e líder político e militar, nos períodos revolucionário, do Diretório e de Napoleão I.

I.2.3. Estados imperiais e Estados-nacionais. Oligarquias

A Holanda (Países Baixos) e a Inglaterra, foram um meio termo ou transição entre os Estados-cidades imperiais, dominantes nos Séculos XIV a XVI, e os centros, como a Alemanha e os EUA, que surgem no Século XIX. Nestes o mercado interno desenvolvido sob a direção do Estado nacional precedeu a atuação imperial como país central. Os Países Baixos ou Províncias Unidas, lideradas pela Holanda, comandaram as relações comerciais e financeiras na 1ª metade do Século XVII e em parte as da 2ª metade, mais tempo do que Antuérpia e Gênova na 2ª metade do Século XVI. Essas duas cidades tinham assumido funções antes exercidas pela República de Veneza.[3] Como Atenas, Cartago e Roma, na Antiguidade, Gênova e Veneza foram repúblicas oligárquicas, Estados-cidades regentes do comércio e das finanças no exterior. As Províncias Unidas também foram oligárquicas, quer como república, quer após o golpe monarquista de Guilherme de Orange, em 1679. Então a Holanda perdia a hegemonia para a Inglaterra e se associava a ela. A Casa de Orange foi chamada para o trono britânico em 1688.

Todos os centros, sobretudo a Inglaterra, e, mais tarde, os Estados Unidos e o Japão, foram **potências marítimas dominantes,** pelo menos regionalmente. Mas, nestes dois e na Alemanha, o mercado interno foi bem mais importante do que o exterior, em razão da dimensão demográfica e de se terem desenvolvido na era industrial.[4] A Alemanha teve dificuldades na expansão colonial/imperialista, apesar de ter considerável poder naval. E a maior parte de seu comércio exterior concentra-se no continente europeu.

I.2.4. Atividades dos centros

Na Inglaterra, o poder baseou-se na expansão comercial e financeira internacional, apoiada no poder marítimo, tanto mercante, como bélico, tendo

---

[3] Vide a sucessão desses centros em: Braudel, Fernand: *Afterthoughts on Material Civilisation and Capitalism*, Baltimore 1977, trad. em português: A Dinâmica do Capitalismo, Rocco, Rio 1987.

[4] Nos EUA o peso do mercado interno foi o maior dos quatro países, devido às dimensões territoriais crescentes no Século XIX e ao grande ingresso de imigrantes.

ganho dimensão adicional após a revolução industrial. Na Alemanha, EUA e Japão, a competitividade industrial, derivada do desenvolvimento tecnológico e do crescimento das escalas no mercado interno, levou à projeção do poder na direção do exterior. **Os centros sempre controlaram: 1) comércio de atacado e o exterior**, atividades típicas de grande empresa; 2) **as finanças**, sobretudo em apoio a essas modalidades de comércio. Essas atividades permaneceram controladas pelos centros, e foram acompanhadas, a partir do Século XIX, de: 1) **exportações industriais**, baseadas em parte **no fator tecnológico**; 2) **empréstimos e financiamentos**, não só em apoio às exportações e importações de bens e serviços, mas também a atividades internas das economias sob a esfera de influência dos centros, tornando-se a finança um fim em si mesmo; 3) **investimentos diretos estrangeiros - IDEs** nas matérias primas, sobretudo estratégicas, e, depois da 2ª Guerra Mundial, na indústria de transformação e nos serviços. Essa penetração é realizada por corporações transnacionais, CTNs = ETNs. Elas cavam o hiato, ou, antes, o abismo crescente entre os centros e as periferias.

I.2.5. Quais são os centros

Hoje há três centros mundiais de poder industrial e tecnológico: 1) EUA; 2) Japão; 3) Alemanha. Mas a Inglaterra, após perder espaço, antes, durante e depois da 2ª Guerra Mundial, volta ao centro, sobretudo nas finanças e bancos, em função de: I) expansão das bases *offshore* (xenomoedas) das quais Londres é a 1ª., seguida de Zurique, Suiça; [5] II) aumento explosivo do volume e tipos dos ativos financeiros, como os derivados (*derivatives*), [6] com: a) a desregulamentação; b) a concentração econômica; c) o crescimento dos tráficos ilícitos, como drogas e armamentos, cujos ganhos são lavados por bancos; d) posições dominantes em extensas áreas do mundo, não apenas nos ex-domínios e colônias do Império Britânico, por meio do controle de: i) mineradoras em numerosos países africanos, Austrália, Canadá, e agora, de novo, no Brasil; ii) companhias pretensamente locais; iii) tradings e bolsas dominantes no mercado internacional de matérias primas e alimentos; iv) posições estratégicas na *media* de todo o mundo e em agências de notícias; v) especialização (antiga) nos serviços de "inteligência", contra-informação; vi) intervenções por meio de agentes locais, "revoluções", etc.

Indicadores, como o valor de mercado das ações em 1997, põem a Grã-Bretanha em 3º lugar como sede das 1.000 maiores transnacionais do Mundo.[7] Embora tais cifras sejam distorcidas por fatores conjunturais e

---

[5] Essas duas praças superam os demais centros financeiros em euromoedas e eurotítulos (denominados em moeda que não a do centro considerado). E muitos dos demais *tax-havens* (refúgios fiscais) são territórios sob controle britânico, como Grand Cayman, Bermudas, Brunei, Hong Kong, ou holandês, como Antilhas Neerlandesas.

[6] Derivativos é uma tradução mal formada do termo em inglês.

[7] Vide *1997 Leaders, The Business Week Global 1000*, Business Week, 07.07.1997, pgs. 51 a 84. Nessas 1.000 estão só as sediadas em PDs (países desenvolvidos). As da China, Rússia, Coréia, Taiwan, Brasil, etc. estão em lista de 200 sediadas em países "emergentes".

pelas voláteis taxas de câmbio,[8] a posição britânica é saliente, não obstante o declínio industrial.[9] Figuram, entre as 1.000: **EUA**: 447; **Japão**: 182; **Grã-Bretanha**: 95; **Alemanha**: 42; **França**: 41; Canadá: 31; Países Baixos: 23; Suécia: 20; Hongkong: 20; **Suíça**: 19; Austrália: 18; Bélgica: 14; Itália: 13; Espanha: 12; Cingapura: 11. Os seis em negrito têm mais de 5 entre as primeiras 200. Nas vendas das 1.000 transnacionais, a Grã-Bretanha fica também em 3° lugar. O valor das corporações dos EUA era 3,82 trilhões de dólares, o das do Japão, 2,6; Grã-Bretanha: 0,86; Alemanha: 0,64. Esses valores em relação ao PIB dos países eram: cerca de 60% nos dois primeiros, 45% na Alemanha, e mais de 100% na GB. As ETNs britânicas são, pois, mais concentradas, e suas operações no exterior têm maior peso relativo que as dos demais países. Os lucros das 57 transnacionais sediadas nos EUA, dentre as 100 primeiras mundiais, foram de US$ 108,9 bilhões. Essa cifra iguala a total das empresas sediadas nos outros países situadas entre as 200 maiores. Eis os lucros, em bilhões de U$: EUA: 148 (95 empresas); Grã-Bretanha: 46,35 (20); Japão 18,8 (34); Alemanha: 13,7 (13).

A Coréia do Sul e Taiwan (Formosa) vêm caminhando para o centro. A China e o Irã são os únicos países de porte que estão atualmente a evoluir para o desenvolvimento. A Rússia retorna à antiga posição periférica, da qual esteve algumas vezes por sair, antes e depois de 1917.[10]

I.2.6. Portugal e Espanha. Centros no passado?

Portugal e Espanha não fazem parte do centro, e pode-se duvidar que tenham feito antes. Ser centro envolve ter a direção econômica, em primeiro lugar no próprio país, sem sofrer muita influência, e menos ainda participação, de estrangeiros na elite dirigente, financeira e econômico-estratégica. Além disso, o centro: a) exerce o papel diretor em outras regiões, i.é, as periferias; b) controla as relações econômicas entre elas.[11] Portugal foi, em certa medida, centro nos Séculos XV e XVI. Mas vinha sofrendo certo controle de sua vida econômica por estrangeiros. Esse controle era maior na Espanha, não obstante ter sido esta a primeira potência continental da Europa e metrópole de imensas possessões coloniais. *"O critério mais simples, senão o melhor, ... é a presença ou não, nesta ou naquela região, de colônias mercantes estrangeiras. Se o mercador estrangeiro detém a posição mais alta em uma cidade dada, em um país dado, ele assinala, por si só, a* ***inferioridade***

---

[8] Em 1997 cai o valor de bancos e firmas japonesas, crescendo o dos americanos e inglesas. Das 1.000 em 1996 constavam mais 45 do Japão e menos 25 dos EUA.

[9] O RU (Reino Unido) declinou, por ex., na produção e na exportação de bens de capital, não figurando entre os 7 primeiros. O 1° é o Japão, que ultrapassou os EUA, no início dos anos 80.

[10] É semelhante a sorte, pouca, do Leste Europeu. E agrava-se a condição das periferias, inclusive as que se tornaram semiperiferias na 1ª metade do Século XX, como Brasil e a Argentina.

[11] Por exemplo, o comércio entre diferentes regiões da Índia e entre esta e as ilhas das especiarias. É o que Braudel chama commerce d'Inde en Inde. Vide: Braudel, Fernand: *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, Paris 1979, tomo 3, Le Temps du Monde.

da cidade ou do país em relação à economia da qual ele é o representante ou emissário. Nós temos dez exemplos: os mercadores genoveses em Madrid no tempo de Felipe II; os holandeses em Leipzig no Século XVII; os ingleses em Lisboa no XVIII; os italianos, sobretudo eles, em Bruges, Antuérpia e Lyon e mesmo Paris (pelo menos até Mazarin). Por volta de 1780, em Lisboa e em Cadiz, todas as casas de comércio são feitorias estrangeiras, 'Alle Häuser fremde Comptoirs sind' "[12]

Portugal passara, em função da Revolução de Aviz, à frente dos demais Estados-nacionais europeus, do final do Séc. XIV até o do XV. É outra história que Portugal tenha regredido e, desde o século XVII, se transformado, para sua – e nossa – desgraça, em protetorado *de facto* da Inglaterra. Não foram estranhas à decadência de Portugal, no Séc. XVI, as divisões da burguesia, judeus, cristãos-novos e cristãos-velhos. Quando a Coroa cedeu à Inquisição, e cresceu a pressão contra os dois primeiros segmentos, esses, que, em parte, já tinham, desde antes, conexões no exterior, deixaram de ser funcionalmente nacionais. [13] E muitos foram mortos ou emigraram. Alguns cristãos-novos mantiveram-se, porém, apesar das perseguições, ativos no comércio e finanças, especialmente no Brasil e nos negócios deste, não só os do açúcar, mas os do comércio com o Peru e do Prata.

Em 1580, quando ocorre a união pessoal sob a monarquia espanhola, Portugal fenecia, de resto fortemente endividado. Mas não perdeu de golpe as Índias. Como mostra Braudel, embora os ataques dos holandeses tivessem começado no Século XVI, Lisboa recebia diretamente, ainda em 1632, pimenta e especiarias. É com a tomada de Málaca, em 1641, que o império português na Ásia foi posto fora de jogo.[14] Com a restauração (1640) sob os Braganças, as capitulações sucederam-se, culminando na aliança com a Inglaterra (1660). Essa pôs Portugal no tubo da periferização.

A Espanha não se governou economicamente. **Deixou que suas finanças e, em grande parte, seu comércio exterior fossem manejados por gente sediada em outros países.**[15] Por razões como esta, indicativas de falta de

---

[12] Braudel, F.: op. cit. Tomo 3, pg. 29, citando Beckmann, Johann: *Beiträge zur OEkonomie* ... 1781, III, pg. 427.
[13] Sobre o tema, ver: Alexandre Herculano: História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal, reed. Bertrand 1981. Os sefarditas eram a comunidade mais próspera e instruída do judaísmo. Eles dispersaram-se na direção de: a) França, assentando-se, depois, em Amsterdam, onde formaram na elite econômica; b) Norte da África, Turquia e Grécia, sob domínio turco. Sob Crommwell (1654), foram readmitidos na Inglaterra. Bem mais tarde, houve a emancipação dos judeus alemães, e, depois, a dos da Europa Oriental, ambos askenases de expressão ídiche, hoje predominantes em Israel. A Casa Rothschild foi para Londres na época napoleônica, tendo começado no Século XVIII, em Frankfurt, uma das raras cidades alemãs, como Hamburgo, em que havia poucas restrições a judeus. Vide: Sombart, Werner: *Die Juden und das Wirtschaftsleben* (Os Judeus e a Vida Econômica), München e Leipzig 1922, pgs. 13 a 24.
[14] Braudel, Fernand: op. cit., pgs. 181/2. Em 1605 os holandeses desalojaram os portugueses da estratégica Amboina, nas Molucas. O Ceilão, ilha da canela, foi tomado em 1638. Era a época do Brasil holandês, cujo fim, em 1654, coincide com o conflito Inglaterra versus Holanda.
[15] E *n* outros exemplos podem ser dados de países com vultosas receitas de exportação que não desenvolveram suas forças produtivas. Quanto mais ricas as áreas periféricas submetidas à direção dos centros, mais ficaram subdesenvolvidas, como os países exportadores de petróleo, de longe a commodity de maior expressão, desde o início do Século XX.

coesão e de visão estratégica, perdeu o imenso poder político-militar que teve no Séc. XVI. A prevalência da nobreza, que derrotara a revolução burguesa, denota o pouco poder desta, a que não é estranha a dependência financeira em relação ao exterior. Faltou equilíbrio social adequado, indispensável para contar com elites de verdade, formadoras da estratégia nacional, da qual a econômica é elemento essencial. Daí o declínio da Espanha, dona de abundante capital no Século XVI. As enormes quantidades de prata do Peru (Bolívia) e México permitiam importar à vontade, e isso também prejudicou a indústria local, que decaiu, desprezada politicamente.

I.3. A FORMAÇÃO DOS CENTROS ATUAIS

I.3.1. Inglaterra

A Inglaterra comandou a economia mundial, mais de 250 anos, de meados do Séc. XVII à 1ª Guerra Mundial. Ascendeu com o poder republicano e ditatorial de Oliver Crommwell na esteira da revolução dos anos 40 do Séc. XVII. O marco foram as Leis de Navegação, de 1651, protecionistas e nacionalistas, que levaram às guerras contra a Holanda: 1652 [16] a 1654; 1665-67; 1672-74. Assim foi a Holanda desalojada do centro, no final do Século XVII. As revoluções inglesas, movidas pela burguesia, foram tudo, menos liberais. A alta burguesia assumiu o controle de um Estado forte, com a consolidação de seu poder no Parlamento, definitiva a partir da Revolução de 1688. Os súditos – sem direitos independentes do *status* econômico – não deixaram de ser oprimidos pelo Estado e o foram ainda mais pela oligarquia.

I.3.1.1. As Guerras dos Cem Anos e das Duas Rosas

No Século XV, a alta nobreza da Inglaterra se interexterminou na Guerra das Duas Rosas, e a baixa nobreza, junto com a burguesia, foi adquirindo terras da Coroa e apetite capitalista. A Guerra dos Cem Anos começou em 1415. Morton mostra que a instabilidade interna, a falta de opções políticas da Coroa e a falta de emprego para os nobres teriam levado o rei Henrique V, da Casa de Lancaster, a tentar a reconquista de territórios na França.[17] Esta vivia uma guerra civil, entre as facções dos Duques de Borgonha e de Orléans. A Guerra civil das Duas Rosas (York versus Lancaster) iniciou-se dois anos após a 1ª etapa da Guerra dos Cem Anos, que terminara com a derrota dos

---

[16] É também de 1652 a união da Escócia à Inglaterra.

[17] A.L.Morton: *A People's History of England*, Londres 1948, V *The End of the Middle Ages: 3. The Hundred Years' War.*

ingleses em Châtillon (1453). A guerra civil, de 1455 a 1485, liquidou as aspirações da alta nobreza a tornar-se governante. O conflito entre as duas Casas vinha de longe. O rei Eduardo III, morto em 1377, promoveu um casamento para ligá-las, mas o resultado foi o oposto: aguçaram-se as ambições dinásticas das duas. A luta incluía intrigas, homicídios e terror judicial.

O último rei Lancaster foi deposto, em meio à guerra civil, em 1461, por Eduardo, de York, tendo o irmão deste, Ricardo III, sido o segundo e último desta Casa. Incitado pela alta nobreza, ele retomou a Guerra contra a França, aproveitando a morte, em 1483, do rei da França, Luís XI, fundador do Estado-nacional, sucedido por menores.[18] No mesmo ano, Ricardo III matara os dois sobrinhos para suceder ao irmão. Mas só durou dois anos. Foi vencido e morto por Henrique VII, Tudor, aparentado às duas Casas. Os Tudors, como os York, estavam mais afinados do que os Lancaster com a ascensão burguesa. **A guerra das Duas Rosas não foi de natureza feudal**, como tantas na Idade Média, **mas, sim, luta pelo poder central, típica da Era Moderna. Sua conseqüência mais importante foi a dizimação dos segmentos superiores da nobreza, nas batalhas internas e externas e nas execuções ordenadas pelos rivais, quando assumiam o trono.**[19]

Os Tudors tiveram bem maior poder que seus antecessores, arbitrando os conflitos entre os sobreviventes. Os efeitos econômicos e sociais foram significativos: **grande parte das terras, sem herdeiros, caiu sob o domínio da Coroa. Esta, para financiar-se, ademais das rendas provenientes das terras, vendeu boa parte delas. Isso resultou em uso agrário mais produtivo** do que sob o padrão feudal. Este envolvia a subsistência da população rural e a apropriação do excedente pelas famílias nobres, pouco investido em atividades produtivas. Mantinham-se florestas e reservas para caça, como esporte. **Com a pequena nobreza associando-se às inclinações capitalistas da burguesia incipiente, foram-se formando condições de mercado e políticas propensas à centralização monárquica. Isso ensejou algum crescimento e maior conexão entre as regiões.** E parte da nobreza inglesa havia-se habituado a afazeres "burgueses", desde o Século XIII ou antes: gerir terras produtivas e ocupar-se da administração pública local, em condados, centenas e *manoirs*. A representação dos condados no Parlamento cabia a cavaleiros escolhidos entre seus pares. Além disso, essa nobreza não morava apenas no campo. Tinha casas nos burgos, participando, assim, das vantagens econômicas dessas aglomerações comerciais.[20]

Henrique VII, pôde impor leis restritivas aos nobres, como proibir-lhes manter séquitos (*retainers*), o que ilustra o enfraquecimento da nobreza

---

[18] Ver *Histoire Universelle 2*, da *Encyclopédie de la Pléiade (De l'Islam à la Réforme)*, eds. R. Grousset e E. G. Léonard, Paris 1957, pgs. 971/2, 1.233/4.
[19] Idem, ibidem, pgs. 1233/4.
[20] Idem, ibidem, pg. 1238.

em quanto classe, acentuado pelo monopólio real da artilharia, a essa altura capaz de destruir qualquer fortaleza medieval. **Segundo Hoskins, *"a obra econômica de Henrique VII, levando em conta seus formidáveis problemas políticos, foi notável."*** E: ***"Seu desejo de riqueza pessoal enriqueceu também o país. De muitos modos, ele pode ser encarado o maior dos Tudors, e seu filho*** (Henrique VIII), ***o mais desastroso."*** [21]

I.3.1.2. A ruptura com Roma

O ensejo foi a pretensão de Henrique VIII de anular seu casamento com Catarina de Aragão. A disputa com o Papa teve duas conseqüências principais: 1) foi um largo passo na caminhada nacionalista de segmentos da burguesia e do Estado para tomar rumo independente: à época, os centros mundiais situavam-se na Itália (Veneza, Gênova); 2) o confisco pela Coroa de terras da Igreja, decorrente da ruptura, produziu efeitos sócio-econômicos semelhantes aos das guerras internas e externas do Século XV. A Inglaterra foi, assim, de novo, beneficiada por circunstâncias. O conflito diplomático-jurídico-teológico durou de 1527 a 1532, tendo-se Henrique VIII proclamado chefe da igreja inglesa em 1531. *"A Coroa inglesa era a única potência européia que ainda levava a sério as pretensões de chefia espiritual e de pia devoção expressas pelos políticos italianos que se sucediam no trono da Santa Sé."* [22] O Papa não podia ignorar a família real mais poderosa da época, a da Espanha, dirigida por Castela e Aragão, da qual fazia parte Catarina. Esta, viúva do irmão primogênito de Henrique VIII, foi por este desposada em 1509, quando ele tinha 18 anos de idade e acabava de assumir a Coroa. O rei da Espanha, de 1516 a 1558, era ninguém menos que Carlos V, sobrinho de Catarina, Habsburgo e neto dos reis católicos e, de sobra, eleito Imperador Germânico em 1519.

Não cabe aqui entrar no mérito da causa lançada pelo rei, notabilizado por seus seis casamentos e por ter feito executar, entre outros(as), Ana Bolena, por quem mudou o curso da história de seu país. Importam mais as componentes políticas, como a de Thomas Crommwell, recém-entrado no Conselho Real, ter percebido a questão como oportunidade para tornar-se o principal conselheiro do Rei e para a Inglaterra liberar-se da direção de Roma. Segundo Elton, depois de hesitar muito tempo, Henrique VIII decidira-se, no final de 1530, pelo cisma completo, oficialmente adotado mais tarde, ainda que o Papa cedesse no "divórcio".[23] Henrique VIII não adotou modificações substanciais na doutrina ou nos ritos católicos, indiferente aos partidários dos reformadores. Perseguiu isonomicamente os ingleses fiéis a

---

[21] Hoskins, W.G.: *The Age of Plunder – The England of Henry VIII 1500-1547*, Londres/Nova York, Longman 1976, pgs. 182/3.
[22] G.R. Elton: *Reform & Reformation, England 1509-1558*, Cambridge, Mass. 1977, pg. 9. E, ao contrário da Escócia, não havia, na Inglaterra, movimento de reforma religiosa digno de nota.
[23] Idem, ibidem, pg. 133.

Roma e os protestantes. Estes só foram ganhando maior liberdade e participação política com **Isabel I.** A proclamada bastarda, filha de Ana Bolena, foi o monarca mais importante na história da Inglaterra. De novo, ao ter gerado Isabel I, Henrique VIII acertou sem saber. Também decisões motivadas por desejo pessoal, orgulho absolutista e cobiça deram ganhos à Inglaterra: a) a criação da Igreja Anglicana, terminando com a influência de Roma; b) o confisco das terras episcopais e dos mosteiros.

I.3.1.3. Isabel I e Thomas Gresham

Isabel I teve longo reinado, de 1558 a 1603, e decisivo, uma vez que nele se consolidaram avanços, e foram dados passos para a independência política e econômica. A Inglaterra era, no Século XVI, uma potência de terceiro plano. Não tinha sequer *know-how* financeiro, dependendo de banqueiros estrangeiros. A mineração estava, em parte, nas mãos de alemães, e também os florentinos operavam no comércio de sulfato de alumínio e potássio, bem como no de salitre. Henrique VIII tomou empréstimos junto aos banqueiros alemães Fugger e Welser, de Augsburg, e Rantzal. Eram proeminentes, desde os últimos séculos da Idade Média, banqueiros e comerciantes florentinos.[24] Os principais eram os Cavalcanti (Giovanni e Bernardo e, depois, Tommaso), após os Bonvisi, de Lucca, além dos Frescobaldi e Portinari. [25]

Um pouco antes da morte de Henrique VIII, em 1547, os ingleses perceberam que podiam obter melhores condições no mercado financeiro de Antuérpia, que se tornara centro mundial em meados do Século XVI. Coube a Thomas **Gresham**, *doublé* de empresário e economista político, que serviu ao Estado, sob Isabel I, ocupar-se, de início, em obter empréstimos externos para o governo inglês. Os mercadores ingleses ainda não estavam aptos a atender a demanda de crédito público. Gresham terminou com práticas abusivas dos credores de Antuérpia, na renovação dos empréstimos, e, sob Isabel I, o crédito da Inglaterra esteve melhor do que o de outros países. Antes, sob Maria, meia-irmã de Isabel, Gresham o restabelecera graças a seu conhecimento da Bolsa de Antuérpia e dos grandes financistas. Conseguiu manipular o mercado para reduzir as taxas das letras de câmbio sobre Londres e as dos empréstimos públicos. Quando eclodiu a rebelião nos Países Baixos, desarticulando o mercado de Antuérpia, Gresham sentiu ter chegado o momento de tornar a Inglaterra independente do estrangeiro em matéria de comércio e de crédito.

---

[24] Ehrenberg, Richard: *Capital & Finance in the Age of the Renaissance*, trad. inglesa por G.M.Lucas, 1928, reimpr. 1985, Augustus M.Kelley, Fairfield, NJ. , pg. 194. A Inglaterra era uma de suas grandes zonas de atuação, sendo as outras o Levante, Itália, França e Países Baixos.

[25] Idem, ibidem, pg. 201.

Eis um trecho de carta dele a W. Cecil,[26] em 1569: ***"Eu teria gostado que a Rainha, neste tempo, não usasse quaisquer estrangeiros, mas, sim, somente seus próprios súditos,*** *por meio do que ele (o Duque de Alba, chefe da ocupação espanhola nos países Baixos) e todos os outros príncipes pudessem ver que príncipe de poder ela é."* Gresham tratou de melhorar a balança comercial inglesa e o valor da libra. Atingiu esses objetivos, por meio principalmente de dois atos: **1) a destruição do comércio das cidades alemãs da Liga Hanseática; 2) a reforma da cunhagem de moeda em 1560. Antes de morrer, Gresham organizou a Bolsa Londres (Exchange) no modelo da de Antuérpia.** [27] **E os estrangeiros que negociavam em Londres foram gradualmente levados de volta a seus países, pelas pressões dos mercadores ingleses.**[28]

Para avaliar os avanços da Inglaterra nos Séculos XVI e XVII sob os Tudor e mesmo sob os Stuart, note-se que as receitas da Coroa francesa eram 8 vezes superiores às da Inglaterra à época de Henrique VII e nos primeiros tempos de Henrique VIII (estas, depois, cresceram um tanto com o confisco de terras da Igreja Católica e dos mosteiros). Mesmo correspondendo a população inglesa a 1/3 da francesa, a renda *pro-capite* desta era maior que o dobro da inglesa. *"Após a vitória de Flodden sobre a Escócia, em 1524, Henrique VIII ainda era um rei mal obedecido de um reino pobre, com escassez de homens e tecnicamente atrasado."* [29] **Apesar de razoável desenvolvimento na indústria têxtil e em outras, a Inglaterra de meados do Século XVI estava bem atrás, especialmente de Flandres, de vários Estados italianos e da França, entre outros.** Segundo Hoskins, muitas das oficinas de ferro que proliferaram nos anos 1540, eram operadas por técnicos e trabalhadores franceses.[30] Ainda em 1585, um pouco antes do desastre da "invencível armada" espanhola, a **tonelagem das frotas navais** denotava a pequenez da Inglaterra em face das potências: **Espanha 300.000; Países Baixos 232.000; Inglaterra 42.000.**[31] O poder naval era essencial para: 1) o comércio, com a ajuda da navegação e dos canhões; 2) conquistar posições nas periferias; 3) permitir que o transporte dos bens não fosse inviabilizado pelos piratas (dos outros).

Sob Isabel I e depois dela, a Inglaterra beneficiou-se com as guerras de religião e perseguições a protestantes em Flandres e na França, recebendo

---

[26] Cecil, Secretário de Estado e do Tesouro, sob a Rainha Isabel I, tudo fez para fomentar a indústria. Estimulou a produção de munições, concedeu monopólios por meio de cartas patentes na mineração de enxofre e salitre. Contratou artesãos estrangeiros para ensinar os locais, tornou o trabalho obrigatório pelo Estatuto dos Artífices de 1563. Vide Clough, Shepard B.: *European Economic History: The Economic Development of Western Civilization*, New York 1968 (2ª ed.), 1968, pg. 224.

[27] Ehrenberger, Richard, op cit., pgs. 254/5.

[28] Idem, ibidem, pg. 253.

[29] Boquet, Guy e Gruter, Edouard: *Les Iles Britanniques au XVI siècle*, Paris 1994, pgs. 5/6.

[30] Hoskins, W.G.: *The Age of Plunder*, op.cit. pg. 170.

[31] Boquet e Gruter, op. cit. pg. 210.

imigrantes dotados de experiência industrial e capacidades técnicas. Isso se deu, apesar de a Inglaterra não ser tolerante. Mas só perseguia algumas confissões protestantes e, por vezes, os católicos romanos. Valeu ao reino também a vontade política guiada pelo sentimento de nacionalidade. Deram-se novos passos para tirar os estrangeiros de posições comerciais e financeiras na Inglaterra e para iniciar atividades próprias no exterior. Gradualmente invertia-se a relação centro-periferia. Em 1577, ao expirar o acordo dos *Adventurers* (mercadores ingleses, exportadores de tecidos de lã) com Hamburgo, os hanseáticos, reunidos em Lübeck, tentaram recuperar os privilégios no Steelyard de Londres. Esses privilégios, instituídos em acordo de 1498, firmado em Westminster, haviam sido retirados pelos ingleses em 1552 e limitados, em 1560, por Isabel, a reciprocidade. Negadas as pretensões hanseáticas, Hamburgo só aceitou renovar por mais um ano os privilégios dos *Adventurers*. Estes retornaram a Emden, que ficou sendo, por alguns anos, sua etapa no Império Germânico.[32] Os ingleses começam a comerciar com a Rússia e a Polônia, fretam seus navios aos comerciantes de Livorno. Em 1578 a guerra perso-turca enseja vendas inglesas de ferro, chumbo e estanho para os canhões turcos.

I.3.1.4. Inglaterra, Século XVII

Os mercadores ingleses, na virada do XVI para o XVII, ainda eram principiantes no comércio com o Oriente. Os *Merchant Adventurers* eram uma associação de exportadores-importadores independentes. A companhia do *Levante*, que exerceu monopólio no comércio inglês com a Turquia até 1753, foi reconstituída como *chartered company*, em 1601. É também dessa época a criação da ***East Indian Company*, na realidade um cartel de grandes mercadores, com privilégios do Estado**. A EIC, começa, então, a concorrer com os holandeses. Estes, tendo começado a desalojar os portugueses das ilhas das especiarias, já no final do Século XVI, haviam-se tornado donos do comércio mais rendoso do mundo. Transacionavam também com as sedas, tecidos estampados, porcelanas e outras manufaturas orientais. Contando com navios bem construídos – cada tipo adaptado a funções específicas –, tripulações bem treinadas e domínio de técnicas comerciais e financeiras, detinham as vantagens comparativas necessárias à condição de centro da mundial. E o ocuparam até ser suplantados militarmente, quase ao fim do Século XVII, pela Inglaterra.

Para esta foram decisivos os anos 1640 a 1650, os da revolução social e política. Desde a morte de Isabel I, os avanços vinham sendo dificultados pela oposição protestante aos Stuart, católicos e, na maioria, sem condições de liderar o país. A classe média agitava-se, e até camadas populares. O movimento social gerava novas seitas protestantes, cujo radicalismo crescia

[32] Idem, ibidem, pgs. 206/7.

com o descenso nos estratos sociais. Por fim, *Crommwell*, à testa do Exército, impôs ordem à Revolução, que fizera decapitar o rei Carlos II. *Crommwell* passou a comandar o Parlamento, fechando-o depois. **A ditadura crommwelliana percebeu que era hora de lançar a Inglaterra na disputa pelo controle da economia mundial. Fê-lo mediante as guerras que a Inglaterra moveu contra os Países Baixos, do início dos anos 50 ao final dos anos 70 do Século XVII, corolário da política de reserva de mercado. Esta era a essência das Leis de Navegação, baixadas por Crommwell, em 1651, e reformuladas em 1660**. Elas submeteram todo o comércio à direção do Estado, ficando integrados ao sistema comercial nacional os monopólios antes controlados por companhias privadas.[33] Beneficiaram também os artesãos ingleses, ao proteger o mercado nacional da competição holandesa e ao incrementar o acesso aos mercados colonial e outros do exterior. Proibiram, ademais, qualquer desenvolvimento nas colônias que pudesse competir com a indústria inglesa.[34] Há nisso muita ironia, pois da Inglaterra emanou, no Século XIX, a ideologia do livre-comércio, para maximizar os ganhos decorrentes das vantagens comparativas acumuladas por ter saltado na frente, na revolução industrial. **Se, no Século XVII, os ingleses se houvessem submetido às vantagens comparativas, teriam perdido para a Holanda na competição, e a história teria sido diferente.**

1.3.1.5. Conclusão. Estado/Limites do Capital

A Inglaterra avançou nas transformações sociais desde o Século XV, e, 200 anos depois, chegou ao centro da economia e do poder mundial. O processo acelerou-se a partir dos anos 1640.[35] Eis os fatores e circunstâncias, dos Sécs. XV a XVII, que mais contribuíram para a ascensão: 1) a evolução da estrutura social e ideológica com o crescimento da burguesia e a virtual fusão de sua camada mais alta com os remanescentes da nobreza; 2) lideranças no Estado, conscientes, sob o enfoque mercantilista, da essencialidade de dominar mercados, a começar pelo mercado interno;[36] 3) dimensões territorial e de população superiores às dos Estados-cidades que antes comandaram as relações econômicas internacionais, inclusive as Províncias Unidas (a França e a Espanha eram superiores à Inglaterra sob esse aspecto,

[33] Farnell, J.E.: *The Navigation Act of 1651, the First Dutch War and the London Merchant Community*, na Economic History Review, Second Series, XVI (1964), pgs. 439-54, citado por: Hill, Christopher: *The Pelican Economic History of Britain, vol. 2 – 1530-1780, Reformation to Industrial Revolution*, Middlesex 1974, pg. 157.

[34] Como observa Farnell (op.cit., idem), a Espanha não fez o mesmo, tendo sua revolução industrial do Séc. XVI sido frustrada pela concorrência de empreendimentos em algumas de suas colônias. Faltou à Espanha; 1) política industrial; 2) fomento à marinha mercante.

[35] Entre 1638 e 1688, o valor das exportações e reexportações da Inglaterra multiplicou-se 3 a 4 vezes. Com o incentivo estatal à construção naval e barcos estrangeiros apresados nas guerras, a tonelagem da marinha britânica mais que dobrou de 1640 a 1686. Vide Farnell, J.E., op. cit. idem.

[36] Em 1651, diz o Embaixador de Veneza, em informe citado por Hill C., op. cit., pg. 155: *"Os comerciantes e os negócios estão dando grandes passos, à medida que o governo e o comércio são dirigidos pelas mesmas pessoas."*

mas suas forças estavam divididas, tanto no plano social, quanto por fatores geográficos, como o relevo, dados os precários meios de transporte terrestre da época); 4) formação do primeiro mercado nacional de razoável porte, graças à viabilidade de: a) no Sul e Sudeste, a navegação nos rios e os canais construídos para interligá-los; b) as vantagens de ser ilha, para a cabotagem no comércio interno.

Outro **elemento fundamental da ascensão britânica foi, ao contrário do suposto por muitos, a firme direção estatal**. Assim foi a dos governos de Isabel I, na 2ª metade do Século XVI, e de Oliver Crommwell, em meados do Século XVII. Além do fomento e proteção à indústria nacional, com as Leis de Navegação de 1651, 1660, 1663 e 1673,[37] o Estado britânico organizou uma estrutura burocrática permanente de apoio ao comércio exterior, dotada de quadros selecionados e bem pagos. Especialmente desde 1650, adotou a planificação institucional de longo prazo para a expansão comercial e o progresso de novas indústrias.[38] Em 1660, foi criado o *Council for Trade* para dirigir a diplomacia comercial. Entre 1650 e 1677, a Inglaterra firmou tratados de comércio e navegação com: Suécia, Portugal, Túnis e outros Estados da chamada Barbaria, as Províncias Unidas, Espanha e França.[39] Se não bastasse o que precede, foi erigida, tarifa protecionista, isto é, para preservar o mercado britânico para os produtores britânicos.[40] São, ademais, desse período as guerras movidas para desalojar a Holanda do centro do comércio mundial.[41] **Tudo isso é intervenção estatal na economia,** e não, livre jogo do mercado, de que a Inglaterra faz uso ideológico desde o Século XIX.[42]

---

[37] Clough, Shepard, op. cit. pg. 225: As leis, abrangiam tudo que levasse a arranjar negócios para os britânicos, como: a) não admitir na G.B. bens produzidos na Ásia, África e América senão em navios nacionais, comandados por um inglês e tripulados por ingleses, ou em navios de uma colônia britânica (os da Índia só em barcos nacionais); b) os produtos europeus só podiam entrar na G.B. em navios britânicos ou do país do qual procediam ou de cujos portos vinham usualmente; c) os bens de colônias espanholas ou portuguesas tinham de provir das respectivas metrópoles, o que golpeou os mercadores holandeses; d) as tarifas aduaneiras dos bens eram maiores, se o transporte fosse em navio estrangeiro; e) uma série de produtos tropicais das colônias britânicas só podia ser exportada para a G.B.; f) A quase totalidade das importações coloniais só podiam vir de portos britânicos e em naviosdo G.B. ;g) eram taxadas exportações de uma colônia a outra, como açúcar de Barbados para fazer rum na América do Norte; h) a cabotagem tinha de ser feita exclusivamente em navios nacionais.

[38] Hawkins, Michael: *The Government: Its Role and Its Aims*, em: Russel C., ed., *The Origins of the English Civil War*, pg. 38.

[39] Conquest, Richard: *The State and Commercial Expansion – England in the Years 1642-1688, em: the Journal of European Economic History*, vol. 14, nº 1, 1985, Banco di Roma.

[40] Clough, Shepard, op. cit., pgs. 224/5.

[41] Mas só no Século XVIII fica clara a transferência do centro mundial, de Amsterdam para Londres. Vide Braudel, F. *Afterthoughts* ...op.cit. pg. 27.

[42] As guerras de 1652 a 1674 tiraram dos holandeses o controle sobre o comércio de fumo, açúcar, peles, escravos e bacalhau, e formaram as bases do poder territorial sobre a Índia. Começa então o comércio inglês com a China. A captura da Jamaica em 1655 deu a base para o comércio de escravos, que enriqueceu os britânicos. Ver: Hill, C., op.cit., pg. 156.

Fiz menção, em 1.3.1.3, à imigração de artesãos e trabalhadores qualificados, em função da ocupação espanhola na Holanda e depois em Flandres, bem como das guerras de religião em França e na Alemanha. Além disso, a indústria inglesa prevaleceu-se do domínio da *East Indian Company* em províncias hindus, para extorquir-lhes técnicas avançadas na indústria têxtil, chegando a mandar tecelãos e tingidores ingleses à Índia para aprendê-las.[43] O fato de a Inglaterra ter-se tornado centro mundial, a partir do final do Século XVII, fez de **Londres foco de riqueza concentrada, proveniente dos ganhos comerciais, dos da pirataria e dos financeiros, todos extorsionários,** no feroz esquema antes praticado pelos holandeses.[44] **Isso contribuiu para o crescimento do mercado interno, mas esse foi retardado, devido à concentração**, não só a da oligarquia londrina, mas a da rural. Os milhões de marginalizados foram só em parte absorvidos pela expansão marítima e colonial. A maioria emigrou ou vegetou na miséria. Além da perda quantitativa, houve a qualitativa, com os baixos salários.

Não foram os capitais acumulados pela alta burguesia que viabilizaram as inovações da 2ª metade do Século XVIII. Os investimentos da revolução industrial foram diminutos e formados por artesãos ou no âmbito de pequenas empresas, do modesto condado de York (Yorkshire), sem colaboração dos mercadores e banqueiros de Londres. Esses aplicavam seus vultosos haveres, como antes, no comércio, nas finanças e nas expedições de pilhagem imperialista. Não tinham interesse pela revolução tecnológica, se é que a percebiam. Só mais tarde foram controlando empresas industriais ou estendendo-lhes crédito.[45] **Essa é mais uma lição para o que imaginam ou fingem crer necessários ao desenvolvimento grandes capitais, não disponíveis nas fases iniciais e medianas do processo**. O pretenso remédio, apontado pelo sistema de poder dominante, a saber, o capital estrangeiro não ingressa nos países 'receptores'. E, ao contrário, retira deles constantemente os recursos, inviabilizando a acumulação de capital nesses países. Os IDEs mobilizam recursos locais, operam com estes e, depois, desviam os ganhos e lucros para o exterior. Os hospedeiros tornam-se assim mais pobres e, obviamente, mais carentes de capital.

---

[43] Ver na Parte II, Raízes do atraso (II.5.3) dados sobre o saque da Índia.

[44] Além disso havia: a) os ganhos com os tratados impostos à Espanha, dando acesso à Inglaterra a parte do comércio das colônias hispânicas; b) o saque, em especial, de metais preciosos; c) os negócios do Brasil, como o do ouro, aproveitando o protetorado de fato sobre Portugal. Um resumo da espoliação no Oriente está em: Dean, Warren: The Origins of the Multinationals (As Multinacionais – Do Mercantilismo ao Capital Internacional, São Paulo 1983, pgs. 16/21.

[45] Vide Rioux, J.P.: *La Révolution Industrielle 1780-1880*, Paris 1971, trad. São Paulo 1975, pg. 34: *"Foi no Yorkshire, notou Pierre Mantoux, ao lado da indústria dos cottagers, que nasceu a grande indústria, e não no leste ou sudeste, onde se haviam acumulado grandes capitais comerciais. Os requerimentos de capital na indústria, em 1780, eram muito modestos: 25 libras por pessoa ativa na indústria têxtil, 30 na metalurgia. Cerca de 4 meses de salário de um artesão."*

I.3.2. A dianteira inglesa e os outros, Século XIX

I.3.2.1. A aparente improbabilidade de novos centros

Era tal a dianteira, na revolução industrial e no mais, alcançada pela Inglaterra, centro da Grã-Bretanha e do mundo, no Século XIX, que não parecia concebível que outro país a pudesse, algum dia, superar, ou sequer igualar. E, se o livre-comércio, promovido pela oligarquia inglesa, tivesse prevalecido, tal previsão estaria confirmada. O país que vinha em segundo lugar era a França. E essa foi retrocedendo, em conseqüência da nova ordem do Congresso de Viena, que satisfez os interesses da *pax britannica*. Além de desmontar vários dos progressos institucionais da França, a "paz" de 1815 [46] a pôs no caminho da aliança com a Grã-Bretanha, que se tornou explícita com a *entente cordiale*, no final do Século XIX. **E nada é mais prejudicial à economia de um país que juntar-se ao centro mundial ou mesmo ter com ele boas relações. De fato, a França perdeu mais terreno depois de 1815 do que quando era a inimiga secular da Inglaterra.** Não tendo espionagem à altura da de sua rival, sofrera desgastes provenientes das maquinações desta, como as coalizões antifrancesas nas guerras continentais. A isso se somavam as hostilidades ultramarinas, em que britânicos tinham superioridade. A França, apesar do potencial superior, não foi o centro econômico mundial. Mas a ascensão dos EUA e da Alemanha foi, de certo modo, uma desforra da França, mestra deles em terrenos estratégicos. Em torno de 1850, aqueles ainda não eram potências econômicas de primeira linha, apesar de estarem reunindo, desde o final do Século XVIII, os pressupostos que os levariam a essa posição. Os dados expostos a seguir permitem avaliar a diferença entre as dimensões industriais da Inglaterra e as dos outros no Século XIX.

Em meados dele, o ramo têxtil ainda era o principal da indústria, e a siderurgia estava crescendo. As matérias primas da primeira eram a lã e o algodão. As da segunda, o minério de ferro e o carvão. A siderurgia fornece insumos às demais indústrias, e o carvão, fonte energética daquela, o foi também destas. Em 1840, o **consumo de algodão e de lã,** na Grã-Bretanha, em mil toneladas, foi de 430 e 260, respectivamente, totalizando 690. Em 1860 ele atingia 950 e 410, portanto, 1.360 no total.[47] Na França as cifras eram, pela ordem: 1840: 53 + 74 = 127; 1862: 120 + 108 = 228.[48] Em 1840, o consumo de matérias têxteis na França equivalia a 18,4% do britânico. Em 1862, o francês cai para 16,8% do da Grã-Bretanha em 1860.

---

[46] O corrupto Tayllerand, ministro também sob Napoleão, e agente a soldo da Inglaterra, "negociou" a "paz". Restaurada a antiga monarquia, a Inglaterra obteve novas vantagens, inclusive comerciais.
[47] Bairoch, Paul: *Revolución Industrial y Subdesarrollo* (original francês, *Révolution Industrielle et Sous-Développement*, 1963), México 1974, 2ª. edição, pg. 256.
[48] Idem, ibidem, pg. 338.

No **carvão**, os números, em milhões de toneladas, são os seguintes: Inglaterra (1842): 30.278, sendo 18.265 para uso doméstico e 12.013 para fins industriais, dos quais 7.103 na siderurgia.[49] Na França, o consumo de carvão dobrou entre 1840 e 1853 para 9.423, mas isso é só 31% da cifra para a Inglaterra em 1842.[50] A proporção do consumo doméstico em relação ao industrial é menor na França, mas o total desta é inferior ao consumo, somente, da indústria na Inglaterra. No consumo aparente de **ferro**, a França, atingia, em 1850, 600 mil toneladas, 40% do da Inglaterra, cujo consumo aparente era de 1500.[51] Ademais, esta exportava, e sua produção perfazia 2.250 tons. A **produção de aço** por habitante é dada por Henning, em gráfico que permite comparar a evolução em vários países. A Alemanha, que começara só em 1820, ultrapassa a França, por volta de 1870.[52] Em 1860, ela ainda estava abaixo não só da Grã-Bretanha, EUA e França, [53] mas da Bélgica e Áustria-Hungria.[54] Os EUA superam a Grã-Bretanha em 1905, e a Alemanha o faz antes de 1910.

A produção industrial da França, equivalendo, em meados do Século XIX, a cerca de 30% da da Grã-Bretanha, o percentual *pro-capite* é 15%, [55] pois a população desta era metade da francesa. Em milhões de habitantes, para 1841 e 1861: Grã-Bretanha: 15,9 e 20,1; França: 34,1 e 36,5.[56] A população dos EUA crescia muito, em função da imigração. Em milhões: 1839: 16,6; 1859: 30,8; 1900: 63,1.[57] Na Alemanha ela era de 28 em 1825, 35 em 1850, 43 em 1875, 56 em 1900 e 67 em 1914.[58] A da Grã-Bretanha, elevara-se assim: 1821: 12,1; 1841: 15,9; 1861: 20,1; 1871: 22,7; 1891: 27,1; 1911: 32,5. Na produção bruta de aço, a Alemanha havia passado a Grã-Bretanha em torno de 1895, e os EUA o haviam feito por volta de 1890.

---

[49] Idem, ibidem, pg. 265.

[50] 3.531 eram de importações e o restante de produção local.

[51] Idem, ibidem, pgs. 274 e 350.

[52] Em parte, com a tomada da Lorena e da Alsácia.

[53] Henning, Friedrich-Wilhelm: *Die Industrialisierung in Deutschland*, 1800-1914, Padeborn/Munique 1993, pg. 153. Com população inferior à da França, em 1850, os EUA estavam na frente dela na produção de aço por habitante, mas não no restante. O avanço dos EUA na siderurgia decorria do fácil transporte do carvão e do ferro pelos rios e lagos e da demanda das ferrovias.

[54] Outro exemplo: em 1835, a tonelagem da frota de navegação da França correspondia a 40,1% da britânica. A da Alemanha, só a 13,3%.

[55] Bairoch estima que, em 1860, a grandeza absoluta da indústria francesa era de 22% a 27% da britânica, e a da Alemanha somente de 13% a 16%. Pro-capite, os percentuais eram, grosso modo: Suiça: 60; Bélgica 50; França 20; Alemanha 13. Bairoch, Paul: *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIXe. siècle*, Paris, pgs. 171/2.

[56] Paul Bairoch, *Revolución Industrial y Subdesarrollo*, op.cit. pg. 235.

[57] The Cambridge Economic History of Europe, VII The Industrial Economies, Part 2, Cambridge 1978, pg. 85.

[58] Houve redução após a 1ª Guerra Mundial, com as mortes e a perda de territórios.

Paul Bairoch mostra as percentagens da produção manufatureira mundial. Em 1880, a Grã-Bretanha estava à frente com 22,9%, seguida pelos EUA (14,7%,) Alemanha (8,5%) e França (7,8%). Para 100 da Grã-Bretanha, os EUA alcançavam 64, a Alemanha 37 e a França 34. **Em 1900, os EUA, produzindo 23,6% do total mundial, tinham ultrapassado a Grã-Bretanha**, então com 18,5%. A Alemanha crescera para 13,2%, e a França caíra para 6,8% (Rússia: 8,8%). **Em 1913, os EUA atingem 32%, a Alemanha chega ao 2° lugar com 14,8%, e a Grã-Bretanha desce para 3°: 13,6%.**

I.3.2.2. França

A França é hoje, na Europa, um subcentro, com menor peso que a Alemanha na União Européia. Sua produção e renda são superiores às da Grã-Bretanha. Mas a França nunca chegou a ser centro mundial dominante.[59] As divisões internas, de natureza religiosa e política, a dificuldade de integração, em função da incipiente tecnologia de transportes antes de meados do Século XIX, foram obstáculos no caminho da França. Não obstante, ela tornou-se a grande potência continental, no Século XVII, a única a ameaçar o poder britânico. E isso foi conseguido no momento em que a monarquia voltou a consolidar-se sob Luís XIV, isto é, com o Estado de novo forte, após séculos de lutas divisivas. Surgiu então o *dirigisme*, tendência esboçada com os cardeais-regentes, Richelieu e Mazarin. Jean-Baptiste **Colbert**, ministro das finanças sob Luís XIV, **fez de tudo para desenvolver a produção industrial e o comércio. Estabeleceu manufaturas de Estado, e os burgueses, pouco inclinados à indústria, foram estimulados a entrar nela.[60] Colbert foi verdadeiro ministro da economia. Não, cortador de despesas úteis, a fazer empobrecer o país e a favorecer oligarquias externas. Apoiou a Academia Real de Ciências e o desenvolvimento tecnológico. Após a morte do ministro em 1683, nunca mais a economia francesa foi dirigida com a mesma sabedoria.**

Algo de seu modelo ficou, não obstante os estragos "liberalizantes", recomendados pelos fisiocratas, Quesnay e a escola franco-suiça.[61] O "*laissez faire*", caiu como uma luva para a burguesia concentradora de Londres. Daí ter sido apropriado por David Hume e Adam Smith e pela economia política inglesa, clássica. O planejamento colbertiano foi revivido e aperfeiçoado, no final do Século XVIII, por Lazare **Carnot** e a plêiade de cientistas da *École Polytechnique*, de 1794 a 1814. **Carnot fez basear o desenvolvimento em: a) tecnologia avançada; b) estratégias orientadas para o progresso econômico em benefício do conjunto da nação; c) formação de elites e**

[59] Mas tampouco foi periferia. Já a Itália foi centro e, depois, periferia. Hoje está próxima ao centro.

[60] Os calvinistas (huguenotes) haviam deixado a França.

[61] 100 anos depois, um banqueiro suiço, Necker, ministro das finanças de Luís XVI, contribuiria, com sua política econômica, para as crises que desencadearam a Revolução Francesa.

quadros técnicos sob a direção do Estado. A França só não foi mais longe, porque essas estratégias não foram favorecidas pela situação e a política em seu conjunto, mesmo sob a Revolução, o Diretório e Napoleão. E sobretudo porque as resoluções do Congresso de Viena, de 1815/6, fizeram destruir na França muito do construído no esquema de Carnot. Napoleão foi vencido por seus erros e por deixar-se envolver por agentes britânicos, muitos deles seus ministros. As lições de Carnot acabaram sendo aproveitadas pela Alemanha.

I.3.3. Alemanha

I.3.3.1. Instituições francesas. Cultura e filosofia alemãs.

A França prestou fundamentais serviços à causa da grandeza alemã: 1) príncipes alemães e seus ministros imitaram instituições colbertianas, no Século XVIII, e carnotianas, no XIX.[62] 2) reformas sociais e jurídicas foram implantadas em territórios germânicos ocupados durante a Revolução e Napoleão; 3) este procedeu à reorganização da Alemanha, reduzindo o número dos Estados; 4) com o bloqueio feito pela Inglaterra, em guerra com a França, indústrias alemãs iniciaram a substituição de importações; 5) a estratégia militar da Revolução Francesa, formulada por Carnot, foi assimilada pela Prússia.

Alguns Estados alemães promoveram, de cima para baixo, as reformas que a Revolução fez na França sob pressão das bases. Entre 1799 e 1805, obtiveram a posse legal de suas terras a maioria dos produtores rurais alemães. Na Prússia oriental e na ocidental, isso se deu em 1808, sob o ministro **von Stein**.[63] Entre outras instituições francesas, von Stein adotou a divisão administrativa em departamentos.[64] Seu sucessor, von Hardenberg, aproveitou, ainda mais, inovações da França então vitoriosa. [65]

Mesmo desunida, com mais de cem unidades políticas, das quais as principais tinham sede em Viena e em Berlim, apesar também do atraso econômico, a Alemanha mostrava, no Século XVIII, vigorosa cultura. Esta e os avanços sociais propiciaram o desenvolvimento econômico. O movimento romântico surgiu na Alemanha, sendo, depois, importado pela França, de onde se irradiou para todo o mundo. Entre os grandes escritores alemães, estavam: **Goethe e Lessing**, nessa ordem, os dois maiores; **Herder**, crítico e historiador; **Schiller** e **Novalis,** autor de *Cristandade e Europa*, importante

[62] Frederico, o Grande, não é bom exemplo disso. Era, porém, fascinado pela literatura, artes, modos e arquitetura franceses. Sofreu as influência nada construtivas de Voltaire e do matemático alemão Euler, precursor do kantismo. Sua figura é magnificada, em função das relações com intelectuais, por seus escritos, por ter sido músico amador, etc., além de vitorioso general. Representa mais a moda do "déspota iluminado" do que a consciência da cultura alemã.
[63] Meinecke, Friedrich: *Das Zeitalter der Deutschen Erhebung*, Göttingen 1957, pg. 37 da tradução para o inglês, The Age of German Liberation, Berkeley 1977.
[64] Idem, ibidem, pg. 72.
[65] Idem, ibidem, pg. 53.

para entender a filosofia social do romantismo. Eles descobriram **Espinosa**, [66] condenado pelas religiões institucionalizadas e por cépticos, deístas, agnósticos, empiristas, em suma, pelos "iluministas" da moda no Séc. XVIII. **Lessing, Herder e Goethe admitiram que exigia ousadia admirar a filosofia de Espinosa, e muito aproveitaram dela**. No dizer de Heine, grande poeta da 1ª metade do Século XIX: *"Goethe foi o Spinoza da poesia. Todos os poemas de Goethe estão impregnados do mesmo espírito que flui dos escritos de Spinoza.* ***Não é objeto de dúvida ter Goethe assumido e cultuado por inteiro as lições de Spinoza.***" [67] É clara também a influência em **Hegel** de Espinosa. O próprio **Leibniz** tivera afinidades com este.[68] A filosofia de **Leibniz** foi vertente criativa no pensamento científico e filosófico-moral da Alemanha. [69]

Os melhores autores alemães de 1780 a 1830 eram clássicos. Expressaram também a comunhão com a natureza, com o espírito e a nacionalidade. Essas eram forças criadoras do romantismo. Este desvirtuou-se mais tarde,[70] quando a filosofia de Kant se tornou dominante. Esse mistura a mediocridade "iluminista" dos dois lados da Mancha com o anti-racionalismo. Seu produto serviu como luva à onda reacionária, prevalecente desde 1815.[71] Mas nem o vazio "iluminismo" de Voltaire e outros, na linha do empirismo/utilitarismo britânicos, nem o sensualismo, nem o positivismo de d'Alembert [72] teriam como se impor na Alemanha do final do Século XVIII e início do XIX, cujo pensamento lhes era superior, intelectual e moralmente.

Assim se entende como o Estado forte prussiano - que se permitia razoável tolerância de pensamento, por não se sentir ameaçado - pôde encontrar servidores bem formados. Compreende-se, também, porque se soube, na

---

[66] O filósofo da era moderna, nascido em Amsterdam, de origem judaico-portuguesa, em 1632, morto em 1677. Seu pensamento aparenta-se ao taoísmo e a outras expressões da sabedoria oriental. Espinosa partiu das filosofias judaica, neoplatônica, da de Descartes e de reflexão própria sobre a geometria analítica e a física modernas. Na política, em que foi seguido por J.J. Rousseau, influenciou o impulso de libertação carreado pela Revolução Francesa. Como era e é comum, Rousseau não citou a fonte. E se o fizesse teria menos crédito, tal a repulsa dos intelectuais orgânicos às elevadas concepções de Espinosa. Vide Vernière, Paul: *Spinoza et la Pensée Française avant la Révolution*, P.U.F., Paris 1954, 2° vol. pgs. 475/94.

[67] Heine, Heinrich: *Zur Geschichte der Religion und Philosophie in Deutschland*, em: H. Heines *Gesämte Werke* (obra completa), Stuttgart/Leipzig 1834, pg. 515.

[68] Ver, entre outros, Friedmann, Georges: *Leibniz et Spinoza*, Paris, Gallimard 1946.

[69] Não a "filosofia", para uso externo e de circunstância, da Teodicéia, mas a da Monadologia. A 1ª fez escola, com Wolff e outros, e foi ridicularizada por Voltaire, no *Candide, l'Ingénu*.

[70] No Século XVII (le grand Siècle) em que o pensamento foi mais criativo que no XVIII, na França e em quase todo o Ocidente, também prevalecera o classicismo, vivificado pelo barroco.

[71] Isso não ocorre por acaso, mas por conter sua filosofia crítica os vírus do empirismo e do agnosticismo, caros à oligarquia utilitarista. Além disso, o imperativo moral kantista não se estende à coesão social, ficando no plano individual, outra posição simpática às oligarquias. Vide Dilthey, Wilhelm: *De Leibniz a Goethe* (trad. p/ o espanhol), México 1945, pg. 164.

[72] Já o iluminismo alemão, embora despojasse a religião do ritual, enfatizava a religião espiritual e suas lições morais. Isso inspirou líderes como Frederico Guilherme III, von Stein, Humboldt.

Alemanha, copiar, sem servilismo, o que se fizera de bom na França: os métodos de educação e progresso tecnológico; a direção econômica e social pelo Estado.

A filosofia, expressão mais profunda da cultura,[73] é relevante para entender os caminhos tomados pela política, pelo direito e pela economia. O brilho falso do "iluminismo" não era a luz. Esta tinha de ser buscada na obra dos dois maiores filósofos do Século XVII, Espinosa e Leibniz, o primeiro banido, por cem anos após sua morte, e o segundo deturpado no XVIII. Espinosa representa o cume do racionalismo. Ele reconhece os limites da razão e a utiliza plenamente, dentro desses limites. Situa-a abaixo da intuição supra-racional, que diretamente apreende a realidade infinita, mas ela, a razão, é um poderoso instrumento, auxiliado pelos instrumentos conceptuais e os do equipamento científico, que ela mesma cria. Bem usada, ela jamais entra em contradição com a realidade, seja a manifestada nas coisas do mundo, seja a realidade suprema.

Muitos intelectuais alemães sentiram-se atraídos por idéias do espinosismo, embora não o tenham entendido com a inteireza e a profundidade de Goethe. Entusiasmaram-se com o monismo do Todo, a Substância única, a enfeixar todas as manifestações da realidade. Mas deram vaza em excesso aos sentimentos, deixando-se seduzir pela "filosofia" anti-razão, a de Kant. [74] Os ingredientes do kantismo, na Crítica da Razão Pura, são: 1) agnosticismo/empirismo britânico-escoceses, aparentados ao cepticismo do reacionário David Hume. Pior, na parte "construtiva" de sua filosofia, Kant acrescenta ao coquetel crítico: 2) sentimentalismo de Pascal e Rousseau, para os quais o fundamento da religião é a própria fé, dispensando qualquer justificação racional; 3) na mesma linha, o pietismo, movimento do luteranismo, que contraditoriamente propunha a religião do "coração" e o estudo da Bíblia; 4) idealismo transcendentalista, em que a razão é violentada pelo salto das coisas do mundo para a idéia de Deus, encerrada no âmbito do pensamento; neste ocorre a hipertrofia do eu, passaporte para a divindade, para filósofos do Ocidente, e obsessão deles, feito de sentimentos e vontade, não de espírito e razão; 5) voluntarismo irracional e anti-racional, que Ortega y Gasset definiu como filosofia de vikings em suas arremetidas.

Para Kant é o imperativo categórico, indispensável à moral, que exige a crença na existência de Deus, na liberdade e na imortalidade (Crítica da Razão

---

[73] A música, a mais espiritual das artes, costuma entrar defasada nas revoluções estéticas. Na literatura e na pintura, como na ciência, o grande século foi o XVII. Na música foi o XVIII. Nele estão Bach e outros grandes barrocos. Haydn e Mozart fazem música total. Clássico, ao fixar formas, Mozart expressa a riqueza das emoções, sublimadas pelo espírito e pela beleza. Schubert, Beethoven, do XVIII para o XIX, e Brahms, no XIX, são outros gênios.

[74] Kant, associado ao "iluminismo" pela parte crítica de sua filosofia, é um pensadores típicos do idealismo abstruso, envolto em brumas metafísicas, espessadas pelo estilo obscuro e confuso.

Prática). Pois, segundo ele, nada disso pode ser afirmado ou negado em termos teóricos, isto é, pela razão pura. Se Kant prezasse a razão, não a segmentaria, por meio dos adjetivos "pura" e "prática". Heine profetizou que o kantismo poderia servir às futuras tiranias na Alemanha.[75] E essa filosofia se ajusta, ainda melhor que ao nazismo, às tiranias que se tornaram as mais freqüentes no Século XX: as das oligarquias concentradoras, encobertas por capas liberais e democráticas. Está explicada a voga nos Séculos XIX e XX, de Kant e seus numerosos continuadores. E também a decadência da filosofia com as fenomenologias, o nietzschianismo, os existencialismos e demais escolas derivadas de Kant. Este, ainda por cima, defendeu o supranacionalismo das organizações internacionais, instrumento da dominação mundial pelos centros.

I.3.3.2. O papel do Estado

Suarez, preceptor do rei Frederico Guilherme III, havia-lhe transmitido a idéia de que o governante sábio deve dirigir cidadãos livres, não máquinas. Mencken e Beyme, seus ministros, trataram de transformar o princípio em prática. Depois, no governo, von Stein destacou-se por seu espírito de justiça social, presente nos decretos de 1807 e 1811, de emancipação dos servos.[76]

As reformas sociais foram decisivas para o processo de desenvolvimento que, decênios depois, apareceu claramente. E essa não foi a única ação do Estado na transformação da estrutura sócio-econômica na linha de Colbert e Carnot. A Prússia reestruturou a administração. Na instrução pública, uniu a formação humanística à científico-tecnológica. Os estadistas prussianos da 1ª metade do Século XIX orientavam-se por princípios práticos com base filosófica superior. Distanciavam-se das abstrações de Hegel, incensador do Estado absoluto, e de Fichte, crítico da pressão do Estado sobre os indivíduos. Von Stein valorizava o conceito da Revolução Francesa de reunir num todo o Estado, a Nação e os indivíduos. Ele e muitos de seus colegas e sucessores perceberam que o Estado é o único instrumento para educar o povo, com saudável espírito público, e para ensiná-lo a praticar o autogoverno, que ele favorecia a nível local.[77]

Houve descontinuidades na política social, mas não, na promoção do desenvolvimento por meio da ação direta e indireta do Estado. **Não apenas o protecionismo moderado, mas a criação de manufaturas estatais em diversas atividades econômicas, a liderança do Estado na construção,**

---

[75] Heine diz que Kant liquidou o deísmo, sem pôr algo que prestasse em seu lugar.

[76] Meinecke, Friedrich, op.cit. pg. 36. A abolição da servidão, porém, não reduziu o poder, na Prússia, da pequena nobreza. Esta fortaleceu-se, apesar da supressão das restrições de classe e de profissão, pois os junkers a compensaram comprando terras, competindo em vantagem e contando com apoios no Estado. Também a Igreja Católica superou a perda de terras e dos principados eclesiásticos.

[77] Por todo o Século XIX, a escola histórica valorizou a tradição moral. A ética era assunto do Estado e objetivo da educação pública. Vide Dilhtey, Wilhelm, op.cit., pg. 162.

controle e operação de canais e depois de ferrovias, a subordinação dos bancos aos imperativos do financiamento à produção, as universidades públicas de alto nível, tudo isso foi determinante para a ascensão da indústria alemã no Século XIX. ***"Os súditos dos governantes dos Estados alemães esperavam que estes tomassem parte ativa no fomento ao crescimento econômico. Era amplamente sustentado que servidores civis competentes, dedicados ao serviço público, podiam dirigir firmas industriais no interesse nacional melhor do que empresários cujo negócio é simplesmente obter lucros." O setor público realizou substanciais investimentos na mineração e nas manufaturas.*** *Na indústria do carvão, o Estado era dono e gestor de quase todas as minas da região do Sarre e mais duas na Alta Silésia, e uma na Westfália. Essas minas nacionalizadas produziam 4 milhões de tons. anuais em meados do Séc. XIX, um quinto do total do país. O Estado prussiano também possuía minas de ferro, chumbo, prata e zinco, além de fábricas de alumínio. As salinas estatais respondiam por 80% da produção da Prússia, e a venda do sal era monopólio do Estado. Em 1850 as fábricas de ferro estatais da Prússia produziam 150 mil toneladas de ferro-gusa, 80 mil de ferro fundido e 80 mil de produtos de ferro elaborado. Outras indústrias estatais produziam soda, porcelana, espelhos, armas e madeira."* [78]

Desde inícios do Séc. XIX, a Prússia possuía estatais em atividades não relacionadas com minérios. Entre elas a Seehandlung (Comércio Marítimo), que, entre 1782 e 1804, havia realizado com êxito numerosas transações comerciais e financeiras para o Governo, sob o comando de von Streunsee. Nos anos 30 e 40 do Séc. XIX ganhou ainda maior dinamismo sob a direção de Christian **von Rother**. Este rejeitava a crença comum de que o Estado se deve distanciar do desenvolvimento das indústrias e do comércio e não se deve engajar na empresa. *"Tenho mostrado quanto é falsa a alegação de que um servidor público não se pode comparar com um cidadão privado na gestão industrial."* [79]

Sentia-se ser dever do Estado promover indústrias como a do ferro, pólvora e armas leves, por razões de defesa nacional. Com o mesmo objetivo de Colbert na França do Séc. XVII, a necessidade de elevar as exportações ensejou a criação de indústrias de artigos de luxo, como seda e porcelana. E, a esses objetivos, Rother acrescentou outros: 1) difusão de tecnologia: algumas das estatais eram fábricas-modelo, nas quais se instalava maquinaria atualizada; elas eram abertas a visitas didáticas, para que empresários privados seguissem o exemplo e introduzissem equipamento semelhante em suas fábricas; em

---

[78] Henderson, W.O.: *The Rise of German Industrial Power 1834-1914*, Londres 1975, pgs. 71/2.
[79] Idem, ibidem, pg. 73.

algumas indústrias, a Seehandlung contratava trabalhadores especializados estrangeiros, outra **forma importante de absorver tecnologia; 2) criação de emprego em regiões cujas indústrias haviam entrado em declínio.**

A Seehandlung fez funcionar indústrias têxteis nos anos 40: moderna tecelagem de lã penteada em Breslau; a primeira tecelagem de cambraias a instalar teares a energia elétrica em Wüste Giersdorf; fiações em diversas cidades; fábrica de tecidos de algodão, na Silésia. As indústrias de processamento de metais e as de equipamentos da Seehandlung estendiam-se por todas as regiões do país. Ela tinha fábricas de máquinas-ferramentas em Breslau e Berlim, de produtos químicos, em Mark Brandenburg, de papel, em Berlim e nas proximidades de Neustadt. E: moinho, serraria, refinaria de óleos, beneficiamento de tecidos, em Posen. No capital de algumas indústrias da Seehandlung havia participação de empresários privados, como na fundição de Burgthal, que produzia ferro moldado, e nos lanifícios, em Wüste Giersdorf. De há muito atuava no comércio de atacado, atividade ampliada por Rother. A Seehandlung possuía navios mercantes e operava barcos a vapor e rebocadores nos rios Elba, Spree e Havel. Enviou, em 1822, o navio *Amerika* ao Rio de Janeiro com uma carga de linhos e promoveu duas viagens de volta ao mundo para comercializar têxteis prussianos no Extremo Oriente. Os navios, que saiam de Hamburgo, estabeleceram, depois, comércio regular com as Américas do Norte e do Sul, Índia e China.

Até os banhos medicinais e águas de três SPAS, como Kissingen na Baviera, foram empreendimentos do Estado. Em Munique, a fábrica de porcelana de Nymphenburg e a cervejaria Hofbräuhaus eram estatais. O Estado tinha dois terços do capital do Banco Real da Baviera e 100% dos correios e do canal que liga os rios Main e Danúbio, bem como da ferrovia Norte-Sul. Em Hanover havia duas ferrovias e cinco salinas estatais. Na Saxônia, a fábrica de porcelana em Meissen e a fundição de canhões em Dresden. Situação semelhante era comum em outros Estados alemães. [80]

Ademais da ação direta na economia, o Estado prussiano deu subsídios e facilidades creditícias e de acesso a máquinas ao setor privado, com a condição de serem elas inspecionadas por outros fabricantes. Teve participação acionária em firmas privadas, e funcionários públicos supervisionaram-lhes a gerência, assumindo, por vezes, a responsabilidade total de sua administração. Desde 1819, Beuth, Diretor do Departamento e Comércio e Indústria (Ministério das Finanças), percebendo que o progresso técnico era estratégico para a industrialização, fez instalar fábricas equipadas com as máquinas e sistemas de energia a vapor da Grã-Bretanha. Foi a esse país duas vezes, nos anos 20, e visitou fábricas e usinas, também na França, Bélgica, Holanda e Saxônia. Tratou de disseminar na Prússia as informações colhidas.

---

[80] O resumo precedente é baseado em: Henderson, W.O. , op. cit. pgs. 73 a 79.

"Em 1819 foi montada a Comissão Técnica, de que Beuth era um dos diretores. Logo depois, criou-se a Associação para a Promoção do Conhecimento Industrial na Prússia, reunindo funcionários públicos, oficiais do exército, professores universitários, industriais, cientistas e artistas. Os membros da Associação pesquisaram em profundidade o progresso técnico no exterior e na Alemanha. Em 1821 Beuth influiu na criação de uma terceira instituição para o fomento da tecnologia na Prússia, o Instituto Técnico de Berlim, precursor da atual Universidade Técnica. O Instituto deu cursos de dois anos e, depois, de três anos, para engenheiros civis e construtores, muitos dos quais fundaram suas firmas. Foi estimulada a criação, nas províncias, de institutos técnicos no molde do Instituto dirigido por Beuth. A. Borsig, que fabricou locomotivas em Berlim, e F. Schichau, construtor de maquinaria e navios em Elbing, foram dois dos mais famosos alunos do Instituto." [81]

O Estado prussiano era responsável pela manutenção das principais estradas e da navegabilidade de rios e canais. Na Westfália, Ludwig Vincke, presidente da província, fez completar a construção de grande ferrovia atravessando a província de Wesel a Minden. Essa estrada tornou-se de extrema valia para as indústrias de carvão e de ferro do Ruhr. Vinke teve parte importante também na **construção de portos modernos** em Ruhrort e Duisburg.[82] **Tendo a União Aduaneira suprimido barreiras ao comércio interno na Alemanha, as ferrovias exerceram, a partir dos anos 1830, papel fundamental na formação do mercado nacional e no fomento à produção. O Estado foi o fator dominante na construção e operação do sistema ferroviário.** *"Em 1875, dos quase 28 mil km. de linhas em operação 43,2% eram propriedade do Estado e 12% eram manejados por companhias privadas sob a direção do Estado. Em 1912, de uma rede de 60,5 mil km., só eram de propriedade privada 3,6 mil km. (5,9%), dos quais 277 km. (menos de 0,5% do total) correspondiam a linhas principais."* [83]

O papel do Estado, decisivo no desenvolvimento da economia alemã, foi um tanto diminuído, durante a revolução liberal (1848), às vésperas e depois dela, movimento promovido por agentes da oligarquia do centro externo dominante. A importação ideológica do *laissez-faire* cresceu após se terem muitos empresários tornado grandes, graças às ações do Estado. Movidos pelas ambições, eles reclamaram o direito de dirigir seus negócios sem orientação do Estado, ideologicamente acoimada de paternalista. Outro fator da "liberalização" foi a subida ao poder, na França, de Napoleão III, controlado por interesses britânicos, oficiais e de bancos. Em 1860, foi firmado o acordo

[81] Idem, ibidem, pgs. 75/6.
[82] Idem, ibidem, pgs. 76/7
[83] Stolper Gustav: *Historia Económica de Alemania, de 1870 a 1940*, (tradução da ed. inglesa de 1940) México, 1942, pg. 73.

de redução de tarifas entre a Grã-Bretanha e a França, o que levou a Prússia e outros a entrar na onda da abertura comercial.

A penetração da ideologia britânica, reforçada pelo corporativismo dos capitalistas locais, fez perder o senso de realidade. Mas anos de estragos acordaram os dirigentes do país. **A festa liberal foi acabando, a partir de 1873, em conseqüência da depressão mundial, que durou quase até o fim do Século XIX.** A ascensão do liberalismo na política de vários países tinha concorrido para acelerar a concentração econômica e gerar a depressão. Depois de enormes danos para centenas de milhões de pessoas, o veneno produziu seu antídoto. O Estado, unificado na Alemanha, em 1870, reforçou sua ação dinamizadora. A onda "liberalizante" só ganhara corpo em torno de 1860, quando a indústria alemã já estava avançada, além de, graças à virtual ausência de propriedade estrangeira, não sofrer concorrência externa dentro do próprio país. Isso limitou os prejuízos da onda liberal, e, mesmo antes dela, a proteção tarifária não era muito alta.

Às vésperas da 1ª Guerra Mundial, o Estado já se tinha tornado proprietário único dos serviços: ferroviário; postal; telefônico; telegráfico, exceto o transatlântico. Os serviços de gás, água potável e transporte urbano pertenciam, em grande maioria, aos municípios ou a sociedades de economia mista. As empresas de energia elétrica eram, em geral, municipais, estaduais, ou empresas de propriedade mista.[84] Ademais, no sistema dos bancos, crucial na industrialização alemã, o papel do Estado foi significativo. *"No próprio Reichsbank, com funções de banco central, embora a maioria das ações fossem de particulares, o presidente da instituição e seus altos funcionários eram designados pelo Imperador, e os acionistas não tinham direito de intervir na direção dos negócios ou da política do Banco. Muitos dos principais bancos eram estatais, como os maiores do mercado monetário de Berlim, em que era preeminente a Seehandlung. Além disso, eram dos municípios quase todos os bancos de poupança, e estes manejavam recursos mais vultosos que os depositados nos bancos comerciais, ditos de crédito."* [85]

I.3.3.3. A concentração e seus efeitos políticos

Um traço comum às economias centrais, após a ascensão, é a transferência, do poder real da elite dirigente do Estado, para a oligarquia econômico-financeira privada. Esta passa a ditar as diretrizes políticas, o que tem duas grandes ordens de conseqüências: 1) internamente: o agravamento da concentração econômica, conducente a crises de subconsumo, ditas de superprodução; 2) externamente: a extensão das posições em mercados

[84] Idem, ibidem, pg. 76.
[85] Stolper, Gustav, op. cit., pg. 76.

no exterior, com: a) exportações; b) empréstimos e financiamentos; c) controle de matérias primas; d) IDEs em: i) comércio (desde o Séc. XVII); ii) bancos, intensificado nos Secs. XIX e XX); iii) mineração, desde o Sec. XVI, mais forte no XIX e 1ª metade do XX e, de novo, agora; iv) indústria de transformação e serviços (Século XX). Disso derivam conflitos entre os interesses de cada centro nas diferentes áreas-objeto, os quais se resolvem de dois modos principais: a) cooperação, especialmente sob a forma de cartéis internacionais e *joint-ventures*; b) guerra. Daí o choque entre os EUA e a Inglaterra na 1ª metade do Século XX, bem como a confrontação entre a Alemanha e ambos nas duas guerras mundiais, embora grupos norte-americanos tivessem estreitos laços de cooperação com a grande-indústria alemã.

Após curta retomada, nos anos 1880, interrompida de novo, a Alemanha volta a intensificar sua industrialização de 1897 a 1913. Ela ultrapassa a Grã-Bretanha na produção de ferro e aço, nas indústrias química e eletrotécnica, na organização industrial e em grande parte da tecnologia industrial.[86] Ao mesmo tempo, acentua-se a tendência de concentração. Em 1882, 26,3% dos empregados na indústria trabalhavam em fábricas com mais de 50 empregados. Esse percentual ascende a 45,5% em 1907. A participação, no total, das fábricas com mais de 1.000 empregados sobe de 7,2% para 13,7%. As indústrias de mineração, *engineering*, inclusive elétrica, química e têxtil eram as que mais se concentravam. Nelas, mais de 2/3 dos empregados trabalhavam em fábricas de mais de 50 pessoas.[87] E muitas fábricas pertenciam a uma mesma empresa, descentralizada em unidades de produção, mas de propriedade e administração centralizadas. Na eletricidade e aparelhos elétricos, a Siemens dominou a era da alta voltagem. A relutância da família Siemens em partilhar o poder em sua mega-empresa, ensejou a criação da concorrente AEG, pelo executivo Emil Rathenau. Isso acabou levando a Siemens a abrir o capital juntando-se com a família Halske. Outras fusões, no início do Século XX, fizeram concentrar ainda mais o setor, sob a liderança da Siemens, reforçada por acordos de cartel. Estes visavam a suprimir a concorrência e garantir preços, mas não envolviam grandes aumentos de capital, para não afetar a supremacia da família. Somente a confrontação com a AEG levou a Siemens e Halske a também adquirir ou controlar outras companhias. Nos setores intensivos de capital, como a mineração, ferro e aço, eletro-*engineering* e indústria química, a par de certa separação entre a propriedade e a direção da corporação, houve expansão e concentração por meio de fusões e aquisições.

A integração vertical foi facilitada pela cartelização, em setores, como a distribuição de carvão. Foram dispensados atacadistas, e realizaram-se associações e fusões entre minas e fundições, pois o carvão para uso próprio

[86] *The Cambridge Economic History of Europe*, op.cit., vol. VII, pg. 556.
[87] Idem, ibidem, pgs. 556/7.

não entrava na quota fixada pelo cartel. Estimulava-se a penetração dos grandes grupos em áreas não cartelizadas, como a do aço, restringindo os lucros da extração de ferro. A diversificação e os aumentos da produção nos *Konzerne* [88] da mineração, nos vinte anos precedentes à 1ª Guerra Mundial, provieram de aquisições e fusões, e quase nada de novos empreendimentos.

Outros setores valeram-se de *know-how* altamente qualificado e caro e da possibilidade de empregá-lo em diferentes métodos e tipos de maquinaria. No meio dos anos 1880, antes das fusões e aquisições, os grandes *Konzerne* elétricos e químicos controlavam o comércio de seus produtos até o nível do varejo, em função da complexidade técnica do setor.[89] Também os fabricantes de máquinas de costura e de bicicletas organizaram suas redes de comercialização. De 500 grupos industriais, quase 300 exportavam, em 1906, diretamente à América do Sul. Só 150 o faziam por meio de empresas de comércio exterior, e 60 usavam os dois meios. Algumas vezes, houve o inverso: redes de varejo de móveis e roupas, bem como atacadistas, formaram unidades de produção, algumas na base de *putting-out*, outras por aquisição ou por controle indireto.[90]

Os cartéis são acordos sobre a política comum de mercado, em contratos, em geral, secretos, permanecendo distintas as empresas que os formam. Na Alemanha, eles, a princípio, regulavam os preços, passando, depois, a fixar também o *quantum* da produção de cada um dos membros e a regular as condições de comercialização. Entre os de maior "êxito" no final do Séc. XIX, estava o Sindicato [91] do Carvão da Renânia e Westfália, formado em 1893, o qual serviu de modelo a outros cartéis. Ele controlou 80 a 90% das vendas de carvão do Rhur. **Os cartéis reduziam, ou até excluíam, a competição, fixando os preços e os lucros, por meio da administração da oferta global de cada área. Chegavam ao virtual monopólio ou tendiam para este, mas, a Suprema Corte do *Reich* decidiu, em 1897, a favor da legalidade dos cartéis.**[92] Tal decisão dispensa comentários sobre o poder político e econômico alcançado pelos *Konzerne*. Depois da virada do Século, os abusos nos preços praticados pelos cartéis e as práticas desleais para com os concorrentes e com os consumidores suscitaram protestos. Mas estes não frearam o aumento do número dos cartéis. 1875: 4; 1890: 106; 1896: 205; 1905: 385; 1925: 1.500; 1930: 2.100.[93] A maioria deles era regional e muitos tiveram existência passageira. Os principais dominavam todos os setores-

---

[88] *Konzern* é, em alemão, um grupo de grandes empresas multi-setoriais.

[89] *The Cambridge Economic History of Europe*, op. cit. pg. 561.

[90] Idem, ibidem, pg. 562.

[91] Chamavam-se sindicatos as organizações de marketing dos cartéis.

[92] Idem, ibidem, pg. 563.

[93] Estava pronta a estrutura de poder que suscitou o nazismo. Vide Guérin, Daniel: *Fascisme et Grand Capital*, Paris 1945, pgs. 216 e segs. Os governos nazista e fascista favoreceram os grandes grupos, em detrimento dos países. Assim, na reversão das estatizações feitas na Alemanha, até 1932, para salvar da bancarrota os maiores bancos e algumas empresas industriais. E na privatização, forçada pelo governo nazista, das importantes estatais municipais.

chave da economia, como os de produção em massa. Segundo estimativas conservadoras, eles controlavam 25% do total da produção na Alemanha, em 1907, chegando a 50% em 1938.[94] E os cartéis são só uma espécie do gênero concentração. O oligopólio implica o controle da oferta e o exercício das práticas restritivas, mesmo sem recurso à cartelização.

1.3.3.4. Capital formado no país

Na Alemanha, como em todos os países que se desenvolveram, as empresas eram de capital nacional. E não por acaso: 1) o volume de capital requerido nas primeiras fases é modesto e pode ser mobilizado no país; 2) aplicadas políticas corretas, o capital cresce geometricamente; 3) aberto o mercado a firmas de países mais avançados têm estas vantagens comparativas sobre as locais, e os IDEs passam a dominar os mercados; 4) mesmo que houvesse escassez de poupança no país, o capital estrangeiro só a agravaria, pois ele causa: a) crescente transferência de recursos para o exterior; b) relação de troca desfavorável. **A história alemã ilustra só haver desenvolvimento se o investimento direto for nacional. Em 1913, o estoque de capital estrangeiro nela investido era de 5 bilhões de marcos, ínfimos 0,7% do produto social líquido. O estoque dos investimentos alemães no exterior era seis vezes maior: 30 bilhões de marcos.**[95]

1.3.3.5. O progresso econômico

O progresso no Século XIX culminou no início do XX, quando a Alemanha ultrapassou a Grã-Bretanha, por não ter adotado as teses ideológicas da economia política inglesa. As fases iniciais da primeira revolução industrial foram *grosso modo*: 1) Inglaterra - 1750 a 1790; 2) França - 1780 a 1820; 3) Alemanha - 1795 a 1835; 4) Estados Unidos - 1800 a 1840; 5) Japão - 1860 a 1880.[96] De 1780 a 1850, a renda alemã elevou-se muito pouco, mas os avanços estruturais levaram ao salto subseqüente. De 1850 a 1875, o produto social líquido elevou-se em 61%, à taxa média anual de 1,92%. De 1875 a 1900, o crescimento, foi de 39%, taxa média anual de 1,33%. **A Alemanha, aplicando o planejamento carnotiano, destacou-se, a partir do último quartel do Século XIX, em setores intensivos de tecnologia, como a indústria eletrotécnica, aparelhos elétricos e de precisão. *E fez surgir um novo setor industrial, a indústria química, usando* a vantagem comparativa do conhecimento técnico**. Foram complementares a indústria e a agricultura. Entre os avanços desta, houve o método Liebig, de suplementação dos elementos mínimos do solo.

---

[94] *The Cambridge Economic History of Europe*, op.cit. pgs. 563/4.
[95] Stolper, Gustav, op.cit. pg. 60.
[96] Henning, F.W.: op. cit. pg. 35.

I.3.4. Estados Unidos

Alexander Hamilton e Benjamin Franklin, entre outros, propugnaram a industrialização e foram fundadores do sistema americano. No Século XIX, Friedrich List, ideólogo da União Aduaneira na Alemanha, propagou o sistema de economia nacional nos EUA.[97] A extensão do desenvolvimento autocentrado do Norte ao conjunto do País era dificultada pela economia de *plantations*, dominante no Sul, periferia do centro mundial, a Inglaterra. **Foram decisivas a eleição de Lincoln e a Guerra de Secessão, pelas seguintes razões: a) ter Lincoln preservado a União e adotado políticas sociais e econômicas defendidas pelos partidários do sistema nacional, na maioria estadistas e empresários de Filadélfia, como Henry Carey;[98] b) a centralização estatal a que obriga a organização de uma guerra de grande vulto; c) a fabricação de armas e importantes insumos industriais indispensáveis à condução da guerra, juntamente com a provisão de gêneros básicos à população; d) o desfecho, com a vitória do Norte, onde se concentrava a indústria; e) o fim da escravidão, ligada ao modelo exportador sulista; f) maior protecionismo, a que era avessa a oligarquia do Sul, livre-cambista e atrelada à supremacia inglesa.**

As bases dessa evolução provieram da sociedade formada nos EUA, por gente que vinha radicar-se em região nada amena. Deixavam partir, da Inglaterra para lá, indesejáveis, como fiéis das seitas religiosas em conflito com as dominantes, e excluídos da riqueza concentrada na *city*. **Havia no Norte poucos recursos atraentes para Londres, mas essa carência foi uma benesse e não, algo a lamentar. O Sul, exportador de produtos tropicais, é que foi foco de resistência à industrialização.** O carvão e ferro foram básicos na industrialização, e os lagos, fundamentais para o Nordeste e para ligá-lo ao Meio-Oeste. Não interessavam à Inglaterra, dotada desses recursos, e a técnica de transportes à época não viabilizava longos deslocamentos de matérias primas. **Assim, os EUA tiveram a fortuna de, pobres e estando numa zona pobre, serem entregues à própria sorte.** Para sobreviver, construíram navios e implementos para pescar, fabricaram rum com melaço do Caribe, curtiram e elaboraram peles de animais. **Atividades modestas, mas realizadas por locais, o que envolve criação tecnológica e fabricação de bens de capital. Mais importante: envolve habituar-se a isso.**

---

[97] List desenvolveu trabalho intelectual e de ação política nos dois países. Sua principal obra é: Sistema Nacional de Economia Política, publicada em 1841.

[98] *"Carey wrote the platform on which Lincoln was nominated for President. Carey supplied his own students and associates for the Lincoln administration. They implemented the radical economic-nationalist policies adopted during the Civil War, which brought about the unprecedented advancement of U.S. industry to the end of the century."* Chaitkin, Anton: *Henry Carey's Global Development Program*, em: Executive Intelligence Review, nº 19, 02.05.1997, pg. 33.

Outros lances de sorte para os EUA, foram: 1) ter contado com a ajuda da França na Guerra de Independência, em função do secular conflito de interesses e militar entre essa potência e a Inglaterra; 2) ter tido contra esta uma 2ª Guerra de Independência de 1812 a 1814. Esta, além de graças ao embargo da Inglaterra, propiciar mercado protegido à incipiente indústria local, reforçou a desconfiança da jovem nação para com o centro da economia mundial. **Nada é tão bom para uma periferia quanto não estar nas boas com o centro. A Guerra de Secessão, em que o Sul foi apoiado por interesses britânicos, foi a 3ª Guerra com o centro.**

13.4.1. Política social e de desenvolvimento

A partir de Lincoln, com o Homestead Act, de 1862, intensificou-se a distribuição de terras de propriedade do governo federal, em favor de produtores agrários livres e artesãos. Havia para transferir um bilhão de acres,[99] mais de 4 milhões km², quase a metade do território dos EUA, cada família podendo receber grátis 160 acres, i.é., quase 65 hectares. Mas só foram assim apropriados, até 1904, 147 milhões de acres, cerca de 600 mil km². E os colonizadores obtiveram mais 1,2 milhões de km² de terras, comprando-as das ferrovias e dos Estados.[100] As ferrovias recebiam enormes favores do governo federal, inclusive doações de extensas terras. Nos anos 1870-80, outras leis facultaram, a preços muito baixos, a compra de terras para reflorestar, irrigar, ou nelas realizar construções.[101]

Como nos demais países que se desenvolveram, a criação de condições propícias à interação indústria-agricultura foi essencial ao processo. Para isso foi fundamental o acesso a parcelas razoáveis de terra para os que as quisessem cultivar. Por sua vez, a agricultura se fortalece com o mercado da indústria e com insumos dela provenientes. O fomento desta era a diretriz dos federalistas que seguiam Hamilton. Mais tarde, essa linha foi retomada por Henry Carey e posta em prática por Abrahm Lincoln e, em parte, por outros. Mas muitos, especialmente democratas, sofreram a influência dos jeffersonianos.[102] Estes, como os oligarcas rurais do Sul, não compreendiam que a prosperidade do campo depende da interação com a indústria nacional.

A política econômica dos EUA combinou as duas tendências. *"Os três presidentes republicanos que sucederam a Jefferson na Casa Branca completam a identificação do hamiltonismo e do jeffersonismo. Maddison aprovou os projetos de lei do Segundo Banco dos Estados Unidos e da*

---

[99] Josephson, Matthew: *The Robber Barons*, San Diego, N.York, HBJ, 1934, reed. 1962, pgs. 51/2.

[100] Robertson, Ross: *History of the American Economy*, 1955. Trad. São Paulo 1967, pg. 300.

[101] Hays, Samuel P.: *The Response to Industrialism 1885-1914*, Chicago 1957, pg. 117.

[102] Jefferson era do antigo partido republicano. Não confundir com o atual, criado pouco antes da eleição de Lincoln e que mudou muito, passando, com a concentração, a identificar-se com o *big business*.

Tarifa de 1816; Monroe sancionou a Lei do Levantamento Topográfico Geral, que proveu um amplo sistema de melhoramentos [103] *internos, aprovou o ato legislativo que autorizou o Congresso a subscrever 300 mil dólares do capital da Chesapeake and Delaware Canal Co., e transformou em lei a Tarifa de 1824. Adams obteve autorização do Congresso para o levantamento topográfico da rota do canal da Florida, para desobstruir o rio Ohio, doar terras destinadas à construção de canais nos Estados de Illinois e Indiana, subscrever ações dos canais de Luisville, Portland, Dismal Swamp, Chesapeake e Ohio, bem como, em 1828, elevar ainda mais a tarifa."* E: *"Usou-se o domínio público para conceder terras aos Estados, para melhoramentos internos; adotaram-se leis cada vez mais amplas de alienação de terras ao público; empregou-se engenheiros do Exército para traçar rotas de estradas de ferro; reduziram-se tarifas de importações de ferragens para as ferrovias; foram abertas estradas militares nas fronteiras; melhorados rios e portos. E a distribuição do superavit do Tesouro em 1837 aos Estados permitiu-lhes aplicá-los no desenvolvimento interno. As atividades fiscais do Departamento do Tesouro e, vez por outra, os programas do Segundo Banco concorreram para a estabilidade da moeda e do crédito. O governo concedeu subsídios aos navios a vapor, subvenções e prêmios à pesca de bacalhau, dinheiro à primeira linha de telégrafo magnético. Deu terras aos Estados para construir escolas públicas primárias e, na década de 1860, para universidades estaduais."* [104]

A política federal ativa de apoio à industrialização foi reduzida sob os governos democratas de Jackson, de 1829 a 1837, e nos mandatos seguintes, até depois de 1850. Jackson, embora fiel aos pequenos e médios produtores rurais, artesãos e pequenos empresários, não favorecia projetos federais de vulto. Acreditava defender a primazia do governo central sobre grupos privilegiados. Daí ter resistido às pressões para a prorrogação da patente do Segundo Banco, privado e dotado do monopólio das emissões, os depósitos do governo federal e enorme poder.[105] O Banco, dirigido por hamiltonianos, impulsionava a política de desenvolvimento industrial.

I.3.4.2. O "sistema americano"

O sistema americano, delineado por Hamilton, costuma ser associado à política protecionista. Ele, na realidade, fez mais que isso no fomento à indústria. Mas permitiu a tendência oligárquica, subjacente à idéia de que os grandes industriais devem ter papel central na gestão do país. Da mesma linha foi a política de expansão da dívida pública como meio de pôr a elite

---

[103] "Melhoramentos" é tradução de *improvements*, obras de infra-estrutura.
[104] Bruchey, Stuart: *The Roots of American Economic Growth 1607-1861*, 1965, trad., Rio 1966, pg. 117.
[105] Schlesinger, Arthur M. Jr.: *The Age of Jackson*, Boston 1948, pgs. 88 e segs.

mercadora-financeira no mesmo barco que o Estado, e em seu leme. Isso suscitou o crescimento de financistas especializados na compra e venda de títulos públicos no mercado.[106] Um deles, Jay Cooke, foi o grande captador dos recursos que asseguraram a vitória da União contra os secessionistas, bem como o concomitante salto na industrialização. A linha de Jefferson era a de uma "democracia" de fazendeiros, à moda de Roma, com voto censitário e escravos. A "pureza" dos jeffersonianos implicava rejeição à vida urbana e à industrialização. Daí serem pró livre-comércio. Se tivessem prevalecido, teriam feito dos EUA um país periférico.

A vida política norte-americana girou, no Século XIX, em torno de pólos: 1) o nascente – e depois dominante – *big business*, protecionista e ávido de subsídios estatais, investimentos de infra-estrutura e encomendas públicas; 2) a reação 'democrática' dos pequenos produtores e artesãos, simpáticos ao livre-cambismo e, pior, ao "*laissez-faire*".[107] 3) um corpo estranho: a sociedade das *plantations*, enfeudada ao centro mundial e mais livre-cambista que os democratas. Após tornarem-se grandes, muitos industrialistas, embora raramente praticantes do livre-comércio, passaram a ser adeptos (seletivos) do *laissez-faire*. E, ainda mais, quando a sociedade, após 1880, se inquietou com os abusos monopolistas, e segmentos do Estado tentaram reação contra tais abusos. **Daí para o fim do Século XIX, industriais fundiram-se com grandes banqueiros, para formar a diminuta classe dirigente. Esta foi praticamente dominada por dois chefes, no final do Século XIX: o mercador do petróleo, John D. Rockefeller, e o banqueiro J. Pierpont Morgan.**[108] Poucos presidentes conseguiram limitar – e ainda assim, parcial e temporariamente – os desmandos da oligarquia financeira e industrial, não chegando a transformar a relação de forças no poder. Somente Franklin Roosevelt (1933-44), na fase excepcional da grande depressão e da 2ª Guerra Mundial, modificou a estrutura sócio-econômica dos EUA, mas sem reduzir muito a concentração. Os Kennedy foram assassinados por causa de seu potencial para alterar, ainda que sem substituir, o sistema dominante.

1.3.4.3. A atuação do Estado

Ao contrário do que imaginam muitos, a ação direta do Estado na economia foi essencial para o desenvolvimento dos EUA. Ela só foi reduzida no último quartel do Século XIX, quando os EUA já se haviam tornado a 2ª potência industrial do mundo. A redução do Estado continuou até o desastre

[106] Josephson, Matthew: op. cit. pgs.57/8: *"Before the age of the radio, the doctrine of Jay Cooke: "A national debt a national blessing" was literally broadcast over the country."*

[107] Só no Séc.XX, a classe trabalhadora, apesar das violentas repressões que sofreram os sindicatos, desde o Séc.XIX., passou a pesar algo, ligada aos "democratas" *liberals* (nos EUA, de esquerda e a favor da intervenção estatal). Essa tendência, fortalecida por Franklin D. Roosevelt, modificou a equação política do Séc. XIX, quando o lado popular era livre-cambista e contrário ao dirigismo estatal.

[108] Josephson, Matthew, op. cit. pgs. 424 e segs.

da depressão dos anos 30 no Século XX e não lhe é estranha. De 1870 a 1930, o *big business*, como sói acontecer, atribuiu-se as glórias do desenvolvimento e resolveu dispensar-lhe o motor. A depressão só foi atenuada com Roosevelt e o *New Deal*, i.é., a atuação direta e indireta do Estado. E só a 2ª Guerra Mundial pôs fim à depressão.

Quando Lincoln e outros promoveram ampla doação ou venda, a preços módicos, de terras públicas, favoreceram **a economia privada, isto é, uma economia na qual grupos privados não prevalecem sobre o Estado**. Lincoln determinou, ainda, a construção da ferrovia transcontinental Leste-Oeste, concluída em 1869, ao custo de US$ 64 milhões. A seguir foi iniciada outra grande ferrovia por ele autorizada, a do Pacífico Norte. Outros investimentos federais na infra-estrutura, no espírito de Hamilton e Carey, foram realizados por pressão de Estados do Norte e do Oeste. Dos sulistas vinha o freio aos projetos federais de fomento. O crescimento do poder federal era temido pela oligarquia do Sul, pois poderia levar à "interferência nos direitos dos Estados", sobretudo o de manter a escravidão.[109]

A intervenção *federal* não foi pequena, ao contrário do que crêem muitos. E mais enganoso é pensar que a atuação *do Estado*, como um todo, não tenha sido intensa e decisiva. Pois ela se deu também nos planos estadual e municipal. Esclarece Bruchey: *"Há mais de 60 anos Guy S. Callender apontou os Estados Unidos como um dos primeiros países a exibir a moderna tendência a estender a atividade do Estado à indústria, mas foi somente nos dois últimos decênios que os estudos sobre Massachusetts, Pensilvânia, Georgia, Missouri e Virginia, e outros sobre as municipalidades, nos deram uma visão clara da inventividade política demonstrada por comunidades ávidas de impulsionar seu bem-estar econômico. Talvez a técnica mais engenhosa tenha sido a de usar a companhia mercantil como agência do Estado na consecução de objetivos públicos."* [110] E: *"...nos anos tumultuosos em que se preparou e deflagrou a Guerra de 1812, alguns governos estaduais parecem ter adotado o ponto de vista de que o patriotismo exigia a concessão de cartas-patentes aos empreendimentos manufatureiros nacionais. Entre 1808 e 1815, o Estado de Nova York expediu mais (165) alvarás para as sociedades por ações manufatureiras do que para todas as de serviços públicos combinadas (164)... A manufatura adquiriu um caráter semipúblico, e não privado, e recebeu numerosos incentivos do Estado. Além de participar do capital de empresas privadas, os Estados e Municípios instituíram regulamentação que as obrigava a explorar atividades ou indústrias como serviço público. Essas beneficiavam-se de prerrogativas exclusivas, o que estimulava a aplicação do pouco capital privado existente em empreendimentos de interesse público."*

---

[109] Vide, entre outros, Bruchey, Stuart: op. cit. pgs. 119 e segs.

[110] Bruchey, S. op. cit., pg. 122. E esse recurso era antigo: entre 1781 e 1801, já haviam sido constituídas 34 daquelas companhias públicas.

"Muitos Estados fundaram bancos próprios ou tiveram importantes participações de capital nos bancos locais, no intuito de proporcionar crédito às empresas públicas. Além disso, a fim de dispor da poupança local, não permitiam bancos de outros Estados. Na Pensilvânia era praxe legislativa inserir, nas cartas-patentes dos bancos, cláusula tornando obrigatória a concessão de assistência financeira às companhias de transporte. A carta patente, de 1835, do Segundo Banco dos EUA, exigia a subscrição, no valor de US$ 675 mil, de ações de dez companhias, e determinava a concessão de créditos de US$ 139 mil, a onze outras. As patentes das companhias regulavam estritamente o número de diretores, os poderes deles e dos acionistas, estrutura de capital, taxas máximas de juros, etc. Os dividendos eram controlados em lei, e as firmas que faziam serviços públicos ficavam sujeitas à regulamentação das tarifas." [111]

"Os canais e as ferrovias eram, na maioria dos casos, projetados para juntar pontos ainda não colonizados, onde não havia oportunidades de lucro a explorar: elas tinham de ser criadas. A ajuda pública a tais projetos infra-estruturais envolvia regulamentar-lhes a operação e o dever de servir o interesse público. Além dos privilégios que concediam às corporações, os Estados investiam haveres públicos nos títulos delas. E garantiam os títulos para facilitar-lhes a negociação. McGrane cita um banqueiro inglês, segundo o qual a garantia do Estado tornou os títulos apetecíveis aos capitalistas europeus." [112] Os empréstimos externos tomados pelos Estados e a aquisição de títulos por estrangeiros não foram excessivos, porque as operações de investimento indireto e de carteira só cresceriam demais, se a economia sofresse transferência de recursos decorrente do controle sobre mercados por parte dos investimentos diretos estrangeiros, que eram inexpressivos.

Os Estados investiam diretamente em numerosas obras e as administravam. A Pensilvânia investiu mais de US$ 6 milhões em 150 companhias mistas e de US$ 100 milhões para construir e administrar o canal da *Main Line* e do sistema ferroviário. Em 1860, Massachusetts havia investido mais de 8 milhões em estradas de ferro, e Missouri, 23 milhões em várias infra-estruturas. **Foram financiados por governos estaduais ou municipais 73,4% dos investimentos em canais dos Estados de Nova York, Pensilvânia, Ohio, Indiana, Illinois e Virginia, entre 1815 e 1860, no total de US$ 188 milhões.** [113]

Os governos municipais participaram de projetos infra-estruturais em escala ainda maior do que os Estados, sobretudo no decênio após a

[111] As citações e dados anteriores são de Bruchey S., op.cit. pgs. 123/24.
[112] Idem, ibidem, pg. 125/6. O estudo de R. McGrane é: *Foreign Bondholders and American State Debts*, New York 1935.
[113] Idem, ibidem, pg. 125.

Guerra Civil. 3.200 leis aprovadas por 36 Estados, entre 1830 e 1890, autorizaram a aplicação de recursos municipais. Segundo H. Pierce, 315 câmaras locais aplicaram US$ 37 milhões na construção de estradas no Estado de Nova York, entre 1827 e 1875.[114] Não obstante a importância dos investimentos estaduais na Pensilvânia, antes da guerra civil, eles foram secundários em comparação com os das cidades e condados do Estado.[115] Baltimore, Cincinnati, Milwaukee estão entre as que apoiaram as ferrovias e indústrias, garantindo-lhes crédito, aplicando em seus títulos e fazendo-lhes doações.

I.3.4.4. O mercado pós guerra anti-secessionista

Os EUA formaram, depois de 1860, um colosso econômico, com a ocupação, intensificada pela vultosa imigração, do território estendido com as conquistas sobre o México. Como o sistema comportava grande número de pequenos produtores, rurais e urbanos, houve base para a economia de mercado. Essa explica o crescimento da concentrada superestrutura capitalista, que daquela retira a substância, como diz Braudel. As dimensões dos EUA e as políticas voltadas para a classe média, permitiram-lhe expandir-se, apesar de sugada pela oligarquia financeira e industrial, que dominou a produção de grande escala.

Inicialmente o desenvolvimento ocorreu em área muito pequena. Depois estendeu-se pelas regiões margeadas pelos Grandes Lagos. A ligação com estes fez de Nova York, o centro dos EUA, sobrepujando Filadélfia. As conexões entre rios, canais, lagos e o mar permitiram o transporte eficaz e barato de cargas pesadas, como minérios e carvão, etc. **O transporte aquaviário foi chave, como na Inglaterra e na Alemanha. E, nos três países, ferrovias e aquavias tornaram-se complementares. O salto dos EUA pode ser medido: em 1860 havia 48 mil km., e foram construídos, de 1865 a 1873, mais 56 mil km. de ferrovias.**[116] Elas viabilizaram a expansão econômica de regiões do Oeste e do Sul, além de servir de mercado para serrarias, pedreiras, usinas de ferro e fábricas de vagões. **Consumiram, em 1875, mais da metade do ferro produzido nos EUA e influíram na generalização do uso do coque para fabricar ferro e aço.**[117] A siderurgia, assim estimulada, tornou-se a base de toda a indústria.

Também fomentou o mercado interno dos EUA o protecionismo, mais acentuado a partir de 1861, com a Lei Morril. [118] Segundo Hays, essa

---

[114] Idem, ibidem, pg. 127.
[115] Idem, ibidem, sendo Louis Hartz o autor citado.
[116] Josephson, Matthew, op. cit pgs. 30 e 152.
[117] Hays, Samuel, op. cit. pg. 8.
[118] Os EUA adotaram sua primeira tarifa de intenção protecionista, não apenas fiscal, em 1816, após a 2° guerra com a Inglaterra. Vide Tindall, George B. e Shi, David E.: *America, a Narrative History*, N.York 1984, pg. 233.

lei decorreu da convergência dos interesses da indústria têxtil da Nova Inglaterra e os siderúrgicos, situados no Meio Atlântico.[119] Mas nada estava decidido antes de Lincoln, pois o Sul economicamente não era parte dos EUA. O livre-comércio era a teoria econômica popular, e a agricultura especializada a sua atividade, produzindo safras comerciais para o mercado mundial. Pertencia, portanto, ao sistema comercial e financeiro centrado em Londres.[120] **A vitória do Norte deu rumo autônomo aos EUA, apesar de concessões feitas ao Sul.**

I.3.4.5. Crescimento antes e depois de 1860

Os progressos estruturais traduziram-se mais rápido que na Alemanha, na elevação do produto e da renda, embora não de imediato. De 1839 a 1859, a taxa de aumento decenal médio da produção de bens saltou para 57% (4,6% aa.). Ela se reduziu durante a guerra civil para 23% (2,1% aa.). De 1869 a 1899, os EUA avançaram, apesar de três depressões: a taxa média decenal foi de 54% (4,4% aa.), quase igual à dos 20 anos anteriores à guerra, e partindo de base mais alta.[121] **Isso decorreu das transformações desencadeadas por Lincoln e de algumas mais remotas. Em torno de 1800, os EUA deram início, à fabricação de peças permutáveis, empregando processos contínuos. O sistema fabril na indústria têxtil teria sido introduzido antes de 1812-1815, época em que o comércio exterior foi quase a zero, em face do bloqueio inglês. E após a paz, votou-se lei comercial protecionista (1816).**[122] *"A expansão econômica inicial dos EUA, teria sido maior do que se pensa, por se ter subestimado os efeitos da abertura de canais nos decênios de 1810 e de 1820 e os da construção de ferrovias no de 1830."* [123]

I.3.4.6. Concentração no sistema americano

A concentração econômica prejudica o desenvolvimento, dados os desperdícios que causa. Entre estes: custos exagerados, traçados mal feitos e construção defeituosa das ferrovias por companhias privadas; desvio da maior parte dos ganhos da oligarquia para especulação e consumo conspícuo. Isso faz cair os investimentos produtivos e resulta em fundas e longas depressões, que fazem perder muito dos avanços. Elas foram as seguintes, de 1870 à 1ª Guerra Mundial: 1) 1873-78; 2) 1884-85; 3) 1893-97; 4) 1907-10. Causadas pela concentração, elas são também causa do aumento desta, com mais desgaste social, falências e industriais e negociantes sendo forçados a vender suas

---

[119] Hays, Samuel, op. cit. pg. 133.
[120] Brock, William R.: *Conflict and Transformation, The U.S. 1844-1877*, Penguin 1973, pgs. 86 e 89.
[121] Gallman, Robert E.: *Commodity Output, 1839-1899, Trends in the American Economy in the Nineteenth Century*, Princeton 1970, pgs. 13 e segs.
[122] Vide, acima, a nota 118.
[123] Robertson, R., op. cit. pg. 286.

empresas. **A depressão dos anos 30** deste Século é especial: 1) sua longa duração, e efeitos devastadores tornaram-na **irreversível sem profundas mudanças estruturais;** 2) as medidas anticíclicas foram insuficientes para suscitar a **recuperação**; 3) esta **só se deu graças ao gigantesco aumento das despesas públicas,** com a entrada dos EUA **na 2ª Guerra Mundial**; 4) **sem a intervenção direta do Estado, desde meados dos anos 30, com o *New Deal*, não haveria como organizar a economia de guerra dos EUA, de 1942 a 1945.**

O jogo pesado do *big business* concentrador e a influência dele nas relações sociais, na "opinião pública" fabricada pela *media* e pelo *marketing*, a repressão e cooptação dos movimentos sindicais, tudo adiciona combustível à violência no país de desbravadores. **Na interação entre os sistemas econômico e social, encoberta na visão distorcida das ideologias correntes, o capitalismo, de base utilitarista e egoísta, determina a brutalidade das relações sociais, sufoca as qualidades humanas do povo e faz desperdiçar-lhe as energias. Estas se gastam em tensões no trabalho, no consumismo e nas crises.** E não só os marginalizados respondem com violência individual e criminosa à falta de vias de harmonia social.

I.3.5. JAPÃO

I.3.5.1. Modelo de desenvolvimento

O Japão adotou política econômica semelhante à da Alemanha:[124] 1) investimentos do Estado diretamente na infra-estrutura e na produção industrial; 2) política de compras governamentais à indústria local e subsídios às empresas privadas do país; 3) protecionismo moderado nas importações; 4) obstrução aos investimentos estrangeiros; 5) financiamento dos bancos nacionais à produção, a juros baixos, além de participação acionária; 6) cópia de instituições e regulamentos, bem como institutos de ensino e pesquisa no molde alemão; 7) ênfase no erguimento do poder militar, as resultantes encomendas à indústria e criação de empregos diretos nas forças armadas.[125] Esses pontos básicos esteiam o desenvolvimento japonês desde 1868/9 (Revolução ou Restauração Meiji), e alguns apareceram antes dela, na era Tokugawa, com mais intensidade desde 1850.[126]

---

[124] A própria Constituição, outorgada pelo Imperador, em 1899, seguiu, em grande parte, o modelo da Prússia. Muitas das políticas são semelhantes às praticadas nos EUA.

[125] O Exército foi reestruturado no modelo da Alemanha, em 1878, e aumentado em 1870 e 1880. Foi criado o sistema da reserva e elevado o número de anos do serviço militar. Moulder, Frances V.: *Japan, China, and the Modern World Economy*, Cambridge 1977, pg. 171.

[126] Smith, Thomas C.: *Political Change and Industrial Development in Japan: Government Enterprise, 1868-1880*, Stanford, 2º ed. 1965. Houve, mesmo antes da revolução Meiji, realizações notáveis: forjas e siderúrgicas foram construídas por japoneses, sem importar coisa alguma do exterior, exceto livros técnicos holandeses.

As tarifas de importação, em que muitos põem o foco da discussão do protecionismo, não foi a forma mais importante deste. A industrialização foi prejudicada, mas não inviabilizada, pela falta de tarifas protetoras, imposta por potências ocidentais, com os tratados forçados por meio da ameaça de bombardeios pela esquadra norte-americana (1854). O Japão começou a recuperar a autonomia tarifária só depois de 1890, e plenamente só em 1911.[127] A proteção comercial tarifária não é indispensável uma vez que, num país sem exportações vultosas, a desvalorização cambial a substitui, embora deteriorando a relação de troca. E barreiras não-tarifárias põem a indústria local a salvo de concorrentes externos mais avançados, independentemente da taxa cambial. No Japão, tudo isso esteve presente, bem como a barreira cultural, hábitos diferentes e aversão ao consumismo.

O fundamental é evitar a ocupação do mercado local por IDEs, intensa na maioria dos países, no Século XX. E, nisso ninguém superou os nipônicos, mercê de: 1) acendrado nacionalismo, criando dificuldades para as empresas estrangeiras que se aventuravam a funcionar no Japão; 2) barreiras culturais e ideológicas; 3) ausência de recursos minerais e de *commodities* tropicais atrativas para as potências industriais, comerciais e financeiras.[128] 4) ter assumido a autonomia e a política econômica nacionalista, frente a conflitos entre as potências dominantes. O Japão beneficiou-se das disputas entre a Inglaterra e outras potências imperialistas na Ásia. Os pontos 1), 3), e o 4), em parte, são comuns aos EUA.

I.3.5.2. Pressupostos culturais

O Japão tinha de cerca de 30 milhões de habitantes em 1860, e as cidades principais eram, em média, mais densas do que as européias, apesar de 70 a 80% da população do país ser rural. Embora a indústria fosse pouco mecanizada, e a energia a vapor só começasse, havia um bom sistema de transportes, e 40% a 50% da população masculina tinham escolaridade.[129] O governo era um feudalismo centralizado, com 200 *daymios*, senhores locais. O *shogun* era um deles, com mais possessões e algum poder central. Ele obrigava os demais a ter residência alternada nas províncias e na corte, ficando nesta as famílias como reféns.[130]

Apesar dos grandes avanços depois da 2ª Guerra Mundial, as raízes do desenvolvimento formaram-se no último terço do Século XIX, e até antes. Como na Alemanha, os fatores culturais e filosóficos foram decisivos para

---

[127] Moulder, Frances V.: *Japan, China ...*, op.cit. pgs. 187/8.
[128] Barbosa Lima Sobrinho: Japão, o Capital se Faz em Casa, São Paulo 1991, pg. 33. *Apud* Gowen, Lima cita declaração de diretores da East India Company:"*O Japão não poderia nunca tornar-se de grande importância para as manufaturas britânicas ou como consumidor de produtos britânicos, porque a única mercadoria disponível para compensação era o cobre, artigo que as minas inglesas produziam em quantidade bastante para exportação.*"
[129] Ohkawa, K. e Rosovsky, H.: op. cit. pgs. 6 a 8.
[130] Idem, ibidem pg. 7.

enfrentar os desafios e absorver conhecimentos provindos do exterior.[131] O Japão teve os seguintes trunfos: 1) cultura caracterizada pela coesão social, todo indivíduo voltado para grupos: a) família; b) equipe no trabalho; c) comunidade local; d) nação.[132] 2) sentido religioso e moral orientado pela noção de honra, acima até do instinto de conservação, como ilustram os suicídios com intenção social, para demonstrar ao grupo uma atitude, não por desespero individual ou outra causa egoísta. 3) tolerância religiosa, desde que não conducente a desagregação das linhas básicas da sociedade: os japoneses não aderem, com exclusividade, a uma religião: eles praticam o shintoísmo e o budismo, além de abertos a outras filosofias. O shintoísmo é a religião nacional, que reforça a coesão social. Ela assenta sobre os laços familiares, o culto aos antepassados, ao qual se associa o culto ao imperador e à família deste. O budismo, especialmente na versão *zen*, valoriza a concentração, a meditação, o controle de si, a comunhão com a natureza e com o ambiente social. É estar alerta e tranqüilo, em paz consigo e com os demais. Há, ademais, as práticas de meditação e as artes marciais, iniciadas na Índia e na China. O cristianismo chegou a ser aceito nos Séculos XVI e XVII, mas foi reprimido por suspeição de servir de cunha para a entrada de interesses ocidentais;[133] 4) disciplina e aplicação, na vida diária, nos cuidados com a saúde e nas artes marciais praticadas pelos samurais, cerca de 6% da população. Com a Revolução Meiji, eles tiveram papel central na administração pública e na construção econômica.[134] Algo parecido com a função da pequena nobreza inglesa nos Sécs. XV a XVII.

---

[131] Mesmo na vigência do decreto de fechamento, houve japoneses conscientes da necessidade de acompanhar a ciência ocidental, o que era feito por estudiosos do holandês. Conforme Smith, T.C.: op.cit. pgs. 2-3: "*The growing crises in Japan's foreign relations from the late eighteenth century on made Dutch studies part of a program of national defense. No one doubted, or confessed to doubt, that the Japanese were essentially – that is, spiritually – superior to the people who menaced them, but nearly everyone conceded the superiority of Western technology. 'To defend ourselves against the barbarians'*, a *Mito* (um dos *han*, i.é., território sob a jurisdição de um daymio) *official wrote: 'we must know them and ourselves: the way to know them is through Dutch studies'. Only the Tokugawa and some of the large han – Satsuma, Tchochu, Saga, Tosa* e *Mito – had the resources to promote Dutch studies..*" *For example, the Tokugawa school taught Western mathematics, astronomy, geography, physics, metallurgy, and by 1866 offered instruction in English, German, French, and Russian in addition to Dutch. Associated with most of these schools ... were official translation bureaus. The translation bureau of the Tokugawa government, where some of the most famous Dutch scholars of the time were employed, dated from 1808, ...and turned out translations on such subjects as medicine, chemistry, mechanics, and mining, as well as a translation of an encyclopedia that ran to 70 volumes... At least two of the han, Satsuma and Saga, in addition to schools, founded laboratories to experiment with the appplications of "Dutch learning" – photography, cotton spinning, sugar refining, the plating of metals, and the manufacture of acids, alcohol, and glass. These laboratories also built for experimental purposes models of the reverberatory furnace, the steamship, and the telegraph.*"

[132] Alguns autores associam a coesão econômica às bases da subsistência do povo japonês ao longo dos séculos: a) a cultura do arroz; b) a pesca. Nas duas é essencial a cooperação: a irrigação, por ex., torna essencial a utilização da água em comum, por vários proprietários, obras em comum acordo, etc.; a pesca é atividade de equipe: só em grupo pode-se navegar e capturar pescado em quantidade. Vide Gaul, R.; Gruenenberg, N.; Jungblut M.: *Japan Report*, trad. *El Milagro Japonés*, Barcelona 1983, pg. 45.

[133] A espada seguia a cruz. Isso vale também em outros tempos e espaços: missionários junto com geólogos e agentes externos na África e na América Latina.

[134] Os samurais, da pequena nobreza, na maioria, pobres, já tinham, em 1880, 32% das ações dos bancos nacionais; os daymios, antigos senhores, e os kluge, da alta nobreza, 44% de tais ações. Vide: Norman, E.H.: *Japan's Emergence as a Modern State*, Greenwood Press 1973, pg. 100.

Em 1637, Iemitsu, 3º *shogun* da dinastia Tokugawa, fechou o país, dada a expansão ocidental, nas Filipinas e na China.[135] O decreto, cumprido até 1854, foi radical: japoneses que fossem ao exterior eram condenados à morte; estrangeiros não podiam morar no Japão, nem visitá-lo, com uma exceção: mercadores holandeses e chineses ficaram com direito a comerciar em Nagasaki, apenas, e com duras restrições, virtuais prisioneiros em suas estadas.[136] Pode-se assim compreender o choque sofrido pelos japoneses, quando, em 1854, a esquadra comandada por Perry forçou a "negociação" de tratados de comércio, abrindo os portos japoneses. Compreende-se também o inconformismo diante de tratados como os impostos pela Grã-Bretanha, de extra-territorialidade de jurisdição. O *shogun* cedeu, diante dos encouraçados negros, nunca vistos, e seus canhões aterrorizadores, mas não foi perdoado. Ao surgirem revoltas,[137] o poder foi entregue, em 1868/69, quase sem luta, ao Imperador, até então com *status* só religioso. A pressão externa tornou inviável o isolamento e exigiu, como resposta, a busca das tecnologias da revolução industrial. O Imperador cercou-se de estadistas e funcionários devotados, recrutados principalmente entre os samurais.[138] 35 anos depois, o Japão derrotava, em guerra, a Rússia, grande potência européia.

I.3.5.3. A industrialização na Era Meiji

De 1868 a meados dos anos 1880, foi-se operando a transição para uma economia voltada para a revolução industrial, por meio das políticas social, fiscal, monetária, de crédito e industrial. **O objetivo principal era o poder militar, o que demandava: a) investimentos na indústria bélica e nas fornecedoras das forças armadas; b) o fortalecimento da base econômica do país. A estrutura social foi totalmente transformada**, abolindo-se as categorias de nobre da corte, guerreiro, camponês, mercador e pária, **ficando apenas duas classes: uma nobreza, pouco numerosa, e todo o resto.** [139] Nos anos 1870, as terras foram passadas à propriedade dos camponeses,[140] mas eles ficaram sujeitos a pesados impostos territoriais, a

[135] Ohkawa, Kazushi e Rosovsky: *Japanese Economic Growth*, Stanford, 1973, pgs. 5/6.

[136] Idem, ibidem, pg. 6.

[137] Alguns autores atribuem a revolta dos samurais à inflação, que lhes corroía os estipêndios, advinda da abertura do comércio exterior. O chá, as sedas e outros bens foram desviados do mercado interno para a exportação, elevando em muito os preços. Os do arroz, o item chave, do óleo e outros gêneros tiveram aumentos de 200 a 400%. Vide Moulder, F., op. cit. pg. 164.

[138] Os dois grupos sociais mais atuantes na revolução Meiji foram: 1) comerciantes e industriais, de base rural, mais ricos das províncias; 2) os samurais. Conforme Smith, Thomas C.: op. cit. pg.17, muitos comerciantes usavam espadas e sobrenomes, como os samurais, e alegavam descender de guerreiros; havia casamentos entre os dois grupos, que se encontravam para tratar de assuntos no nível oficial. Camponeses com posses e desejo de distinção social contratavam samurais pobres como mestres de seus filhos, o que incluiria lições políticas e, por vezes, instrução militar.

[139] Ohkawa K e Rosovsky H.: op. cit. pg. 10.

[140] Na era Tokugawa, os senhores feudais haviam começado a transformar-se em rentiers, alugando a terra, em vez de exigir serviços. Emprestavam dinheiro a juros aos camponeses e entravam no comércio e indústria. Comerciantes de origem comum passaram a exercer influência sobre as classes proprietárias de terras, até comprando títulos de samurai. Vide Moulder, F. op. cit. pgs. 42 e 43.

nível central e local, uniformes para todo o país. Incidiam sobre o valor da terra, e não mais sobre a safra.[141] Com mais de 75% de população no campo, essa era a base econômica principal e a fonte do grosso das receitas públicas.

A reestruturação social e a pressão sobre a agricultura para financiar a indústria contribuíram para o crescimento da classe média. Não apenas aos produtores rurais, aos artesãos e a outros trabalhadores foram impostos sacrifícios. O regime Meiji diminuiu as rendas dos *daymios* e dos samurais. Em 1871, em compensação pela abolição do *han* (feudo), os daymios passaram a receber estipêndios equivalentes a 1/10 das rendas de seus antigos domínios, ficando reduzidos ao *status* de samurais ricos. Fez-se baixar também o soldo dos samurais. Em 1873, houve conversão voluntária desses salários em títulos públicos, a qual se tornou obrigatória em 1878.[142] Os recipientes dos títulos eram estimulados a fundar empresas industriais. Para isso, foi-lhes concedido crédito, servindo os títulos de garantia.[143]

Isso, além de reduzir a despesa pública, pois os juros dos títulos somavam bem menos do que as rendas suprimidas, ajudou a prover capital necessário aos primeiros passos da industrialização. Outra foi a emissão de moeda, o mais barato recurso para financiar as atividades do Estado e as demais que ele promove. Três quartos das receitas públicas derivaram de emissões de dinheiro e de crédito criado pelos bancos. Houve inflação, mas os principais fatores dela haviam sido o excesso de despesas com a aposentadoria forçada dos membros da classe guerreira e com a luta contra a rebelião Satsuma.[144] Seguiram-se exageradas medidas anti-inflacionárias, tomadas, entre 1882 e 1884, pelo ministro Matsukada. As emissões de moeda foram, em parte, substituídas pelas de títulos. Em 1888, o governo tomou vultoso empréstimo do Banco do Japão (estatal), o que elevou a despesa em juros do Tesouro. 90% das receitas fiscais provinham dos produtores rurais e trabalhadores, e os bancos recebiam 90% dos juros totais. Essa política faz evocar o conceito de acumulação primitiva, em que o excedente é extraído para financiar a industrialização.

O governo limitou o crescimento da dívida interna, por meio de resgates e convertendo os títulos com juros acima de 5% aa. em bônus de consolidação, com prazos de 5 a 50 anos, por sorteio. Entre 1868 e 1893, a dívida interna bruta equivaleu a 30% da renda nacional (a líquida era menor, pois grande parte dos títulos pertencia a entidades públicas). 67,3% da dívida bruta decorreu de despesas com a conversão de pensões e dívidas feudais (*daymios*, samurais, sacerdotes), e 32,7% de outros objetivos.[145]

[141] Ohkawa, K. e Rosovsky, H., op. cit. pg. 11.
[142] Moulder, Frances: op. cit. pg. 171.
[143] Schwarz, Gilson: Japão de Olhos Abertos, São Paulo 1990, pg.28.
[144] Ohkawa, K. e Rosovsky H.: op. cit. pg. 11.
[145] Schwarz, G.: op. cit. pg. 32.

A entrada do Japão na revolução industrial baseou-se, à parte os primeiros frutos dela própria, nos recursos da economia tradicional, apesar da limitada capacidade de crescimento desta. E seu declínio, por volta da 1ª Guerra Mundial, terminou a fase inicial do desenvolvimento econômico.[146] Segundo Ohkawa e Rosovsky, muitos concordam em que **a agricultura japonesa cresceu, entre os anos 1870 e os 1900, cerca de 1,7% aa., com aumento substancial da produtividade rural em relação à era Tokugawa. Essa proveio de melhoramentos e da difusão das técnicas autóctones, bem como da aplicação das pesquisas: a) estatal; b) patrocinada pelo Estado, como seleção de sementes e melhor uso de adubos.** O novo sistema de tributação também teria levado os rurais a produzir mais.[147] Além de receita fiscal, a agricultura gerava a de exportação: as principais vinham do chá e sedas naturais. Pagavam as importações de bens de capital e a contratação de técnicos estrangeiros. A elevação da produtividade rural permitia a liberação de mão de obra para a indústria e serviços urbanos. Como sempre, foi essencial a interação entre os três setores.

O investimento bruto de capital fixo chegou em 1900 a 13,3% do produto nacional bruto.[148] Como essa taxa era crescente e, portanto, ainda mais baixa no início do processo, e como o PNB era dos mais modestos, vê-se ter sido diminuto o capital necessário para lançar o Japão em sua 1ª revolução industrial. A escassez de capital e de tecnologia não é problema para que a produção se torne gradualmente mais intensiva de capital e de tecnologia; estes retroalimentam o desenvolvimento: são fator dele e resultado dele. O essencial é dirigir o processo. E não crer que o capital e a tecnologia possam vir do exterior. As indústrias de bens de consumo duráveis e não-duráveis beneficiam-se dos avanços técnicos e também da expansão do mercado e da renda originadas nas atividades mais intensivas de: 1) capital, como indústria pesada, infra-estrutura e bens de capital; 2) tecnologia, como as indústrias bélica e aero-espacial, telecomunicações, informática, químico-farmacêutica.

Na Parte II, comenta-se a fatuidade das teorias fundadas na proporção de fatores. Essas recomendam que países com salários baixos e abundante força de trabalho se especializem em indústrias intensivas de mão-de-obra. Uma das razões pelas quais o Japão se desenvolveu foi não ter nem pensado nisso: as indústrias pesadas e a química, intensivas de capital e de tecnologia, já cresceram muito no Século XIX, quando o Japão tinha renda por habitante e salários muito mais baixos que os da Argentina, Uruguai e Chile.[149] Essas indústrias, no Japão, saíram do nada, em 1870, para 17% do total da indústria, em 1885, e para 30% em 1915. Em valor da produção, elas cresceram em 6,7

[146] Ohkawa K. e Rosovsky H.: op. cit. pgs. 12/3.
[147] Idem, ibidem, pg. 13.
[148] Idem, ibidem, pg. 15.
[149] Até meados dos anos 50 isso ainda foi assim.

vezes, de 1885 a 1915. Em percentuais do produto interno líquido foi a seguinte a evolução dos setores de 1885 a 1915: a) primário, i.é. agricultura, pesca e mineração; b) secundário, i.é., indústria e construção; c) terciário, i.é., serviços: a) 45 para 27,6; b) 15 para 32,4; c) estável em 40. [150]

No período de 1870 a 1913, a taxa média anual de crescimento da economia japonesa passou de 2%,[151] superior à da Alemanha, embora, em valor bruto, o incremento da renda tenha sido menor, pois, em 1870, a base do Japão era muito mais baixa. Isso torna o feito japonês ainda mais notável.

I.3.5.4. O Estado e a indústria nacional

Foram os seguintes os elementos presentes nas revoluções industriais empreendidas pelo Japão e das quais o Estado foi o primeiro motor.[152]

1) **Acumulação de capital.** No começo da era Meiji, os empresários privados relutavam em investir na indústria moderna, pois, ignorando a tecnologia industrial, a imaginavam arriscada e que requeresse grandes capitais, de que não dispunham. Guardavam seus fundos ou os aplicavam em negócios ligados ao comércio exterior. Assim, na indústria, só investiam na leve. Para suscitar os investimentos privados nacionais, tornando-os lucrativos e seguros, **o Estado tomou três caminhos: a) investiu diretamente e dirigiu projetos-piloto industriais, demonstrando que eles eram possíveis e rentáveis; b) subsidiou a indústria pesada e outras, a construção de ferrovias e a navegação, garantindo lucros equivalentes aos obtidos na terra e no comércio; c) promoveu a formação de um sistema de bancos nacionais, incluindo os de crédito industrial, que concediam empréstimos a longo prazo e juros baixos**.

2) **Investimentos diretos do Estado e subsídios.** No primeiro decênio pós-revolução, predominaram as fábricas-piloto. Nos anos 1880 e 1890 os subsídios ganharam maior expressão. O Estado teve de empreender diretamente as principais ferrovias. Os privados não se haviam motivado, nem com a garantia de rendimento mínimo de 7% sobre o capital investido. Após 1874, o êxito das ferrovias públicas fez com que os subsídios fossem suficientes para a inversão privada. Em 1892, o Japão havia construído 3.000 km., dos quais 900 km. pertenciam ao Estado. Os investimentos diretos estatais na indústria tinham passado a outros setores. **Nos anos 1880, as minas de grande porte e com maquinaria moderna, eram as do Estado,**

---

[150] Nakamura, Takafusa: Desenvolvimento Econômico do Japão, Min. dos Negócios Estrangeiros do Japão 1985, valores calculados com base no gráfico n° 5. pg. 16.
[151] Idem, ibidem, gráfico n. 1, pg. 7.
[152] Sigo a ordem dos tópicos expostos em Moulder, F. op.cit., pgs. 176 e segs., selecionando alguns pontos e acrescentando outros.

atuante na produção de ferro, chumbo, ouro, prata e cobre. Em 1913, a maior parte da produção de ferro e aço do país era realizada por uma única siderúrgica, estatal. Até na indústria têxtil, o governo havia-se envolvido, em função da complexidade tecnológica e da escala de produção. Para fabricar sedas não era necessária a atuação direta do Estado. Esta voltava-se para a fiação de algodão, em que todo o processo é mecanizado. Das três grandes fiações do país em 1877, duas eram estatais. Em 1878, o governo começou a subsidiar firmas privadas do setor. Comprou maquinaria na Inglaterra, vendeu-a em condições favoráveis aos empresários e concedeu empréstimos de longo prazo a outros. Além disso, criou mais duas estatais. Em 1886, o número de fiações integradas de algodão crescera para 23, com 6.224 fusos. Em 1890, estes eram 278 mil. **O governo Meiji também fundou, nos anos 1870, fábricas-piloto de construção de máquinas: motores a vapor; caldeiras; maquinaria para minas, armamentos, serrarias, fiação de algodão e de cânhamo, seda, açúcar; usinas produtoras de cimento, vidro, tijolos.** As inversões privadas nessas indústrias só começaram a surgir quase no fim do Século. **As estatais incluíam, ainda, os três maiores estaleiros navais, dois deles fundados antes da Revolução Meiji**. Ao reduzir-se as despesas públicas em construção de ferrovias, elevaram-se as destinadas à de navios. O fomento a estas cresceu de 1896 a 1899. **O subsídio às firmas de navegação que usavam navios de fabricação nacional era o dobro dos concedidos às que operavam navios importados. A Mitsubishi dependeu sempre de subsídios do Estado**, tendo tido virtual monopólio no Séc. XIX. De 1882 a 1885, outra firma subsidiada pelo Estado tentou, concorrendo em preços, desalojá-la do mercado, mas, sob pressão do governo, as duas fundiram-se para formar a Nippon Yusen Kaisha. **A garantia de dividendo mínimo continuou, e, após 1896, os investimentos multiplicaram-se por seis. Além disso, o governo estimulou a expansão da navegação no comércio exterior**, feita, na maior parte, por navios ocidentais até quase o fim do Séc. XIX. De 1893 a 1914 a participação dos japoneses subiu de 14% para 50%,[153] e o país atingiu o 6º lugar na frota mercante mundial. **De 1880 ao final do século XIX, a maior parte das fábricas-piloto estatais foi privatizada, a preços baixos e financiada a longo prazo. Permaneceram estatais ferrovias, linhas telegráficas, o estaleiro naval e os arsenais. Nas demais indústrias, as principais formas de proteção foram subsídios e crédito bancário**. São pouco relevantes as discussões mencionadas por Moulder,[154] sobre a virtual doação a empresários privados (**japoneses, é claro**) de fábricas e de minas bem dirigidas pelo Estado. As privatizações refletem a ascensão política das famílias dirigentes dos *zaibatsu*. Segundo Hirschmeier: "*With so much done by the government in technical experiments and machinery investments, the purchasers of the enterprises, with some additional investments, could*

[153] Isso se deveu, em grande parte, ao comércio com as áreas sob controle imperialista do Japão.

[154] Moulder, F.: op. cit. pgs. 180/1.

overcome the critical stage rather quickly and make these factories and mines the foundation of their own industrial enterprises."[155]

3) **Bancos. A criação dos bancos nacionais, segundo o modelo norte-americano, foi o primeiro passo para financiar o desenvolvimento**. Os primeiros quatro bancos nacionais foram formados basicamente com capital mercante e por pressão do governo Meiji. Os mercadores ricos relutaram: a casa de Shimada, um dos três agentes do governo, recusou-se a cooperar, mas foi forçada a juntar-se à Mitsui e a outros comerciantes. Três outros bancos nacionais foram criados da mesma maneira. Um deles teve como principal acionista um rico proprietário rural. Outro, um grupo de daymios e samurais de Satsuma.[156] A relutância era compreensível, em face das regras rígidas. Os bancos tinham de constituir reservas no valor total do capital: 3/5 adquirindo, com papel-moeda do governo, títulos do Tesouro; 2/5 em ouro. Os títulos rendiam 6% aa., e os bancos podiam emitir suas próprias notas, conversíveis em ouro, até o montante de títulos em seu poder. Como os importadores preferiam pagar em espécie, compravam-na com notas do Banco, exaurindo as reservas monetárias destes. Depois de 1876, novas regras levaram à formação de bancos nacionais fundados com capital de samurais. ¾ deste derivaram da conversão dos estipêndios em títulos, dados como garantia dos empréstimos. Os bancos nacionais passaram a receber 4% de juros sobre os títulos públicos e a poder emitir notas inconversíveis, já que não tinham espécie. 153 desses bancos foram criados em dois anos. Os negócios dos banqueiros-samurais era rigidamente regulado pelo Estado e, assim, considerado seguro.[157] Foram também criados, à mesma época, numerosos bancos privados. 204 funcionavam em 1883, mas muitos fecharam, devido à falta de confiança do público, dada a supervisão menos rigorosa. Nos anos 1880 a política foi, de novo, mudada: **os bancos nacionais foram dissolvidos e substituídos pelo banco central, organizado no modelo dos bancos centrais europeus, e por bancos especializados em: a) crédito a longo prazo à indústria e à agricultura; b) divisas e câmbio; c) transações comerciais internas. Em 1900 foi criado o Banco Industrial do Japão, para empréstimos a longo prazo, garantidos por ações e obrigações.**

4) **Origem dos subsídios**. A principal fonte eram as receitas fiscais, suplementada por empréstimos tomados pelo Estado e pela emissão de notas. Os empréstimos externos foram de pequena monta. Com a política deflacionária dos anos 1880, a maior parte da dívida pública foi resgatada, e o fardo caiu, quase inteiro, sobre os produtores rurais. Depois foram criados impostos indiretos sobre a venda de produtos. A receita do imposto territorial

---

[155] Hirschmeier, Johannes: *The Origins of Entrepreneurship in Meiji Japan*, Cambridge, Mass. (Harvard) 1956, pg. 151.

[156] Idem, ibidem, pg. 36.

[157] Idem, ibidem, pgs. 56/57.

caiu para 25% do total, em 1900, e para 6% em 1920, quando os impostos indiretos atingiram 32%. O imposto de renda quase inexistia no início do Século XX: 7% em 1910. Outros 7% vinham de impostos sobre negócios, e 8% sobre a importação. Depois de 1895, o Japão tomou empréstimos externos em maior monta: 1/6 da receita. E recebeu da China, por ele agredida, indenização, paga em ouro, equivalente a 1/3 do PNB do Japão.[158]

5) **Compras de Estado e tratamento aos investimentos estrangeiros.** As leis e regulamentos: a) levaram os japoneses a comprar bens e serviços das firmas locais; b) desencorajaram os ocidentais de estabelecer no Japão indústrias locais. Para Moulder essas políticas não teriam sido possíveis, se a interferência ocidental no Japão tivesse sido tão grande como na China. Esta foi mantida sob constante pressão, desde as guerras movidas contra ela pela Grã-Bretanha para forçar a entrada do ópio.[159] A China, além de produzir bens atrativos para os comerciantes europeus, não foi tão fechada como o Japão. O governo japonês subsidiou a indústria privada tornando-se seu principal freguês.[160] Dado o mercado limitado para as indústrias, mesmo a têxtil, elas não se teriam erguido sem a política de compras estatais. As encomendas do Exército e da Marinha permitiram o crescimento de indústrias modernas de couro e lã. Também das Forças Armadas saiu o impulso para a siderurgia. Das repartições públicas, mercado para o papel. A indústria de cimento foi salva da falência por compras para as ferrovias e os edifícios públicos. No começo da era Meiji, a maior parte dos equipamentos adquiridos pelo governo eram importados, mas em 1930, a indústria local já atendia 80% da demanda de bens de produção.[161]

I.3.5.5 Tecnologia: só sem capital estrangeiro

Os empréstimos públicos tomados no exterior pelo Japão não eram, como os contratados pela China, vinculados à compra de equipamento estrangeiro para as ferrovias, as forças armadas, etc. Se as ferrovias e linhas de navegação japonesas fossem controladas por firmas ocidentais, como a maioria na China, os bens de produção a elas destinados teriam sido indefinidamente comprados ao Ocidente.[162] **O desenvolvimento japonês decorreu da acumulação de tecnologia e de capital em mãos de residentes no país. Só com essa política foi proveitosa a contratação de técnicos estrangeiros por fábricas locais e a formação de técnicos nacionais no exterior.**

---

[158] Moulder, F., op. cit. pgs. 184/5.
[159] O objetivo criminoso da oligarquia britânica foi negociar ópio, produzido na Índia, para importar os apreciados produtos da China, e tê-la como mercado.
[160] Hirschmeier J., op. cit., pg.153
[161] Lockwood, William: *The Economic Development of Japan*, Princeton 1954, pg. 381.
[162] Moulder, F., op. cit. pg. 185.

Nada disso é possível sem dar o espaço do mercado às firmas locais, o que torna necessário barrar a instalação de indústrias controladas por empresas estrangeiras. ***"Vários ocidentais que haviam visitado o Japão, no Século XIX, comentaram desairosamente a falta de hospitalidade dos japoneses para com os investimentos estrangeiros. Criticavam o Japão como protecionista e mercantilista e argumentavam que o desenvolvimento era dificultado pelos esforços do governo para impedir a entrada de capital estrangeiro no país. O efeito, na realidade, foi exatamente o oposto."*** [163] Mais um exemplo: as linhas de navegação inglesas e americanas competiam com as japonesas pelo tráfego entre os portos da China e do Japão. A proteção às linhas nacionais foi feita com subsídios e exercendo pressão sobre os japoneses para não utilizar navios estrangeiros. Assim a Mitsubishi acabou comprando uma das principais linhas britânicas no Japão.[164]

O Governo Meiji impediu que ocidentais adquirissem o controle de indústrias japonesas: *"Fora do limite de 25 milhas dos portos incluídos nos tratados, Kobe, Hakodate, Niigata e Nagasaki, os estrangeiros eram proibidos de formar sociedades com japoneses, comprar propriedades no Japão, ter ações de empresas locais, alugar propriedades para fins de negócios, ou até mesmo viajar, exceto em pesquisas de saúde e científicas. Os engenheiros de minas estrangeiros, embora tolerados por suas qualificações, eram proibidos de obter interesses financeiros nas minas ou qualquer parte delas em compensação por salário não recebido. Os ocidentais, por vezes, contornavam os regulamentos com a ajuda de empresários e funcionários japoneses, mas, quando o conseguiam, nova teia de obstáculos era tecida pelo governo."* [165] McMaster narra a experiência da firma inglesa Jardine Matheson, que se associara, para explorar carvão, com um daymio, no início da era Meiji, quando ainda não era proibida a participação estrangeira na mineração. Mais tarde, o governo central assumiu o controle da mina e vendeu-a a um empresário japonês, Goto. Este prosseguiu com a associação, contrária à lei, com a aquiescência das autoridades. Goto ficou insolvente. Credores acionaram a mina no Japão, obtendo, por vezes, satisfação, mas, nas pendências com a Matheson, os tribunais deram ganho a Goto. A firma britânica recorreu a um tribunal extra-territorial em Tóquio e venceu, mas não recebeu muito. Vendeu sua participação, anos depois, à Mitsubishi Navegação.[166]

É indispensável – mas não basta – que o Estado invista na infra-estrutura e em indústrias-chave, durante as primeiras fases da transformação de uma

---

[163] Idem, ibidem, pg. 185.
[164] Idem, ibidem, pg. 186.
[165] Mcmaster: *The Takashima Mine*, pg. 218, citado por Moulder, F., op. cit. pg. 186.
[166] Moulder, F., op. cit., pgs. 186/7.

economia primitiva em uma economia desenvolvida. Não servem tampouco os subsídios e a proteção à indústria local, se esta não for de nacionais e/ou residentes no país. **Faz-se necessário afastar o 'investimento estrangeiro'. O Japão, em época alguma, jamais fez qualquer esforço para atrair o investidor estrangeiro. Lá não há publicações oficiais para orientá-lo, nem um organismo estatal para elucidá-lo, nem qualquer facilidade.** A lei de investimentos estrangeiros, de 1950, tem por objetivo: *"autorizar unicamente o investimento de capitais estrangeiros que contribuem para a expansão saudável e autônoma da economia japonesa e a melhoria do balanço de pagamentos do país; permitir as transferências resultantes desses investimentos; tomar as disposições para proteger esses capitais, a fim de assegurar bases sãs aos investimentos estrangeiros no Japão."* [167] Não admira que o estoque de IDEs no Japão seja, de longe, o mais baixo do mundo em proporção às dimensões da economia.

Para que um projeto industrial estrangeiro seja aprovado, tais são os procedimentos e tal o tempo neles gasto, que muitos deles são abandonados antes mesmo de oficialmente apresentados.[168] E, **mesmo nos setores menos protegidos da penetração dos IDEs, estes só são aprovados, se não forem suscetíveis de gerar concorrência excessiva entre empresas japonesas, nem prejudicar as pequenas empresas do país. E, diz a lei, o governo só aprovará investimentos estrangeiros, se as empresas mistas tiverem por objetivo importar técnicas, e se a participação estrangeira for inferior a 50% do capital.**[169]

Foi exatamente o fechamento do espaço dos mercados às corporações transnacionais que fez do Japão o único país [170] a ter absorvido tecnologia industrial estrangeira em escala apreciável.[171] Fica clara a falta de fundamento da versão segundo a qual os IDEs são vetor de transferência de tecnologia. Só se pode ter acesso a tecnologias externas, se o mercado ficar sob controle de produtores locais. Isso é lógico, não há aí paradoxo algum: se as transnacionais controlarem o mercado local, exportando para o país ou produzindo nele, não terão interesse em negociar transferência de tecnologia, mediante modesta remuneração em comparação com os ganhos da fruição, por inteiro, do mercado. Foi a posição de barganha, com o mercado nas mãos, que permitiu às empresas japonesas negociar contratos de transferência de tecnologia. Esses nada têm em comum com os de mesmo nome assinados por firmas de países em que é forte a presença de ETNs.

[167] Lattes, Robert e Dordives, Max: Mil Bilhões de Dólares, ed. Expressão e Cultura, 1971, pg. 63 (trad. do francês *Mille Milliards de Dollars, Le Monde de Demain*, Paris 1969).
[168] Idem, ibidem, pg. 64.
[169] Idem, ibidem, pg. 65
[170] Pode-se qualificar essa afirmação diante da adoção de política semelhante na Coréia do Sul e de Taiwan, a partir dos anos 1970.
[171] Conforme Lattes e Dordives, op.cit., as firmas japonesas firmaram 9.800 contratos de fabricação sob licença, até o final dos anos 60.

A absorção de tecnologia estrangeira depende também da **capacitação de técnicos locais.** E esta é **função** não apenas das infra-estruturas sociais de instrução pública e dos institutos e laboratórios científicos e tecnológicos, mas sobretudo da **atividade em indústrias do país,** como as de máquinas-ferramentas e outras que desenvolvem tecnologia usada na produção. Nos mercados em PEDs são menores do que nos dos PDs [172] os graus de: a) domínio próprio da tecnologia empregada na produção; b) avanço relativo da tecnologia. Isso é normal. Mas o que interessa é ter gente local ativa em tecnologia. A partir daí aquelas duas desvantagens vão desaparecendo. Como assinala Ozawa, [173] as companhias dos EUA e do Japão mais envolvidas em acordos de licenciamento são as que, *em ambos países*, realizam esforços mais significativos em pesquisa e desenvolvimento. [174]

Confirmando a correlação entre absorção de tecnologia estrangeira e ausência de IDE, diz o mesmo autor: "*But one will ask why U.S. firms resorted to licensing rather than foreign direct investment (FDI). First, there were restrictions on FDI in Japan...*" [175] Ozawa diz ter influído mais a pequenez do mercado nos anos 1950, pouco atrativo, portanto, para o IDE.[176] Mas este, dissuadido por restrições e dificuldades, escritas ou não, tampouco entrou no Japão nos anos 70 e 80, nem nos 90, quando o mercado já era enorme. **O fato é que, por estarem livres do IDE, os japoneses desenvolviam tecnologia e a podiam adquirir no exterior, duas coisas complementares.** Ozawa, citando Abegglen, aduz que os royalties eram, em geral, altos, 9% a 10% do valor das vendas, e os contratos podiam durar até 15 anos.[177] A razão, para eles, seria a competição do lado da procura, pois haveria muitas firmas japonesas interessadas em adquirir tecnologia. Mas havia competição também do lado da oferta, já que as firmas locais podiam negociar com várias dos EUA e européias. De 1950 a 1962 foram firmados quase 2.000 contratos de licenciamento, 62% deles com corporações dos EUA. Com o crescimento da economia japonesa e mais tecnologia disponível no Japão e no exterior, a posição negociadora tornou-se mais favorável para os licenciados japoneses. Os royalties, nos anos 60, baixaram para 3 a 5% do valor das vendas, e os prazos usuais dos contratos caíram para 5 anos.[178] Os licenciadores ocidentais tentaram investir diretamente na produção, ao fim dos contratos de licenciamento. O governo nipônico respondeu impedindo

---

[172] PEDs =Países em desenvolvimento (ou assim ditos); PDs = desenvolvidos.

[173] Ozawa, Terutomo: *Imitation, Innovation and Japanese Exports*, em: Kenen, P., ed.: *The Open Economy*, New York 1978, pg. 207.

[174] "Pesquisa e desenvolvimento" (*research and development*) é produção de tecnologia para ser usada na produção de bens para o mercado. A pesquisa básica e a aplicada são etapas anteriores.

[175] Ozawa, T.: op.cit. pg. 207.

[176] Investimento Direto Estrangeiro (IDE) = Foreign Direct Investment (FDI).

[177] Ozawa, T.: op.cit. pg. 207: Abegglen: *Changing Japan*, pg. 5.

[178] Idem, ibidem, pg. 209.

que estrangeiros comprassem grandes quantidades de ações de companhias japonesas. Só um pequeno número de firmas dos EUA e européias logrou participar, e com minoria de ações, em joint-ventures. E os licenciamentos cresceram expressivamente.

1.3.5.6. Desenvolvimento e modelo no Século XX

O Japão teve, de 1901 a 1917, crescimento anual médio do PNB de 2,87% (1,66 *pro-capite*),[179] bem superior à dos primeiros 30 anos de Era Meiji, quando aquela taxa estava em torno de 2% aa. Após 1910, o Japão alia a gradual acumulação de capital e tecnologia à exploração imperialista na Coréia e na Manchúria, fonte de matérias primas e de técnicas siderúrgicas. A 1ª Guerra Mundial trouxe novas vantagens e, depois, ganhos territoriais ao Japão. Foi de 1912 a 1917 que se deu a maior elevação da taxa anual: 4,35% (3,09 *pro-capite*). De 1917 a 1931, o ritmo de crescimento do PNB reduziu-se para 2,97% aa., em parte devido aos terremotos sofridos nos anos 20. De 1931 a 1937, ele volta a acelerar-se, com 5,91% aa.(4,48% *pro-capite*), nada sofrendo, pois, com a depressão "mundial". Os desgastes com a 2ª Guerra Mundial afetaram a taxa média anual, que, de 1937 a 1956, desce para 1,83% aa. (0,53% *pro-capite*). De 1956 a 1969, o PNB eleva-se em cerca de 10,5% a cada ano (*pro-capite*, 9,7%). Ele cresce do índice 100 para 345, em 13 anos. O PIL (produto interno líquido) multiplica-se por quase 8, à taxa média de quase 11% aa., de 1955 a 1975.[180] Ao final do período o Japão assume a liderança mundial em várias indústrias e, pouco depois, o 1º lugar na de máquinas-ferramentas. Nada disso aconteceu por acaso. O Estado japonês comandou e dirigiu a ascensão da indústria e de serviços a padrões tecnológicos cada vez mais altos. A produção ficou a cargo de empresas privadas nacionais ou do Estado diretamente. As ETNs estrangeiras praticamente não tiveram acesso à economia japonesa por meio dos IDEs. O "ingresso" destes no Japão foi, mesmo nos anos 70 e 80, mais de 50 vezes menor, do que em outros PDs (e mais de 100 vezes menor, em relação às dimensões do PNB).[181] E a colaboração e interação entre o Estado e o setor privado, para o progresso econômico e tecnológico só foi possível, por estar o país livre dos IDEs.

Relata Yamamura: *"A política industrial foi basicamente formulada e executada pela burocracia central, que ocupa lugar mais importante no governo nacional do que sua correspondente norte-americana.* ***Os ministérios em Tóquio, conduzidos por burocratas de carreira, recrutados das universidades de elite, elaboram a maior parte dos***

[179] Ohkawa, K. e Rosovsky H.: op. cit., pg. 25, tabela 2.1. Os números para os períodos subseqüentes baseiam-se na mesma tabela.

[180] Taxas calculadas com base em Nakamura, T., op. cit. gráfico nº 5, pg.16.

[181] Em comparação com a Espanha e outros semiperiféricos, como a maior parte dos ibero-americanos, a relação é de 1 para 500.

projetos de legislação que chegam ao Parlamento, exercem amplo controle sobre o sistema financeiro, preparam o orçamento nacional e usam seu substancial poder discricionário para influenciar a atividade econômica, por meio de orientação administrativa. Esses 'conselhos' quase com força de lei, sustentados por ameaças e recompensas – não diretivas legais explícitas – tornaram-se a espinha dorsal da política industrial japonesa. *Por meio de duas leis 'temporárias', de 1949 e 1950, que permaneceram em vigor durante o período de crescimento rápido, o Ministério das Finanças – MOF – tornou disponível para os maiores bancos (os treze bancos 'da cidade') capital emprestado, e estes foram 'guiados' a fazer empréstimos às maiores firmas inovadoras.* ***A orientação foi eficaz, uma vez que o MOF tinha o poder de controlar todas as taxas de juros, o que habilitava a determinar a taxa de subequilíbrio para os empréstimos àquelas firmas.*** *O excesso crônico de procura por empréstimos criado pela taxa de juros administrada em valor inferior ao do mercado permitia que o MOF fizesse eficaz racionamento do crédito, ao ponto de guiar os maiores bancos no sentido de emprestar a um setor específico e até a firmas específicas."*

"O MOF e o MITI (Ministry of Industry and International Trade) mantinham comissão permanente para identificar as indústrias a ser beneficiadas pela orientação do MOF. ***Tal política só foi factível porque o mercado de capitais japonês estava isolado dos mercados financeiros internacionais.*** *O direcionamento preferencial, pelo MOF, do crédito a empresas grandes e eficientes em cada indústria reforçou a tendência de dominação de cada setor por pequeno número de firmas, pois, estas, além da redução de custos com as escalas, tinham linhas de crédito mais seguras e disponíveis que seus competidores de menor porte. "O MITI também desempenhou função vital na formulação e implementação da política industrial. O ministério tinha poder de atribuir divisas para o pagamento de importações; como quase toda indústria japonesa dependia de matérias primas importadas, esse poder discricionário deu ao MITI um meio de pressão poderoso sobre as indústrias e deu-lhe condições de restringir seletivamente as importações de bens que competiam ou poderiam competir com algumas indústrias japonesas... Outra fonte importante de poder do MITI era ser 'porteiro' nas importações de tecnologia ocidental. Uma vez que era indispensável a aprovação prévia do MITI em cada contrato de aquisição de know-how estrangeiro, o ministério podia influenciar o momento, a composição e a atribuição do fluxo de conhecimento essencial a empresas inovadoras japonesas. Como fica evidente em memórias de antigos funcionários do MITI e de destacados industriais, esse poder foi muito importante para levar as firmas a aderir à chamada 'orientação administrativa de aconselhamento'."* [182]

---

[182] Yamamura, Kozo: *Caveat Emptor – The Industrial Policy of Japan*, em: *Strategic Trade Policy and the New International Economic Order*, MIT, Mass., 1986, pgs. 169 a 207, esp. 172/4.

13.5.7. Conclusão. Concentração e Imperialismo

A história do Japão, como antes a da Alemanha e a dos EUA, confirma que a base espiritual – e a conseqüente coesão e solidariedade social no âmbito nacional – é essencial para que seja tomado o rumo da autonomia. E, sem esta, torna-se inevitável a periferização, expressão econômica de uma condição tributária, mero objeto de exploração pelos centros das *economias-mundo* [183] ou da economia mundial. **O primeiro passo para chegar ao centro é deixar de ser periferia.** É fundamental para isso a disposição cultural, como o Japão exemplifica. [184] Ele respondeu ao desafio da abertura forçada: 1) limitando-a ao mínimo possível; 2) assimilando, com um mínimo de concessões aos centros, técnicas para a ascensão industrial e militar; 3) aproveitando os conflitos entre países centrais. A China, apesar dos esforços para industrializar-se, falhou por duas razões: 1) interferência das potências ocidentais; b) desmantelamento do Estado.[185] E, sem o Estado, o Japão: 1) não impediria o capital estrangeiro de controlar a indústria; 2) não organizaria o desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Com o tempo, a elite que comandara a revolução econômico-social da Restauração Meiji foi-se transformando na oligarquia dos zaibatsus, das mega-empresas. Algo semelhante ocorreu nos outros países que se tornaram centros. Daí a concentração, as longas depressões, além da expansão imperialista. O imperialismo não surge só de mentes militares. Essas sofrem a influência de outros estamentos. É nos impérios, como o britânico, que os frutos da predação permitem ostentar democracia aparente. Os reveses na Guerra e a perspectiva da revanche favorecem regimes mais duros. No Japão, a ameaça de interrupção à escalada do êxito na expansão. Daí o ataque a Pearl Harbor em 1941, sob o regime autoritário do General Tojo. E, com qualquer forma de seu governo, a elite, no imperialismo, não é mais a meritocrática dos primeiros tempos, mas econômica. A concentração burguesa, no Japão, foi determinante, como na Inglaterra, *Alemanha e EUA, em tudo seguidos, até na transferência do* poder real em favor da oligarquia industrial-financeira.

A carência de matérias primas vitais juntou-se à posição defensiva em face das pressões imperialistas ocidentais. Daí a ênfase no poder militar. A

[183] Noção exposta, entre outros, por Braudel. Ela designa um espaço, não apenas geográfico, dirigido em suas dimensões econômicas por uma cidade ou zona central. Usa-se no plural com referência a regiões, como Mediterrâneo, Norte da Europa, Índico e Extremo-Oriente. Se o(s) centro(s) comanda(m) as relações em todo o orbe, fala-se de economia mundial.

[184] Também a Coréia. Esta também procurou isolar-se, a ponto de ser designada por reino ermitão. No fim do Século XVI, conseguiu, com ajuda chinesa, repelir uma invasão do Japão. Foi vítima de anos de guerra e devastação com as invasões manchus na 1ª metade do Século XVII. Fechou a fronteira, até 1876, só mantendo algum contacto com a China, quando o Japão forçou a assinatura de tratado comercial. Em 1904-5, para invadir a Manchúria, passaram pela Coréia tropas japonesas. O Japão a declarou "protetorado" em 1905 e a anexou oficialmente em 1910.

[185] Moulder, F., op. cit., pg. 176 e segs.

Guerra com a China é de 1895, e a com a Rússia, de 1905. Em 1910, o Japão controlava Taiwan, Coréia, o sul das ilhas Sakalinas, o Riu-kiu e ilhas em torno do arquipélago japonês. E estendia seu domínio sobre a Manchúria. A expansão imperialista reforçou a industrialização: 1) abriu mercado para bens industriais: os têxteis japoneses foram exportados para a China, Coréia e outros, até a 2ª Guerra Mundial; 2) o desenvolvimento da mineração moderna na China, iniciado antes da invasão pelo Japão, aproveitou à siderurgia deste; 3) as linhas de navegação beneficiaram-se das áreas satélites; 4) as receitas cresceram com indenizações extorquidas nas guerras, impostos coloniais, etc. A vitória sobre a China em 1895 mostrou a capacidade de disputar o controle do Leste Asiático, o que pesou na decisão da Grã-Bretanha de aliar-se regionalmente ao Japão. Este pôde então: a) pôr fim à extra-territorialidade de jurisdição; b) obter autonomia nas tarifas de importação; c) empréstimos externos, a juros mais baixos e sem cláusulas vinculantes.[186]

I.4. O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Dos fatos expostos no Capítulo I.3. extraem-se lições. 1) Há um só modelo de desenvolvimento. 2) Este se caracteriza pela precedência dos elementos espirituais e éticos. 3) Sem esses, não há como produzir a harmonia e a coesão do todo social no qual se dá o processo. 4) O modelo supõe elite criativa, educada e educadora, à frente do Estado. 5) Ela o dirige, com estratégia própria: não segue a de poderes externos, nem deixa que controlem os mercados do país. 6) O Estado serve à sociedade, conduz sua evolução e promove os interesses de todos os grupos sociais. 7) A economia é dirigida, atenuando-se a orientação das empresas por interesses privatistas; 8) esse equilíbrio inexiste nos países *periferizados*, que tendem a desestruturar-se totalmente, e, quando ele se desfaz nos *"desenvolvidos"*, a oligarquia exerce poder opressivo no interior e no exterior (imperialista).

I.4.1. Cultura e valores

Apontamos em I.3.3.1 e I.3.5.2, os pressupostos culturais da Alemanha e do Japão. Também na Inglaterra e nos EUA, o desenvolvimento foi precedido de avanços nas idéias sociais, expressos na literatura e outras artes. Isso vale também para os centros do passado, Centro-Norte da Itália, Flandres e Países Baixos. Dante, Petrarca e os demais gênios dos Séculos XIII, XIV, e início do XV, vêm antes da ascensão de Veneza e Gênova como centros da economia mediterrânea e européia nos Séculos XV e XVI. Erasmo e os pintores flamengos pré-1550 antecedem o curto reinado de Antuérpia sobre a economia mundial e o mais longo, no Século XVII, da Holanda (Províncias Unidas). Na Inglaterra, o apogeu da literatura é na era elisabetana, antes do salto para o centro em meados do XVII. O desenvolvimento da consciência nacional - pressuposto do desenvolvimento sócio-econômico - é fortalecido, e não esmaecido, pela

---

[186] Idem, ibidem, pg. 188/9.

visão universalista. Na obra de Shakespeare, o foco da ação está na Itália, modelo, mas alvo da objeção nacionalista da ilha governada financeiramente por banqueiros italianos. Essa oposição supera a dirigida à Espanha, a grande potência político-militar do Século XVI.

I.4.2. Para ser centro, livrar-se do centro

A consciência nacional-universalista gera o pressuposto do desenvolvimento: não deixar-se guiar pelo centro mundial. Assinalamos a importância de terem os EUA tido duas guerras de independência contra a Inglaterra. A Alemanha teve seu início de industrialização graças ao bloqueio continental aos produtos ingleses, sob Napoleão. E desenvolveu-se, mais tarde, em oposição às diretivas ideológicas britânicas. Os EUA foram mais protecionistas do que a Alemanha. Ambos não adotaram o livre-comércio e por isso reverteram o que, em meados do Século XIX, parecia irreversível: a superioridade da Grã-Bretanha [187] ultrapassando-a na produção industrial, na virada para o Séc. XX. Os EUA ficaram como centro único após a 2ª Guerra Mundial. A Alemanha e o Japão recuperaram-se dos danos da guerra e formam, com os EUA, a tripolaridade das potências industriais. A Grã-Bretanha retorna ao centro, por meio de lances financeiros e imperialistas. Antes de a 2ª Guerra Mundial minar-lhe a economia real, ela se mostrava declinante, pelo menos desde a revalorização da libra, em 1926. Essa deixou patente a queda na competitividade industrial. Durante a 1ª metade do Séc. XX, a Inglaterra e os EUA travaram continuado conflito por zonas de influência e guerras por procuração, opondo os grupo Rockefeller e Shell.[188] E nas duas guerras em que a Alemanha tentou obter hegemonia mundial, os EUA só entraram na luta após grande desgaste de sua "aliada", mediante concessões: por ex. a transferência do controle sobre áreas estratégicas, como as ricas em petróleo. As disputas entre os centros favoreceram o progresso e a industrialização da Argentina, o Brasil e outros, e o entendimento entre aqueles os têm reconduzido à periferia nos últimos 40 anos.

Não é da natureza do centro ser amigo de outro centro, por muito tempo. Para as periferias custa caro ter países centrais como "amigos". Essa é a razão pela qual quem quis evitar a condição de periferia não conferiu prioridade ao objetivo de boas relações com o centro. Por vezes teve de conviver com essa ligação perigosa, mas cuidando, antes de tudo, de fortalecer a independência e o desenvolvimento das forças produtivas. Foi o que fez o Japão do Século XIX para o XX e, após a 2a. Guerra Mundial, quando sofreu ocupação militar dos EUA. Apesar desta, não permitiu que, à exceção de parte de poucos setores, os IDEs penetrassem em sua economia. Com isso evoluiu para posição econômico-tecnológica superior à de antes da Guerra.

---

[187] Vide I.3.2.

[188] Essa disputa foi intensa no Oriente Médio e na América Latina: revolução mexicana (1910-1920); golpes de Estado na Venezuela; guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia, etc. Vide, entre outros, Zischka, Antoine: *La Guerre Secrète pour le Pétrole*, Payot, Paris 1934.

I.4.3. Estado e capital nacional

Ficou clara a ação decisiva do Estado no surgimento dos centros econômicos. **Em resumo, as realizações do Estado envolveram:** I. Promover a formação do capital *nacional*, entendido nos aspectos: 1) real, i.é.: a) ***fixo***: máquinas, equipamentos e infra-estrutura; b) ***sutil***: acumulação tecnológica; 2) financeiro. II. Fazê-lo: 1) diretamente, ou por meio de autarquias, na infra-estrutura econômica e social, inclusive na instrução pública e nas instituições científicas e tecnológicas; [189] 2) com empresas estatais, na estrutura produtiva; 3) subsidiando empresas privadas de capital nacional e participando do capital destas. III. Impedir o controle dos mercados financeiro e de bens e serviços no país por capital externo, cuja variável estratégica é o IDE; IV. dar ao capital nacional condições de disputar espaços no exterior.

Como deflui do tópico 1.3.5.5 (Tecnologia só sem capital estrangeiro, Japão), longe de os IDEs serem vetor de tecnologia, um país só pode desenvolvê-la, se reservar seus mercados ao capital nacional. Se não: 1) falta demanda por tecnologia, e, assim, ninguém no país a produz; 2) as empresas locais ficam sem condições de assimilar tecnologia avançada, pois só a absorve quem desenvolve alguma. Há que incluir na formação dos técnicos reproduzir processos criativos (engenharia reversa), captando os princípios básicos; dominados esses, novas tecnologias dependem só de criatividade e de haver mercado. Essas razões são mais que suficientes para evitar o IDE, e, além disso, este faz estagnar os mercados, em função das transferências da renda local ao exterior, o que se mostra em pormenores na Parte II.

A América Latina – AL – onde o capital estrangeiro domina os mercados, sofreu acentuada queda relativa na economia mundial, de 1950 ao presente. Entre os países centrais, o Japão, que praticamente não recebe IDEs, passou ao 1° plano, tendo sido o menos desenvolvido no Século XIX. A Grã-Bretanha sempre teve muito IDE no exterior, mas, depois da 2ª Guerra Mundial é o que mais o recebeu, deixando de ser o 1° dos centros. Os EUA passaram a ser o 1°, no Século XX, beneficiando-se de quase não haver neles IDEs e de os terem no exterior. Desde 1980, recebem muito IDE, e: a) sua posição se enfraquece em algumas indústrias; b) o país tornou-se devedor.

O Estado não tem substituto possível, pois o capital privado só começa a crescer durante o processo de desenvolvimento. Não, antes, quando é preciso dar direção e impulso ao processo. Falta então aos privados: 1) visão social e sentido nacional; 2) consciência da direção necessária e para opor-se às idéias provindas dos centros; 3) dimensão para resistir às corporações econômicas externas. A atividade empresarial de propriedade privada é de tal natureza, que aquela consciência só se forma, conduzida por lideranças assentadas no

[189] A formação da infra-estrutura científico-tecnológica só produz desenvolvimento econômico e social, se a estrutura produtiva e de mercado for constituída por empresas nacionais.

poder do Estado. A ótica das empresas é particularista, definida por estreitos horizontes e objetivos: sobreviver no mercado, e dele extrair ganhos, nas condições nele prevalecentes. Isso implica não considerar a transformação dessas condições, necessária ao desenvolvimento. Nem a que o capital estrangeiro realiza, em detrimento delas. Para existirem como capitalistas, os comerciantes, financistas e industriais do centro foram guiados pela política de desenvolvimento nacional, comandada pelo Estado. Esta os fez crescer, porque excluía as poderosas firmas estrangeiras do mercado e dos seus benefícios. Assim, acumulou-se capital e tecnologia. Apenas depois de seus países se tornarem centrais, as oligarquias abriram, seletivamente, o mercado financeiro, a fim de ampliar ganhos administrando recursos financeiros externos, o que fazem também em refúgios fiscais no exterior.

1.4.4. O Modelo: economia social de mercado

Em I.6., examinam-se os sistemas sócio-econômicos. Aqui esboço as **linhas do modelo necessário para inverter o atual processo destrutivo** do País e da humanidade. Economia social de mercado [190] decorre de duas idéias centrais. **1) Há que fazer crescer a economia de mercado e administrá-la para que ela, dada a tendência à concentração, não se autodestrua; 2) Isso só pode ser feito por meio de intervencionismo estatal permanente.**

A sociedade precisa da economia de mercado para ter equilíbrio social, econômico e político. Ao lado das atividades de grandes empresas, estatais, ela é um dos mecanismos de produção mais eficientes. A questão é que os limites do que deve ser produzido não têm de ser definidos pelas empresas que influem no mercado. Deixadas a si mesmas, tudo que der mais lucro que as demais alternativas, será produzido, mesmo que detrimental à sociedade, e as vendas serão asseguradas por meio do *marketing*. Uma vez tolerado um pouco de concentração, modifica-se a equação de poder na sociedade, e ninguém mais segura a opressão. É indispensável, portanto, o controle social do que tem de ser produzido. Esse controle não pode fixar faixas demasiado estreitas de liberdade de escolha, mas tem de promover o que é socialmente útil e vedar o que é detrimental à saúde espiritual, ética, emocional e física das pessoas, e à social, i.é., à cultura e à educação.

A economia de mercado é necessária também porque, se o setor produtivo for constituído, na maioria, de empresas estatais, desequilibra-se a sociedade, por concentrar-se demasiado poder no Estado. A economia social de mercado, combina: 1) o setor verdadeiramente privado; 2) o setor produtivo estatal. Ambos têm de ser controlados pela sociedade, por meio do Estado.

[190] O nome não é novo. Foi usado na Alemanha do pós-guerra, mas a realidade ali reinante não correspondia, no essencial, à designação.

O 1°, concentrado, torna-se capitalista e assume poder demais, sendo privado apenas sob o aspecto da propriedade. Para a saúde sócio-econômica, é indispensável que o poder não seja assumido por oligarquias. E isso só pode ser evitado, se houver equilíbrio entre: a) empresas estatais; b) médias e pequenas empresas de capital privado nacional. Ambas estruturas fazem parte da classe média, majoritária, educada e afinada com uma elite de verdade. As duas têm de ter assegurar o equilíbrio social e político, fundado no princípio do interesse social, coletivo, imune a ideologias.[191] O Estado, instrumento da sociedade como um todo, tem de impedir a concentração, formadora da oligarquia e destruidora da economia de mercado.

Esse é um caminho diferente do apontado para a humanidade pelo capitalismo, que a degrada. A concentração – como se mostra em I.6.1. – é o elemento central da definição de capitalismo. Não a havendo, não há excessiva capacidade ociosa em bens de produção úteis às pessoas e à economia social, nem produção excessiva de bens improdutivos e destrutivos. Tampouco há o desemprego em massa, que torna as pessoas objetos de exploração ilimitada por concentradores. Não havendo estes, as empresas têm de fazer o melhor para igualar-se a suas concorrentes, ou superá-las. Isso implica: 1) mais espaço para novas tecnologias; 2) produzir bens e serviços úteis à sociedade e aos indivíduos; 3) estimular os trabalhadores e pô-los em condições de produzir cada vez melhor. De fato, as empresas, em competição, têm interesse em contratar e remunerar os mais capacitados e eficientes; e nessas condições, as pessoas produzem melhor, sentindo-se bem e deixando de esgotar-se física e emocionalmente pela exploração no mercado de trabalho.

Ao contrário, no capitalismo, o domínio sobre os mercados torna burocrática a direção das empresas, promovendo o favoritismo e demais vícios das grandes estruturas isentas de controle social. A falta deste faz elevar o número de demissões a título de 'racionalização', pois, entre as últimas preocupações dos que se governam pela conta de resultados do balanço trimestral, estão: 1) a sorte dos seres humanos; 2) o bem estar social.[192] Os que trabalham são sugados até a última gota. Com cada vez menos empregados e cada vez mais capacidade ociosa ou inútil para a sociedade, reduz-se a demanda agregada e torna-se perniciosa a composição da oferta. A supressão da demanda, com as políticas do BM/FMI, criou a **economia de cemitério**, acabando também com a produção. O sistema tem feito crescer: 1) no alto, a **economia de cassino**, com o aumento exponencial dos ativos financeiros; 2) em baixo, a economia marginal, da mesquinha subsistência e dos **camelôs**, a vender de sanduíches a eletrônica de origem duvidosa.

---

[191] Ideologia é tese para defender interesses especiais.

[192] Com todas as empresas a demitir, o que seria bom para uma, isolada, torna-se o caminho da desaparição, uma vez que a demanda agregada se reduz.

I.5. OS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO.

I.5.1. Concentração: controle das ETNs sobre os Estados

A tendência da competição é gerar seu contrário: a concentração da economia. Portanto, para resguardar algo da economia de mercado, há que salvá-la dela mesma. O desenvolvimento industrial da Inglaterra foi mais lento do que o da Alemanha. Uma das razões disso foi a maior concentração,[193] inclusive na área rural. O dos EUA foi o mais rápido, com: 1) altos salários decorrentes da relação terra/homem; 2) ampla distribuição de terras; 3) imigração. O Japão acelerou o seu crescimento depois da 2ª Guerra Mundial, quando fez reforma agrária. Os EUA, e a Alemanha – esta só depois da 2ª Guerra Mundial – conseguiram controlar um pouco a concentração, por meio das leis *anti-trust*, mas ela acentua-se, ainda assim. Esses países e o Japão promovem também algum equilíbrio por meio das políticas sociais. Mas não é seguro que ele possa subsistir, dado o aumento continuado da concentração e os antecedentes imperialistas de todos esses países. Depois do interregno "liberal" no início da 2ª metade do Século XIX, os Estados voltaram a ter papel decisivo no desenvolvimento econômico e tecnológico. Fatores importantes disso foram: 1) o Estado do bem-estar, resultante do compromisso político decorrente da dimensão atingida pelas classes trabalhadoras, na 1ª metade do Século XX; 2) os investimentos de grande porte e a expansão das fronteiras tecnológicas. Essas inversões não apetecem ao capital privado, que, embora não careça de fundos, prefere os lucros garantidos dos negócios em que já estão investidos. E investir pesadamente não traz lucros a curto e médio prazo.

Investir pouco (na economia real) em relação aos recursos financeiros acumulados é a regra entre os grupos privados dominantes. Isso faz reduzir ou estagnar a renda nacional e, daí, a demanda. O planejamento dos concentradores restringe a oferta em função da demanda estimada. Os fundos disponíveis são imensos em relação ao necessário para os investimentos na produção industrial. A expansão desta é mínima, pois a oferta é administrada, de acordo com a demanda, e esta é comprimida, dada a baixa remuneração dos trabalhadores – mesmo os qualificados.[194] O desemprego e o declínio da renda real resultam: a) disso; b) de se fazer mais investimentos de "racionalização" do que para expandir a produção; c) sobretudo da falta de investimentos em novas tecnologias de produtos.[195] Daí os trabalhadores: 1) diminuir em número; 2) dispor de menos direitos sociais; 3) ficar dispersos (terceirização e deslocamento de unidades produtivas). A influência política

[193] A indústria alemã é menos concentrada do que a inglesa.

[194] Paga-se melhor aos qualificados, se isso resultar em maiores lucros, mas a sobreoferta deles faz que eles recebam remuneração muito inferior à sua contribuição produtiva.

[195] Essa penúria impede também a criação de empregos de qualidade.

dos assalariados passa a ser só uma aparência,[196] em função desses fatores e da manipulação pela *media* e do controle do dinheiro sobre eleições. Assim, ocorre o desmonte do Estado de bem-estar, o que, de novo, concorre para o aprofundamento da crise econômica. São também teleguiados os pequenos e médios empresários, crescentemente dependentes.

As ETNs são, ao mesmo tempo, industriais, financeiras e de serviços e comandam a "globalização". Surgiram e transformaram-se no que são, cevando-se no mercado dos centros e nos dos demais países. Mas enganam-se muitos de seus dirigentes, impressionados com o poder econômico-financeiro e político enfeixado por essas corporações, ao imaginar que o Estado, que as fez crescer, se tornou um instrumento obsoleto ou, pelo menos, inadequado nas antigas dimensões e funções. **Quatro das razões disso são: 1) o peso das compras governamentais como propulsor dos investimentos produtivos das mega-empresas e gerador de procura direta e indireta para os bens e serviços, controlados tecnológica e oligopolistamente pelas ETNs; 2) o uso do poder militar, que implica influência política nos espaços ditos internacionais, em favor das transações econômicas das ETNs, como ilustram as intervenções armadas dos EUA para ter o controle do petróleo no Oriente Médio; 3) investimentos sociais, especialmente em educação e saúde, indispensáveis para gerar mercado (procura) e mão de obra especializada (insumo para a oferta); 4) a manutenção sob controle do espaço interno, por meio do executivo, legislativo e do aparelho judiciário e órgãos de "segurança", regulando as relações entre os servidores do sistema e administrando a marginalização de parte substancial das populações.**

O controle sobre a sociedade é exercido pelas ETNs, com os seguintes recursos: a) poder sobre os mercados de bens e serviços; b) domínio direto sobre a *media*,[197] uma das muitas indústrias controladas por mega-empresas, e por meio das verbas de publicidade; c) influência da comunicação social, combinada com a exercida por dependentes e agentes das ETNs, como estrelas do entretenimento, produtores de filmes e desenhos, apresentadores de programas televisivos, de rádio, shows, etc.; d) controle sobre as agências de notícias; e) *marketing* das grandes empresas (*merchandising* e publicidade), a promover: 1) a visão do mundo dos donos e executivos das ETNs; 2) consumismo; 3) contracultura; 4) crença no dinheiro-rei; 5) quebra dos valores agregativos da família e da sociedade; 6) desencanto, desvios e falta de objetivos evolutivos. Tudo travestido de "liberdade".

As transnacionais controlam o Estado nos países centrais e não é de seu interesse acabar com ele. E isso não seria fácil, uma vez que neles ainda

[196] Vê-se porque os partidos de 'oposição', de esquerda ou não, estão na defensiva, e recuam na defesa dos direitos sociais, quando não seguem a ideologia dominante, a serviço dos concentradores transnacionais.
[197] "media" é, em latim, plural de *medium*, meio. A grafia *mídia* vem da prosódia do inglês.

há alguns grupos sociais estruturados. Neles estão, ademais, os maiores mercados, de elevada e média renda. Por isso os dirigentes da economia industrial e de serviços não gostariam do empobrecimento da classe média em seus países. Mas as políticas corporativas e hegemonia dos financeiros estão produzindo esse resultado, apoiadas por políticos e acadêmicos. Minando o Estado de bem-estar, os concentradores serram o galho em que assentam. Isso decorre de não haver harmonização dos interesses dos diversos grupos. E não há, porque o poder está desequilibrado.

I.5.2. Globalização

A situação é bem pior nas semiperiferias e periferias do que a acima resumida. Nelas, a quase totalidade da população é marginalizada. **O objeto principal, ali, do interesse dos concentradores sediados nos países centrais, é o acesso privilegiado às matérias primas, a preço vil. As periferias sofrem predação total, e seus habitantes são empurrados para condições sociais, políticas e econômicas piores que as do Século XIX. O desmonte do Estado e sua crescente fraqueza significam terem nações inteiras ficado indefesas, com suas pseudo-elites subordinadas aos centros.** O processo começou ao se ter permitido a penetração das transnacionais. As sociedades foram envolvidas pelo sistema de poder dos centros, com a colaboração das burguesias locais, desprovidas de consciência e ineptas a liderar a organização do Estado a serviço da sociedade. **Isso explica porque a globalização encontra terreno mais desimpedido fora dos centros mundiais do que nestes. As periferias vão sendo destruídas, enquanto imaginam que as pretensas reformas lhes darão um Estado mais eficiente, com a redução da esfera de atuação deste.** Aceitar tais "reformas" denota que as classes sociais estão desestruturadas, e os indivíduos, robotizados.

I.6. SISTEMAS ECONÔMICOS

I.6.1. Capitalismo

I.6.1.1. Que é capital?

Capital é todo valor que se pode preservar de alguma forma e que pode servir para criar mais valor. Ele é medido em estoque, enquanto que sua aplicação gera fluxos. Há 2 tipos: **1) Capital real**. A) bens de capital (capital físico) nos quais estão incorporados trabalho, sobretudo qualificado, e os insumos transformados para produzir o bem de capital. As máquinas e equipamentos, e mais a infra-estrutura (hidrelétricas, instalações de telecomunicações, estradas, pontes, portos, etc.), são bens de capital. B) Demais bens de produção e também estoques de bens de consumo duráveis e outros; C) Técnicas, tecnologias e conhecimentos acumulados. **2) Capital financeiro**, os títulos: A) dinheiro ou meios de pagamento: metais preciosos,

papel moeda, cheques, meios eletrônicos. B) demais títulos (direito a qualquer bem ou serviço). O capital **real** ajuda a produzir bens e serviços, e os bens podem ser vendidos, obtendo **moeda ou outro título financeiro**; o aluguel de bens é considerado serviço e seu preço também resulta em moeda ou título. Também aí há interação entre os aspectos real e financeiro da economia. Mas há um desligamento, quando se aplica finança para obter juros e outros rendimentos.

O capital financeiro decorre do real. Por exemplo, os títulos originalmente são criados em função de uma quantidade de produção que está sendo vendida: por ex., o produtor emite uma letra de câmbio, que ajuda a financiar a própria produção e/ou comercialização, se descontada por um banco, antes da entrega da mercadoria ao comprador. A moeda pode, pois, crescer com a emissão de crédito (empréstimos, títulos descontados, etc.). **No equilíbrio ideal, a massa de dinheiro e outros ativos financeiros deve ser a necessária para que a capacidade produtiva real seja plenamente utilizada e gradualmente aumentada**. Daí a justificativa do juro: remunera-se o dinheiro emprestado a terceiros para ativar produção que vai dar lucro (o juro é um dos custos). **Explicadas as remunerações do capital real (lucro), a do financeiro (juro) e a dos demais aluguéis, falta a típica do comércio, cujo nome técnico é arbitragem.** Se em Buenos Aires paga-se mais pelo real do que em São Paulo, quem o vender lá, comprando uma divisa x, ganha arbitragem, se vendê-la em São Paulo a um preço, em reais, superior aos gastos com a 1ª operação. O mercado de câmbio é financeiro, mas a arbitragem é ainda mais típica do comércio e das bolsas de mercadorias.

O capital real decorre da combinação de: 1) **trabalho**; 2) **recursos naturais**. A **energia**, o 1º fator derivado e essencial à produção, é obtida da natureza, também por meio de técnicas, i.é. trabalho qualificado. **A tecnologia também é derivada dos fatores básicos, e é ela que organiza a produção,** determinando a agregação nesta de cada fator. O capital resulta, pois, da incorporação de tecnologia e de fatores de produção: o capital anterior, recursos naturais e **trabalho qualificado = conhecimentos aplicados à produção.**

Ricardo e Marx consideram que o valor dos bens corresponde ao trabalho neles acumulado, medido em horas. Essa simplificação era compreensível antes das revoluções industriais, mas a complexidade resultante da acumulação da tecnologia implica que não mais se deva tratar o trabalho como fator homogêneo. Há diferentes tipos de qualificação, experiência, habilidade etc. Nos bens produzidos houve apropriação, por seus donos, do trabalho, de várias qualidades, incorporado a esses bens. Os que alugaram seus esforços, invenções, etc. em troca de salários, receberam, quase sempre, paga insuficiente em relação a sua contribuição para o valor atribuído a esses bens. Essa apropriação é **acumulação decorrente da mais-valia, no conceito de Marx. Esta não é extraída somente, nem mais principalmente, de trabalhadores pouco qualificados, que ele denominava proletários.**

Ademais entre os lesados pela concentração capitalista não estão somente assalariados, já que as crises provocadas pelo sistema obrigam inúmeros empresários pequenos e médios a vender seus negócios, ou o que resta deles, por preço muitíssimo inferior ao que neles se havia agregado, inclusive tecnologia. Além disso, com a concentração, os compradores dos bens e serviços controlados pelos oligopólios, monopólios competitivos e cartéis pagam sobrepreços que importam perda de renda real para aqueles. Segue-se que um sistema que atribua ao trabalho o que lhe é devido tem de: 1) corrigir a distribuição social do que foi acumulado até o presente; 2) remunerar o correspondente ao trabalho do que venha a ser produzido, de acordo não só com a quantidade, mas também com a qualificação e contribuição desse trabalho para o valor dos bens; 3) para isso, e também para dar campo a um empresariado socialmente útil, assegurar a maior dimensão possível à economia de mercado, i.é., o setor formado por firmas de porte até o médio, submissíveis à concorrência e à regulamentação, inviáveis sob a concentração.

I.6.1.2. Os tipos do capitalismo

Há, pelo menos, 4 tipos de capitalismo. O 1°, **tradicional,** manejou o comércio e as finanças internacionais desde o início da Era Moderna, no Século XVI, e mesmo antes. Seus titulares eram oligarcas burgueses, inclusive nobres atuantes no capitalismo, ou os próprios senhores da guerra, e príncipes dos Estados nacionais modernos, como os desencadeadores dos descobrimentos marítimos e da exploração monopolista de zonas conquistadas. Estas o eram, em geral, militarmente, e, em parte, com a cooptação de locais seduzidos por vantagens pecuniárias, pouco duradouras. Nesses "empreendimentos", a **acumulação decorria de pilhagens**, em geral, com recurso a violência, e de **ganhos comerciais**, como a **arbitragem**, e **financeiros**, nem uns nem outros fáceis de distinguir daquelas.

O 2° é o da grande empresa industrial ou financeira, formado a partir do final do Século XVIII, com as revoluções industriais que continuam até hoje. Esse tipo inclui: a) os grandes industrialistas, agentes da concentração econômica descrita na história dos centros; b) os grandes banqueiros, partícipes e, por vezes, líderes da indústria, além de comandantes das finanças públicas e, em especial, a das guerras em grande escala, desde as napoleônicas. Seus ganhos procedem dos lucros (receitas menos custos, nestes incluída remuneração dos diretores, como fator organizador ou dispositivo).[198] **Os lucros extraordinários derivam de: 1) produtividade do trabalho qualificado e demais; 2) sobrepreços pagos por consumidores e usuários; 3) subpreços pagos a produtores de insumos.**

O 3° é o dos tráficos ilícitos e semi-ilícitos subdividido em três segmentos: a) o das máfias diretamente envolvidas nas atividades ilícitas, tais

[198] *Dispositiv, na terminologia em alemão.*

como o tráfico de drogas e de armas, operações terroristas, etc; b) o das semi-admitidas, como o jogo e a prostituição; c) o de apoio aos segmentos a) e b), **organizado em atividades consideradas legais**, abrangendo **bancos** e instituições financeiras **que "lavam" o dinheiro** proveniente das ilícitas, aplicado também em atividades legais, econômicas, religiosas, beneficentes, "humanitárias", ONGs, etc, fundadas (nos dois sentidos) por capitalistas de todos os tipos. .

O 4° tipo é o da especulação, ou com ativos reais, ou financeira, com ações e outros títulos. Essa modalidade, cujas fronteiras, especialmente com o 3° c) não são nítidas, é dual, ligada à mentalidade de cassino e à pilhagem, uma vez que os mercados em que ela atua são manipulados: o jogo é de cartas marcadas. Faz parte do 4° tipo a **criação desenfreada de instrumentos financeiros, como os derivativos.** Esses permitem obter ganhos em atividade improdutiva, como os rendimentos do capital financeiro desproporcionalmente inflado em relação aos recursos reais a que deveria corresponder. Os tipos 3 c) e 4 crescem com: a) suas próprias receitas; b) as dos demais tipos. Vale citar **Braudel:** *"Se eu tivesse o gosto de Sombart pelas explicações sistemáticas e definitivas,* ***eu poria na frente o jogo e a especulação como elemento maior do desenvolvimento capitalista.*** *Viu-se aparecer, no curso deste livro, essa* ***idéia subjacente do jogo, do risco, do logro (tricherie), sendo a regra básica fabricar um contrajogo, diante dos mecanismos e instrumentos do mercado; fazê-lo funcionar de modo diferente senão inverso.****"* [199]

Na espécie 2, como de resto na 1, a maioria das atividades são tão nocivas à saúde física e moral das sociedades quanto as dos tipos 3 e 4. Assim: a) as indústrias de fumo e bebidas alcoólicas; b) as alimentares, com insumos (agrotóxicos, entre outros) e processos nocivos à saúde, alimentos impróprios ao equilíbrio orgânico e desprovidos, no processo industrial, de seu valor nutritivo; c) a industria legal de drogas, a farmacêutica, fazendo proliferar, com intenso *marketing*, o uso de drogas devastadoras de organismos, à base de tóxicos, quimicamente sintetizados, não obstante incapazes de curar; d) as indústrias de petróleo e carvão, principais responsáveis pela destruição do eco-sistema da Terra; e) a maioria das indústrias de produtos químicos e petroquímicos bem como as que transformam esses insumos em ácidos, pneus, tintas, etc; f) a indústria automotora, que polui, privilegia e faz dominar o uso de combustíveis fósseis e transportes caros e ineficientes. Contado o faturamento dessas indústrias e mais os das que estão a elas ligadas por vínculos para traz e para frente, tem-se a parte do leão do PIB industrial total, de origem considerada legal. E maior ainda é o faturamento das espécies 3 e 4.

---

[199] Braudel, F., op. cit., tomo 2, pg. 515. É de notar que sua obra histórica vai só até o Século XVIII. Que diria ele, se tivesse tido tempo de analisar o final do Século XX?

I.6.1.3. A essência do capitalismo

Há muito em comum entre as espécies do capitalismo, sem o que não pertenceriam ao gênero. Talvez se possa reduzir todas a um elemento comum: **o esforço constante para adquirir propriedade, que é poder. Pode-se conceber a economia como um ramo da política, cuja essência é o poder. E o de uns tenta sempre afirmar-se em relação ao de outros. Na economia capitalista, como não há limite para a aquisição da propriedade por um único grupo, empresa, ou até pessoa, todos competem para ser os adquirentes e não os alienadores expropriados.** No sistema, quem não fizer assim, torna-se caça em vez de caçador.

As diferenças entre os tipos referem-se aos meios, aos métodos de atingir o objetivo, e não a este. Os principais métodos são: 1) violência; 2) astúcia; 3) competência estratégica, técnica e de organização. As expressões do racionalismo econômico - apontadas por Sombart,[200] planejamento, objetividade (ter sempre o objetivo em mente) e cálculo - são recursos de apoio aos três métodos. A violência é usada principalmente: 1) pelo 1º tipo: a) a do Estado; b) a das companhias de comércio, que contratavam seus próprios exércitos nas Índias Orientais e alhures; c) ainda hoje, por ex., na África, as mineradoras britânicas e outras têm exércitos mercenários promovendo "revoluções" de seu interesse; 2) pela 2ª espécie, indiretamente, quando, por exemplo, as forças armadas dos EUA intervêm no Iraque e outros pontos do Oriente Médio, para assegurar o controle do petróleo; 3) por firmas financeiras e máfias, nos capitalismos de tipo 3 e 4. Não é, pois, mera retórica dizer que a economia é a continuação da guerra por outros meios. Uma e outra são meios de obter poder. Além disso, mesmo quando a economia não recorre a armas bélicas, as empresas crescem destruindo competidoras, reais e potenciais, e também pessoas.

A astúcia é também usada por todos os tipos, quando: 1) se atraem com vantagens ou presentes os chefetes locais e tomam-se por empréstimo capitais locais, como ocorreu na Índia e outras regiões, relegando-os depois a campos de atividade limitados; 2) as empresas usam o marketing para suscitar gostos consumistas, acenam qualidades inexistentes no que vendem; 3) as ETNs usam, em proveito delas, os empresários locais etc.; 4) : a) as drogas são passadas aos jovens, junto com o *rock* e a permissividade, fazendo apelo à "liberdade" e ao choque de gerações; b) atiçam-se pessoas ao jogo com magnificados prêmios; 5) incautos são atraídos pela subida dos índices das bolsas e entram no mercado em alta, manipulados pelos profissionais, que passam a vender. A lista está longe de ser completa.

O 3º método, o da competência estratégica, ligado ao cálculo e ao planejamento, é mais usado na 2ª espécie, o capitalismo industrial, e, por

[200] Sombart, W.: *Die Juden und das Wirtschaftsleben*, op. cit., pg. 187.

parecer justificável, é incorretamente atribuído ao capitalismo em geral. Mas ele serve ao mesmo objetivo de poder absoluto, e é associado aos outros dois métodos, menos confessados. E **a competência, a criatividade, é, em geral, a dos que são contratados pelo capital, cujo poder acumulado permite mobilizá-la em proveito dele.**

I.6.1.4. Capitalismo versus Economia de Mercado

Capitalismo e economia de mercado, já o vimos, não são sinônimos. São bem diferentes.[201] O 1° é o espaço da concentração, do capital privado que tem poder público, a partir de seu domínio sobre o mercado.[202] A 2ª é o espaço da competição, onde as coisas são decididas no e pelo mercado, o que implica não ser este controlado de modo monopolista ou oligopolista, i.é. capitalista. A 2ª é explorada pelo 1° : este precisa dela para crescer, e quando cresce demais, o faz em prejuízo dela. O desenvolvimento social e econômico depende dela, e é manietado por aquele. Os detentores de poder, que controlam o 1° , são uma ínfima minoria. As pessoas da alta e baixa classe média fazem parte da economia de mercado, mas, na maioria, trabalham, como empregados do capitalismo e são consumidores dos produtos governados por este. Muitos exercem profissões liberais e autônomas ou são empresários.[203] Uma 4ª camada social trabalha, em funções menos qualificadas, para empresas capitalistas, i.é., grandes, ou para produtores dependentes das ETNs e/ou da economia de mercado. A 5ª – grande parte da população de regiões pobres – pouco participa do mercado, como os sem-terra, a maioria dos trabalhadores rurais e os marginalizados urbanos.

É um erro, cheio de conseqüências na história, o que se tem cometido, de considerar capitalistas todos os que são ricos ou 'bem de vida'. Esses têm freqüentemente sido reprimidos em revoluções, como a russa e a francesa (nesta, quase que só os nobres e o clero, mas nem todos os seus membros). Mesmo em tempos ditos normais, junto com os demais da classe média, muitos pagam por males que não praticaram. Se empresários, são alijados pelos concentradores, e, se assalariados qualificados e diligentes, sofrem espoliação do capitalismo. E, além disso, são: 1) pesadamente tributados, nos impostos ditos progressivos;[204] 2) os mais afetados pela violência urbana

---

[201] Vide o tópico sobre Braudel: I.6.1.5.1.

[202] Há a categoria dos *rentiers* (os que vivem de rendas), como as de títulos e imóveis, etc. Trata-se de subatividade ou, antes, não-atividade, baseada na cessão temporária de ativos, paga como juro ou aluguel. Mesmo os *rentiers* milionários não são capitalistas, em sentido próprio, se forem só *rentiers*. Esses – na maioria também empresários ou assalariados – ligam-se ao capitalismo indireta e subordinadamente. Mas podem ser também capitalistas do tipo 4 e de outros, ao especular com ativos reais e financeiros.

[203] Alguns da alta classe média podem ser ricos, mas não são capitalistas, se não comandam mercados de bens ou de serviços. De resto, devem o *status* de abastados ao fato de disporem de habilidade ou capacitação especial – real ou suposta – na qual lhes é favorável a relação procura/oferta. É o caso de alguns artistas e escritores, profissionais liberais e técnicos.

[204] Os concentradores, tais como as ETNs, têm meios a sua disposição para deixar de pagar impostos, além de serem os beneficiados pelos subsídios e pelos investimentos públicos.

e por pressões de marginalizados, mormente nos países com precária seguridade social. A sociedade, como um todo, pagou caro por confundir-se o capitalismo com pessoas que pouco tem a ver com ele. O alijamento delas determinou a baixa qualidade na direção do Estado, na economia e nas relações sociais.

O grande problema é a economia de mercado ser transformada em capitalismo. Na dinâmica da concentração, as empresas que estão em desvantagem vão sendo suprimidas (adquiridas, objeto de fusão ou falidas), em função da competição, e, com isso, ampliam-se as vantagens comparativas das que estão à frente. Essa é história nos países capitalistas e mais ainda nas periferias em que as ETNs acabam com o espaço das empresas locais. É assim que a economia de mercado vai sendo relegada a setores subordinados e marginais, dando lugar ao capitalismo.

O "liberalismo", promotor da pseudoliberdade, absolutiza o direito de propriedade individual. Essa é, sem hipérbole, uma tendência diabólica, pois a essência negativa desta faz indivíduos buscar a posse exclusiva dos bens e dos títulos que os comandam.[205] Aquela absolutização é realizada por concentradores que tentam subverter as leis da natureza, i.é, a ordem de Deus. Esta determina o equilíbrio e a harmonia na essência da vida. Destroem o equilíbrio da economia de mercado, substituindo-a pelo capitalismo, a concentração da propriedade. O corolário é a servidão, não apenas um caso-limite, mas normal nesse sistema. Aumentando a concentração do capitalismo, cresce o poder deste sobre as pessoas que trabalham para ele e/ou dele dependem para obter bens e serviços. Elas são submetidas a servidão, por mais que as leis digam que elas são livres. Cada assalariado tem a "liberdade" de disputar um único posto de trabalho com milhares de outros. A paga e demais condições daí resultantes são fáceis de inferir, sem falar na escravidão clara, sobretudo em regiões periféricas. É, portanto, mais uma falácia, de defensores do capitalismo e de marxistas, opô-lo ao feudalismo, sob as premissas de que, sob este, o trabalho era servil (correta, mas não para todos no sistema feudal) e sob aquele seria livre (falsa).

I.6.1.5. Teses sobre o capitalismo

As contribuições de Braudel e Sombart favorecem a compreensão do tema. Marx tem muito de válido, mas seus esquematismos nem sempre o são. As contestáveis teses de Schumpeter, Keynes e Weber ilustram o tema. As dos reacionários Hayek e von Mises e demais ditos liberais, das escolas de Londres e Chicago, muito difundidas, *et pour cause*, devem ser desqualificadas pelo medíocre conteúdo e por ideologicamente fabricadas. [206]

---

[205] Juntam-se aí as tendências de: a) Lúcifer, expansivo e expansionista, que, orgulhoso de seus dotes, desafia Deus; b) Ariman, contracionista, restritivo. O 1º quer conquistar tudo, dominar o Mundo; o 2º, esterilizá-lo, cortar. A semelhança com o monetarismo e o FMI não é coincidência

[206] Como tantas posições, essa pode associar-se ao dito alemao: *"Wessen Brot ich esse, dessen Lied ich singe"* (de quem eu como o pão, desse eu canto a canção).

I.6.1.5.1. Braudel

Braudel vê três dimensões no espaço econômico, na ordem crescente de poder: 1) a civilização material, que abrange as formas da **subsistência** que escapam ao sistema de trocas do mercado, embora possam ter alguma interação com ele: 2) a **economia de mercado**, na qual o sistema de trocas se desenvolve com a participação, em geral, de numerosos agentes dos dois lados: procura e oferta; 3) o **capitalismo**, a camada superior, em termos de poder, a qual surge da concentração. Ela toma espaço das outras e as subordina. O monopólio, o oligopólio e a chamada concorrência monopolística são os modos de ser do capitalismo. **O capitalismo é a estrutura que se ceva da que está abaixo dela, a economia de mercado. Essa o sustenta, e formou o capitalismo, bem mais do que as contradições do feudalismo. A *livre* concorrência gerou a concentração.**

Os progressos econômicos da Era Moderna devem-se mais à economia de mercado do que ao capitalismo, que, em grande parte, os prejudicou. Marx encarou o capitalismo com benevolência, atribuindo-lhe a maior parte daqueles progressos. Mas, para que o Estado respeite e promova o interesse da sociedade, é indispensável a economia de mercado. Esta permite, ademais, que as empresas realizem, com menos custos e restrições que no capitalismo, as inovações tecnológicas e o crescimento da produção. Estes são inibidos pelo sistema concentrador, que administra a oferta em nível reduzido, investindo pouco em produção e causando depressões.

No início da Era Moderna, o capitalismo comercial e financeiro dominava o cenário, realizando pilhagem, em geral, mais explícita do que a do Século XX. Mas esta, apoiada no *marketing* e na *mídia*, é mais intensa. As companhias fundadas pelos ingleses e holandeses, como a *East Indian Company* – EIC e a *Vereinigde Oost Compagnie* [207] – VOC são exemplos do capitalismo monopolizador dos Séculos XVII e XVIII. E houve muitos outros.

Há que distinguir o sistema capitalista mundial do atribuído às periferias, menor e subordinado. Braudel analisa, entre outros, o dos senhores de terras poloneses, que, no Século XVIII, ampliaram a produção de cereais para exportação. Eles faziam parte do sistema capitalista mundial, como periferia, recebendo adiantamentos dos mercadores de Gdansk (Dantzig), i.é., de capitalistas centrais, sobretudo holandeses. A chamada segunda servidão, a volta do uso de servos em ampla escala na Polônia, decorreu da inserção no sistema mundial.[208] Esse é o modelo da Argentina, Uruguai, Brasil e outros países novos no final do Século XIX – a que estão retornando no final do XX, depois de se terem industrializado. Por exemplo, as províncias da

[207] Companhia holandesa das Índias Orientais (companhia unida do oriente).
[208] Braudel, F.: op. cit., tomo 2 , pgs. 235 e segs.

Argentina, produtoras de cereais, carne e outros gêneros ficam à mercê de Buenos Aires, que está à mercê de Londres. O mesmo nas mineradoras na África e outros continentes. A escravidão no Brasil, oficial até 1888, corresponde à estrutura sócio-econômica do 'Império', vinculada à oligocultura exportadora e a Londres. A do Sul dos EUA só terminou legalmente em 1865, e assim mesmo porque o Norte foi vitorioso na Guerra Civil.

I.6.1.5.2. Sombart

I.6.1.5.2.1. Estado, fundador do capitalismo

Sombart demonstra o **papel do Estado no surgimento do capitalismo**, nas sociedades centrais. Diz Sombart, referindo-se a fases anteriores ao Século XX: *"O Estado moderno pode-se definir como uma gigantesca empresa capitalista, cujos dirigentes teriam por objetivo principal adquirir, i.é., conseguir o mais possível de ouro e prata. Ora, desde que as conquistas e as descobertas dos espanhóis transformaram a mentalidade dos príncipes, desde que a descoberta da Índia alargou o horizonte destes, os Estados europeus, sobretudo os marítimos, lançaram-se numa política destinada a assegurar-se um* ***saqueio tão grande quanto possível, e é essa política que assinala o começo da orientação capitalista dos Estados****. Mas, mesmo* ***independentemente das veleidades de conquista ..., os príncipes deveriam estar constantemente obcecados por preocupações de dinheiro, seja para fazer face às despesas imediatas do Estado, seja para contribuir com o desenvolvimento da economia nacional.*** *A proposição na qual Colbert resumiu toda a política mercantilista* [209] *– 'Todo mundo estará de acordo em reconhecer que a grandeza e o poder de um Estado se mede unicamente pela quantidade de ouro que possui' – resumiria o espírito da empresa capitalista, se, em lugar de 'quantidades de dinheiro' se dissesse 'taxa de lucro'."* [210] E: *"Seria preciso escrever um livro para expor em detalhe* ***a atividade que os príncipes modernos desenvolveram, como fundadores de indústrias capitalistas*** *e de outros ramos da economia, da Idade Média aos nossos dias. O mais das vezes, senão sempre, o Estado, em quanto empreendedor, teve de exercer sua atividade em terreno virgem, de sorte que foi pioneiro e iniciador. Esse papel foi bem resumido por um ministro das finanças alemão, que dizia: 'o desenvolvimento das manufaturas exige inteligência, prudência e reflexão, gastos e retribuições, e* ***o Estado é o único capaz de satisfazer a essas exigências. O negociante limita-***

---

[209] Colbert sabia do que falava. Ministro de Luís XIV, era ele quem tinha que arranjar os recursos para as inumeráveis guerras em que este engajou a França. Essas despesas, ainda que não diretamente reprodutivas, foram fator de crescimento econômico na França, a qual decaíra muito com a instabilidade política, do Século XVI à 1ª metade do XVII, em depressão mundial.

[210] Sombart, Werner: Der Bürger, trad. francesa: *Le Bourgeois*, Paris 1928, reed. 1966, pg. 85.

se àquilo que aprendeu e ao de que tem hábito de fazer. Ele não se importa com as vantagens gerais de sua pátria.*' " [211] Para Sombart, essa frase vale volumes. E: "*Apesar de escrita por um ministro de um Estado ainda atrasado à época, ela se aplica, em medida maior ou menor, a numerosos ramos da vida econômica no começo da era capitalista.*" [212] Na região do Rhur, em Cleves, o Estado se encarregou, em 1766, da exploração técnica e econômica das minas, antes objeto de pesquisas desordenadas, durante séculos, sem resultados positivos. Nosso autor conclui que o tutor empreendeu a educação do menor privado de direção e que assim foi em milhares de outros casos. E: "*Não é somente pelo fato de sua atividade de empresário, é* ***pela maneira como ele a exercia, que o Estado influenciou consideravelmente o desenvolvimento do capitalismo. As empresas do Estado tinham grande envergadura, sobretudo em sua organização exterior. *Em épocas de escassez de capital, só o Estado dispunha das somas que necessitava a fundação de uma empresa e sua entrada em operação. Tenha-se em mente as grandes empresas de transporte e os estaleiros de construção, que, até o Século XIX, só se podiam fundar graças a capitais estatais.* ***O Estado dispunha, ademais, de aparelho de organização sem igual. Nas épocas de escassez de pessoal competente e qualificado, conferia superioridade ao Estado o seu corpo de funcionários****, prontos a assumir todos os encargos e capazes de se sair satisfatoriamente, enquanto os empresários tinham ainda que formar seu estado-maior de dirigentes e de controladores. A* ***empresa de Estado possuía, ainda, superioridade moral sobre a privada. O príncipe era quase que a única pessoa capaz de entrever o futuro e de conceber e executar projetos de longo prazo.*** *... E quem se teria podido comparar aos dirigentes dos Estados modernos pela força criadora das idéias, pela amplitude dos conhecimentos, pelo espírito científico? ...Os talentos mantinham-se próximos à administração estatal.* ***Entre os franceses da época de Colbert, não havia homem mais dotado que ele, mesmo sob o ponto de vista da empresa capitalista.*** *E, sob Frederico o Grande, quem se podia comparar ao Barão von Heinitz, o criador da exploração mineira na Alta-Silésia?*" [213]

Sombart, entretanto, reconhece que o Estado, por vezes, se burocratizou. Mas escapou-lhe que isso se deu porque a oligarquia capitalista, uma vez formada, assume poder crescente dentro do Estado. Ela passa a utilizá-lo para fins que, à diferença dos de antes, não contemplam a sociedade em seu conjunto. Nessa ordem de poder, cada vez é menos praticado o sistema de mérito real na administração pública. O "mérito" passa ser medido em proporção à capacidade de agradar as empresas poderosas, sem falar no

[211] Sombart, W.: op. cit. pgs. 86/7.
[212] Idem, pg. 87.
[213] Idem, ibidem.

nepotismo e na corrupção. Há, de qualquer modo, que reter a lição de Sombart: o capitalismo não é só criação da própria classe de detentores dos meios de produção, após absorver ou eliminar os demais.

Basta recuar um pouco mais na História, para verificar que **ações estatais**, como as de **guerra, impulsionaram o comércio internacional.** As Cruzadas despertaram o gosto pelos bens que vieram a prevalecer no comércio mundial até o Século XVIII, os semitropicais do Oriente Médio, manufaturas hindus, especiarias do Oriente, etc. O **caminho das Índias e a abertura do Atlântico, iniciativas do Estado, desencadeadoras do capitalismo moderno**, responderam ao desejo de obter os ganhos naquele comércio. Com ele desenvolveram-se as finanças, intensificando essa interação, que já havia no comércio intra-europeu. Este surgiu nos últimos séculos medievais, ao longo de uma faixa entre as duas regiões então mais avançadas – o norte da Itália e Flandres – com as feiras de Champagne, Borgonha, Leste da França, Suiça, Alsácia, Renânia, etc.[214] Continuam a manifestar-se eventos reminiscentes dos de há um milênio. Nas Cruzadas, na travessia do Atlântico, no envio de naves ao espaço, é o Estado que dirige os empreendimentos do novo, das novas fronteiras. São os Estados que realizam e/ou promovem, a pesquisa básica, a pesquisa e desenvolvimento, nas telecomunicações, novos materiais, engenhos militares e aero-espaciais, etc. Isso ocorre mesmo depois de o capitalismo 'privado' ter ganho dimensões sem termo de comparação com as do passado. E os investimentos públicos são o principal motor da demanda agregada e do progresso técnico, bem como fator de atenuação das crises decorrentes da concentração capitalista.

I.6.1.5.2.2. Piratas e Nobres

Além do Estado, Sombart destaca mais dois agentes formadores: a) piratas; b) senhores feudais. Mas os primeiros são bem menos importantes que o Estado como fautores do capitalismo, e os segundos nada tem a ver com este. Os piratas, muito ativos durante os primeiros séculos do capitalismo, eram só, em parte, agentes à margem do Estado: na Inglaterra, por ex. Isabel I deu-lhes cartas de corso, isto é, legalizou-lhes o negócio, em troca de contribuírem com a Coroa. Se esta conseguiu o acordo é porque sua marinha tinha meios para impor-se. Os piratas eram assaltantes dotados de meios consideráveis. Isso pressupõe o financiamento do capital privado – próprio ou de terceiros – a essa atividade, tolerada desde que roubasse navios estrangeiros e saqueasse navios e portos estrangeiros. Trata-se, portanto, de empreendedores, alguns dos quais passaram a outros negócios.

Quanto a senhores feudais, Sombart deixa-se confundir pela origem, porque muitos dos **nobres na Era Moderna, embora descendentes daqueles,**

[214] Vide Braudel, F.: *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme*, op. cit., T. 3: pgs. 78 e 90/4.

não mais exerciam funções feudais. Essas eram: 1) chefiar vassalos em guerras feudais ou a serviço de reis; 2) praticar esportes, como equitação, liças e caça; 3) divertir-se em festas e farras. A Era Moderna caracteriza-se por ter, após o **aperfeiçoamento dos canhões,** tornado inúteis os castelos – e daí **ter terminado com a independência daqueles senhores e, em conseqüência, com o sistema feudal**. Os que permaneciam neste, tendiam a arruinar-se com a concorrência da agricultura voltada para o mercado e mais eficiente. Além disso, **atraídos para as cortes dos reis, passaram a outras funções**: 1) **carreiras de Estado**: a) oficiais das forças armadas do rei; b) **quadros da administração pública central e provincial,** também **sob controle central**; 2) negócios agrários e comerciais; 3) política e interligadas aventuras galantes na corte. Percebe-se que as atividades dos nobres na nova ordem se desenvolviam no âmbito do Estado, o que **reduz os fautores do capitalismo a** : 1) **em 1° lugar, o Estado**; 2) **em 2° plano, a alta burguesia, de que alguns nobres faziam parte funcionalmente.** Antes da Revolução na França a maioria dos altos funcionários eram nobres, em geral administradores competentes, que tratavam seus subordinados de igual estirpe e/ou educação, com autoridade, estima e respeito.[215] Na Inglaterra, a nobreza aliou-se à alta burguesia e quase se fundiu com ela. No Japão o empresariado industrial foi formado pela nobreza e negociantes rurais.

O fato de alguns nobres explorarem a economia de exportação nas colônias, como na *plantation* escravista, liga-os menos às origens feudais do que à nova ordem capitalista, porque: 1) se trata de uma estrutura inserta no capitalismo central; 2) a mesma coisa era praticada por burgueses. O capitalismo caracteriza-se por buscar o máximo de ganho econômico, e esse é seu único ponto em comum com a economia de mercado. Isso implicava desmontar o sistema feudal nos centros. Na Inglaterra, onde o capitalismo mais avançara: a) reduziram-se os médios e pequenos proprietários rurais (*yeomen*); b) cercaram-se as terras comunais, absorvidas por grandes propriedades com pastagens para ovelhas, aumentando o número dos sem-terra. A **"modernização" capitalista é, de há muito, excludente. Nada é mais compatível com ela do que a escravidão**. No passado, os escravos africanos eram essenciais às colônias exportadoras de produtos tropicais. E onde houvesse produtos exportáveis apreciados nos centros, acabava a média e pequena propriedade rural. **O capitalismo só se opõe ao feudalismo na medida em que este tem algum equilíbrio social. Os opostos do capitalismo são a justiça e a liberdade.**

I.6.1.5.2.3. Limitações do empresário privado

Sombart aponta a limitação de visão do empresário privado. A ambição deste, ao contrário do que disseram Mandeville e Smith, [216] e só pode favorecer

[215] Gaxotte, Pierre: *La Révolution Française*. Paris 1988, pgs. 1/14. *"Em torno dos intendentes (governadores) nascem e organizam-se, em esboços sucessivos, os grandes serviços públicos que a Revolução demolirá e que bastará a Napoleão restaurar, para fazer figura de criador."*

[216] Essa é a famigerada doutrina da "mão invisível", formulada por indivíduos a-éticos, a serviço da olgarquia, na linha de David Hume, 'amigo' de Smith e seguidor do utilitarismo de Bentham.

o bem da sociedade, se for por esta controlada, por meio do Estado. É este que tem de guiar a política econômica. Deixados a si sós e, pior ainda, a ditar a política do Estado, os empresários privados transporão para ela a sua ótica estreita, pautada pelo interesse particular (pessoal ou, no máximo, familiar do empresário). Isso decorre da natureza de sua função: a competição, para tornar-se ou concentrador ou ex-empresário, isto é, matar (para ser capitalista) ou morrer. Essa luta deixa pouco tempo livre para observar a floresta, em lugar das árvores. E, quando há tempo para a atividade pública, geralmente nas federações patronais, o que se têm visto é o mais inflexível corporativismo. No Brasil, e em outros PSDs,[217] essas entidades chegam à degradação de promover a liquidação da grande maioria de seus membros, pois os diretores subordinam-se por inteiro às poderosas transnacionais em atividade no país. Essa é mais uma implicação dos IDEs.

I.6.1.5.2.4. Judeus/Economia

I.6.1.5.2.4.1. Destaque na vida econômica

Sombart atribui aos judeus papel primordial na formação do capitalismo. Em seu livro, em alemão, intitulado "Os Judeus e a Vida Econômica", mostra que a presença de judeus em várias cidades, regiões e países europeus, do Século XVI ao XVIII, era acompanhada do desenvolvimento dos negócios e de aumento de prosperidade. Ao contrário, declinaram os lugares deixados por eles, em função da Inquisição e de outras pressões. Sombart menciona relatos, dados e observações de contemporâneos, não-judeus, entre os quais Oliver Crommwell e Jean-Baptiste Colbert. Mas, prudente, não dá por provadas aquelas correlações.[218] Anota também informações sobre a atuação, de primeiro plano, de judeus na colonização e no comércio da América do Norte, do Caribe e da Ibero-América. No capítulo sobre a "comercialização da vida econômica", demonstra a participação de judeus na criação dos títulos comerciais e instrumentos de crédito e financeiros, e das Bolsas de valores e mercadorias.[219] **Os judeus aparecem nessas atividades em número mais que proporcional ao percentual deles na população burguesa das cidades em que elas ocorriam.** Entre as explicações propostas por Sombart, estão: 1) as migrações forçadas, que tornaram os judeus especializados na área internacional, no comércio e finanças, podendo corresponder-se e transacionar com parentes e amigos, vantagem considerável, dado o fator confiança. 2) à exceção dos essênios, não participarem da mesma aversão à riqueza que os primeiros cristãos. Diz ele: *"a teologia moral judia ensinava o racionalismo extremo, numa época*

---

[217] PSDS = países subdesenvolvidos.

[218] Sombart W.: *Die Juden und das Wirtschaftsleben*, op. cit., pgs. 13 a 29.

[219] Idem: pgs. 30 a 48; e 60 a 135, respectivamente.

em que os cristãos ainda estavam animados da religião do amor segundo São Paulo e Santo Agostinho. É assim que ***os elementos constitutivos da moral, favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo, tiveram, entre os judeus, um avanço de dez séculos.*** *"* [220]

I.6.1.5.2.4.2. Ética discriminatória

Até aí Sombart é simpático aos judeus, menos aos que prefeririam que não se falasse muito de sua projeção econômica. Teve também objeções, quando atribuiu à religião judaica recomendar tratamento diferente a judeus e a não-judeus. Segundo aquele autor, a disposição mais importante seria a que se refere à cobrança de juros. *"Na antiga comunidade judia, como em todos os outros povos nas primeiras fases da civilização, o empréstimo sem juros constituía a única forma de entre-ajuda natural. Mas encontra-se na mais antiga lei judaica a restrição de acordo com a qual o 'estrangeiro' não devia ser beneficiado com o empréstimo sem juros."* E: *"As concepções jurídicas (e sobretudo o costume) sobre a maneira como convinha tratar o estrangeiro sofreram numerosas modificações no curso dos séculos. Mas não, a idéia fundamental, segundo a qual se devia menos consideração ao estrangeiro."* [221] Mas a *Thora* é longa e complexa, contendo preceitos divergentes, em parte, uns de outros. E alguns recomendam tratar bem os estrangeiros. Ademais, cada grupo costuma não favorecer outros, mormente se estiver em concorrência com eles.

"O tratamento diferencial que o direito judaico aplicava aos estrangeiros teve, ainda, uma conseqüência importante: a de transformar desde cedo as concepções relativas à natureza do comércio e da indústria, no sentido de uma liberdade cada vez maior. Sabemos que os judeus foram os pioneiros da liberdade de comércio (e, por conseguinte, iniciadores do capitalismo). Merece, pois, atenção aqui só um ponto: eles foram preparados para essa tarefa por seu próprio direito comercial, inspirado pelo espírito de liberdade e sob a influência da legislação sobre os estrangeiros. É fácil de demonstrar, apoiado em textos, que, nas relações com os estrangeiros, o princípio de obrigação pessoal devia desaparecer, dando lugar ao princípio de liberdade econômica." [222] Ele dá como exemplo não haver caráter obrigatório no 'justo preço' em relação ao estrangeiro, sendo natural a fixação do preço 'moderno'. E arrola outros preceitos que permitem ao judeu: a) vender abaixo do preço de mercado; b) comprar de estrangeiros se estes vendem mais barato que os judeus; c)

---

[220] Sombart, W.: *Der Bürger*, trad. francesa, op. cit., pg. 251. Semelhante racionalismo e atitude prática só se expressaram no cristianismo com Santo Tomás, Século XIII.

[221] Idem, ibidem, pgs. 251/3. Sombart cita o Deuterônomo, 23, 20, e passagens da Thora: Êxodo 22,25; Levítico 25, 37.

[222] Idem, pg. 255.

emprestar dinheiro a um não-judeu a juros inferiores à taxa legal. Em suma, Sombart lembra que 1) a religião judaica é voltada para a vida prática e econômica; 2) os judeus haviam adotado e codificado os princípios da liberdade de comércio e de indústria, muito antes de o capitalismo ter surgido na Era Moderna.

I.6.1.5.3. Weber

I.6.1.5.3.1. Ética puritana/capitalismo

É mais influente, mas menos interessante, Weber, o qual associa o capitalismo a afiliações religiosas puritanas.[223] A famosa tese tem servido para atribuir o desenvolvimento capitalista a determinados povos, sobretudo anglo-saxônicos e de outras expressões germânicas, como o alemão, o holandês e o suíço. Muitos pensam que esses países detêm superioridade sobre os demais, se não de natureza genética, pelo menos, decorrente de educação e tradições culturais. A experiência histórica, em que esses países aparecem com destaque, aporta água ao moinho da mentalidade racista, ligada ao cientificismo do Século XIX, impressionado pelo darwinismo e evolucionismo spenceriano. Nessa ótica, se um dado povo escolheu determinada religião, mais fortalecedora do caráter, da disciplina e dos bons costumes e assim formou um corpo social superior, é porque esse povo era melhor do que os outros, mesmo antes de crescer nessa escola e nessa tradição.

Weber trata extensamente das confissões puritanas que considera mais condizentes com o espírito do capitalismo, a saber: 1) o calvinismo (ou presbiterianismo ou religião reformada na Holanda); 2) batista: a) anabatistas; b) menonitas; c) quakers; 3) o pietismo (Alemanha); 4) o metodismo (correspondente a esse, na Grã-Bretanha e EUA). O calvinismo é a principal confissão da Holanda, da Suiça e da Escócia, tendo-o sido também nas colônias do Norte dos EUA, nas quais, depois, se instalaram imigrantes dessa e outras confissões puritanas. O calvinismo teve muitos adeptos na França, e as lutas e perseguições "religiosas" afetaram a estabilidade do país por mais de um Século (XVI e XVII), tendo a maioria emigrado para a Prússia, a Inglaterra e os EUA. Os menonitas, embora avessos ao serviço militar, eram admitidos na Prússia, por sua industriosidade. Os demais batistas, bem como os pietistas, foram numerosos nos EUA e na Alemanha. Na Inglaterra, diversas seitas puritanas tiveram atuação destacada na Revolução dos anos 1640 e, no Século XVIII, os metodistas ganharam grande expressão.

I.6.1.5.3.2. Insubsistência da tese

Há várias ordens de razões para demonstrar que ela não está provada. 1). Entre os países avançados, especialmente os que os que se desenvolveram

---

[223] Weber, Max: *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trad. 5ª impr. Londres 1956.

no Século XX, há mais dos que não professam as religiões apontadas por Weber do que dos que lhe atendem o critério. E, mesmo nos séculos anteriores, a prática do capitalismo nunca esteve limitada aos adeptos daquelas religiões. 2) **Weber enfatiza nelas virtudes, tais como prudência, retidão, hábitos simples, gosto por poupar, responsabilidade, dedicação ao trabalho, aversão às festas, adornos, etc.; mas estas são bem mais associáveis aos praticantes da economia de mercado do que aos capitalistas. Para estes, elas são menos relevantes e, por vezes, até opostas às práticas correntes.** 3) **Dos quatro tipos de capitalismo, três, pelo menos, estão nas antípodas daquelas virtudes;** 4) estas existiram e existem em outras culturas que não as afetadas pelo puritanismo; 5) não tem afiliação protestante diversos grupos étnicos ou religiosos sobejamente dotados para o comércio, finanças e demais terrenos de ação capitalista. **Tudo isso retira sustentação à teoria de Weber.** A única correlação entre características por ele atribuídas aos grupos religiosos que considerou tendentes ao capitalismo e as que eles de fato apresentam é a da consciência de grupo, escorada na idéia de superioridade moral sobre outros grupos. E essa, de resto, tem mais de orgulho vão e de mentalidade exclusivista do que de virtude. Mas não há dúvida que funciona como racionalizadora da vontade de dominar os outros, uma marca inegável do capitalismo.

Dos três principais países centrais os EUA e a Alemanha estariam, aparentemente, no padrão de Weber. No Japão o comportamento pode ter algumas características semelhantes às das virtudes burguesas, mas obviamente nada tem a ver com o protestantismo. Mas a Alemanha também desmente aquele padrão, uma vez que nesse país a principal das religiões protestantes é o luteranismo,[224] que não compartilha os principais artigos de fé das confissões de que se trata. Além disso, predomina a Igreja Católica Romana em várias de suas maiores e mais prósperas regiões, como a Renânia, no Oeste, a Baviera e outras áreas do Sul. Nos próprios EUA não são majoritários os filiados às confissões singularizadas por Weber. Não as professa a grande maioria dos descendentes de imigrantes de origem não anglo-saxônica, como, tampouco grande parte dos de origem britânica. E a absorção de extenso território mexicano, somada à imigração posterior, fez dos "hispânicos", católicos, um dos maiores contingentes da população. Há, no mundo, apenas quatro países que se desenvolveram após a 2ª guerra mundial, com expressivos progressos tecnológicos e altas taxas de crescimento sustentado. São eles: Itália, França, ambos, em grande maioria, católicos; Coréia do Sul e Taiwan, nenhum dos quais é protestante ou sequer de religião cristã. A China, que tem tido as taxas de desenvolvimento mais elevadas dos últimos 15 anos, é a fonte das tradições taoísta e confucionista, além de ter acolhido o Budismo, proveniente da Índia.

---

[224] Embora trate da concepção luterana de missão, o próprio Weber assinala que Lutero não pode ser reclamado pelo espírito do capitalismo. E acrescenta: *"O próprio Lutero teria, sem dúvida alguma, repudiado, sem concessões, qualquer conexão com um ponto de vista como o de Franklin"* (cujos preceitos Weber aponta como emblemáticos do espírito do capitalismo). Weber considera, ademais, as declarações de Lutero contra a usura mais anticapitalistas do que as da fase final da escolástica católica. Vide Weber: op. cit., pgs. 82/3.

Sobre o passado, muitos autores lembram que os primeiros centros a praticar o capitalismo foram as italianas e católicas Florença, Gênova e Veneza. Além disso, Antuérpia, na Flandres, Países Baixos meridionais, também era católica. Entre os grandes banqueiros europeus do Século XVI avultaram os Függer e outros, de Augsburg e do Sul, católico, da Alemanha. Somente de meados do Século XVII a meados do Século XIX, os dois centros podiam ser associados à cultura protestante, se é que ela existe como gênero: a saber, a Holanda,[225] predominantemente calvinista, e a Inglaterra, que não o é, e, não obstante, ocupou o centro por muito mais tempo. Nesta, a religião da elite dominante foi e é a anglicana, cujos dogmas pouco diferem dos da Igreja Católica Romana. Ademais, muitos católicos fizeram parte daquela elite, sem falar na presença dos judeus, a partir do final Século XVII, como ocorreu, desde o século anterior, na Holanda.[226]

Weber extrai uma "ética" do capitalismo das máximas de B. Franklin: *"Todas as atitudes morais de Franklin são coloridas de* ***utilitarismo****. A honestidade é útil,* ***porque assegura o crédito****; assim também a pontualidade, a laboriosidade, a frugalidade,* ***e essa é a razão pela qual elas são virtudes. Elas, como todas as outras, só o são na medida em que sejam de fato úteis ao indivíduo, e o substituto da mera aparência é sempre suficiente, se realizar o objetivo em vista.*** *A impressão de muitos alemães de que as virtudes professadas pelo americanismo são pura hipocrisia parecem ser confirmadas por esse relato impressionante."* [227] Mas, para Weber, Franklin atribui o reconhecimento da utilidade da virtude a uma revelação divina, para levar ao caminho da retidão. ***"O bem supremo dessa ética é ganhar mais e mais dinheiro, combinado com evitar rigorosamente toda fruição espontânea da vida. O homem é dominado por ganhar dinheiro, pela aquisição como finalidade última de sua vida. A aquisição econômica não é mais subordinada às suas necessidades materiais."*** E: *"Se se perguntar a Franklin por que se tem de fazer dinheiro dos homens, ele ... responde, em sua autobiografia, citando a Bíblia, que seu pai calvinista lhe inculcara durante a juventude: 'Tu vês um homem diligente em seu negócio? Ele se pode pôr frente a frente aos reis' (Prov. xxii. 29)."* [228]

Provavelmente muitos crentes não levariam a cobiça a tais extremos. Cumpriam tarefas, até certo ponto, construtivas na economia de mercado. Uns poucos chegariam a ser capitalistas. E, a julgar pelas biografias dos que o conseguiram, estes orientaram-se – mais do que para os ensinamentos bíblicos

[225] E as províncias do Sul da Holanda são católicas, na maioria; e nas de maioria protestante, há outras confissões além da calvinista.
[226] O capitalismo inglês tem, até hoje, epicentro em Londres no Sudeste. Os demais membros do Reino Unido contam pouco a esse respeito. A Escócia, calvinista, era periférica.
[227] Weber M.: op. cit. pgs. 52/3.
[228] Idem, ibidem.

– para a falta de escrúpulos do utilitarismo,[229] egresso de Bentham.[230] Essa falta, sim, estaria no espírito do capitalismo industrial e financeiro. Os aventureiros do tipo 1 tampouco eram pequenos burgueses dotados das virtudes puritanas, a amealhar modestas economias.[231] Os parcimoniosos fiéis, pequenos lojistas e artesãos – o grosso da classe média de Londres, Amsterdam, etc, nos Séculos XVII e XVIII – estava fora não só do espírito do capitalismo, mas do próprio capitalismo. **As qualidades para a prática do capitalismo tradicional são: ousadia, absoluta falta de restrições à prática da violência e da fraude para obter valor dos outros, gosto pela fruição da riqueza, mentalidade de risco e até de jogador. Todas são opostas às virtudes atribuídas aos puritanos**: prudência, poupança dos frutos do próprio trabalho, retidão. E que dizer em relação ao 3º e ao 4º tipos de capitalismo, que ofendem qualquer ética digna desse nome?

O rigor da moral de Calvino, como a de Santo Tomás, igualmente condena a usura. Favoreciam a economia produtiva, mas não o capitalismo. A carta de Calvino em favor da limitação dos juros a 5% aa., diz Braudel, é límpida e de um espírito rigoroso, informado das realidades econômicas. Isso explica, segundo Hauser, o desenvolvimento do crédito em países como a Holanda ou Genebra. [232] Mas Cippola, esclarece: "*Sim, mas em 1600, em Gênova, cidade católica, coração vivo de um capitalismo já na dimensão do mundo, o aluguel do dinheiro era de 1,2 % aa. ...Calvino não empurrou porta alguma. Há tempo que a porta está aberta.*" [233]

Sombart ironizou a posição weberiana: "*O protestantismo, no início, era uma tentativa de retorno à pobreza evangélica, um verdadeiro perigo para a vida econômica em suas estruturas e em suas avançadas. Quanto às regras da vida ascética, nós as encontramos em São Tomás e nos escolásticos.*" [234] E aduz: "*O capitalismo não provém da ética puritana e quaker. ... As virtudes burguesas existiam cerca de 200 anos antes de ter nascido o puritanismo. Elas são expostas nos livros da família d'Alberti. ... A moral protestante só teve de apropriar-se do que o tomismo havia criado. O puritanismo não é tampouco responsável pelo florescer ilimitado do amor ao ganho, da paixão insensata pelo dinheiro, da idiossincrasia dos negócios, características do espírito do capitalismo em seu apogeu. O*

[229] Este, por sua vez, está na linha de outros "pensadores" britânicos nada recomendáveis pelo valor ético, ou mesmo filosófico, de seus escritos.

[230] Vide, por ex., Josephson, M.: *The Robber Barons*, op. cit. Da Bíblia observavam somente a parcimônia, degradada para pura avareza, e ao "olho por olho, dente por dente".

[231] A maioria das confissões destacadas por Weber só surgiu nos Séculos XVI e XVII, e muitas só no XVIII.

[232] Hauser, Henri: *Les Débuts du Capitalisme*, Paris 1931, pgs. 51 e segs.

[233] Braudel, F.: op. cit. tomo 2, pgs. 506/7, que cita Cipolla, C.M.: *Note sulla Storia del saggio d'interesse, corso, dividendi e sconto dei dividendi del Banco di S. Giorgio, nel sec. XVI*, em: *Economia internazionale*, vol. 5, maio 1952, pg. 14.

[234] Sombart, *Der Bürger*, op. cit. trad. francesa.

moralista-pregador puritano era, em seu foro íntimo, hostil a toda veleidade de enriquecimento." [235] Apesar de ter Weber replicado às objeções de Sombart, este tinha razão. Diz Braudel: *"Para que Weber se convencesse, bastaria ler os* ***Libri della Famiglia, de Alberti,*** *dos quais as citações de Sombart dão idéia limitada demais. E mais ficaria convicto se chamasse outras testemunhas da vida florentina.* ***Que se dê a palavra a Paolo Certaldo, e a causa será entendida: 'Se tu tens dinheiro, não pares, não o guardes morto em tua casa, pois vale mais trabalhar em vão do que repousar em vão, porque mesmo que não ganhes trabalhando, pelo menos não perderás o hábito dos negócios'.*** Ou ainda: ***é uma coisa muito bela e uma grande ciência saber ganhar dinheiro, mas é uma qualidade ainda maior e mais bela saber gastá-lo mesuradamente e onde é preciso.'*** *Lembremos que é num dos diálogos de* ***Alberti*** *que quase se diz:* ***'tempo é dinheiro'."*** [236]

Também está claro não ser exclusivas dos puritanos as práticas que favoreceriam o progresso pessoal na economia. É conhecida a vocação de alguns grupos para os ganhos e o enriquecimento, confirmada pela participação mais que proporcional deles nas listas dos miliardários. Entre esses: armênios, judeus, sírio-libaneses, chineses e talvez gregos. E, mesmo nos cristãos, as afiliações são ortodoxas, coptas, maronitas, etc.

I.6.1.5.3.3. Aquisitivismo e utilitarismo

O próprio Weber aponta no espírito do capitalismo elementos estranhos a qualquer doutrina cristã, como o utilitarismo, *" 'filosofia' situada no plano mais vil da satisfação egoísta das paixões individuais, lideradas pela cobiça."* [237] E o autor abre outra brecha na sua fortaleza: *"Em todos os períodos da história, houve aquisitivismo sem escrúpulos, não limitado por normas éticas de espécie alguma. Como a guerra e a pirataria, o comércio foi sempre livre de restrições nas relações com estrangeiros e com os estranhos ao grupo. A ética dúplice permitia fazer o que não permitia entre irmãos. A aquisição capitalista como aventura sempre se sentiu em casa em todos os*

---

[235] Idem, pg. 247. Braudel completa: *"Leon Battista Alberti (1401-1472), herdeiro de família poderosa..: os Alberti colonizaram economicamente a Inglaterra do Século XIV; eram tão numerosos, que os documentos ingleses falam amiúde de Albertynes como se, a exemplo dos hanseáticos ou dos luqueses e dos florentinos, aqueles formassem uma nação. Leon B. Alberti escreveu, em 1433-44, em Roma, os três primeiros Libri dela Famiglia; o 4°, em Florença, terminado em 1441. Sombart descobre nele um clima novo: o elogio do dinheiro, o valor do tempo, a necessidade de viver parcimoniosamente."* Ver Braudel, op. cit., pg. 515.

[236] Braudel, op. cit. pg. 517. A fonte da citação de Certaldo é: Bec, C.: Les Marchands écrivains à Florence 1375-1434, Paris, pg. 103/4.

[237] Isso é atribuído por psicólogos ao desejo irracional de acumular, que os freudianos explicam como fixação na fase anal

tipos de sociedade econômica que conheceram o comércio com o uso de dinheiro e que ofereceram a este oportunidades, por meio de 'commenda', recolhimento de impostos, empréstimos de Estado, financiamento de guerras, cortes ducais e cargos públicos. Do mesmo modo, a atitude interna do aventureiro, que ri de todas as limitações éticas, tem sido universal... Além disso, com a ruptura da tradição e a extensão da livre empresa econômica, mesmo para dentro do grupo social, a novidade não foi eticamente justificada, mas só tolerada como fato." [238]

O espírito do capitalismo é a-religioso e aético, porque utilitarista. A regra dele é: a ética não vale sequer em relação a outros indivíduos do próprio grupo, confissão ou classe a que pertence o candidato a capitalista. O próximo e todos podem ser usados como objeto de exploração. Essa atitude pode servir também ao egoísmo de grupo e combinar-se com a fé religiosa, usando a aparência de bom fiel: a pilhagem ganha substrato ideológico.

I.6.1.5.3.4. Calvinismo/judaísmo, utilitarismo

Poder-se-ia aproximar teses de Sombart e de Weber. O primeiro associa o capitalismo e sua fundação a uma espécie de racionalismo voltado para objetivos econômicos.[239] Ora, isso está muito próximo do utilitarismo. Para Weber, este é elemento central do capitalismo, combinando-se com traços culturais e religiosos. Sombart o associa à ética discriminatória, para ele proveniente do judaísmo. E os hábitos dos puritanos e outros protestantes não diferem muito dos dos judeus, com a diferença de que estes seriam menos avessos aos prazeres e às festas. No calvinismo é básica a doutrina da predestinação, ou seja, os adeptos crêem que: 1) Deus os salvou antes de nascerem, e isso é sinalizado por sua fé;[240] se seguem a religião e suas normas de conduta, é porque Deus escolheu cada um deles para ser salvo. Isso pode implicar a idéia de que os que não têm a mesma religião pertencem a uma categoria muito distinta. Estar-se-ia diante de nova versão da idéia de povo eleito, que teria feito um pacto com Deus, os hebreus. Possivelmente os que atingem o topo do poder, por meio do capitalismo, acreditam que isso decorreu de serem eleitos por Deus, mesmo não sendo calvinistas nem judeus. E indivíduos, originários desses e de outros grupos, não precisam da fé para praticar atos de dominação.

---

[238] Weber,Max, op.cit., pgs. 57/8.

[239] Ele o caracteriza em função de três elementos: a) idéia de aquisição; b) direção econômica sistematicamente orientada para a obtenção de ganhos; c) esforço constante por expandir a firma. Sombart, W.: *Die Juden und das Wirtschaftsleben*, op. cit., pgs. 186/7.

[240] Weber, op. cit., pg. 37: *"A regra do calvinismo, tal como posta em prática no Século XVI em Genebra e na Escócia, na virada para o XVII em grande parte dos Países Baixos, no XVII na Nova Inglaterra e, por um tempo, na própria Inglaterra, seria para nós a mais insuportável forma de controle eclesiástico sobre o indivíduo, possível de existir."*

I.6.1.5.4. Marx

I.6.1.5.4.1. Conceito marxista de capital

Proudhon definiu, em 1857 o regime do capital: regime econômico e social no qual os capitais – fontes de renda – não pertencem, em geral, aos que os utilizam por meio de seu próprio trabalho. O marxismo admite esse conceito, mas, em geral, mais restritamente, associa o capitalismo aos modos de produção industriais socializados:[241] a) *putting out*, em que o empresário reúne produções de pessoas que trabalham em lugares diversos; b) o das fábricas, em que os assalariados trabalham sob o mesmo teto. Ambos são manufatura, sistema que teria substituído o feudal ou corporativo, nos quais a produção industrial era realizada por artesãos e trabalhadores independentes.[242] Como Marx vê a mesma relação capital/trabalho, na economia de mercado e no capitalismo, seu conceito deste é mais amplo que o de Braudel. Muitos reconhecem a presença do capitalismo desde, pelo menos, a Era Moderna (final do Século XV).[243] Mas Marx usa um conceito mais restrito ao referi-lo ao setor industrial. E, antes do final do Século XVIII, ou do início do XIX, esse setor atraía pouco o grande capital.

I.6.1.5.4.2. Fontes conceptuais de Marx

O materialismo dialético e o histórico provêm de 4 elementos principais. 1) O **materialismo**, rejeitando como metafísica tudo mais em filosofia, como se tudo derivasse das coisas materiais, entre as quais Marx inclui o ambiente social. 2) A **dialética hegeliana**, insuficiente,[244] o que continua sendo, aplicada a uma base materialista, em lugar da idealista; 3) A **escola clássica inglesa de economia política,** sobretudo a teoria do valor baseada nos custos do trabalho, e a noção de que o capital é trabalho acumulado (Ricardo). 4) O **socialismo** de Saint Simon e Fourier, dos quais Marx rejeita, como utópicas,

---

[241] Há mais um conceito. *Dictionnaire du capitalisme*, sob a direção de Gilbert Mathieu, Paris 1970, pg. 9: "*O capitalismo, como sistema econômico e social, só se impõe a um país quando as formas capitalistas de trocas e de produção se tornam preponderantes e duráveis. A mudança das dimensões acarreta então uma diferença de natureza. Por isso há acordo geral em reconhecer, com Karl Marx, que 'o comércio e o mercado mundiais inauguram, no Século XVI, a biografia moderna do capitalismo', na medida em que nessa época se começam a criar as condições favoráveis a tal eclosão.*"

[242] Marx, Karl: *Le Manifeste Communiste*, em: Marx: Oeuvres, Économie – tomo I, La Pléiade Paris 1965, pgs. 62/3.

[243] Por ex., Beaud, Michel: *Histoire du Capitalisme – de 1500 à nos jours*, Paris, 1981. Braudel menciona a mineração desde o Século XVI. Esta era assunto de gente pouco poderosa, enquanto os minérios eram exploráveis a flor da terra. Para retirá-los das profundidades, já se desenvolvera maquinaria complexa, só accessível a capitalistas. Alguns, como os banqueiros Függer, além de controlar essa atividade na Alemanha e proximidades, exploraram minas de prata em Almaden, na Espanha, até 1645. Braudel, F.: *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme*, op. cit. Tomo 2, pgs. 280 e segs.

[244] Limita-se à contradição e à transformação da quantidade em qualidade. Até no restrito campo da sociologia, há mais que isso: Vide: Gurvitch, Georges: *Dialectique et Sociologie*, Paris 1962.

as soluções inventadas.[245] O materialismo dialético e histórico marxista não crê na intervenção de líderes, dentro ou fora do Estado:[246] **as forças sociais produziriam elas próprias a solução.** O Estado e a política são, para Marx, super-estruturas das estruturas básicas, as sociais e econômicas, formadas no processo histórico. **Assim, o Estado não seria mais que um instrumento a serviço da classe dominante. Não é fácil, portanto, compatibilizar essa doutrina com a revolução.** Esta consiste em transformar as relações sociais, implicando substituir a classe dominante. Para que possam ocorrer, na lógica marxista, seria necessário **o crescimento do poder social de uma classe emergente.**

I.6.1.5.4.3. Mais-valia e crise

Marx observou a sociedade industrial, britânica sobretudo, de seu tempo, com as longas horas de trabalho, e concebeu a **mais-valia**, isto é, a apropriação pelo capitalista das horas de trabalho não pagas ao trabalhador: este produzia durante mais de 12 horas, mas seu salário, bastante para a subsistência, correspondia a 8. A análise vem da **teoria clássica do valor**: o preço de um bem corresponde, segundo ela, ao trabalho empregado em sua produção. Sendo a receita maior que os salários pagos, a diferença é a mais-valia = lucro, abstraindo outros custos. Em competição, o capitalista procuraria expandir sua produção, contratando mais trabalhadores, o que faz elevar o salário, e a mais-valia diminuiria. Mas, para Smith e Ricardo, o salário se reequilibraria, pois os salários mais altos fariam operários reproduzir-se a taxa maior. Marx não crê nisso: os capitalistas tratam de manter a taxa de lucro, introduzindo maquinaria economizadora de mão de obra, o que eleva o desemprego e faz cair os salários.[247]

Marx denomina esse processo o aumento da *composição orgânica do capital*. Isso não resolveria por muito tempo a vida do capitalista: ele tem que pagar o valor integral dos bens de capital.[248] Da maior proporção de capital *constante* (bens de capital) decorre menor proporção de capital *variável*, i.é., o usado para pagar salários. E é deste que vem a mais-valia.

---

[245] *"Os sistemas autenticamente socialistas e comunistas, de Saint-Simon, Fourier, Owen, etc., surgem na primeira fase, ainda pouco desenvolvida, da luta de classes entre o proletariado e a burguesia ...Os inventores desses sistemas percebem o antagonismo das classes, bem como a ação de elementos dissolventes na sociedade dominante. Entretanto, eles não vêem, por parte do proletariado, qualquer movimento político que lhe seja próprio."* Marx, K.: op.cit. pg. 191.

[246] Marx denomina científico o seu socialismo contrapondo-o ao utópico, porque, para ele, o socialismo é inevitável, independe de volições humanas ou de ser desejável. A lógica da evolução capitalista tenderia a destruir a ordem capitalista e produzir a socialista. Vide: Schumpeter, Joseph A.: *Capitalism, Socialism and Democracy* (1° ed. 1942), New York, 1975, pg. 56.

[247] Vide Heilbroner, Robert L.: *The Worldly Philosophers*, 1953 (1°), N. York 1986, pg. 159.

[248] Esse valor pode ser o equivalente às horas de trabalho que vão ser substituídas pela maquinaria ou ao trabalho empregado na produção desta.

Caindo esta, ele, de novo, adquire-se mais máquinas. Com a repetição do processo, acumula-se capacidade produtiva em excesso da procura, porque o desemprego cresce. Daí vêm as falências e a crise. Mas, segundo Marx, a própria crise têm elementos reequilibradores: 1) as máquinas podem, nessa situação, ser adquiridas bem abaixo de seu valor; 2) os trabalhadores, com o desemprego em massa, aceitam salários muito mais baixos que antes. **Então, reaparece o excedente de valor apropriável pelo capitalista, e assim, cada crise faz renovar a capacidade de o sistema expandir-se.**[249] **Mas cada crise é maior do que a precedente, e faz acentuar a concentração econômica.** Nas palavras de **Marx**: ***"Junto com o número, em constante queda, dos magnatas do capital, aumenta a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação, exploração****; mas, com isso, também* ***a revolta da classe trabalhadora, sempre crescente em números****, e disciplinada, unida, organizada pelo próprio processo da produção capitalista ... A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem, por fim, um ponto em que se tornam incompatíveis com seu envoltório capitalista. Este estoura. Soa a hora final da propriedade privada. Os expropriadores são expropriados."* [250]

I.6.1.5.4.4. Marx na perspectiva do presente

Diminuindo a proporção do capital variável em relação ao constante, pode crescer o número da classe, mas não a dos trabalhadores em atividade. Isso não tem favorecido a coesão da classe: na 2ª metade do Século XX, eles não estão melhor organizados. Até porque descentralizou-se o processo de produção, apesar do aumento da concentração de poder capitalista, o qual, de resto, investe na divisão deles. Houve ocasiões em que se manifestou a união dos trabalhadores. Mas no final do Século XX, os sindicatos laborais foram controlados pelo grande capital ou fazem o jogo dele. No atual modo de produção,[251] da era informacional e da terceirização, descentraliza-se ainda mais a produção, diversificaram-se as categorias e os níveis dos trabalhadores, e apenas algumas associações de pessoal mais qualificado têm tido consciência da realidade. **O capitalismo usa seu poder para preservar-se, tornando-se absoluto.** E tem dividido os trabalhadores, por vários meios, inclusive os partidos políticos. Manipula a sociedade com as telecomunicações e a indústria da "informação". **Outra coisa importante, pouco levada em conta por Marx, são os investimentos do Estado, que sustentam o capitalismo e proporcionam-lhe lucros e economias externas, dinamizando a procura agregada.**

Embora haja muito de profeticamente válido na visão marxiana, esta sofre de idealismo ou utopismo,[252] ao apostar nas condições de a classe

---

[249] Idem, ibidem, pg. 161.
[250] Marx, Karl: *Capital*, Moscou 1954, pg. 715.
[251] A produção não se concentra em poucas fábricas, e a intensividade de tecnologia e capital faz que essas fábricas tenham poucos trabalhadores.
[252] De que Marx inquina os seus predecessores socialistas.

trabalhadora assumir a direção da sociedade e desincumbir-se adequadamente. Para tornar isso viável, teria sido preciso, também, que o proletariado se tivesse fortalecido. **Nem a maioria dos trabalhadores, nem a de qualquer outra classe, costuma ter a consciência social projetada por Marx. Assim, mesmo que se incluam os técnicos e os intelectuais entre os trabalhadores, não se vê como prescindir de uma elite educadora, noção a que o marxismo atribui a função limitada, de intérprete e vanguarda do proletariado. Não devemos ver neste qualidades que negamos em outros grupos sociais.**[253] De resto, como ensinam Cristo e a sabedoria, não se deve fazer distinções entre os homens por sua origem social ou étnica. **Há que livrar-se do capitalismo, antes que ele proletarize a todos, pois, mesmo que uns quantos comam demais (outro dano) e disponham de alta renda, toda ela é usada para os fins do sistema e não, para permitir-lhes viver em evolução. São proletários, na medida em que alienados.**

I.6.1.5.4.5. Desenvolvimento/Estado, revolução

Não foi 'marxista' a intervenção do Estado que determinou o desenvolvimento econômico da Alemanha, EUA, Japão e outros, porque nesses países o Estado não esteve a serviço exclusivo dos capitalistas privados. Era ele e não estes quem dirigia o processo de acumulação local de capital e de tecnologia no setor público e no privado. O desenvolvimento não é provável sob o marxismo, e, de resto, não foram marxistas: a) a União Soviética e os demais 'socialistas'; b) o movimento armado, de 1917, na Rússia; c) a revolução, de base camponesa, na China; d) a política intervencionista de Lênin e Trotski, abastardada e continuada por Stalin.

A visão marxista, voltada para a contradição entre os proprietários dos meios de produção e os assalariados, não atenta bem para a que divide os primeiros em donos/controladores de grandes grupos capitalistas, que exercem império sobre os mercados, e os de pequenas e médias empresas, que lutam na economia de mercado. É certo que a 2ª subclasse não se articula em oposição à 1ª , chegando, por preconceito ideológico, a associar-se a ela e a opor-se a outros grupos sociais. Para romper o círculo vicioso decorrente do controle social da informação e da opinião pela oligarquia concentradora, há que contemplar soluções intervencionistas, descartadas por Marx. O sentimento de oposição à 1ª que a 2ª daquelas subclasses deveria ter, pode ser liderado por quadros políticos e técnicos, coadjuvados por empresários. É possível que Marx, entendendo inexorável a satelitização da 2ª subclasse pela 1ª, tenha considerado inútil aprofundar as implicações da contradição

[253] Deve-se dar oportunidades de ascensão aos oriundos de classes menos favorecidas, provendo-as de serviços sociais, a começar com alimentação e, daí, condições de bom rendimento escolar básico, além de bolsas de estudo para os bem dotados prosseguirem os estudos, etc. Mas para isso não há que alijar as demais classes. Ver em I.6.2.1.2. a I.6.2.1.4., os efeitos desastrosos, na Revolução Russa, de excluir os bem situados no antigo regime.

entre elas. Esta seria resolvida pela concentração extrema e demais condições que ele considera terminais. **Mas, deixar a si mesmas as forças sociais – que o materialismo julga insuscetíveis de ser desviadas de seu rumo pela ação espiritualmente informada – desemboca em tiranias, como a da globalização, desumanizadora e totalitária.** Essa leva à periferização da sociedade pela oligarquia. O crescente desemprego, bem como as disparidades de renda entre os segmentos mais altos e os médios e baixos são manifestações da concentração. Nas periferias, trata-se de genocídio. **Os poucos, e cada vez menos, empregados, têm de aceitar salários em queda e perda de direitos sociais. Resulta, de novo, maior desemprego, e reduzem-se as forças produtivas.** Marx louva o capitalismo por ter socializado a produção, mas com ele, esta e tudo, até as pessoas, são meios à disposição da oligarquia.

I.6.1.5.4.6. Origens e significado do capitalismo

Carece de base a tese, de Marx, de que o capitalismo teria resultado de contradições da sociedade feudal. Em I.6.1.5.2.2, vimos que os nobres que participaram do capitalismo não mais atuavam como seus antepassados feudais. E, no final da Idade Média, quando aparecem centros capitalistas como Florença e, depois, Gênova e Veneza, a orientação é marítima, financeira e para o comércio exterior, à semelhança dos fenícios e de Atenas. Não havia como o capitalismo provir do feudalismo, pois este era inexpressivo naquelas cidades e não existia na Antiguidade. A estrutura desses centros era capitalista, inclusive os que usavam trabalho escravo. O capitalismo antigo estava para o escravismo como o medieval e do início da era moderna estava para o feudalismo. Ele interagia com o feudalismo, comercializando nos burgos o excedente produzido na área feudal, financiando os nobres, etc., enquanto que o da Antiguidade negociava com os patrícios dominantes nos meios rurais. Não foi acaso que os Estados nacionais, que reduziram o poder dos nobres feudais, nasceram sob o comando de reis, financiados por burgueses, que viviam fora dos feudos.[254]

As guildas e o corporativismo dos burgueses nas cidades são coetâneos do feudalismo, mas não fazem parte dele. Não perceber essa distinção, ou não dar-lhe atenção, causou muita confusão. Ao contrário do dito por fisiocratas e seus seguidores liberais, **o mercantilismo nada tem que ver com o feudalismo**. Aquele é um sistema de desenvolvimento das forças produtivas, pois os saldos de exportação e as reservas em metais preciosos resultantes, dados como meta, derivavam, em grande parte, desse desenvolvimento. Sem ele não poderiam prosperar o transporte marítimo, nem o poder militar. As políticas mercantilistas, entre outras as de Crommwell

[254] Importa pouco que os primeiros burgueses – e nobres – se tenham originado do meio feudal, do qual se afastaram, desenvolvendo-se, nas cidade, em atividades dissimilares às feudais.

e Colbert, dão ênfase ao desenvolvimento industrial. Ademais o corporativismo burguês era uma forma de disciplinar a concorrência, num sistema de auto-regulação e de regulação pelo Estado. Nesse esquema a concorrência era bem menos suprimida do que no sistema dito liberal, tendente a produzir extrema concentração e sugar a economia de mercado. É o contrário do que apregoa a ideologia dominante desde o final Século XVIII.

Em suma, a economia feudal não foi o principal contacto da crescente economia de mercado e do capitalismo. A idéia de Marx de atribuir a origem de uma e do outro às contradições do feudalismo tem o viez liberal da economia clássica de Smith, Ricardo e Mill. Esta junta no saco dos entraves à economia, de origem feudal, o planejamento e a regulamentação da economia, elementos construtivos do intervencionismo mercantilista. O capitalismo inglês havia-se beneficiado dessas políticas, quando, com os clássicos, começou a denegri-las. Daí a idéia de romper as instituições mercantilistas confundindo-as com as feudais. O capitalismo nasceu do mercantilismo, centralizador e organizador da economia nacional (o oposto do feudalismo). O 'liberalismo' exprime o desejo da oligarquia de tornar-se absoluta, terminando com as concessões aos demais segmentos da sociedade, que tinham alguma chance de ser levados em conta na regulamentação estatal, e nenhuma sem ela.

I.6.1.5.5. Schumpeter

I.6.1.5.5.1. Desgaste do capitalismo

Em sua principal obra sobre o tema,[255] Schumpeter resume lições de Marx, chamado o Professor, como: *"A falta de mercados, excesso de capacidade, impasse completo, no fim recurso regular a falências nacionais e outros desastres – talvez guerras mundiais decorrentes de puro desespero capitalista – podem ser antecipados. Essa teoria é um exemplo justo e o melhor da maneira em que a síntese marxiana tenta resolver problemas. Tudo parece decorrer belamente de duas premissas fundamentais, firmemente implantadas na base do sistema: a teoria das classes e a da acumulação."* [256] A seguir trata de demonstrar que as coisas não são tão simples, mas isso é óbvio. As explicações não são satisfatórias, e os argumentos vêm de fatos discutíveis. Rejeita a idéia de que a economia capitalista teria de quebrar por razões econômicas, lembrando ter Hilferding apontado que Marx não o provara. Aduz que o inevitável aumento da miséria e da opressão tampouco se sustenta. Estas não levariam necessariamente ao colapso do capitalismo, que ele designa por desgaste, um eufemismo. [257]

---

[255] Schumpeter, Joseph A.: *Capitalism, Socialism and Democracy*, op. cit.
[256] Idem, pgs. 51 e segs.
[257] Esse não seria causado por uma falha do motor de produção capitalista. Idem, pg. 56.

Reafirma que o sistema não cairá por suas falhas econômicas, mas que: *"O seu próprio êxito abala as instituições sociais que o protegem, e 'inevitavelmente' cria condições em que ele não será capaz de viver e que apontam para o socialismo como herdeiro aparente... Minha conclusão final não difere, embora o meu argumento difira, do da maioria dos escritores socialistas e em particular dos marxistas. Mas para aceitá-la não se tem que ser socialista."* [258] Falta consistência a essa estória de o capitalismo cair por causa de seu êxito e não de seu fracasso, 'a grande descoberta do autor'. É só ler a demonstração. Esta começa descrevendo como o capitalismo foi usando as instituições que existiam antes dele. Sugere que os reis e os nobres que colaboraram para isso seriam os únicos em condições de dirigir o processo político, mesmo deixando perecer as instituições em que assentavam. O autor simplifica, descurando as lideranças burguesas e que muitos das 'classes feudais' eram funcionalmente burgueses.

Tampouco têm base as idéias sobre a *'destruição da estrutura institucional da sociedade capitalista': "1) o êxito da empresa capitalista tende a prejudicar o prestígio ou peso social da classe a ela associada; 2) a concentração não é tendência clara, pois seria compensada pelo mercado que a grande empresa suscita para as médias e pequenas; 3) mas, a eliminação de muitas destas, junto com dependentes e conexões, afetaria profundamente a estrutura política de uma nação; 4) a própria base da propriedade e da liberdade de contratar desgastam-se onde seus tipos mais significativos e vitais e desaparecem do horizonte moral do povo; 5) a figura do proprietário das empresas estaria sumindo, aparecendo: a) executivos assalariados; b) gerentes e subgerentes; c) os grandes acionistas; d) os pequenos."* De acordo com Schumpeter, a) e b) assumem atitudes de empregado, em posição contrária à empresa; d) não têm muito interesse nela. E a maioria das pessoas seria hostil ao big business, especialmente quando as coisas vão mal: *"O processo capitalista empurraria para o fundo todas suas instituições, em particular a propriedade e a liberdade de contratar, que expressavam as necessidades e modos de ser da atividade econômica verdadeiramente privada: ele já teria abolido o livre contratar no mercado de trabalho."* E: *"O processo capitalista, pondo um pacote de ações em lugar das paredes e muros da fábrica, retira vida à idéia da propriedade. Desmaterializada, desfuncionalizada, a propriedade ausente não impressiona, nem comanda a lealdade moral ligada à forma vital da propriedade. Com o tempo ninguém a defenderia, nem fora nem dentro das sedes das grandes empresas."* [259] **Em suma, Schumpeter fez profecias não verificadas, fundadas em aspectos pouco pertinentes. Elogiou Marx e criticou-o, sem superar-lhe as falhas. E lançou idéias mais próprias à mitologia do que às ciências sociais.**

---

[258] Schumpeter, op. cit. pg. 61.
[259] Idem, pgs. 141/2.

I.6.1.5.5.2. Destruição criadora/empresários dinâmicos

Schumpeter está associado a duas noções muito difundidas: a) a da destruição criadora, que ocorreria nas depressões, quando se buscam saídas por meio de inovações tecnológicas; b) a de que o dinamismo tecnológico estaria ligado à iniciativa de empresários dotados de qualidades especiais de iniciativa e de percepção das possibilidades dos avanços técnicos no mercado. São conceitos atraentes e muito repetidos, mas devem ser qualificados. Em 1° lugar, os empresários não mostraram essas qualidades antes que os Estados promovessem ativamente o desenvolvimento. Elas dependem do ambiente econômico e social. Em 2°, nos PEDs, sendo o mercado estreito ou dominado por ETNs, tornam-se inviáveis inovações tecnológicas em escala apreciável. E as invenções que ali surgem têm como destinos possíveis: a) não ser jamais aproveitadas; b) sê-lo em outros lugares, onde serão patenteadas; c) sê-lo pelas transnacionais, que as repassarão às respectivas matrizes.

Schumpeter defende a concentração econômica, critica a legislação antitrustes e nada de concreto oferece em lugar desta. A justificação do monopólio para novas tecnologias é enganosa. É lógico que o empresário dinâmico, em concorrência, é um possível agente da inovação, e pode buscá-la como meio de obter um monopólio, pelo menos temporário. Mas o progresso econômico é prejudicado, se o monopólio se consolida, com a tendência de as firmas em vantagem eliminarem as concorrentes. Se não for limitado o estímulo das patentes, e se não houver intervenção do Estado, para impedir os desequilíbrios de poder indissociáveis do oligopólio e do monopólio, o capitalismo tem rédea solta, e acumulam-se efeitos danosos para a economia e para a sociedade. A experiência mostra: 1) As inovações realizadas em concorrência, i.é, por pequenas e médias empresas, têm participação no total das inovações muito superior ao peso relativo delas no conjunto da economia.[260] 2) A tecnologia resultante é apropriada pelas ETNs, que adquirem essas firmas, deixando, em muitos casos, de ser usada (o objetivo é suprimir eventuais concorrentes). 3) A maior parte da tecnologia desenvolvida pelas ETNs decorre de desenvolvimentos financiados pelo Estado, por meio das encomendas de setores básicos e dos de defesa e aero-espacial; 4) As invenções realizadas por empregados das ETNs são por estas apropriadas sem contrapartida adequada, pois, ao serem admitidos, eles têm de renunciar a direitos sobre as invenções, o que desestimula o espírito criativo.

[260] Dados do Congresso dos EUA nos anos 1970 e 1980 indicavam maior eficiência em tecnologia das pequenas e médias empresas do que das grandes: as primeiras investiam 10% do total dos gastos em P & D, e faziam 50% das inovações.

I.6.1.5.6. Keynes

I.6.1.5.6.1. Tentativa de preservar o capitalismo

Keynes formulou bases teóricas de um tipo de economia mista, na qual o Estado ficasse sustentando o capitalismo.[261] Ele percebeu que o arsenal teórico neoclássico só podia fazer as economias ditas desenvolvidas afundar em depressões. A teoria keynesiana recomenda, na recessão, elevar a quantidade de moeda e crédito, abaixando a taxa de juros, para tornar mais atrativo o investimento em bens de capital, especialmente os destinados a produções não destinadas a consumo. E também a política fiscal, elevando os déficits públicos, para reduzir a capacidade ociosa da economia. O governo ampliaria despesas na infra-estrutura e na defesa, o que representa demanda para os produtores de bens de capital, garantindo-lhes a expectativa de ganhos, indutora dos investimentos. Além disso, tais despesas públicas fazem elevar a procura agregada da sociedade (trabalhadores e terceiras empresas são contratados, etc.). Que isso não resolva em definitivo as crises de subconsumo não é o mais importante para Keynes. Interessava-lhe, sim, prolongar o sistema de poder. Não o perturbava o fato de a resultante inflação permanente implicar redução nos salários reais, nem o desemprego. O seu pleno emprego contenta-se em manter os lucros do capitalismo, pois, para isso basta eliminar o desemprego 'voluntário', o dos que aceitam redução salarial.

Cito Lauro Campos: "*Ao se realizarem os investimentos nas Agenda (setores não reprodutivos),*[262] *o volume de ocupação nelas e no terciário ampliariam a capacidade de consumo da coletividade em relação à capacidade de produção de bens de consumo. O dinheiro-estatal da economia keynesiana, dirigista, se compõe da receita tributária, que reduz o coeficiente de novos investimentos produtivos (em bens de consumo ou em equipamentos que os produzem); de novas emissões aplicadas na correção do déficit orçamentário derivado da demanda de não-meios de produção e de consumo: estradas, espaço, guerras, administração pública, etc., e de empréstimos (dívida pública). Assim, os investimentos* ***inúteis*** *do capitalismo keynesiano, patrocinados pelo governo, modificam a estrutura da produção, fazendo ampliar, não os setores de bens de consumo ou de bens de produção, mas um terceiro setor cujos produtos são inadequados ao consumo: produtos bélicos, espaciais, etc. Este desvio sistemático e estrutural de forças produtivas permite que o capital mantenha sua elevada rentabilidade por um período bem superior ao* ***de uma só geração****. Os fatores, segundo Keynes, fornecem renda porque são escassos. O capital produtivo poderia deixar de ser escasso no curso de uma só geração, tornando zero ou negativa sua eficiência marginal.*

---

[261] Sua obra básica, foi publicada pela 1ª vez em fevereiro de 1936, em Londres: Keynes, John M.: *The General Theory of Employment, Interest and Money.*

[262] A expressão Agenda alude a Bentham, o principal promotor do utilitarismo britânico.

***O governo deve impedir a queda da taxa de lucro**, evitando a 'abundância de capital produtor', preservando a escassez necessária à rentabilidade. O governo keynesiano promove a redução relativa das forças produtivas de bens de consumo, por meio do aumento do volume de emprego (no setor improdutivo), aumentando a renda monetária da comunidade disponível para o consumo de bens e serviços, sem contribuir diretamente para o incremento da produção e da oferta de bens de consumo."* (grifos de L. Campos) [263]

I.6.1.5.5.2. Malthus redivivo

Isso garante preços elevados e lucros substanciais para as indústrias de bens de consumo e para as de bens de produção. A maior parte destes se destina ao Estado, cuja demanda pode ser ampliada para novas fronteiras, como a pesquisa e desenvolvimento e à produção destinadas ao setor de armas defensivas e ofensivas e à exploração espacial. ***"Como ideólogo do capitalismo, para não ter o destino obscuro de Malthus, que expressou com demasiada clareza o diagnóstico subconsumista, preferiu (Keynes) atribuir a insuficiência da demanda efetiva a uma deficiência da demanda por bens de capital, diagnóstico que foi recebido de braços abertos pelos capitalistas protegidos pelo governo."*** [264] Malthus preconizava inflar o setor terciário improdutivo: advogados, forças militares, clérigos, etc., e contratar desempregados para obras suntuárias.

*"Em 1940, em artigo publicado na New Republic, Keynes acha que é tempo de parar de **fingir**: 'Parece que é politicamente impossível para uma democracia capitalista* [265] *organizar o dispêndio na escala necessária para fazer a grande experiência que provaria minha tese, exceto em condições de guerra. Se os EUA tomassem a sério o aspecto material e econômico da defesa da civilização e dissipassem recursos na preparação das armas, aprenderiam a conhecer sua força e aprenderiam uma lição... para **reconstruir um mundo**, que compreenderá os principais princípios que governam a produção da riqueza. **As preparações de guerra,** longe de requererem sacrifício, serão um estímulo que nem a vitória, nem a derrota do New Deal, pôde oferecer para **maior consumo individual** e melhor nível de vida.' Mais uma vez, o maior economista de Cambridge antecedeu Keynes. Disse Malthus: 'A Inglaterra e a América sofreram o mínimo por causa da guerra, ou, antes, se enriqueceram com ela, e agora estão sofrendo o máximo por causa da paz'."* [266] Para avaliar a posição de

---

[263] Campos, Lauro: A Crise da Ideologia Keynesiana, Rio 1980, ed. Campus, pgs. 101/2.

[264] Idem, ibidem, pg. 104.

[265] Democracia capitalista: eis aí uma contradição de termos.

[266] Campos, L.: op. cit. pgs. 104/5. A 2ª citação é de: Malthus, Thomas R: *Principles of Political Economy Considered with a View to Their Practical Application*, livro II, 2º 10. Malthus refere-se à 2ª Guerra de Independência que opôs os EUA e a GB em 1812/4. Um dos livros de Keynes intitula-se: *The Economic Consequences of Peace*, escrito nos anos 20 (após a 1ª Guerra Mundial).

Keynes em relação ao capitalismo como sistema, remeto o leitor à obra citada de L. Campos. Nesta, ademais, com base na obra de Carlos Campos, são descritos estratagemas teóricos de autores movidos por ideologia.[267]

I.6.2. Socialismo

Para Marx, caberia à ditadura do proletariado assumir a estrutura deixada pelo capitalismo em sua crise final. Aquela conduziria à sociedade sem classes, tornando dispensável o próprio Estado. Mas os partidos marxistas, comunistas e socialistas não realizaram aquele "ideal". Falta à dialética de Hegel e à de Marx flexibilidade pluridimensional. Essa carência, comum a outras filosofias, é fatal à estratégia do bem. Não vêem elas que opostos não são inteiramente opostos: eles contém algo em comum. Os adversários podem, mesmo não o querendo, despertar em nós reações que nos são favoráveis, mas se nos opusermos, com ódio, sem espírito dialético, nossa reação excessiva será a desejada pelo adversário. Na sabedoria oriental expressa no taoísmo, a luz tem alguma sombra e não faria sentido sem esta. E na sombra haveria um ponto de luz. O bom o não o é absolutamente, e o amigo ou aliado nem sempre nos favorece. A criação envolve processo dialético entre os opostos *yang* e o *yin*, o céu e a terra: os dois em contacto produzem a vida. E não poderiam interagir, se nada tivessem em comum.

Marx via elementos positivos no capitalismo, como a socialização da produção, que, uma vez avançada, demonstraria a inconsistência do sistema de propriedade individual concentrada nas mãos de poucos. Mas ele e os socialistas em geral não perceberam que isso é destrutivo, porque, quanto mais o poder se concentra, mais fica difícil realinhar-lhe a distribuição. Não é deixando o mal crescer que se obtém o bem. É aproveitando o bem que há no mal. E no quadro de um sistema voltado para o bem, que só pode emergir de uma intervenção diretora, consciente. Não, do jogo das forças sociais, que é viciado: um cassino onde não se permite aos de fora ganhar. O que há de bom no capitalismo é a economia de mercado, que ele explora. A concorrência tem de ser preservada, e isso só é possível governando-a. Não, deixando-a sucumbir na dinâmica da concentração. Já a tecnologia é um instrumento, e quem lhe dá direção, objetivo - que pode ser bom ou perverso - é a mente humana consciente. Os adeptos do materialismo histórico e dialético não atribuem a esta a importância devida. E os apologistas do capitalismo comprazem-se em recomendar que se deixe as relações sociais ao talante da dinâmica cega da ambição concentradora, garantida pelo 'direito' de propriedade absoluto.

Se a dialética e o historicismo marxistas deixam a desejar, que dizer dos pseudomarxistas? Na realidade, a esquerda, com freqüência, ajuda o

---

267 Campos, L.: op. cit. pgs. 31 a 42.

capitalismo. E isso de vários modos. 1) Fazendo-lhe inepta oposição, ameaçando muitos grupos sociais também explorados por ele, que deveriam ser libertados e não reprimidos na ordem socialista. Esses grupos são levados, assim, a defender o capitalismo. 2) Deixando-se conduzir por agentes do sistema de poder mundial, em movimentos aparentemente libertários (1848, 1968 e muitos outros), lançados para desestabilizar situações de resistência àquele sistema. 3) Atuando, em muitos países, à época da URSS, como massa de manobra do poder de seu grupo dirigente. Atualmente só poucos comunistas mantêm-se fiéis ao ideal socialista, mas, na maioria, ainda sem entender as razões da derrocada do socialismo 'real'. Os numerosos carreiristas, hoje nos 'governos' de vários países, renegam a esquerda e excedem-se em entregar ao capitalismo mundial as riquezas nacionais. E colaboram também para isso os que figuram na oposição formal, mas aceitam a globalização.

I.6.2.1. Socialismo "real" ou "comunismo"

I.6.2.1.1. Origens da Revolução Russa

Duas questões principais estiveram na raiz dela. 1) O fato de a industrialização na Rússia ter-se feito, até a 1ª Guerra Mundial, com elevada participação de investimentos diretos e indiretos estrangeiros, caracterizando-se ademais por grande concentração.[268] 2) A questão agrária.[269] Trotski, reconhecendo a importância da insurreição armada por ele dirigida em 1917, diz que sem ela o Estado Soviético não existiria. Mas aduz: *"A insurreição não nasceu do céu. Para o triunfo da revolução de outubro era necessária uma série de premissas históricas. 1) A podridão das velhas classes dominantes, da nobreza, da monarquia, da burocracia. 2) A* ***debilidade política da burguesia****, que não tinha nenhuma raiz nas massas populares, 3)* ***O caráter revolucionário da questão agrária.*** *4) Idem, das* ***nacionalidades*** *oprimidas. 5) O* ***peso social do proletariado****. A essas premissas orgânicas é preciso juntar condições de conjuntura de excepcional importância. 6) A revolução de 1905 foi uma grande lição ou, segundo Lênin, 'um ensaio geral' da revolução de 1917. Os sovietes, como forma de organização de frente única proletária, na revolução,*

---

[268] Trotski assinalou que as empresas gigantes, com mais de 1.000 operários, ocupavam nos EUA menos de 18% da totalidade dos operários industriais, enquanto que na Rússia, a proporção era de 41%, e que o capital financeiro da Europa industrializava a economia russa em ritmo acelerado, a burguesia industrial adquirindo o caráter de grande capitalismo. Mesmo no ponto mais alto de sua prosperidade, às vésperas da 1ª Guerra Mundial, a renda nacional seria 8 a 10 vezes inferior à dos EUA. Havia 4 milhões de operários na indústria e nos transportes e 100 milhões de camponeses. Vide Trotski (Bronstein, Leon): O Que Foi a Revolução de Outubro, Copenhague, 1932, em: A Revolução Russa, Cinqüenta Anos de História, Rev. Civilização Brasileira, cad. especial 1, Rio de Janeiro 1967, pg. 140.

[269] Luxemburg resumiu: *"A Revolução Russa – fruto da evolução internacional e da questão agrária – mas impossível de resolver no quadro da sociedade burguesa."* Luxemburg, Rosa: *Die russische Revolution*, em: Luxemburg, R.: *Politische Schriften* III, Frankfurt, ed. de 1968, pg. 107.

apareceram, pela 1ª vez, em 1905. 7) ***A guerra imperialista aguçou todas as contradições****, arrancou as massas atrasadas de seu estado de imobilidade, preparando-as. Mas todas essas condições, suficientes para que rompesse a revolução eram, porém, insuficientes para assegurar a vitória do proletariado. Faltava uma oitava condição: o Partido Bolchevique."* [270]

Os líderes revolucionários, dirigindo os sovietes e administrando o caos, despertaram esperanças entre os trabalhadores organizados. O êxito do movimento pode ser visto como sinal de apoio popular ao governo dos sovietes. [271] Havia, ainda, a revolução camponesa, de pequenos e médios produtores, que se conseguiram impor sobre os latifundiários sem proteção, com a debandada do exército russo na frente alemã. Revolução é mudança de sistema sócio-econômico e substituição das classes dirigente. **Entretanto, a revolução malogrou, porque o grupo dirigente acabou se reduzindo a um homem,** [272] **e não se consolidou como elite capaz de criar os segmentos sociais e as estruturas de nova sociedade capaz de durar.**[273]

I.6.2.1.2. O regime "soviético"

O Bureau político do PCUS usou mal o poder de que dispôs, deixando-o apodrecer, porque **faltou ao grupo dirigente – e, depois, ao chefe único – espírito, visão política, qualidade para liderar um país**. A experiência mostrou que não se formam líderes, estudando Marx, Engels e Lênin, como catecismo. **O partido expurgou centenas de milhares de membros e recrutou, aos milhões, antigos membros da juventude comunista e proponentes com recomendação de membros – a grande maioria trabalhadores semiqualificados** – inculcando-lhes resumos do marxismo-leninismo escritos por Bukharin (ABC do Comunismo) e por Stalin (Questões do Leninismo). Formaram-se, assim, os "partiny", gente limitadíssima, como Krutchev e outros futuros dirigentes.[274] Esses exerceram poder absoluto sobre o capitalismo de Estado, com irresponsabilidade semelhante à dos oligarcas do Ocidente e incompetência ainda maior.

---

[270] Trotski, Leon: op. cit. pgs. 144/5.

[271] Os sovietes seriam órgãos colegiados de representação local.

[272] Os líderes que haviam feito a revolução e os que surgiram depois, foram eliminados por Stalin.

[273] O problema da Revolução foi a direção tomada, e não, ter sido feita: 1) num só país; 2) num país pouco avançado no capitalismo. Entre os que julgaram não ser essa uma dificuldade maior, está Rosa Luxemburg, cf. op. cit., pgs. 106 e segs.

[274] *"Antes da Revolução, os bolsheviks eram egressos da pequena 'intelligentsia', capazes de escrever livros, e operários mais ou menos qualificados, educados no que os marxistas chamavam consciência política. Era um partido de intelectuais e de trabalhadores militantes. Depois de 1918 predominaram suboficiais da antiga sociedade, não trabalhadores ideologicamente militantes interessados no socialismo como tal, nem intelectuais formados pela ideologia, mas gente que apenas tinha mobilidade social para cima, já sob o antigo regime."* E entre 1917 e 1920, o número de membros cresceu de 15 mil para 600 mil. Malia, Martin: *Comprendre la Révolution Russe*, Paris 1980, pgs. 164 e 163.

Temendo divisões que destruiriam o partido, Lênin, decidiu, em 1921, proibir o pluralismo, como facções de operários à esquerda, camponeses.[275] ***"A idéia era constituir um partido monolítico e, para isso, ele precisaria de muita gente simples: não muitos Trotski e Bukharin, mas muitos Budionny e Stalin, pessoas para as quais a vida intelectual um pouco complicada está fora de questão*** *e para as quais são precisas fórmulas escolásticas. Muitos pensam que o modo como Stalin escolastizou o marxismo-leninismo se explica, em parte, pela formação de seminarista; as imagens por ele utilizadas eram, freqüentemente, bíblicas. Há uma* ***redução a um credo que se pode recitar; o treinamento escolástico seria condição indispensável ao partido único."***[276] *"Quando eclodem a revolução e a guerra civil, os novos membros se inscrevem no Partido, em 1918, e encontram nele* ***uma via de ascensão social extraordinária, a carreira de membros do Partido****. Eles saem do campesinato e da classe operária; graças às rupturas do velho mundo, entram de golpe 500.000 pessoas no Partido.* ***Essas não chegaram ao comunismo por convicção ideológica ou por combate sob o antigo regime, mas porque se queriam integrar na nova burocracia universal governamental. Entram no Partido-organização governamental e não, no Partido-organização de luta. Para eles basta a mais simples das ideologias: litania, liturgia, um catecismo não ortodoxo.*** *É por isso que* ***há abastardamento, simplificação da ideologia. É Stalin que, naturalmente, exprime a mentalidade, o estilo que convém àquela gente****. A mentalidade, o estilo de Bukharin, Trotski, Zinoviev, Kamenev, capazes de escrever sozinhos, não convinha a esse novo Partido criado durante a guerra civil."* [277]

A revolução suprimiu classes e estamentos sociais, mas, para isso, não precisava ter eliminado pessoas, nem tê-las feito emigrar. Nobreza; burguesia industrial, comercial e financeira; oficiais das Forças Armadas; funcionários de carreira; profissionais liberais, técnicos e outros da pequena burguesia urbana. Foram liquidados, de início, os grandes proprietários rurais, e – no final dos anos 1920 – os que cresceram sob a Revolução, bem como os produtores rurais independentes. A massa trabalhadora, rural e urbana, permaneceu submetida ao capitalismo de Estado. Ganhou mobilidade social; alguns milhões entraram no Partido. Desses, uns poucos tornaram-se dirigentes. Mas isso não acabou com a condição de proletário. E o proletariado não dirigiu a sociedade.[278]

---

[275] A decisão foi ocasionada pela revolta de Kronstadt, ilha junto a Petersburg, após uma greve nesta. Diz Malia: *"Era evidente, para Lênin, Trotski e o Partido, que havia um liame possível entre o esquerdismo moderado no interior do partido – a oposição operária – e o esquerdismo integral selvagem, exterior ao partido; esse era o movimento de Kronstadt, porque, ligada à oposição operária, estava a noção de fração organizada no interior do partido. Se se tivesse permitido a esta organizar-se como fração permanente, com jornal próprio e clientela esquerdista entre os trabalhadores, logo haveria uma fração para defender os interesses dos camponeses, que seria contra as requisições e exigiria também o seu jornal."* Malia, M.: op. cit., pg. 169.

[276] Malia, M.: op. cit. pg. 162/3.

[277] Malia, op. cit., pgs. 164/5.

[278] Vide acima, o recrutamento dos aparatchiks (burocracia) na antiga classe trabalhadora.

O recrutamento dos membros e quadros do Partido, excluindo as classes superiores e a classe média do antigo regime, foi fatal à União Soviética. Esta perdeu com isso a maior parte do capital humano, nada desprezível, de que dispunha. E não há como dissociar esse erro crucial do marxismo, uma vez que, na discussão da luta de classes, havia, desde Marx, um maniqueísmo implícito: 'a classe exploradora é ruim, e o proletariado é bom'.[279] Essa posição é infundada espiritual e eticamente, além de, na prática, destrutiva. O mesmo se deve dizer da atitude de repressão à religião.[280] A religião, ligação com o céu e os princípios da natureza, é, em si, progressista. É claro que as religiões institucionalizadas são contaminadas pelo jogo do poder e outras falhas humanas das organizações, costumam colaborar com os regimes retrógrados, mas a melhor forma de enfrentar essa dificuldade não é coibir os cultos religiosos.[281] O regime soviético abafou o sentimento religioso dos povos sob sua autoridade. E o substituto para a religião não foi capaz de conquistar-lhes o coração com o catecismo materialista, ainda menos porque o regime não atendia adequadamente muitas necessidades materiais. Ademais, idéias positivas, como a solidariedade social, eram, em grande parte, desmentidas na prática. Restavam a dignidade nacional, a militância pela paz e a consciência de que as necessidades básicas eram asseguradas a todos, mas esses valores foram minados pela "guerra das estrelas", por guerras planejadas de fora, como a do Afeganistão, e pelo *marketing* consumista.

I.6.2.1.3. Personalidades e "nova classe"

Diz Fischer: *"Foi refutada por meio século de experiência soviética a doutrina comunista, segundo a qual não são as pessoas que fazem a história, mas as 'circunstâncias objetivas', as 'forças da produção' e a 'luta de classes'."* E: ***"Industrialização, inflação e exploração continuaram depois da morte de Stalin. Mas mortes por atacado cessaram no mesmo dia em que ele morreu. O 17º Congresso do PCUS*** *reuniu-se em Moscou,*

---

[279] A maior parte dos membros das classes superiores e médias não eram exploradores. Além de não serem capitalistas, no sentido de concentradores dos meios de produção, muitos dos que os detinham pertenciam à economia de mercado e não ao capitalismo. Emblemático do uso da inteligência na revolução foi o fato de a insurreição decisiva, a cargo de Trotski, ter sido confiada, quanto à organização militar, ao ex-Coronel do Exército do Czar, Antonov-Ovseenko. Em 1918, quando o Exército Vermelho defendia o território soviético invadido, Trotski, com o apoio de Lênin, queria a fusão dos quadros czaristas e dos revolucionários. É Stalin que sabota essa medida estratégica. Vide: D'Ástier, Emmanuel: *Sur Staline*, Paris 1963, pg. 78.

[280] A repressão a classes sociais e à religião também contribuiu para desorganizar a França, durante a Revolução. A repressão foi, em grande parte, provocada por políticos e agitadores, na maioria agentes pagos pela Inglaterra, para desestabilizar a potência rival. Esse é um dos parentescos entre as Revoluções Francesa e Russa. Outro, a ele ligado, são as filosofias materialista e utilitarista. A linha vai de Locke a Marx, passando pelo iluminismo britânico-francês. As execuções na Revolução Francesa só se tornaram numerosas após a invasão estrangeira, cf. Godechot, Jacques: *Les Révolutions*, em: *Histoire Universelle 3, De la Réforme à Nos Jours*, Paris 1958, pgs. 394/5.

[281] Custou caro ao "sistema socialista", a resistência na Hungria e na Polônia, em função da estrutura mundial da Igreja Católica, mais organizada politicamente que a Ortodoxa.

em janeiro/fevereiro de 1934, e ***deu a Kirov, em oposição a Stalin, o maior número de votos, o que talvez explique o assassinato de Kirov. Por volta de 1938, 98 dos 139 membros e deputados do Comitê Central do Partido, i.é., 70% dos eleitos naquele Congresso, haviam sido assassinados. Dos 1.966 delegados, 1.108 foram presos.*** *"* [282]

As condições históricas internas e externas, sociais e econômicas têm peso na determinação dos eventos. Mas também o têm as pessoas e, por intermédio delas idéias, o espírito que as ilumina ou as degrada. Na fase revolucionária, o poder político, ainda não consolidado, já se centralizava. Com o regime implantado sob **Stalin, promotor do culto à personalidade,** isso só se acentuou. **Nessa situação, a direção dada por um líder é determinante.** Lênin era conciliador e pouco decidido. **Já o banido, e depois assassinado, Trotski fez quase tudo**:[283] a) destacou-se na revolução de 1905; b) decidiu a ação de tomada do Estado e comandou-a, em 1917;[284] c) organizou e comandou o Exército Vermelho, que repeliu as intervenções estrangeiras e controlou levantes internos; d) formulou as estratégias econômica e social, adotadas por Lênin e até por Stalin;[285] e) exercia manifesta liderança nas reuniões partidárias.[286] Diz Fischer que a morte de Lênin, aos 54 anos, e, ao mesmo tempo, uma doença demorada de Trotski, fizeram a história. Sem esses fatos, ela teria sido outra. Trotski, à frente do Exército, teve condições de intervir, antes que Stalin avançasse na construção de sua base de poder. Mas para um marxista, esse seria um ato inconcebível de bonapartismo.[287] E

---

[282] Fischer Louis: 50 Anos de Comunismo Soviético (trad.) Rio de Janeiro 1969, pgs. 94/6.

[283] Ainda assim, por viez marxista, Trotski tende a relativizar, mais que o devido, o seu papel.

[284] Da troika de líderes bolsheviks, Zinoviev e Kamenev, opuseram-se à insurreição, mesmo depois de aprovada pelo Comitê Central do partido. Lênin a defendeu, mas seus planos erráticos não foram adiante. Ela foi dirigida por Trotski, em Petersburg. Stalin, que dirigia o jornal bolshevik, ficou no muro. Vide Deutscher, Isaac: Trotsky – O Profeta Armado – 1879/1921, Oxford 1954, trad. Rio de Janeiro, 2ª ed. 1985, pg. 323. Do mesmo autor: *Stalin, A Political Biography* –Harmondsworth, 1ª ed. 1949, ed. revista 1966, pgs. 171/74. No século da mentira, Trotski foi apagado da história soviética, e Stalin, endeusado.

[285] Trotski propôs a Nova Política Econômica, em 1921, em meio à desorganização decorrente da da guerra, da revolução. da guerra civil, intervenções externas, etc. A NEP deu campo extenso à economia de mercado, até 1929. Sob o impacto da crise econômica na Europa (1926/7) a questão era como conseguir excedente econômico para investir nas indústrias básica, pesada e na infra-estrutura. Os camponeses relutavam em entregar produção e a reduziam. A idéia de Trotski foi retornar ao comunismo de guerra e submeter o campo ao planejamento central e à socialização. A opção de Bukharin era o entendimento com os camponeses ricos (kulaks), para elevarem a produção. Um programa trotskista, elaborado nos 20, foi adotado ao final deles, de forma abastardada, por Stalin. Vide Malia, M. op. cit. pg. 176.

[286] Diz Deutscher: *"A luta de Trotski e Lênin, que durou quase 15 anos (Trotski só entrou na facção bolchevik pouco antes da Revolução de Outubro), parecia insignificante em comparação com as coisas que o primeiro faria em 15 minutos para o partido bolchevique naquele momento... Mas no círculo interno, havia homens de cuja lembrança nada poderia apagar a luta passada. Viam a súbita ascendência de Trotski no partido com despeito mal disfarçado... A ascendência de Trotski no partido foi indiscutível."* Vide Deutscher, I.: op. cit. pgs. 310/1.

[287] Não há tradição na Rússia de o Exército intervir no sistema político. Sempre foi leal ao poder durante o czarismo e continuou sendo depois. Em 1937 suportou o expurgo de seus mais eminentes chefes, como o jovem General Tukachevski, o que custou caro à defesa da União Soviética, com seguidos revezes na invasão hitlerista. Quando o Exército Vermelho reverteu a situação, liderado, em 1º lugar, por Jukov, este não o fez intervir para terminar com os

confiou demais em sua liderança e demais qualidades. Enquanto isso, o meticuloso georgiano montava sua base, com ajuda do polaco Dzerjinski, organizador da *tcheca*, a polícia secreta. Stalin contou, assim, com meios especiais de pressão sobre membros do Bureau Político e até sobre a mulher de Lênin. Além disso, o terra-a-terra Stalin parecia preferível aos desgostosos com a superioridade de Trotski, que este não ocultava. Ao morrer Lênin, Stalin pôde, não só suprimir-lhe as últimas vontades, mas estabelecer-se em definitivo no poder. Para isso aliou-se a uns para eliminar outros, passando em seguida ao expurgo daqueles.[288]

A partir de 1923, o terror stalinista atingiu os quadros políticos da revolução, os técnicos da burocracia, os principais oficiais do Exército Vermelho, e produtores rurais, em massa, eliminados na coletivização. Só restaram subservientes funcionários do partido único, faltos de consciência política. Formou-se a nova classe, conforme a análise de Djilas, marxista e dissidente iugoslavo.[289] A nova classe ('*nomenklatura*'), os quadros dirigentes do PCUS, do governo, da KGB e grandes empresas, ocupou o topo. Abaixo dela: a) privilegiados, como cientistas, escritores e artistas destacados; b) remediados, como engenheiros, técnicos, professores, médicos etc.;[290] c) pobres: trabalhadores menos qualificados. A baixa qualidade da pseudo-elite não permitiu elevar o padrão de todos e assegurar melhor mobilidade social.

I.6.2.1.4. Apodrecimento e queda

Em 1953, terminado o terror, os "incentivos" mostraram-se pouco eficazes, e **a União Soviética herdou o regime com as estruturas descritas.** Essas não foram alteradas com as "reformas econômicas", freqüentemente realizadas ou tentadas, como as destinadas a dar autonomia às empresas estatais ou a permitir algumas atividades privadas. Havia resistência dos quadros do Partido, indispostos a perder posições e prestígio. Houve também pressão externa sobre o organismo soviético, frágil apesar do impressionante

---

abusos de Stalin. Nos anos 1990, a União Soviética, não apenas um regime, a própria Rússia, foram postos em liquidação, sem que as Forças Armadas os preservassem, nem a si próprias. A suposta tentativa de golpe militar foi caricata: algo planejado por serviços secretos estrangeiros para facilitar a consolidação de Yeltsin. Finalmente, as Forças não reagiram contra a intervenção armada deste no Parlamento. Além da tradição russa, o marxismo pode ter influído nessas atitudes.

[288] Stalin tinha raciocínio rápido, era inteligente. Sua ambição e crueldade, fora de série. De origem humilde, impusera-se em ações violentas na clandestinidade. Nos primeiros anos da Revolução, apesar de ocupar cargos importantes, não era um grande nome. Enquanto Trotski era o chefe do Exército Vermelho, Stalin fora comissário político. Tornou-se tecnocrata da política, capaz de formar equipes estreitamente soldadas. Ver: D'Astier, Emmanuel: op. cit., pg. 79.

[289] Djilas, Milovan: A Nova Classe, Uma Análise do Sistema Comunista, trad. bras. Rio de Janeiro, 1958. Trotski, mais de 30 anos antes, havia apontado a burocracia privilegiada como inimiga dos trabalhadores, não lhe tendo, porém, atribuído o *status* de classe.

[290] Isso na época do "comunismo". Agora, a classe média foi, com a totalidade do país,atirada na categoria dos pobres.

hardware. **Ele terminou, assim, no final dos anos 80 no espetáculo confrangedor, sem precedentes na história, da autodissolução de uma superpotência**, sob a regência de um ex-diretor do serviço secreto,[291] e sem que ninguém o impedisse. No Leste Europeu os regimes comunistas caíram pelo telefone, em cada país, com poucos dias de intervalo das ordens de Moscou.[292] Viu-se na Rússia, e nos demais, a **queda vertiginosa da economia e a própria ruptura do tecido social, após a submissão ao FMI.** Deu-se um salto qualitativo, não um simples aumento, da miséria e da desorganização. Caiu-se em um sistema destruidor. No da União Soviética, permaneciam construções de épocas que ainda não refletiam a total deterioração da classe dominante: instrução para todos; a alta qualidade da superior, para muitos; serviços de saúde e outros sociais, por vezes insatisfatórios, mas acessíveis a todos. **Tudo desmoronou junto com o muro.**

Em vez de distribuir o poder entre os nacionais, por meio de privatizações dignas desse nome, dividindo as grandes estatais, quando possível, para montar as bases de uma economia de mercado e de um setor privado nacional, submeteram a ex-União Soviética e o Leste Europeu a completa periferização. **Esse processo foi conduzido, na maior parte, pela própria nova classe da época "socialista", submetida aos capitalistas dos países centrais, dos quais se tornou agente. Resultado: a população desses povos foi submetida a dupla exploração: a) a periferizante dos centros; e b) a dos mafiosos locais. Trata-se de crime trágico demais, para que o inquérito se possa contentar com o "socialismo real" como único réu. A URSS teve êxitos fulgurantes, como a vitória na 2ª Guerra Mundial, as realizações científicas, as das indústrias de engenharia e aero-espaciais, a instrução pública. Mas o fracasso do regime soviético foi enorme, porque sua obra está sendo destruída. Há que refletir sobre os danos da concentração, sob a forma de coletivização de tudo nas mãos do Estado.**

I.6.2.2. China

Na China, mantém-se o controle político do Partido Comunista, e a economia de base nacional cresce continuadamente, ao lado da abertura a IDEs em províncias costeiras. A entrada crescente dos IDEs não augura boa coisa, a não ser que seja contida, e o país realize a façanha de, mesmo com eles, continuar autodeterminando-se. De qualquer modo, os detentores do poder têm exercido liderança política efetiva, o que implica não serem, como foram os soviéticos, meros burocratas. Para isso contribui a milenar cultura

[291] Ironia histórica: Stalin só conseguira o controle sobre o Estado e sobre os principais líderes da Revolução, por meio da polícia e serviços secretos. O último chefe do regime, egresso da mesma origem, procedeu à liquidação deste, para dar lugar a coisa bem pior.

[292] Onde os regimes comunistas não eram satélites, como na Coréia do Norte e em Cuba, isso não aconteceu. Mas são pequenos, não se organizaram do melhor modo e são submetidos a fortes pressões desestabilizadoras.

chinesa, inspirada por fontes espirituais e práticas bem orientadas. Ela foi, de resto, a determinante de mais uma infringência ao marxismo: 1) ter feito uma revolução; 2) tê-la feito, liderando massas camponesas, mais que trabalhadores urbanos.

I.6.2.3. Socialismo, social-democracia, trabalhismo

Essas correntes de esquerda têm em comum atuar dentro do sistema político e econômico prevalecente sob o capitalismo. Poucas tiveram por meta modificá-lo essencialmente, e, de há muito, a abandonaram. Seus partidos e organizações contentaram-se, em geral, desde a 1ª metade do Século XX, em propugnar reformas no sentido do Estado de bem-estar e defender direitos sociais. Realizaram algumas estatizações com apoio, por vezes, de comunistas e de forças políticas mais ao centro, como, na França, as de bens de ex-colaboradores da ocupação nazista. Na Itália, parte do setor estatal vinha da época fascista, e seu avanço foi limitado pelos "democratas-cristãos". Vinha de longe a tendência de "socialistas" a acomodar-se com o capitalismo, cedendo à pressão do grande capital, capaz de desestabilizar os mercados financeiros e a moeda dos países. Assim, os governos de esquerda, desistiam delas. Essa é uma conseqüência da concentração capitalista e de sua ideologia armada de meios pecuniários e mediáticos (mídia). Os empresários e poupadores médios e pequenos seguem a liderança dos grandes. Os "socialistas" foram sendo envolvidos pelo sistema dominante, passando a concorrer a ser gestores dele. Suas plataformas são semelhantes às "social-democratas" e às do centro, baseando-se as campanhas em 'personalidades', administração ou assuntos tópicos. Isso quando a esquerda não se envolve na defesa de supostos direitos das "minorias sexuais", na retórica da "liberdade" e "democracia", além de solidarizar-se com ações imperialistas.[293]

Na França os socialistas, têm sido, como o antigo líder, Guy Mollet, e Mitterand, adeptos incondicionais da Aliança Atlântica e permissivos em relação aos IDEs. E só fizeram oposição real ao que chamam de direita, quando o General de Gaulle defendeu a independência nacional. Esse líder só foi apeado do poder pelo desgaste decorrente de continuadas manifestações e distúrbios esquerdistas,[294] orquestrados por serviços secretos estrangeiros e pelo próprio capitalismo 'internacional'.[295] Entre os trabalhistas britânicos prevaleceu, poucas vezes, a ala esquerda, inclinada às nacionalizações, como as seguintes

---

[293] A desinformação e a falta de consciência das realidades políticas são tão grandes, que não se percebe a dissolução dos valores éticos e espirituais a serviço da oligarquia totalitária dominante.

[294] Inspirados em autores de Frankfurt, como H. Marcuse, marxista "libertário", i.é., anarquista, e na mentalidade de baderna de desocupados, *beatniks*, afundados em drogas e sexo promíscuo, poluidores sonoros com ruídos ensurdecedores, urros e gemidos em lugar de música.

[295] Não foi em 1968 a primeira vez que a França foi desestabilizada por iniciativas desse tipo. Mencionamos os agentes pagos por interesses britânicos na Revolução francesa e sob Napoleão I. Depois dominaram Napoleão III. E há mais mais exemplos na França e em outros países.

à 2ª Guerra Mundial. McDonald, Wilson e o atual 1º ministro, Blair, são exemplos do pseudotrabalhismo, que compete com os conservadores em servir a oligarquia capitalista. Na Alemanha, houve gradual aumento da semelhança entre: a) propostas socialistas ou social-democratas (SPD) ou; b) as da união entre a CDU, democratas cristãos, e a CSU, 'social-cristãos' mais à direita. Ao lado da alternância da coalizão e do SPD, há um *tertius*, com pouco mais de 5% dos votos, que tem sido o fiel da balança: os liberais, que representam as grandes empresas mais assumidamente. Apóiam um ou outro dos dois grandes e estão sempre no governo. Ainda assim, os governos de centro-direita, intitularam-se, após a 2ª Guerra Mundial, fundadores da economia social de mercado. E atribuíram-se os méritos da recuperação econômica, mais devidos à importância do *Mittelstand*, o conjunto de empresas médias e pequenas, tecnologicamente ativas. O impacto dessa estrutura sobre a distribuição da propriedade e da renda, acompanhado do sistema de seguridade social, mal chega a justificar aquela designação, pois o capitalismo concentrador é a principal força.

A disputa pela mesma base de sustentação, além de divergências ideológicas, fez dos socialistas e comunistas adversários ferrenhos. Isso causou desastres de grandes proporções: 1) **a derrota da república espanhola**, em cuja defesa lutaram voluntários de todo o mundo; 2) a **ascensão do nazismo**, para a qual houve mais fatores, mas foram **decisivas as perenes hostilidades entre socialistas e comunistas**.[296] Esses dois partidos eram os mais fortes, eleitoralmente, mas se entredestruíam, contribuindo para a quase vitória eleitoral de Hitler, logo consolidada pela violência e por um golpe branco, com a cumplicidade do presidente Hindenburg. Os socialistas podiam ser acusados de gradualistas e submissos ao capitalismo. E os comunistas, de comportar-se como peões movidos por Stalin, preocupado somente com seu poder na União Soviética. O destino dos comunistas dos demais países lhe era indiferente, e os socialistas eram concorrentes a eliminar. Como lembra Deutscher, já **após 2ª Grande Guerra, o domínio burguês, na Europa Ocidental, desmantelado e desacreditado, foi restaurado de acordo com os pactos de Yalta e Teerã, tendo os partidos comunistas ajudado a restauração, participando dos governos de pós-guerra de De Gaulle e de De Gasperi, colaborando para desarmar a resistência e reprimindo o radicalismo indócil das classes trabalhadoras.** [297]

---

[296] Isso é mostrado em: Deutscher, Isaac: *Heretics and Renegades* (1ª ed. 1957, com o título *Russia in Transition*), Indianapolis e Nova York, 1969, pg. 196. Ele alinha os seguintes fatores: a) a hostilidade dos pequenos proprietários (*Kleinbürgertum*) ao movimento trabalhista, e a ilusão deles de que se poderiam impor, ao mesmo tempo, sobre os grandes negociantes (*Grossbürgertum*) e sobre o proletariado; b) a determinação dos barões industriais e financeiros em atirar a baixa classe média contra o proletariado; c) as divisões internas do trabalhismo e conflitos entre socialistas e comunistas; d) o orgulho nacional alemão, ferido desde 1918 e sua aspiração por desforra. Essa, diz Deutscher, foi a combinação específica, e muito complexa, de fatores que produziram a marca do regime totalitário alemão sobre a base de uma economia capitalista.

[297] Deutscher, I.: A Revolução Inacabada – Rússia 1917-1967: trad., Rio 1968, pg. 70. Com base nesses acordos, Stalin determinou ao Exército Soviético que mantivesse a ocupação no Leste da Europa e interviesse em favor de governos comunistas nesses países. Na Iugoslávia o partido comunista conquistara o poder por esforços próprios, na guerra antinazista.

Há mais exemplos de colaboração 'socialista' com causas perversas do capitalismo imperialista. 1) Em 1982/3, um ministro da economia da Argentina procurava acordos **menos** humilhantes e onerosos que os oferecidos pelo sistema mundial na dívida externa (os **mais** foram depois aceitos *in totum* pelo México, pelo Brasil e pela própria Argentina). A posição daquele ministro foi minada pela supremacia dos centros em seu próprio país, periferizado, e pelos governos daqueles dois PEDs. A Argentina apelara aos governos 'socialistas' da França e da Espanha, para intercederem junto aos países credores. A resposta de ambos foi que os devedores deveriam obter primeiro o apoio do FMI.[298] 2) As declarações de Mitterand, semelhantes às de Thatcher, de que a Amazônia pertence à humanidade, desrespeitando a soberania brasileira sobre a região.

I.6.3. Estatização e propriedade privada

Ambas são instrumentos, meras instituições sociais, que devem servir a sociedade. Sempre que se quis tornar uma ou outra um fim em si mesmo, os resultados econômicos e sociais foram desastrosos. O despotismo centralizador na União Soviética, plantou a semente da autodestruição, que brotou 60 anos mais tarde. Os chefes da burocracia, ávida de ganhos capitalistas, dissolveram a União e a entregaram à predação das ETNs. Mas essa experiência não deve fazer descartar, onde se impõe, o uso do Estado e da estatização indispensáveis ao desenvolvimento sócio-econômico. Confirma, ao contrário, a importância do equilíbrio de poder. Os grupos concentradores de empresas privadas formam a oligarquia, que controla até o poder público, nos países centrais e mais ainda nas periferias. Essa é concentração capitalista, e nada há como ela tão supressor da propriedade privada. Esta fica nas mãos de um pequeno número de supercapitalistas, como a do 'comunismo' nas dos chefes do partido único. O verdadeiro equilíbrio do poder não é o superficial sistema de pesos e contrapesos, de Montesquieu. Esse refere-se aos três poderes do Estado, mas a realidade do modelo britânico, em que se baseia, é o poder da oligarquia, formada pela alta burguesia e a Coroa. Sob concentração capitalista, com parlamentarismo ou presidencialismo, monarca ou presidente, é a oligarquia que dirige o Estado. Ela o domina indiretamente, e aos mercados diretamente.

Atualmente ocorre a hipertrofia do capitalismo, levando ao cúmulo a tendência de absolutizar a propriedade privada dos grupos dominantes, em detrimento dos grupos sociais expropriados. Estão sendo enfraquecidos, em todo o mundo, os mecanismos de equilíbrio social, como os de defesa da concorrência e limitações à concentração. Esta conduz a deterioração

[298] Nessa época, também a Polônia estava inadimplente, mais até que os latino-americanos. As dívidas da Hungria e de outros do Leste, também elevadas, e a da própria Rússia, demonstravam que o chamado bloco soviético não era mais economicamente independente do sistema capitalista. Prenunciava-se a transformação da região em periferia, exportadora de matérias primas.

interminável. Além disso, a crises, que novos e velhos ricos – e seus cortesãos – teimam em ignorar. Prevalece o absurdo de que dinheiro pode gerar dinheiro, contrariando Tomás de Aquino (*pecunia pecuniam non parit*). E não há impedimento à exploração de negócios de enorme faturamento, nocivos à saúde física, moral, mental e espiritual dos seres humanos. Quanto mais se fala em liberdade, mais ela é toda dos concentradores, inclusive a de saquear e a de enganar as populações humanas. Estas são desumanizadas no processo, e espremidas, seus direitos eliminados. Não têm liberdade, a não ser a de "escolher", no mercado e nas eleições, o que são determinadas a escolher. **O "liberalismo" nega a democracia e a liberdade.**

A concentração da propriedade, dita privada, está destruindo o equilíbrio social. As maiores transnacionais, não mais que 50 delas, controlam os principais espaços econômicos. Com a "globalização", estendem seu controle direto, sua suserania, a todas as atividades e áreas. Nas periferias, muitas ex-semiperiferias, como o Brasil, a concentração é ainda maior. Os instrumentos desta, em favor de transnacionais, que extraem para fora os recursos do país, são impostos sob o atrativo nome de "reformas", ironicamente, perpetradas por meio do discurso "liberal". Para obrigar a fazê-las juntam-se o G-7, FMI, Banco Mundial, a OMC/GATT e demais instituições 'internacionais'. **A globalização em curso é a da iniqüidade, é a da supressão dos direitos humanos sobre a Terra. O auto-intitulado neoliberalismo, está mostrando ser um sistema escravocrata**: condena centenas de milhões ao desemprego irreversível e exerce poder totalitário sobre seus servidores, os que têm emprego. Até os executivos das ETNs, as quais, na realidade, detêm poder público, são escravos do sistema irracional: suas almas e mentes são dirigidas por ele, inclusive por intermédio dos "meios de comunicação social", a solapar os valores éticos e culturais que caracterizam o ser humano em evolução.

I.6.4. "Privatização" e poder sobre o mercado

Se predominasse a economia de mercado, ela pertenceria à sociedade e estaria a serviço dela. Se a concentração se faz presente, aquela deixa de existir, pois, então, não é mais o mercado que determina o que se vai produzir, os preços, quantidades, qualidade e condições. É a empresa ou grupo dominante no mercado. E este é um espaço público. Quem exerce poder sobre ele afeta todos, causa efeitos profundos em toda a sociedade. Tem, portanto, poder de Estado, ainda que seja pessoa física ou jurídica de direito privado. A única forma de haver equilíbrio e condições de assegurar os direitos humanos é fazer que os mercados não sejam governados por detentores de poder econômico concentrado, mas, sim, disputados por concorrentes com possibilidades comparáveis. Sem isso, não há concorrência. A intervenção do Estado é necessária, porque a competição conduz à sua própria supressão, na dinâmica da acumulação. O mercado fica sendo administrado pelos concentradores, que *se atribuem as fatias*, excluindo os demais. Administrar supõe regras obedecidas. Estas são ou as dos grupos privados que controlam

o mercado, ou as emanadas do Estado, a serviço da sociedade e apto a harmonizar os diversos interesses. Por isso, ele tem de assentar sobre adequada distribuição de poder entre os grupos sociais. Do contrário, ele é controlado por grupos e interesses especiais.

A "privatização" é um nome enganoso, por várias razões. 1) As grandes estatais "privatizadas" são instrumentos de poder sobre o mercado, o qual é um bem público, é poder de Estado. 2) A utilização adequada desse poder, pela sociedade, exige controle sobre o arbítrio de grupos. 3) A idéia de *privado* é negada na "privatização", porque *privado* pressupõe situação de poder equilibrada, em que nenhuma pessoa, empresa ou grupo privado exerce poder de natureza pública. 4) Como a "privatização" conduz a maior concentração dos ativos da sociedade, os beneficiários nada têm de privados. 5) O jogo de cartas marcadas e mais que gracioso, característico das "privatizações", denota poder dos beneficiários sobre os ocupantes do poder formal do Estado. 6) Aqueles, não são, pois, privados fazendo jus a mais propriedades. 7) É porque o poder deles já era excessivo, que a "desestatização" é utilizada para torná-lo maior. Só em países em que não houvesse concentração, faria sentido a privatização, e isso exclui estatais de grande porte. Ela só é admissível onde seja econômica a divisão em unidades menores e havendo compradores distintos e concorrentes (não donatários).

PARTE II

A GLOBALIZAÇÃO DAS TRANSNACIONAIS

II.1. A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

II.1.1. Situação atual

Diz-se hoje que estamos na era da globalização. O que quer dizer isso? Globalização de quê e para quê? Em proveito de quem? O que está havendo é a intensificação da abertura dos mercados: não só à importação de bens, mas também à de "serviços" e aos IDEs.[299] **Impõe-se aos países de menor poder industrial que sua inferioridade seja não só mantida, mas acentuada, ao atribuir-se: a) direitos desmedidos à "propriedade intelectual e industrial"; b) reserva de fato do mercado desses países para as empresas transnacionais,**[300] sediadas nos países centrais. A reserva decorre de terem os investimentos estrangeiros livre acesso aos mercados, onde empresas locais são destruídas pelas transnacionais.

Na indústria, e em muitos dos serviços, a tecnologia exclusiva determina a vantagem comparativa e, portanto, a extensão de mercado controlada por uma ou pouquíssimas ETNs. A dinâmica dessas vantagens em regime de livre mercado faz acentuá-las cada vez mais. Esse é o mecanismo da concentração econômica, que faz pouquíssimas pessoas dominarem o poder social. Os acervos tecnológicos existentes resultaram da acumulação milenar das técnicas e da aplicação de princípios da ciência e da arte aos processos produtivos. São uma realização coletiva da humanidade. Se isso não significa que se deva entregar os seus frutos equitativa e gratuitamente a todos os habitantes do planeta, não há tampouco razão – atenta aos interesses coletivos e aos do progresso ético da humanidade – para permitir que o controle sobre as tecnologias se concentre nas mãos de um punhado de pessoas.

Só há progresso, se se der oportunidade de usar as técnicas existentes, e de criar novas, a todos os grupos humanos dispostos a trabalhar. E isso em

[299] No quadro da OMC e GATT, nos quais o poder dos centros não sofre qualquer restrição, decretou-se que investimentos diretos e indiretos, especulativos ou não, tudo são serviços. É uma extensão abusiva, pois os serviços são distintos dos movimentos de capital, como na sistemática do balanço de pagamentos. E nos próprios "serviços" já se inclui dispêndios referentes a outras coisas, como: a) juros e lucros (rendimentos do capital); b) royalites e outros rendimentos da "propriedade intelectual e industrial".

[300] Seria defensável a globalização por meio da cooperação em bases equilibradas, entre as economias dos diversos países, se isso fosse possível.

regime de alguma concorrência e, portanto, justiça, sem proibir de reinventar o que já foi feito, nem de desenvolver meios científico-tecnológicos para servir a diferentes regiões e culturas. Os direitos sobre a propriedade industrial e a intelectual, de forma geral, em tese protegeriam os inventores, os pesquisadores. Na prática, defendem as ETNs. São essas que, além de seu poder econômico e de pressão sobre os pequenos e médios empresários, adquirem as patentes e as próprias empresas a preço vil. E obrigam seus próprios funcionários a abrir mão de direitos de propriedade sobre o que inventarem e/ou descobrirem.[301] Ademais, a "proteção intelectual" por prazos longos é lesiva ao progresso econômico, ao desenvolvimento, uma vez que, dificultada a disseminação das tecnologias existentes: 1) aumenta a concentração; 2) reduz-se: a) o grau de concorrência: b) o número de empresas em condições de desenvolver novas tecnologias.

É de tal magnitude a disparidade de meios entre as transnacionais (ETNs) e as empresas de capital nacional dos países periféricos e semiperiféricos, que a liberdade, em favor das primeiras, de investir neles leva à eliminação das segundas. **Os direitos excessivos, e mal atribuídos, sobre a propriedade industrial inviabilizam o desenvolvimento tecnológico naqueles países. E os investimentos diretos estrangeiros (IDEs)** [302] **o tornam impensável.** Os IDEs servem-se dos mercados locais, aplicando, na produção a eles destinada, tecnologias de há muito desenvolvidas para os mercados dos países centrais, pagas pelas vendas nestes e jamais absorvidas pelo sistema produtivo daqueles.

Combinada com a curta visão da pseudo-elite e da grande maioria e com a indigência de informações ao alcance da opinião pública, a propaganda faz com que o IDE seja não só aceito, mas incentivado e subsidiado nas semiperiferias em vias de periferização completa. Entre as pseudo-razões desse comportamento agravador do empobrecimento material e intelectual das (semi)periferias, está a de que os IDEs criam empregos. Eles criam alguns, mas fazem perder múltiplos crescentes deles. Uma fábrica instalada por uma ETN permite-lhe controlar o mercado de um produto, com as seguintes implicações. **1)** Se existem firmas locais a produzir, os empregos destas desaparecerão. **2) O mercado vai ser dominado em oligopólio ou monopólio pela ETN**, e, em conseqüência, **a renda ganha nesse mercado vai concentrar-se na transnacional.**[303] Fora dela, só ficam: a) os salários dos

---

[301] Em geral, e até em consultoria e auditoria, as ETNs fazem seus empregados, ao ser admitidos, assinar termo de compromisso, cedendo eventuais direitos de propriedade industrial.

[302] O IDE envolve, seja 100% de capital da ETN na subsidiária ou filial, seja uma participação que assegure o controle dela. Segundo a definição do Departamento de Comércio dos EUA, 10% de capital da ETN configura o IDE, e uma participação menor que essa é tratada como investimento de carteira (portfolio). Este: 1) também pode ser feito diretamente, e é comumente feito por meio das bolsas de valores; 3) pode levar ao controle de uma empresa, transformando-se em IDE.

[303] É de Braudel a constatação de que o capitalismo se baseia sempre em monopólios, legais ou *de facto*. Braudel, Fernand: *Afterthoughts on Material Civilisation and Capitalism*, Baltimore 1977. Correto, na medida em que o oligopólio, na prática, é monopólio também.

empregados, cuja folha equivale a 5% a 10% do valor agregado;[304] b) alguma coisa para fornecedores locais.[305] **3) A parte do leão dos ganhos não é reinvestida, pois o mercado não se expande**, nem há concorrência digna desse nome. **4) Não há sequer receita de impostos** – à exceção dos incorporados ao preço do produto e, portanto, pagos pelos consumidores locais –, já que a *transfer-pricing* nas importações e exportações assegura despesas elevadas para a subsidiária local da ETN, bem como receitas mais baixas, o que a livra do imposto sobre a renda. **5) A renda obtida nos mercados locais é transferida ao exterior. 6)** Os Estados e Municípios, sem falar na União, todos endividados, subsidiam as ETNs: **a desastrosa situação financeira do Estado é agravada. 7)** Com isso, **investe menos, e são os investimentos públicos, que, por seu vulto, e pela criação de economias externas** [306] **suscitadoras de investimentos privados, geram e induzem o principal da renda, da procura e do emprego. 8) A falta de investimentos públicos combinada com a falta de oportunidades no mercado (ocupado por ETNs) para empresas locais impede que estas invistam. 9) As ETNs, em posição dominante precisam investir muito pouco para manter o mercado, e o fazem com recursos locais. Tudo concorre para o mesmo efeito: perda de empregos na economia. Se uma ETN, com o IDE, abriu 100 empregos, vai fazer perder 500, e mais de 1.000 a longo prazo.**

Tomaria espaço demais comentar falácias semelhantes, repetidas até por dirigentes sindicais e de partidos de trabalhadores. Aludo a só mais uma: *"as ETNs são melhores patrões que os empresários locais, pagam mais e dão mais vantagens sociais"*. Ora, além de isso não ser, em geral, verdade, quando o é, decorre de, **no modelo dominado pelas ETNs, serem inviáveis as firmas locais. Mas esse modelo não é suportável e está arrastando para a destruição os países por ele periferizados. A presença das ETNs resulta em que a quantidade e *a qualidade* de empregos sejam muitíssimo inferiores às correspondentes ao potencial desses países. Dominada a economia nacional por elas, a grande maioria da população fica sem condições de vida mínimas.**[307]

---

[304] E os executivos são, em maioria, estrangeiros.

[305] Tanto empregados como fornecedores locais são escorchados pelas transnacionais, as quais vêm desenvolvendo métodos cada vez mais draconianos, para reduzir ao máximo os custos, i.é., ao mínimo a renda dos fatores locais. Os executivos da reengenharia, racionalização, terceirização etc. competem por resultados cada vez mais expressivos nessas reduções. E a globalização, com as aberturas comerciais, tem feito diminuir o teor de insumos produzidos localmente.

[306] Os investimentos públicos na infra-estrutura e os sociais (educação, pesquisa, saúde, saneamento, etc.) são essenciais à criação de economias externas para as empresas. Elevam a produtividade das ETNs, sem que estas invistam para isso.

[307] E, além dos efeitos do IDE mencionados, as ETNs têm demitido em quantidades assustadoras nas semiperiferias e mesmo nos países centrais. Vide I.5.

II.1.2. Conceitos. Histórico. Ângulos geográfico e social.

As características do centro têm sido: 1) atuar com estratégia própria em seu país e no exterior; 2) organizar em seu proveito o sistema das relações econômicas internacionais, i.é., a "divisão internacional do trabalho"; 3) especializar-se nos setores e segmentos mais dinâmicos e bem remunerados; 4) garantir para si: a) os ganhos econômicos e políticos da especialização nos bens de tecnologia dinâmica e exclusiva, bem como em serviços estratégicos, como a própria pesquisa e desenvolvimento tecnológico, informação e finanças; b) os ganhos decorrentes da produção realizada nas periferias; 5) controlar as relações internas e externas das periferias. Inversamente, as periferias e semiperiferias em vias de periferização: 1) não têm estratégia própria: o que designam por esse nome não passa de instruções provindas do centro; 2) são objetos, sujeitos passivos da divisão internacional do trabalho; 3) sua especialização, determinada pelo exterior, orienta-se para produções padronizadas, em posição de barganha desfavorável,[308] e salários baixos; 4) os ganhos da produção são transferidos ao exterior. Exemplo de semiperiferia é o Brasil da 1ª metade do Século até os anos 70. O País formou importante base industrial e algumas estruturas de país desenvolvido, mas foi tolhido por políticas e ideologias importadas dos centros, a serviço dos interesses destes, vindo a perder os avanços obtidos.

O conceito de centro e de periferias é geográfico e também social. Sob o ângulo social, a oligarquia das mega-empresas ocupa o centro; as classes médias, a semiperiferia; os trabalhadores menos qualificados e os desempregados, a periferia. É notável que, além da enorme transferência de recursos das periferias para os centros, a oligarquia deles não poupa, em seu próprio território, os outros grupos sociais. Caso notável, mas não isolado, nem restrito ao passado, é o da oligarquia britânica nos Séculos XVIII e XIX: ela realizava incrível saque na Índia, e alhures, enquanto as indústrias britânicas exploravam mão de obra, inclusive infantil, em intermináveis horas de trabalho, nas *sweat shops* descritas por Dickens e outros. Galtung combina os aspectos social e geográfico: a) centro do centro; b) periferia do centro; c) centro da periferia; d) periferia da periferia.[309] Como outros autores, ele observa que as diferenças entre classes de renda são muito maiores nos países ou regiões periféricas do que nos centrais. Mas as disparidades são também grandes e crescentes nos centros, onde a concentração aumenta, e aceleradamente, sob os influxos do "liberalismo". E conforme o tipo de centro: se comercial,

---

[308] 1) competindo com muitos concorrentes nas matérias primas e nos bens industriais padronizados; 2) importando de empresas detentoras de oligopólios mundiais e de tecnologias exclusivas, em esquemas cativos (transações intra-empresas transnacionais).

[309] Galtung, Johan: *A Structural Theory of Imperialism*, em: *Transnational Corporations and World Order*, eds. Modelski, G. e Freeman, W., San Francisco, 1979, pgs. 156 e segs. Ele diz que a desarmonia social seria maior nos países periféricos do que nos centrais. Mas isso nem sempre ocorre, uma vez que o maior grau de periferização acarreta menor consciência da realidade e maior possibilidade de ser manipulado.

financeiro e imperialista, como a Inglaterra, a concentração e a disparidade são bem maiores do que se a parte mais substancial da posição central se baseia no crescimento industrial e tecnológico (EUA, e principalmente Alemanha e Japão).

II.2. PERIFERIZAÇÃO

II.2.1. Periferização e Imperialismo

Galtung associa a relação centro-periferia ao imperialismo, mas não de modo nítido: para ele este seria uma relação estrutural mais geral do que aquela entre duas coletividades. Os dois conceitos são distintos, mas não sob esse ângulo. E não há imperialismo sem periferização, nem esta sem aquele. Como exposto na Parte I, as ações imperialistas surgiram com a concentração nos centros capitalistas. E o centro em sentido estrito, i.é., a oligarquia, exerce poder sobre os segmentos sociais do próprio centro. **Centro/periferia é, pois, a relação desigual de poder**, em sentido político e econômico. A hipérbole justifica-se com a definição geométrica do círculo: a periferia deriva da rotação do raio, fixo no centro.

Assiste razão a Magdoff: *"O imperialismo não é questão de escolha para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida."* [310] Desde as primeiras manifestações, o capitalismo sempre o implicou. Os fatos refutam as posições em contrário, como a de Hobson, para quem o imperialismo não seria necessário ao capitalismo.[311] Baseava-se no suposto de que a elevação dos salários e do padrão de vida dos trabalhadores geraria demanda continuada, tornando dispensável o império como mercado. Ora: 1) a conquista de mercados não é o único móvel do imperialismo: a) desde o Século XVI ou antes, o móvel principal era obter monopólios na periferia para realizar ganhos comerciais nos mercados dos centros e de terceiros; b) após as revoluções industriais, o controle sobre matérias primas é outro objetivo; 2) a concentração, indissociável do capitalismo, coloca limites à expansão da demanda nos países centrais, por meio do emprego e dos salários. Ao contrário, faz mirrar essa demanda com o controle da oferta de moeda e juros elevados, a pretexto da estabilidade, de resto inviabilizada, a longo prazo, pela multiplicação dos ativos financeiros, em função da dinâmica da concentração.

Até os anos 70, embora avançasse, o processo de reperiferização ainda não havia ganho a velocidade dos últimos 20 anos. As estruturas estavam-se deteriorando profundamente, mas as semiperiferias da 1ª metade do Século ainda se mantinham. Entre estas, o Brasil, a Argentina e o México,

---

[310] Magdoff, Harry: *The Age of Imperialism*, 1969 (A Era do Imperialismo, São Paulo 1978, pg. 22)
[311] Vide Hobson, J.: *Imperialism, A Study*, Londres 1902.

razoavelmente adiantados na diversificação das atividades produtivas. A indústria: a) abrangia não só bens de consumo, mas também bens de produção; b) produzia grande parte de bens semelhantes aos disponíveis nos países ditos industrializados. Em termos quantitativos, o Brasil, em meados dos anos 60, detinha, com 21,8%, o 1º lugar, na produção industrial dos países "em desenvolvimento". Entre esses se contavam, além dos atuais, Espanha, então em 2º lugar, com 12,1% daquela produção, e Iugoslávia.[312] Muitos autores não perceberam que o modelo econômico dependente seguido nas semiperiferias latino-americanas, entre outras, continha em si, como na enteléquia de Aristóteles, a semente da periferização.[313]

II.2.2. Periferização clássica: pelo comércio exterior

Senghaas, compreendendo a essência da periferização, distinguiu **duas vias principais** dela.[314] 1) **A tradicional, por meio do comércio exterior.** Nesta, a área-objeto vai sendo determinada a especializar-se na exportação de bens primários em função de seu subsolo, clima e solo, e da demanda do centro. Este os usa e/ou reexporta, ficando com os ganhos do comércio.[315] 2) **A periferização por dentro, decorrente dos IDEs**. Seus efeitos são mais profundos que os da primeira, uma vez que o sistema produtivo da periferia é ocupado por ETNs dos países centrais.

A periferização é um processo de (des)organizar uma economia de acordo com o interesse de um centro. Levin descreveu um modelo caracterizado pela dependência comercial, chamando-o de economia de exportação.[316] Essa é, via de regra, dirigida pelo capital estrangeiro: *"Poucos fatores (de produção) emigrados romperam os laços com os países de sua origem. E, se para sustento de parentes deixados em casa, para a acumulação de poupança com vistas ao dia do retorno ou para o pagamento de lucros aos donos de capital residentes no exterior, a remessa de renda foi a prática amplamente dominante... Era o capital o fator que fazia a maior parte das remessas dos ganhos obtidos nas economias exportadoras."* [317] ***Embora algum capital empregado nas atividades***

---

[312] Donges, J.B.: *Die Entwicklungsländer als Anbieter industrieller Erzeugnisse* (Os países em desenvolvimento como ofertantes de produtos industriais), em: Die Weltwirtschaft, 1971, caderno 1, ed. H. Giersch, Universidade de Kiel, pg. 46. A Argentina e o México respondiam, cada um, por 8,5% daquela produção.

[313] Muitos autores, inclusive ligados à teoria da dependência, impressionados com elevadas taxas de crescimento do PIB, durante algum tempo, não atribuíram gravidade às falhas estruturais do modelo econômico, determinadas pelas relações com os centros mundiais. Vide II.5.5.

[314] Senghaas, Dieter: *Von Europa Lernen – Entwicklungsgeschichtliche Betrachtungen* (Aprendendo com a Europa – Considerações sobre a História do Desenvolvimento), Frankfurt 1982.

[315] Foi esse modelo que a Inglaterra impôs, principalmente no Século XIX. Só poucos países evitaram essa via de desastre e, por isso, se desenvolveram.

[316] Levin, Jonathan: *The Export Economies*, Cambridge, Mass. 1960.

[317] Levin, J.: op. cit. Pgs. 170/171. Nessa época, anterior à multinacionalização com as ETNs, as remessas de juros e dividendos ao Reino Unido, de 1906 a 1910, foram, em média anual, de 151 milhões de libras esterlinas, mais de 8% da renda total líquida anual do Reino. Esta era de 1,85 bilhão de libras: vide Kindleberger, Charles: *Economic Growth in France and Britain: 1851-1950*, New York 1964, pgs. 337/8.

***exportadoras viesse de fontes internas, o papel do capital estrangeiro era, o mais vezes, predominante.*"** [318] **Vê-se, pois, a interação entre os dois tipos de periferização.**

Levin estudou países como o Peru e a Birmânia. Há muitos outros casos. Na 2ª metade do Século XVII, a aliança com a Inglaterra fez submeter Portugal, também no comércio, aos interesses britânicos, situação agravada com o Tratado de Methuen, de 1703. Os termos brutos de intercâmbio foram sempre desfavoráveis aos lusos, pois o volume e variedade das importações de bens industriais ingleses, e de outras origens também manejadas pelos britânicos, não podiam, nem de longe, ser equilibrados pela exportação de vinho e cortiça de Portugal. Este pagava com ouro do Brasil e ainda ficava devendo. E ainda há historiadores que se referem ao XVIII como o século de ouro do Brasil, em vez de dizê-lo da Inglaterra. Com a política comercial controlada por Londres, o mais que houvesse no Brasil não bastaria. Os déficits comerciais acarretaram mais uma dependência, a financeira.[319] A conseqüência foi que tudo em Portugal passasse a mãos inglesas: 1°, o comércio exterior; 2°, o atacado; 3°, a produção vinícola; 4°, os vinhedos e as demais terras de interesse para a Grã-Bretanha.

II.2.3. Livre-comércio: estrada de periferização

O livre-comércio é o causador da periferização tradicional, e tanto mais quanto maior for o desnível econômico e tecnológico entre os países e/ ou regiões abrangidos pelo livre-comércio. Um dos exemplos é o da unificação da Itália no último quartel do Século XIX: a reunião do Norte e do Sul fez acentuar o desnível já não pequeno antes da unificação e da conseqüente abolição das barreiras inter-regionais. O mesmo se deu nos EUA, após a guerra anti-secessionista, com o aumento da proteção em relação ao exterior e a conseqüente vantagem para o comércio interestadual. A questão torna-se cada vez mais aguda, com a aceleração das inovações tecnológicas, a ocorrer de modo muito desigual entre os diversos países e regiões, e com o progresso técnico nos transportes e nas comunicações. Esses dois fatores atuam como uma torquês cada vez mais forte, a serviço das políticas de abertura, ditas liberais. Ela faz deteriorar mais e mais as regiões menos desenvolvidas. Daí crescer o hiato no desenvolvimento, agravado pela "cooperação financeira internacional." Apenas no quadro de instituições tendentes à unificação, como é o caso da União Européia, são empregados, com alguma intensidade, mecanismos reais de promoção às regiões atrasadas, ainda assim sem compensar suficientemente as desvantagens da integração com as áreas centrais.

---

[318] Idem, ibidem, pg. 152. Como ainda hoje, a maior parte do capital pertencente a estrangeiros, foi obtido no país periférico, e não proveniente do exterior.

[319] O Brasil sofreu duplamente as conseqüências: a) a diplomacia britânica fez o governo "imperial" assumir dívidas externas de Portugal; b) o Brasil foi levado a contrair novos, desnecessários e onerosos empréstimos, parte dos fundos desaparecendo, de imediato, em comissões e despesas.

Na 2ª metade do Século XIX, no meio da 2ª revolução industrial, houve uma revolução nos transportes e o início das telecomunicações. A primeira integrou os chamados países novos, produtores de grãos, carne e de minérios. Antes do barateamento dos fretes em cerca de 2/3, então verificado, o transporte desses bens não era viável economicamente. Tornaram-se não-competitivos os grãos antes exportados por pequenos países europeus, como a Dinamarca. Mas esta e outros escandinavos aproveitaram a ocasião para desperiferizar-se, construindo, sobre sua pequena base de recursos naturais, economias diversificadas, abrangendo não só indústrias leves, mas de bens de capital, serviços técnicos, atividades tecnológicas e financeiras. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial em muitos países e a concomitante urbanização asseguraram mercado aos exportadores de bens primários e, mesmo, preços não desprezíveis, apesar de cadentes com a depressão de meados dos anos 1870. A parcela, embora pequena das receitas das exportações argentinas, chilenas, brasileiras, sul-africanas, australianas, neozelandesas,[320] que ficou nos respectivos países, ajudou a formar mercado interno para a industrialização substituidora de importações – ISI. Mas esta só foi intensificada entre 1914 e 1945, graças aos conflitos mundiais e depressões nos centros. As semiperiferias ganharam a oportunidade de desligar-se, em grande parte, dos vínculos do comércio exterior.

Os centros dominantes sempre exerceram forte pressão em favor da "liberdade de comércio", o caminho da periferização para as áreas menos avançadas. Kitamura, em 1941, resumiu a natureza ideológica da pressão: "*O princípio da liberdade de comércio foi proclamado por países com técnicas superiores de produção para poder manter sua dianteira e/ou para ampliá-la. A razão mais profunda disso é que* ***o livre comércio exterior não envolve qualquer tendência niveladora e faz, mesmo, aumentar as diferenças de riqueza. A teoria do livre comércio****, entendida como exigência política, procurou exatamente* ***fazer prevalecer a desigualdade existente e aumentá-la****. O seu objetivo era a supremacia inglesa, e, quando List mostrou que ela não levava em conta as diferenças nacionais no grau de desenvolvimento, tratava-se menos de uma objeção teórica que de um argumento na luta contra aquela hegemonia.*" [321] Não admira a escassez de referências na literatura aos que demonstraram que o desenvolvimento industrial tem de ser diversificado, como List, na Alemanha, e Carey. E, na 1ª metade do Século XX, Manoïlesco, defensor de um protecionismo consistente e conducente à superação do atraso econômico. [322]

---

[320] As receitas das exportações totais – independentemente do que cabe a fatores locais – cresceram, no Brasil a taxa muitíssimo inferior à do aumento da quantidade e diversificação dos bens exportados. Na Argentina, onde também houve aumento quantitativo e qualitativo nos bens exportados, o valor, por habitante, é hoje menor do que nos anos 1900/1929.

[321] Kitamura, H.: *Zur Theorie des internationalen Handels*, Weinfelden 1941, pgs. 250/1.

[322] Manoïlesco, Mihaïl: *The Theory of Protection and International Trade*, Londres 1931. Manoïlesco foi Ministro da Indústria e Comércio da Romênia. *"Que Manoïlesco seja esquecido pode ter a ver com muitos motivos, também políticos; ele publicou, nos anos 30, o mais importante e sistemático tratado, desde a obra principal de List (1841), sobre as chances do desenvolvimento recuperador do atraso."* Senghaas, op. cit. pg. 38.

Como nota Senghaas, a doutrina do livre-comércio contradiz a experiência histórica. *"Assim, a Grã-Bretanha, o reduto do pensamento e da política livre-cambista, somente se engajou nessa tese depois de modernizar o setor agrário e de ter alcançado a posição de ponta na indústria."* E: *"A liberdade de comércio deve ser vista como caso especial, e não regra: os efeitos previstos pela teoria do livre comércio só se podem realizar quando as sociedades envolvidas nas trocas internacionais têm níveis comparáveis de desenvolvimento e suas estruturas internas já estão modernizadas, i.é., quando o processo de desenvolvimento industrial e de modernização agrária está tão avançado, que mais pessoas atuam na indústria e áreas com esta relacionadas, do que na agricultura,... mas isso só acontece nas últimas fases do desenvolvimento."* [323]

O livre-comércio, propagado pela comunicação social e pelas universidades, sobretudo as mantidas por magnatas, penetrou nas periferias, influenciando-lhes as política. O estrago provocado pelo liberalismo econômico foi imenso. Algumas semiperiferias ficaram para trás, apesar de seu grande potencial para desenvolver-se: os grandes países da América Ibérica, Austrália e Nova Zelândia,[324] países novos, pouco povoados e destino de imigrantes provenientes de regiões européias afetadas pela depressão e/ou subdesenvolvidas. Já nos países desenvolvidos, foi menos profunda e duradoura a penetração da teoria inspirada pela potência hegemônica do Século XIX. A moda do livre-comércio não foi além do período de 1850-1875. E agora forçam seu retorno (anos1990).

II.2.4. Comércio exterior. Motor de desenvolvimento?

A maioria dos economistas exalta as vantagens do comércio exterior, não só para os desenvolvidos, como para os ditos em desenvolvimento. Incensa também os IDEs, segundo eles, vetores de capital e tecnologia. O comércio seria o motor do desenvolvimento. Para os que consideram duais as economias pouco desenvolvidas, há nelas, um setor dinâmico, o de exportação, e outro estagnado, o da economia de subsistência.[325] A dinamização do mercado interno dependeria da elevação de renda obtida com os ganhos do comércio exterior. A procura derivada dessa renda permitiria aumentar as importações de bens industriais. Com o tempo, algumas destas poderiam ser substituídas por produção local, mas, em geral, não muitas. Isso porque o modelo, orientado pelos padrões neoclássicos e liberais, propõe a especialização segundo as vantagens comparativas e condena a proteção. O crescimento dependeria, pois, do poder de compra gerado pelas exportações, tanto para ampliar o mercado como para importar bens de produção.

[323] Senghaas, D.: op.cit., pgs. 58 e 62.

[324] Esses cresceram economicamente quando promoveram a substituição de importações.

[325] Frank e outros autores mostram que isso não é assim. Vide II.5.1.

No fim da linha desse trem não aparece uma boa estação. Para que algum progresso seja realizado no sentido previsto, seria preciso que : 1) fossem expressivos **os ganhos locais com as exportações e não apenas a receita bruta delas**; 2) a **propriedade fosse bem distribuída**, sem o que o mercado interno nunca se ampliaria, mesmo que atendida a 1ª condição; 3) **o Estado taxasse os ganhos e os aplicasse nas infra-estruturas econômica e social**. Ora, a 1ª condição tem ocorrido em poucos países e, de forma apenas temporária. A aparente exceção do petróleo refere-se mais à receita bruta de que aos ganhos locais (não desmentindo a 1ª regra) e confirma a 2ª, pois a renda é por demais concentrada. O resultado é que as estruturas econômicas dos países exportadores de petróleo são, em geral, inferiores às dos demais PSDs. O grosso da renda do setor exportador, por maior que seja, acaba no exterior.[326] Por fim, o desenho da infra-estrutura não atende nem ao progresso social nem à integração da sociedade, ficando ausente também a 3ª condição. A 2ª é raramente possível, pois a mineração tende a ser intensiva de capital, e mesmo o setor agrário exportador ocupa pequena parcela da força de trabalho, permanecendo baixa a renda. A 3ª condição só é realizável, em geral, por meios revolucionários ou de outro modo excepcionais. E isso implica retirar a prioridade do comércio exterior, sem o que não há como diversificar a produção, aumentá-la e melhorá-la em qualidade. Fica clara **a contradição do modelo neoclássico/liberal: propõe o progresso econômico por meio da especialização estreita, mas este só é possível se se sair dela**.

Ademais da relação de troca pouco favorável (1), sobretudo a bruta, que se expressa nas receitas da exportação dos PSDs, Arthur Lewis vê mais obstáculos ao desenvolvimento por meio do comércio: 2) *"não houve revolução na produção de alimentos para o mercado interno; 3)* ***a finança e o comércio de bens primários foram dominados por estrangeiros, que se orientam antes para fora que para dentro***." Os três fatores fizeram que o mercado interno para produtos industriais ficasse diminuto.[327] *"O comércio internacional tornou-se motor de desenvolvimento no Século XIX,[328] mas esse não é o papel dele.* ***O motor do crescimento deve ser a mudança tecnológica, e o comércio internacional deve ser lubrificante e não, combustível. O portal para a mudança tecnológica são as revoluções agrícola e industrial, interdependentes. O comércio exterior não substitui a mudança tecnológica, e, assim, os que põem nele sua maior esperança estão condenados à frustração. O item mais importante da agenda de desenvolvimento é transformar o setor de***

[326] Os bens de capital da indústria, os da infra-estrutura e bens de consumo são importados. E a camada dirigente excede-se nas importações, nos gastos no exterior e na fuga de capital.

[327] Arthur Lewis, W.: *The Evolution of the International Economic Order*, Princeton 1978, pg. 70.

[328] Ele crê que isso ocorreu com Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Argentina, mas são poucos países, e não durou. Esse desenvolvimento é limitado, pois, no espaço e no tempo. E não se comprova que ele, de resto não consolidado, tenha vindo do comércio exterior.

alimentos, criar excedentes agrícolas para alimentar a população urbana, e, desse modo, criar a base interna para a indústria e os serviços modernos. Se conseguirmos fazer essa mudança interna, teremos automaticamente nova ordem econômica internacional." [329]

A Coréia do Sul e de Taiwan são os únicos PEDs que se desenvolveram na 2ª metade do Século XX. Os demais países que cresceram de modo consistente, social e tecnologicamente, não eram PSDs, embora tivessem empobrecido com os desgastes das Guerras Mundiais (Alemanha, França e Itália; o Japão só com a 2ª). E, se a China, o Irã e a Índia se desenvolverem, ter-se-á mais exemplos de que a condição essencial é não seguir os conselhos das instituições financeiras mundiais, nem do sistema das Nações Unidas, nem de 'peritos' neoclássicos e liberais.[330] Coréia do Sul e Taiwan não são dotadas de recursos naturais que pudessem ter feito deles grandes exportadores com essa base. E as exportações fundadas em mão de obra barata só foram usadas por algum tempo,[331] enquanto esses países avançavam na produção industrial com crescente conteúdo de capital e tecnologia. Eles usaram o comércio exterior seletivamente: abriram as importações de componentes para ser combinados no país e reexportados com valor agregado. Mas não fizeram a abertura comercial indiscriminada: protegeram o mercado interno na maioria dos bens finais. A reserva de mercado, junto com a exportação de bens com insumos importados, permitiu elevar o conteúdo de capital e de tecnologia da produção industrial. **Enquanto no comércio exterior é admissível a abertura seletiva, abrir o mercado para os IDEs implica a periferização por dentro, i.é., o desastre.**

O Brasil, a Argentina e o México fizeram o oposto: estimularam a produção de componentes locais, buscando índices cada vez mais altos de nacionalização (*local content*) dos bens compostos. Isso significou extensa proteção comercial, só ficando liberada, no quadro dos projetos incentivados, a importação de bens de capital e insumos, especialmente os considerados sem similar nacional. Mas **permitiram a ocupação de seus mercados pelos IDEs**, e até mesmo a complementação industrial, no quadro da ALALC,[332] era dirigida pelas matrizes das ETNs. Estas comandavam a integração das produções de subsidiárias no Brasil, na Argentina e no México. **Resultado: esses países, que tinham, em média, nos anos 50, renda por habitante oito vezes superior às da Coréia do Sul e de Taiwan, hoje a têm três vezes menor, e bem menos com paridades cambiais realistas.**

---

[329] Arthur Lewis, W.: op. cit. pg. 74, final do capítulo *'The Engine of Growth'*.

[330] Pode-se temer que a China veja frustrado seu desenvolvimento por ter aberto muitas zonas aos IDEs, apesar de a produção para o mercado interno ser atendida, na maior parte, por empresas nacionais. Mais é de temer pela Índia. Essa havia superado muitos dos enormes passivos sociais, políticos e econômicos ali implantados pelo imperialismo britânico, mas tem aceito, nos anos 1990, a intromissão do FMI e quejandos em sua política econômica.

[331] Se não tivessem saído, desde logo, dessa especialização, a estrutura econômica não teria avançado. A renda por habitante da Coréia equivalia, nos anos 50, a menos de 1/5 da brasileira e de 1/15 da argentina.

[332] ALALC = Associação Latino-Americana de Livre Comércio, substituída pela ALADI.

II.2.4.1. Salários baixos: vantagem competitiva danosa

Tentar usar a 'vantagem comparativa' de salários baixos, como trunfo na competitividade externa, é condenar-se ao subdesenvolvimento irreversível. Se tivessem seguido o modelo Heckscher-Ohlin e as "lições" de Viner, Haberler, Samuelson, Little e outros, a Coréia do Sul e Taiwan teriam ficado presas à especialização em bens intensivos de mão-de-obra, o único fator abundante de que dispunham nos anos 50 e 60. Isso as levaria ao fracasso.

1) O mercado desses bens é limitadíssimo, ao contrário do dos mais numerosos e rendosos cuja produção é intensiva de tecnologia e de capital. Os densos de trabalho pouco qualificado vêm perdendo mercado, porque, por mais baixa que seja a paga dos trabalhadores, bens idênticos ou melhores são fabricados mais rentavelmente com técnicas automatizadas. Os exemplos são muitos: os têxteis eram indústria intensiva de trabalho, mas, desde os anos 70, países com intensividade de capital, como a Alemanha, tornaram-se exportadores líquidos no setor.

2) A concorrência para os densos de trabalho é imensa e crescente pois a maioria dos países vem sendo submetida à magia dos liberal-conservadores, e esta faz escassear os empregos, tornando ainda mais abundante a oferta de trabalho não compensada por procura. Isso resulta da repressão contra a demanda por bens e serviços e contra a renda, para dar prioridade aos encargos das dívidas. Isso se acentua de tal modo, que **fixar-se nos intensivos de trabalho é comprar o bilhete para a indigência.**

Se um país decidir-se pelo desenvolvimento real, ter-se-á de tornar crescentemente denso de tecnologia e de capital, para produzir gama variada de bens e serviços, infinitamente maior do que a possível sob a especialização intensiva de mão de obra. Com esta, as exportações não geram poder de compra suficiente para importar os bens e serviços não produzidos no país. E mais: **todos precisam desenvolver tecnologia, sem o que não se acumula capital, que é tecnologia, trabalho e recursos naturais acumulados**. Só então há: a) recursos para investir, porque houve ganhos; b) interesse em investir, porque a procura cresce. E as próprias indústrias intensivas de trabalho subsistirão melhor, graças à procura proveniente dos segmentos de renda mais alta, que crescem produzindo com mais tecnologia e capital.

É válido utilizar intensivamente parte da força de trabalho, mas se essa parte não diminuir, a economia estará tendo pouco progresso. A acumulação de tecnologia e capital faz elevar a produtividade de toda a economia, inclusive das atividades primárias. Se um país tem vantagem nestas, poderá usar intensivamente a mão-de-obra, se esta for abundante, na atividade agrícola. Mas isso implica subprodutividade, recomendando a gradual intensificação do uso de tecnologia e de capital. O uso da energia de biomassa em unidades descentralizadas, a par de suas outras vantagens, contribuiria para sensível elevação do emprego. **Para que um país avance social e**

economicamente, ele tem de elevar a produtividade nas atividades que realiza e ter um número de atividades compatível com seu potencial.[333] Com políticas sociais adequadas, isso representa mais empregos e de melhor qualidade. Daí é viável aumentar a massa salarial. Em conseqüência, os mercados se expandirão, o Estado disporá de receitas para investir na infra-estrutura social e econômica, e crescerão as inversões privadas. Com o resultante crescimento da produtividade, o processo se retroalimenta.[334] **Aplicar o progresso técnico à produção útil é economizar trabalho e, ao mesmo tempo, permite aumentar o emprego, se o modelo social for digno.** Libera-se pessoas de longas horas na produção e de trabalhos desgastantes, como o muscular, a atividade motora e o esforço ocular. Ficam livres de excessivas horas sedentárias em ambientes fechados.[335] Ganham tempo livre para evoluir, cuidar da saúde, desenvolver a mente e o espírito. A economia tem de ser um meio para esse objetivo, orientado por verdadeira educação. Já a oligarquia, para acumular poder, explora os 'direitos humanos', em favor de seus fins escusos, e também as pessoas, como gado.

Para uma idéia da extensão de mercado dos bens densos de tecnologia e de capital, basta comparar: 1) o produto industrial e o de serviços dos PDs com o dos PSDs; 2) o comércio mundial daqueles bens com o de matérias primas e de indústrias intensivas de trabalho menos qualificado. Nos PDs a quantidade de salários altos é muito maior, porque o conteúdo de tecnologia e capital dos bens é elevado. Não por acaso as exportações de manufaturados dos 25 países da OCDE superam ¾ do total mundial, enquanto os demais países respondem por menos de ¼ desse total.[336] Em 1996, os percentuais nessas exportações (US$ 930,2 bilhões), foram 75,9 e 24,1. **A OCDE concentra 72% das exportações totais de bens. E só 7 países concentram 71,5% das da OCDE e, portanto, 51,5% do total mundial.** Em 1995, **a parte dos manufaturados foi 78,8%, enquanto a soma de bens primários *in natura* e processados foi 21,2%.**[337]

---

[333] Esse potencial, decorrente dos recursos humanos e naturais, cresce à medida que o país avança tecnologicamente, pois: a) a população pode crescer quantitativa e qualitativamente (educação, treinamento e sobretudo atividade); b) novos modos são encontrados de combinar os recursos; c) muitos destes, antes não utilizáveis, passam a sê-lo. A complementação com as economias de outros países será tanto maior, quanto aquele potencial determine mais especialização. Mas o grau desta é função também dos mercados exteriores.

[334] No tópico II.2.3. mencionamos a Dinamarca, na 2ª metade do Século XIX, onde, apesar de ser estreita a base de recursos naturais – isto é, horizontalmente limitada – esse país a aproveitou e construiu sobre ela uma economia verticalmente diversificada.

[335] São as clássicas *sweat shops* e também os 'modernos' ambientes resfriados com ar condicionado, a cultivar bactérias nocivas, nos shoppings e edifícios "inteligentes".

[336] O contraste seria ainda maior, se se definisse os blocos pelo desenvolvimento nos últimos 30 anos. A Coréia do Sul e Taiwan, não-membros da OCDE, têm exportações de conteúdo tecnológico. 92,9% das exportações de Taiwan já eram, em 1992, de manufaturados, enquanto as dos EUA, em 1993, o eram em 77,7%. Nações Unidas, UNCTAD: *Handbook of International Trade and Development Statistics*, N. York 1995, pgs. 148/50.

[337] Base em OCDE: *Main Economic Indicators*, Tab. Comércio Mundial, ,jul 1997, pgs. 47e 49, e cálculos do autor sobre esses dados.

II.2.4.2. Tecnologia "adequada"

É também o pensamento distorcido pelo sistema, que sustenta o discurso das tecnologias 'adequadas' para os PSDs. Como tanta coisa danosa, também essa tem enunciado simpático. A tecnologia deve ser adequada ao país que a usa, mas os organismos internacionais promovem, sob esse *slogan*, um conceito restritivo e errôneo: a adoção de tecnologias intensivas do fator abundante nos PSDs, i.é., trabalho não ou pouco qualificado. A base ideológica é o teorema Heckscher-Ohlin,[338] cujos linearismo e o estaticismo seriam reconhecidos, não fossem os espíritos embotados pelos padrões universitários prevalecentes. É coisa de alienados a ficção neoclássica de que se podem alterar as funções de produção da 3ª revolução industrial, e mesmo anteriores, mediante pequenas variações de um daqueles dois fatores. Ora, os principais bens de capital são grandes unidades complexas e indivisíveis. Além disso, só se podem combinar em proporções fixas, ou quase, de fatores 'variáveis'. E nem o capital é homogêneo, nem o trabalho: um tipo difere de outro conforme a experiência e as qualificações.

Economistas e leigos, inclusive de "esquerda", promovem a bomba-relógio disfarçada de bilhete premiado, das produções intensivas de trabalho, que imaginam conducentes a melhor distribuição de renda. Essa especialização leva ao que Bhagwati denominou de crescimento criador de miséria.[339] É mais um avatar da síndrome da vista curta: a que ignora que os empregos abertos pelos IDEs implicam muito maior perda, a médio prazo, e infinitamente maior, no longo. O mercado para bens intensivos de trabalho é muito limitado e sua produtividade cada vez mais baixa, em comparação com atividades intensivas de capital e tecnologia. A renda daqueles é pequena. Muitos empregos criados serão depois perdidos (demissões por falta de rentabilidade das empresas). E novos postos de trabalho dependem de investimentos que só se viabilizam com aumento e distribuição da renda, e esta nunca melhora usando os salários baixos como vantagem comparativa. Numa economia em crescimento com progresso técnico, aí sim, há mais empregos bem remunerados. E isso requer: 1) limitar a concentração da propriedade e preservar concorrência no mercado; 2) barrar o acesso ao mercado dos IDEs. Pois, estes: 1) agravam a concentração; 2) inviabilizam o desenvolvimento de tecnologia adequada ou qualquer outra; 3) desviam os ganhos para o exterior.

Desenvolver e/ou usar soluções convenientes ao País, i.é., tecnologia adequada é muito diferente do que costumam entender por essa expressão. Há que: 1) utilizar e preservar os recursos naturais; 2) servir à ascensão sócio-econômica do País, o que exclui a especialização estreita; 3) desenvolver conhecimentos técnicos nacionais, o único curso capaz de permitir a

---

338 Ver adiante o item II.2.5 Teorias explicativas das correntes de comércio.

339 Vide Bhagwati, J.: *Immiserizing Growth: A Geometrical Note*, em: Review of Economic Studies, vol. 25, 1958.

assimilação dos provenientes do exterior. 4) conceber cada bem, e o conjunto que forma o sistema produtivo do País, conforme: a) tradição cultural; b) valores; c) arte e técnicas nacionais; d) clima e demais condições ecológicas; e) ciência e pesquisa básica. Tudo isso deve determinar o desenho, o estilo e a funcionalidade dos bens, em harmonia com o espírito da gente e do meio. Por exemplo, moradias e locais de trabalho com luz e ar naturais, num país tropical, dão-lhe vantagem, não só por pouparem custos dispensando exaustores, sistemas de ar condicionado, iluminação artificial, etc., mas por: melhorar a saúde, a qualidade de vida e a produtividade das pessoas; economizar despesas médicas e hospitalares.

É rematado absurdo recomendar ao Brasil, Argentina e outros, a especialização em indústrias intensivas de mão-de-obra, dado que esses países, além de terem avançado na **industrialização** na 1ª metade do Século XX, tinham condições de **intensificá-la em interação com o campo, dotado de terras férteis**. O padrão de especialização jamais deveria pender para a falsa vantagem competitiva do custo dos salários, que, de resto, hoje pouco pesam no custo total da produção. E como poderiam competir com os asiáticos? Só a China tem 1,4 bilhão de habitantes, a Índia quase um 1 bilhão, a Indonésia 200 milhões, e até um país diminuto como as Filipinas, mais de 60 milhões. E nem esses países devem atrelar-se à mão de obra barata. Desenvolveram-se os que não o fizeram: Japão, Coréia e Taiwan.

II.2.4.3. *Dumping* social

Estão enganados os sindicatos dos PIs, [340] ao pensar que o IDE lhes é detrimental por deslocar a produção industrial para os PSDs. Os efeitos positivos do investimento ocorrem no país de origem dos IDEs e não naqueles para onde se deslocou a produção, que serão ainda mais espoliados. O que prejudica os trabalhadores dos países desenvolvidos é a grande e crescente concentração, esta, sim, conducente ao desemprego e a empregos mal remunerados. Mas o *dumping* social tem algo de verdade, já que o sistema globalizante torna os salários cada vez mais miseráveis nos PSDs. Entretanto, só se resolve o problema indo à raiz. E esta reside no sistema oligárquico mundial, que comanda a relação centro-periferia. **A única solução é o desenvolvimento autônomo dos PSDs, incompatível com a globalização, impossível com os IDEs e com as intervenções do Banco Mundial, FMI, OMC, etc**. Livres os PSDs destas e daqueles, a reclamação dos sindicatos dos desenvolvidos perde o objeto, e estes poderão acordar para a realidade.

II.2.4.4. ZPEs

As zonas de processamento de exportações são um mecanismo de periferização. Os benefícios de tais zonas são duvidosos e passageiros, e não

[340] PIs = Países industrializados

lhes compensam os prejuízos sociais e econômicos. O México, crescentemente invadido pelos IDEs e, conseqüentemente, com a indústria incapaz de competir nos mercados mundiais, faz das zonas *maquiladoras* uma das principais fontes de exportação, com efeitos danosos para sua economia. Isso porque, nessas zonas, o México só entra com mão de obra mal paga: a quase totalidade dos ganhos vai para o exterior, dado que os IDEs açambarcam a quase totalidade do valor agregado, além de importar na zona os insumos, de gerir as operações, determinar a tecnologia, etc. Não resultam sequer receitas fiscais senão ridículas para o país. E a este incumbem os gastos de infra-estrutura, saneamento, saúde e instrução. O prejuízo líquido fica claro.

As ZPEs combinam dois erros capitais: a) dar prioridade à utilização de mão-de-obra barata, cada vez mais barata, decorrente do desemprego imenso a que leva o modelo periferizador; b) criar incentivos para os IDEs.[341] Aquela utilização, comandada por estes, é em si deletéria, e o é ainda mais nas ZPEs, a serviço do livre-comércio. Elas aproveitam aos IDEs, às expensas do país hospedeiro. Países em real desenvolvimento, como a Coréia do Sul e Taiwan cedo abandonaram a experiência: transferiram-se dali para o México indústrias intensivas de mão de obra, como montagem de televisores branco e preto. Sinal de que o México apresenta vantagem competitiva naquele fator? Sim, mas dano para este e ganho para a Coréia do Sul. E prova de que esta desenvolveu sua indústria a um nível que países ibero-americanos poderiam ter, há muito, atingido, mas não conseguiram, minados por um modelo econômico a eles imposto. Daí suas economias afundarem cada vez mais.

II.2.4.5. Recursos naturais: ganhos para os centros

Há mais uma insuficiência grave no modelo neoclássico de comércio internacional: ele não dá a devida importância à quantidade disponível de terras agricultáveis. Estes são capital social, com função semelhante ao dos bens de capital sob a forma de construções, máquinas e equipamentos. A abundância de terras, se acompanhada de razoável distribuição de sua propriedade, faz elevar a demanda por trabalhadores e os salários. Essa foi uma das razões do grande número de imigrantes atraídos aos EUA e outros países novos. Milhões de proprietários rurais ocasionaram enorme expansão do mercado, combinada a imigração com o crescimento natural da população. O mercado promissor, graças à expansão do emprego, atraiu investimentos na indústria de transformação e viabilizou inversões públicas.

Mesmo quando se chega a exportar quantidades expressivas de produtos intensivos de recursos naturais, outra especialização recomendada em nome das vantagens comparativas, as exportações não costumam aproveitar ao país onde são produzidos. Os ganhos do comércio concentram-se, nos países centrais, por duas razões principais:

---

[341] No Brasil tem havido uma tragicômica avalanche de projetos de parlamentares para criar ZPEs nas mais variadas localidades, tendo muitos sido transformados em leis.

a) donas da mineração e de *plantations* situadas nos PSDs, além de importadoras em oligopsônio, as ETNs dos países centrais controlam a oferta e a procura, nada faltando para o controle total sobre os preços;

b) elas são também donas das *tradings* e outras empresas de comércio internacional, bolsas de commodities e controlam o financiamento da produção e do comércio dos produtos básicos; tudo isso lhes dá o comando total da comercialização, sem falar no transporte e no seguro.

Os importadores são subsidiados pelos produtores. Basta ver os dados das importações de países como a Alemanha e do Japão. Este, o mais carente de recursos naturais e com a 2ª maior indústria do Mundo, gasta 2,5% de seu PNB para adquirir do exterior a totalidade das matérias primas usadas por sua indústria, mais importações de alimentos não processados, mais toda a energia (petróleo e carvão) primária, a qual não custa ao Japão senão 1,1% do PNB.[342] Na Alemanha é ainda menor do que no Japão o percentual das primárias no valor das importações totais.[343] Isso complementa os dados ao final de II.2.4.1, sobre o valor das exportações mundiais de manufaturados e as dos demais bens. **Nem Ricardo nem os neoclássicos, nem seus seguidores, focalizam a questão central. Por isso crêem no comércio como motor de desenvolvimento, quando isso só tem verdade na aparência. Só quando já se está avançando na capacidade de produzir bens intensivos de tecnologia e de capital é que se obtém ganhos no comércio mundial. Sem vantagem comparativa nesses bens, nada feito. Na realidade, o motor é o desenvolvimento nacional. Com este em marcha, o comércio externo ajuda um pouco na propulsão. E só.**

II.2.5. Teorias explicativas das correntes de comércio

A da **semelhança das estruturas de procura** explica a predominância no comércio mundial das transações entre PDs. Linder parte da observação de que esses países vendem uns aos outros, na maior parte, bens dos mesmos setores e até subsetores, com pequenas diferenças nas especificações.[344] Antes encarava-se o comércio exterior do ponto de vista da complementaridade, i.é, um país importando tipos de bens que não exporta ou sequer produz.

[342] Eis as percentagens dos bens primários sobre o total das importações japonesas – M: a) alimentos: 10,1%; b) matérias primas: 8,5%; combustíveis: 14,2%. Como as M totais foram US$ 332,8 bilhões, i.é., 7,7% do PNB, as primárias representaram: a) 0,78%; b) 0,65%; c) 1,1% do PNB. Juntas, 32,8% das M e 2,53% do PNB. Há também os insumos de base primária, importados como bens industriais: 20,5% de M e 1,5% do PNB. Somados esses percentuais aos dos das importações de bens primários, obtém-se 53,3% das M e 4,1% do PNB. Vide Nações Unidas, CNUCED: *International Trade Statistics* vol. I, *Trade by country*, New York 1996, pg. 525 (1989 a 1995). Em 1994: população = 125 milhões e PNB per capita = US$ 34.630. PNB = US$ 4,33 trilhões. Banco Mundial: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1996, pg. 207.

[343] Enquanto o do Japão é de 32,8%, o da Alemanha (dados de 1993) é de 28,3%. O percentual dos combustíveis, inclusive processados, importados no Japão, foi 20,6%, e o da Alemanha, 7,9%. Nesta as importações totais eram 16,2% do PNB, a maior parte referentes ao comércio intrazonal da União Européia. M = US$ 341,1 milhões; PNB = US$ 2,1 trilhões. Fontes: 1) Nações Unidas, UNCTAD: op. cit. pgs. 158 e 162; 2) Banco Mundial, op. cit. idem.

[344] Vide Linder: Staffan: *An Essay on Trade and Transformation*, Estocolmo 1961.

Outra teoria, a **da disponibilidade,**[345] considera a **semelhança da estrutura da oferta**: certos bens só são produzidos em países que acumularam tecnologia e capital, e, assim, só podem ser exportados por eles. Junto com a que focaliza a procura, ela explica o **comércio intra-industrial**. Ambas fundam-se na **diferenciação de produtos semelhantes.**

Uma amostra referente ao comércio, entre 13 PDs, de maquinaria movida a eletricidade, SITC 722.I., indicou que eles haviam, em 1970, exportado, nesse comércio, US$ 591 milhões. 4 países exportaram mais do que importaram: EUA, Alemanha, Reino Unido e Japão. Os déficits dos 9 outros, somaram US$ 159 bilhões. O coeficiente de comércio intra-industrial – CI, é obtido relacionando o valor exportado (X) à soma dos déficits (D). Então: CI = [1 – D/X)]. Quanto menor D em relação a X, mais o coeficiente se aproxima de 1. Se o resultado for 1, haverá 100% de comércio intra-industrial. No caso, obteve-se 0,73 (73%).[346] Outra pesquisa, tomando 52 categorias de bens, comparou o coeficiente de participação das intra-industriais nas exportações totais do Japão, de 1953 a 1961 e de 1961 a 1970. Em 38 das categorias, houve crescimento do comércio intra-industrial nos dois períodos. Só em 2 categorias houve redução do CI, na comparação entre 1970 e 1953.[347] Os EUA têm altos coeficientes de CI. O índice desse país para 18 grupos de dois dígitos da SITC era 0,86, e, para 128 grupos de 3 dígitos (nível de produto), 1,15. No Mercado Comum Europeu, eles eram 0,85 e 1,13 respectivamente.[348] Quanto mais alta a renda e maior a tecnologia embutida nos produtos, maior é a importância do comércio intra-industrial.

Há, porém, que aprofundar o entendimento das causas dos seguintes fatos: a) o valor do comércio entre PDs cresce mais do que o Norte-Sul; b) o mercado interno dos PDs amplia-se mais que o dos PSDs; c) estes gastam boa parte de suas divisas com as importações de bens de capital e outros intensivos de tecnologia. Um dos pontos de partida para a explicação disso está no fator tecnológico, ao qual várias teorias dão destaque. 1) a do **hiato tecnológico**, proposta por Posner, em face do **dinamismo do comércio de produtos mais intensivos de tecnologia**;[349] 2) na mesma linha, a do **ciclo do produto**, de Vernon e Gruber.[350] Essa perspectiva levou a distinguir três tipos de bens: a)

---

[345] Vide: Kravis: *Availability and other Influences on the Commodity Composition of Trade*, em: The Journal of Political Economy, vol. 64, 1956, pgs. 143 e segs.

[346] Hesse, Helmut: *Hypothesis for the Explanation of Trade Between Industrial Countries*, em: *The International Division of Labour Problems and Perspectives*, ed. Giersch H., Instituto de Economia Mundial de Kiel, Tübingen 1974, pgs. 40/1.

[347] Idem, pg. 42.

[348] Hufbauer, Gary e Chilas, John: *Specialization by Industrial Countries: Extent and Consequences*, em: ed. Giersch, op. cit., pgs. 8 e 9.

[349] Posner M.: *International Trade and Technological Change*, em: Oxford Economic Papers, vol. 13, 1961, pgs. 323/41.

[350] 1) Vernon, Raymond: *International Investment and International Trade in the Product Cycle*, em: Quarterly Journal of Economics, vol. 80, 1966, pgs. 190/207. 2) Gruber, William; Mehta, Dileep; e Vernon, Raymond: *The R & D Factor in International Trade and International Investment of United States Industries*, em: The Journal of Political Economy, fev. 1967, pgs. 20 a 37. 3) Gruber, R. e Vernon, R.: *The Technology Factor in International Trade*, em: *The Technology Factor in a World Trade Matrix*, em: *The Technology Factor in International Trade*, ed. Vernon, R., Nova York 1970, pgs. 233/71.

os ricardianos, comerciados por razões analisadas por Ricardo (teoria clássica); b) os associados à teoria neoclássica, os bens Heckscher-Ohlin-Samuelson; c) os do ciclo de produto. A competitividade estaria ligada respectivamente às dotações : a) de recursos naturais; b) dos fatores trabalho e capital, i.é, a proporção da oferta de um e outro em cada país ou região; c) de capital humano e das inovações tecnológicas embutidas nos bens.

Vejamos um a um. **1)** Bens ricardianos. Restringir a aplicabilidade da teoria das vantagens comparativas relativas aos **bens intensivos de recursos naturais** trai o reconhecimento do limitado valor explicativo dela, que costuma incluir bens industriais (vinho ou trigo versus tecidos). Ricardo a formulara abrangente, baseada na teoria do valor, atribuindo os preços ao custo do trabalho, considerado homogêneo. Autores modernos a limitaram a uma obviedade: um país ou região tem vantagem para exportar esta ou aquela *commodity*, se dispõe de: a) terras agricultáveis de uma qualidade especial, ideal para determinado grão ou outro produto agrícola, ou: b) depósitos de determinado mineral em qualidade, quantidade e condições de extração superiores às de outros. É claro que a organização e a produtividade do trabalho – relacionadas com a tecnologia e o tipo do capital fixo usado – bem como os custos destes também podem afetar o comércio desses bens, mas as diferenças não seriam de grande monta, dada a mobilidade do capital.

2) Bens intensivos de capital; 3) de trabalho, conforme a proporção dos fatores. Hirsch [351] resume as características desses bens: a) as funções de produção são idênticas em todos os países e regiões; b) a(s) tecnologia(s) são conhecidas e universalmente disponíveis; c) a produtividade real marginal [352] do capital e a do trabalho dependem somente da razão em que estão combinados, e não de sua localização; d) não há economias de escala; e) nem reversão dos fatores;[353] Em conclusão, a vantagem comparativa dependeria somente da dotação relativa de capital e de trabalho nas diferentes regiões ou países. Mas os pressupostos neoclássicos estão tão longe da realidade terrena quanto as condições atmosféricas de Plutão. Em II.2.4 (Comércio Exterior. Motor de Desenvolvimento) e de II.2.4.1 a II.2.4.4, vimos o absurdo da especialização em bens intensivos de mão de obra, forçosamente pouco qualificada. Mas, como livre-comércio é ideologia, esse absurdo não preocupa os neoclássicos, "liberais", etc.

Bens do **ciclo do produto**: **4) Intensivos de trabalho qualificado**: os **novos e/ou de tecnologia dinâmica,** pois dependem de inovações

---

[351] Hirsch, Seev: *Hypotheses Regarding Trade Between Developing and Industrial Nations*, em: *The International Division of Labor*, op. cit. pgs. 65 a 79.

[352] No jargão neoclássico, "marginal" refere-se às minúsculas adições de um ou outro fator à função de produção, determinado variação na proporção dos fatores. Supostas infinitesimais, o tratamento é o do cálculo diferencial.

[353] Esta significa que as variações nos preços não fazem com que um bem intensivo de capital, ou um outro de trabalho, deixem de sê-lo.

continuadas, porquanto a tecnologia: a) não é estável: b) não é disponível por todos. As ETNs a detêm, ou porque seus empregados as desenvolveram ou elas a compraram de outras empresas, menores e inovadoras. Daí o oligopólio, já que competidores, teriam de investir e esperar muito até ter resultados. E, se superada essa barreira, o sistema de patentes dificulta a duplicação do processo de produção. **5) Bens de tecnologia estável**, quando eles se tornam **maduros**, e a tecnologia passa a ser estável. Há os: a) densos de capital; b) de mão de obra pouco qualificada.[354] 5 a) e 5 b) confundem-se com 2 e 3, se é que estes dois existem (a dúvida decorre de não haver funções de produção neoclássicas, supostas em 2 e 3). O custo da transferência de tecnologia seria alto para os produtos novos, e menor no caso dos "maduros". Os PDs ficariam com vantagem nos intensivos de capital e os PSDs nos de trabalho.[355] Nos produtos novos estes países estariam desvantagem, por disporem de menos quadros qualificados e dadas as baixas escalas de seus mercados. Os bens maduros podem ser considerados **padronizados**.[356]

Essas distinções não se aplicam facilmente a situações concretas, uma vez que não se pode dizer com precisão, em muitas indústrias, em que estágio está o produto e em que exata proporção entra cada um dos três principais fatores considerados (capital, trabalho altamente qualificado, trabalho pouco qualificado). E isso não só porque há, para um mesmo produto, diferentes funções de produção, isto é, combinações daqueles fatores, mas também porque essas podem ser substituídas. Há também o **trabalho medianamente qualificado.** E a quantidade e a qualidade dos **recursos naturais**.[357]

Daí aparecerem os erros nas teorias, confrontados os modelos com os fatos. *"O Japão, o último a industrializar-se ainda não teria perdido a vantagem comparativa em indústrias têxteis e de vestuário intensivas de trabalho."* [358] Ora, essas indústrias já não eram tão intensivas de trabalho (os dados são de 1968-71). Hirsch não explica suficientemente o déficit dos EUA em aço e veículos motorizados, onde o custo de capital era mais baixo do que o do trabalho, e o superavit do Japão, onde essa relação era inversa. Nas indústrias química e de bens de capital, os grupos em que os EUA tinham saldo positivo, a razão seria haver produtos novos, usando trabalho muito qualificado. ***"Esses dados concordam com o modelo do ciclo do produto e não com o de Heckscher-Ohlin.*** *Este implica que os PDs teriam vantagem nas indústrias intensivas de capital. A América do Norte e os europeus ocidentais têm vantagem nas indústrias intensivas de capacitação*

[354] V. Hirsch, S.: op. cit., pg. 68.
[355] Idem, pg. 69. Sim, mas, como mostramos não existirem bens Heckscher-Ohlin, isso só se poderia aplicar aos bens maduros intensivos de capital e de trabalho.
[356] Vide UNIDO: *International Comparative Advantage in Manufacturing*, Viena 1986, pg. 44.
[357] Há muitos exemplos em que o recurso natural tem peso apreciável na função de produção: a) papel e celulose: em regiões ensolaradas e tropicais, as árvores crescem em tempo muito mais curto do que nas temperadas e frias; b) os eletro-intensivos, em que o acesso a energia barata de hidrelétricas faz grande diferença.
[358] Hirsch, op. cit., pg. 75.

(skill-intensive), quer densas de capital, quer de trabalho. O Japão tem vantagem nas intensivas de capital, mas ***o desempenho nipônico não corrobora o modelo Heckscher-Ohlin, já que a relação de custo capital/trabalho é maior lá do que nos EUA e mesmo na Europa."*** *E: "O exemplo do Japão sugere que PEDs poderiam dar-se melhor com indústrias densas de capital do que com as 'skill-intensive' "* [359]

Hufbauer fez correlações entre dotações de fatores e características tecnológicas do comércio, concluindo que os resultados não eram estatisticamente significativos e tinham sinal negativo, a indicar que o comércio não envolve trocas explicáveis por aquelas correlações.[360] Keesing estudou o desempenho dos EUA no comércio com outros países do G-10, notando as seguintes correlações entre as exportações dos EUA e a dotação dos fatores: 1) muito alta com tecnologia (número de cientistas e engenheiros empregados na pesquisa e desenvolvimento); 2) muito alta com recursos naturais; 3) alta com trabalho qualificado; 4) moderada com economias de escala; 5) negativa com capital.[361] Ora, este é fator abundante nos EUA.

A produção dos bens industriais padronizados tem-se deslocado, em parte, para PEDs, especialmente para semiperiferias, onde o capital não era tão escasso como se dizia, e os salários baixos fazem diferença. Além do mais, não há disparidade para os IDEs, pois a ETN pode usar, nesses países, capital a custo real zero, levando para lá o que já não serve nos centros. A mobilidade do capital, pois, só existe em favor das ETNs, que podem combinar produções intensivas de capital em PEDs com salários baixos. E, quanto mais IDEs nas periferias, mais pobreza, dívidas, desemprego e menos salário, pois a renda é transferida ao exterior, e não se acumula capital nem capacidade de competir, pois não há condições de desenvolver tecnologia.

As limitações da teoria do ciclo do produto e outras sobre a inovação tecnológica (pesquisa e desenvolvimento), podem ser verificadas no próprio comércio Norte-Sul. Neste, o fator tecnológico determinaria uma direção da corrente, e os recursos naturais a outra. Mas, como mostra Lorenz: *"Esse modelo não explica as diferenças na disponibilidade dos fatores em certas proporções;* ***essas diferenças só se explicam por vantagens monopolísticas de desenvolvimento, as quais, determinam também a estrutura e a vantagem do intercâmbio complementar.***" [362] Fazer

---

[359] Idem, pgs. 76/77. Afirmação final destituída de base.

[360] Hufbauer, G.: *The Impact of National Characteristics and Technology on the Commodity Composition of Trade in Manufactured Goods*, em: ed. Vernon, R.: *The Technology Factor in International Trade*, op. cit., pgs.145 a 193. Trata-se de "rank correlations".

[361] Vide: 1) Keesing, Donald: *The Impact of Research and Development in U.S. Trade*, em: *The Open Economy*, ed. Kenen, P., Nova York 1968, pgs. 175/89. 2) Keesing, D.: *Labor Skills and the Structure of Trade in Manufactures*, em: op. cit., pgs. 3/18.

[362] Lorenz, Detlev: *Explanatory Hypothesis on Trade Flows Between Industrial and Developing Countries*, em: ed. Giersch, op. cit., pg. 87. E: Lorenz, Detlev: *Dynamische Theorie der internationalen Arbeitsteilung*, Berlim 1967, pg. 80.

produtos de tecnologia dinâmica é privilégio dos PDs ou dos que estão adiantados nessa via. Dizer que eles os fazem porque têm técnicos qualificados, capital humano, etc. é não sair do mesmo: eles os têm porque são desenvolvidos. **Há que ir além. A causa da vantagem comparativa em tecnologia dinâmica está no desenvolvimento autônomo. Este pressupõe que: 1) o Estado o promova; 2) o setor privado seja nacional. Sem isso não se acumula capital nem tecnologia, nem há atividades nas quais os engenheiros e demais técnicos desenvolvem experiência e capacitação.**

II.2.6. Industrialização para substituir importações – ISI

O estrago nos países novos, como os ibero-americanos que aceitaram o livre-comércio no Século XIX e XX, só foi atenuado pela tendência ao crescimento das populações em terras generosas. Era impossível atender plenamente a demanda por bens industriais por meio de importações. Sem política de proteção à fabricação local, a taxa de câmbio tendia a desvalorizar-se e viabilizaria muitas indústrias. Começou assim a **industrialização substituidora de importações – ISI**, antes de sua maior expansão sob as condições geo-estratégicas das duas guerras mundiais e do entre-guerras.

A industrialização e atividades por ela induzidas sofreram retrocessos em função de políticas de abertura comercial e restritivas, de natureza monetária, cambial e de crédito, as quais destruíam muito da industrialização precedente. Ainda assim, a diversificação econômica encetada pela indústria contribuiu para melhorar a infra-estrutura, ocupar boa parte da força de trabalho e elevar o produto e a renda daquelas semiperiferias. Fizemos menção, em II.2.1, ao apreciável avanço na industrialização no Brasil, Argentina e México durante a 1ª metade do Século. No 1º, o crescimento médio anual do produto interno bruto aproximou-se dos 5%, de 1900 a 1950, uma das taxas mais altas do mundo.[363] O mais interessante é que isso ocorreu mesmo sem políticas consistentes e constantes em favor da ISI. Ainda assim, esta foi vista com hostilidade por economistas ligados à tradição clássica. Resumo, a seguir as objeções à ISI, feitas por Little, Scitovsky e Scott, autores de acatado estudo do tema.[364]

1) Segundo eles, a ISI causa efeitos negativos sobre o balanço de pagamentos: implantada em mercados de pequena dimensão, há insuficientes efeitos de conexão (*linkages*) entre os ramos industriais. Os elos podem ser no sentido da verticalização [365] e em setores menos diretamente vinculados,

[363] Vide, por ex., Haddad, Cláudio: Crescimento do Produto Real no Brasil 1900-1947, Rio de Janeiro 1978. Combinando as tabelas de pgs. 15 e 29, para 1900-1947, período no qual a taxa estimada é 4,5% aa., e usando dados do IBRE, da FGV, para 1948-50, temos quase 5% para 1900-50, cifra atingida no período 1911-50, o de maior desvinculação da economia mundial.

[364] Little, Ian; Scitovsky, Tibor; Scott, Maurice: *Industry and Trade in Some Developing Countries, A Comparative Study*, publicado para o Centro de Desenvolvimento da OCDE, Londres 1970.

[365] Como minério de ferro, ferro-gusa, fundido, lingotes, chapas, laminados, siderúrgicos acabados (estruturas metálicas e vergalhões, ferrovias, pontes, indústria mecânica etc.). Na direção dos menos transformados para os finais, fala-se de *forward linkages* (em francês, *en aval*); em sentido contrário, de backward *linkages* (fr. *en amont*).

i.é, sinergias em sentido horizontal. A falta de elos intra-setoriais e intersetoriais acarretaria importações elevadas de bens de capital e intermediários usados nas indústrias de bens de consumo duráveis e/ou não-duráveis. Estas seriam pouco competitivas, em função das baixas escalas e da falta daqueles elos, e isso implicaria pequena ou nula exportação. Assim, as importações substituídas por produção local mais as exportações somariam valor menor que as importações necessárias para realizar essa produção. Os custos seriam mais altos em indústrias intensivas de capital e/ou de técnicas avançadas.

2) O incremento da renda local, com o maior emprego de fatores locais na indústria, determinaria maior importação também de bens de consumo.[366] Em conseqüência, o déficit nas transações correntes com o exterior, levaria a desvalorizar a moeda, o que incitaria a aumentar a ISI. O mercado pequeno, protegido, atrairia mais de um produtor, ficando sob regime de oligopólio, quando o monopólio atenderia melhor ao equilíbrio entre escala rentável e dimensão do mercado; assim, os custos seriam maiores, e a proteção viabilizaria as indústrias, apesar de sua ineficiência.

3) surgiria, ademais, inflação, decorrente de: a) déficits públicos, para financiar a ISI e a infra-estrutura necessária; b) altos custos e preços industriais; c) proteção tarifária e não-tarifária indiscriminada. A taxa de câmbio do país, sobrevalorizada para favorecer a importação de bens de capital e insumos, levaria a pessimismo em relação às exportações. Afinado com o FMI, o trio citado acusou a ISI de ensejar subsídios aos serviços públicos, políticas de salários altos e benefícios sociais, o que teria ocorrido especialmente na Argentina e no Uruguai. Para os três autores, essas políticas são inflacionárias, no que creram também reacionários da periferia, como, no Brasil, E. Gudin e M.H. Simonsen.

As afirmações de Little, Scitovsky e Scott devem ser totalmente refutadas no tocante às semiperiferias industrializadas e até mesmo, em grande parte, a muitas periferias. No Brasil, a estagnação só se estabeleceu após a crise do petróleo, e por força das falhas estruturais de um modelo no qual a ISI era um dos componentes menos questionáveis. E o aumento na participação das importações na oferta de bens de capital só se deu sob a dependência tecnológica politicamente reforçada e com o processo de desnacionalização da indústria, de 1956 a 1960, e de meados dos anos 60 em diante.[367] Desmentindo aqueles autores, por inteiro, o Brasil substituiu no período

[366] Há aí uma falha de Little *et alii*: as importações adicionais – decorrentes do aumento da renda causado pela ISI – não podem ser descontadas da economia de divisas feita pela ISI, porque a causa de tais importações é o aumento da renda, e não a ISI. Tampouco é de descontar dessa economia a importação de bens para a expansão da infra-estrutura, uma necessidade da política de crescimento. Vide Hoffmann, Lutz: *Importsubstitution und wirtschaftliches Wachstum in Entwicklungsländern*, Tübingen 1970, pgs. 122/3.

[367] Em 1965 a participação das importações na oferta total de bens de capital no Brasil havia caído para só 20%. Ficou abaixo de 30% até 1968. Continuou a subir, mas, em 1975, ainda estava no patamar de 37%. Vide: de Oliveira, Francisco: A Economia da Dependência Imperfeita, Quadro III, Rio de Janeiro, 3ª ed. 1980, pg. 102.

mais importante da ISI, de 1930 a 1965, não só a quase totalidade das importações industriais de bens de consumo, mas também, as da maior parte dos bens intermediários e de capital. A ISI havia formado elos. E, como atesta o rápido crescimento da produção até meados dos anos 70, a limitação da extensão de mercado teria sido superada, se não se tivesse acentuado o modelo dependente. Embora tenha havido dificuldades com o balanço de pagamentos, essas não foram graves antes do final dos anos 70. Mais importante: as que houve derivaram, não da ISI, mas da dependência tecnológica, que: 1) inviabiliza expressivas exportações industriais; b) acarreta preços exagerados nas importações, fixados pelas ETNs, para transferir recursos ao exterior. Ademais, não houve desvalorização real da taxa de câmbio, pois esta apenas acompanhou a inflação interna.

As causas da inflação nada têm que ver com a ISI em si mesma, porque os preços relativos dos bens industriais diminuíram (em comparação com os dos produtos agrários), apesar de as ETNs fixarem no mercado interno preços muito mais elevados do que os custos reais acrescidos de generosos lucros. Esses sobrepreços foram causados por distorções inerentes ao modelo dependente. Déficits e inflação a eles ligada decorreram de investimentos mal concebidos e mal realizados e sobretudo de privilégios e subsídios a investimentos privados, de que se beneficiaram os IDEs. E também de despesas suntuárias, como as da construção de Brasília, e 'políticas', como os pletóricos estoques de café. A inflação, antes estável, havia decênios abaixo de 10% aa., foi crescendo durante o qüinqüênio 1955-1960, terminando em 40% a 50% aa.[368] Havia ISI desde os primeiros decênios do Século, e a aceleração da alta de preços só se deu a partir de 1956/7.

Hirschman discordou da **condenação à ISI, equivalente a condenar os países ditos pobres à eterna pobreza.** Ele observa que os modelos de esgotamento da ISI não consideram: 1) o aumento da renda como fator de ampliação do mercado local; 2) os elos de vários setores da indústria de bens finais com um mesmo setor de produção intermediária, como aço, papel e vidro. 3) indústrias de automóveis e navios ensejam a produção local de diversos componentes e peças; 4) nem sempre as produções tecnicamente sofisticadas, como a de máquinas e equipamentos, requerem elevada escala e, portanto, intensividade de capital, para ser rentáveis.[369] Hirschman encarava com otimismo a ISI latino-americana, especialmente no Brasil e México, com dimensão do mercado razoável e elos intra e intersetoriais. "*Países de industrialização recente estavam adquirindo vantagem comparativa em alguns tipos de bens industriais padronizados.*" [370] Mas governos no Brasil

[368] Ver, adiante, o item II.5.5.1.

[369] Hirschman, Albert: *The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America*, em: The Quarterly Journal of Economics, vol. 82, fev. de 1968, n. 1, pgs. 1 a 32.

[370] Entretanto, essas exportações, especialmente no âmbito do modelo dependente, pouco contribuem para a melhora das relações de intercâmbio daqueles países.

erraram por completo ao adotar a sugestão de Hirschman de reforçar a ISI por meio de incentivos fiscais e outros, em favor de ETNs que atingissem alvos de exportação, de maneira análoga aos subsídios do governo brasileiro à indústria automobilística.[371] *Os efeitos foram desastrosos.* ***A ISI não foi tratada*** **adequadamente por inimigos nem por defensores. Nem uns nem outros atentam para a dependência tecnológica, decorrente do controle das ETNs sobre os mercados das semiperiferias**, asfixiando as indústrias de capital local. Daí a desestruturação, cada vez mais penosa, desde meados dos anos 70.

II.2.7. A ISI desvirtuada pelos IDEs

Conceição Tavares, elaboradora do estudo da CEPAL sobre o tema, constatou a estagnação da ISI, mas não lhe mostrou a causa real. E formulou sugestões insuficientes para dar-lhe consistência.[372] Entre essas, estendê-la a novos segmentos de bens de capital para expandir indústrias produtoras de bens de consumo para camadas de renda média e baixa. Fora disso, somente a elevação das exportações, tradicionais e/ou de manufaturados, poderia contribuir para financiar a ISI. Admitiu, porém, que mesmo sem grande aumento delas, as escalas do mercado interno poderiam crescer, aumentando a parcela produtiva da população, em função de uma reforma agrária.

Como os "estruturalistas", Tavares propõe medidas distributivas, que só teriam efeito positivo em contexto correto, mas a nada poderiam levar no do controle dos IDEs sobre a economia nacional. Pois: 1) a poupança só cresce sem os vazamentos para o exterior; 2) as exportações só são viáveis havendo real competição no mercado interno e crescimento deste, ambas condições para o desenvolvimento tecnológico; 3) as ETNs exploram mercados cativos e remetem os lucros ao exterior, não tendo interesse em investir para tornar a produção mundialmente competitiva. **Não há, pois, no modelo dependente, possibilidade de políticas consentâneas com o desenvolvimento**. A concentração da renda, tão fustigada pelas esquerdas e tão falsamente atenuada por investimentos em educação,[373] alegados por oportunistas à direita, é decorrência da má distribuição da propriedade, i.é, da concentração, maior sob os IDEs. Sem afastá-la, é inútil deblaterar contra as distorções e deseconomias que ela acarreta. **O verdadeiro óbice à operação da ISI em novos segmentos produtivos foram as transferências ao exterior e a desfavorável relação de troca, inerentes à industrialização sob dependência tecnológica e, em especial, sob o controle de ETNs. Essa limitante faz murchar não só a poupança necessária a financiar os**

---

[371] Hirschman, op. cit., pg. 30.
[372] CEPAL (ECLA): *The Growth and Decline of Import substitution in Brazil*, em: Economic Bulletin for Latin America, vol. IX, mar. 1964, pgs. 1 a 59. E: Tavares, Maria Conceição: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio 1972, pgs. 29 a 124.
[373] De resto desastrosos, à raiz da reforma da educação implantada sob direção externa no final dos anos 60 e início dos 70.

investimentos, mas impede a extensão do mercado suscetível de torná-los atrativos sem a garantia de rendas oligopolistas. Assim, só as ETNs, certas de dominar, excluindo a competição, são tentadas a ocupar o mercado, e usando recursos locais para "investir".

A ISI pode evoluir para subsetores ou segmentos de produção mais densos de tecnologia, com uma política econômica a serviço da sociedade, e não de grupos de interesses situados longe dela. Com reserva de mercado para o capital nacional: privado, misto e público. Então a ISI se estará renovando sempre, até o pleno desenvolvimento. Até chegar-se a este, mais produções tornando-se competitivas e densas de tecnologia, estende-se o mercado local e este é atendido por produção nacional. Mas o desenvolvimento não implica auto-suficiência: haverá importações, confortavelmente pagas por exportações, se o modelo for correto. **Os países têm diferentes bases de recursos naturais, cultura e tecnologias diversas. É isso - e não o hiato tecnológico - que deve definir o padrão do comércio exterior**. Volta-se à ISI em II.4.1.

O governo iniciado em 1955 manteve a Instrução 113 da SUMOC, baixada após o golpe de deposição do Presidente Vargas em 1954.[374] A medida facultava: 1) ao empresário brasileiro utilizar taxa cambial favorável nos contratos de crédito ou financiamento externos; 2) às ETNs registrar IDEs mediante importação, sem cobertura cambial, de bens de capital. Na prática só teve efeito o benefício às ETNs, já que, no 1° caso - que, de resto, estimulava também a dependência tecnológica - se exigia financiamentos de, pelo menos, 5 anos de prazo e, depois, 8 anos, impossíveis de obter. As ETNs foram, pois, subsidiadas para dominar os mercados locais. As importações das subsidiárias das ETNs, com ou sem cobertura cambial, são de bens de capital amortizados nos países de origem - de custo real zero - substituídos por equipamento tecnologicamente atualizado para o mercado desses países e para competir mundialmente.

Registrando como ingresso de capital estrangeiro o valor (superavaliado) atribuído pelas ETNs àquelas importações, as subsidiárias elevaram o valor contábil de seu capital e, assim, a base de cálculo de suas taxas de lucros tributáveis localmente e na remessa de lucros ao exterior. De 1955 a 1959 houve "ingressos" de IDEs - ao amparo da Instrução 113 - de US$ 395,7 milhões, ou seja, 41% de todos os IDEs registrados no período. Desses US$ 395,7 milhões, US$ 213,3, ou seja, 54%, foram 'máquinas e automóveis', i.é, para a indústria automotriz, já que foram pequenos os IDEs na indústria mecânica.[375] Além disso, o sistema de câmbio de taxas múltiplas dava-lhes

---

[374] A SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) desempenhava funções assumidas nos anos 60 pelo Banco Central. A Instrução 113 é de 17.01.1955. O Ministro da Fazenda era E.Gudin. O Diretor da SUMOC, O.G.Bulhões, é o mesmo que retorna em 1964, com R. Campos, para acelerar a desnacionalização da indústria brasileira.
[375] Lima, H.Ferreira: História Político-Econômica e Industrial do Brasil, São Paulo 1973, pg. 402.

pletóricos subsídios. Em função desses atrativos, o ingresso registrado de capitais estrangeiros triplicou, comparando a média de 1956-59 com a de 1953-54.[376] Os ganhos locais convertiam-se em quantidade de dólares, marcos e outras divisas, equivalente a múltiplos da que resultaria de uma taxa realista.

O favorecimento da política econômica aos IDEs resultou no desvirtuamento da industrialização no Brasil, a partir daí, apropriada pelo capital estrangeiro. Foi entregue a ETNs, à raiz de tratativas escusas, o setor de veículos automotores, chamado de carro-chefe do modelo, num ato falho que evoca leviandade carnavalesca, com subsídios adicionais no âmbito do GEIA.[377] Entregou-se o mercado de maior potencial e setor liderante de nova etapa industrial, sendo o País duplamente lesado, pois pagou no ato para dá-lo de presente a ETNs e continuou a pagar durante os mais de 40 anos seguintes a 1956, cada vez mais. Ora: 1) o Brasil não precisava das ETNs da área automobilística: a indústria despontava, não só com projetos nacionais em andamento, mas produzindo alguns tipos de veículos, e o setor de autopeças apresentava apreciável desenvolvimento;[378] 2) Os vultosos subsídios eram de todo desnecessários: se não se tivesse fechado o espaço do mercado às indústrias locais, estas teriam erguido sem eles a indústria automotriz nacional. Tampouco as ETNs precisavam deles, mas os extorquiram para aumentar a transferência de recursos ao exterior. Foi mais uma facilidade dada às ETNs para se apossarem dos mercados de bens e serviços do País.

Entre os argumentos usados para perpetrar a entrega do controle do setor automotriz às ETNs, estava o de que indústria nacional de autopeças teria seu mercado ampliado.[379] Como sempre, distorção e exploração da vista curta: o mercado ter-se-ia ampliado muito mais, se as montadoras tivessem sido nacionais, e se o País não sofresse os vazamentos de renda para o exterior realizados pelas ETNs. **40 anos depois, a indústria nacional de autopeças está em vias de extinção**. As empresas foram sendo adquiridas por quase nada, pressionadas pela estagnação do mercado, por exigências das ETNs-montadoras de preços cada vez menores, por juros elevados (típicos do modelo governado de fora do País) e por concorrência predatória de ETNs da mesma indústria e/ou de montadoras. A queda no valor de mercado das companhias tem facilitado ainda mais as aquisições pelas ETNs.[380] O primeiro saldo

[376] Vide sobre a estatística dos IDEs: Baer, Werner: *Industrialization and Economic Development in Brazil*, Yale 1965, pg. 107.
[377] O GEIA = Grupo Executivo da Indústria Automobilística, concedia incentivos e subsídios para a implantação das montadoras e indústrias afins. Também a indústria naval teve seu grupo.
[378] Ver, entre outros documentos pertinentes: Gattás, Ramiz: A Indústria Automobilística e a 2ª Revolução Industrial no Brasil, São Paulo 1981, especialmente pgs. 219 a 229.
[379] O presidente da época defendeu o estulto argumento de que seria bobagem "reinventar a roda". Ora, há que dominar o "know-how" do que já foi inventado, há que repetir os processos criativos já realizados, para utilizar e modificar as coisas usadas por outros, até como aprendizado, para estar em condições de inventar outras coisas. Se não se pratica tecnologia, não se a desenvolve, e isso só é possível, se o setor produtivo estiver sob controle nacional.
[380] Gazeta Mercantil, 4.3.1998. A reportagem compara valores atuais, de 1996 e de 1990.

negativo da indústria de auto-peças, desde sua criação, ocorreu em 1997, com importações de mais de US$ 4 bilhões e exportações de US$ 3,5 bilhões. Segundo o SINDIPEÇAS, até 1994, capital nacional ainda tinha participação, no faturamento do setor, maior que a do estrangeiro, mas esta subiu para 59,7%, e aquela caiu para 40,3%.[381] A tendência faz crescer o valor das importações de bens de capital e de insumos, com a *transfer-pricing* praticada pelas ETNs.[382] Por isso o déficit comercial causado pela desnacionalização do setor é bem maior do que o referente apenas a ele.

II.3. IDEs: PERIFERIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA

II.3.1. Periferização por dentro: pelos IDEs

A periferização tradicional decorre do comércio exterior, e este é, amiúde, controlado por **"investimentos" diretos externos** (IDEs), também agentes da periferização por dentro ou absoluta: a que opera no âmago das estruturas do país objeto. Ela surge de dois modos principais: a) nos países submetidos à tradicional, com o predomínio dos IDEs em qualquer fase do processo; b) como cavalo de Tróia na industrialização e diversificação econômica encetadas nas semiperiferias. Como vimos em II.2.1. e II.2.6, Brasil, Argentina e México diversificaram suas indústrias, graças a investimentos do Estado e de capitais locais. **Entretanto, foram reperiferizados. A 1ª razão disso foi admitir e até incentivar os IDEs, aos quais se atribuiu falsamente, por meio da penetração ideológica, a qualidade de vetores de capital e de tecnologia. Tal penetração foi facilitada pelos seguintes fatos: 1) a industrialização anterior processou-se, em grande medida, em situação de dependência tecnológica; 2) estruturas agrárias retrógradas, na maior parte das regiões, de resto heranças de outras aberturas no passado; 3) mercados bastante atraentes para que as ETNs a eles acorressem de modo crescente, desde o final da 2ª Guerra Mundial.**

A ocupação da produção para os mercados locais, pelos IDEs das ETNs, resulta em periferização mais profunda do que a comercial. Em vez de "em desenvolvimento", aqueles **países são agora zonas de extração de recursos**. **O patrimônio industrial e tecnológico e a dotação de recursos naturais passam ao controle das ETNs, sem que se faça sequer caixa mediante essa alienação**. Ao contrário, o que cresce – e exponencialmente – são as dívidas públicas. Esses países estão na rota da destruição, até que o processo seja revertido.

O engano quanto ao papel dos IDEs foi fomentado (1) pelo argumento da escassez da poupança interna e (2) por mitos formados sobre a tecnologia. Comentemos: 1) os ingressos reais de capital estrangeiro são negativos. Quase

[381] Idem, 5.3.1998.

[382] Vide II.3.6.1.

todo o estoque de IDEs é acumulado por meio de ganhos realizados no país hospedeiro: no caso de indústria, os ganhos comerciais, associados à importação de bens finais e insumos, anteriores à própria instalação dela, e depois os que esta acumula com a fruição oligopolista ou monopolista por meio da produção no local. Amiúde também subsídios. O grosso dos ganhos é desviado para o exterior. **À medida que mais mercados são controlados pelas ETNs, a transferência de recursos excede cada vez mais o que o país poderia suportar sem danos fatais para sua estrutura e infra-estrutura econômica e social.** Ele passa a endividar-se, e o serviço da dívida torna o fardo ainda menos suportável. Portanto, **o falso problema que se colocou, o da escassez da poupança interna, em vez de ser corrigido, é criado pela pretensa solução.** A escassez é, de resto, falsa, porque **a poupança interna observada é somente a que fica no país, não se contando a maior parte, a que vai para o exterior.**[383] Nesse processo, minguam as forças produtivas locais, e o país perde capital e tecnologia, em vez de acumulá-los. Em suma, os IDEs põem uma isca: o suposto ingresso de recursos, para extrair recursos reais e infinitamente maiores.

2) Os que enganam e gostam de ser enganados dizem que não é necessário reinventar a roda. Nada entendem de educação nem de tecnologia, pois não se aprende a criar novos conceitos e produtos senão começando por recriar os conhecidos. Além disso, para uma coisa e para a outra, é preciso produzir para o mercado, e as chances disso são excluídas quando as ETNs o controlam. Os neo-imperialistas, que se intitulem neoliberais ou qualquer outro rótulo, dizem que os PEDs, deixados sós, levariam séculos para atingir padrões tecnológicos avançados, ou jamais o conseguiriam. Entretanto, isso é desmentido pelos fatos até em países cujo desenvolvimento foi inviabilizado. E é evidente na experiência histórica dos países que se desenvolveram, apesar de anterior atraso econômico e tecnológico.

Os dois tipos de periferização não são estanques: a que ocorre por dentro, realizada pelas ETNs, por meio dos IDEs, faz retornar a periferização tradicional: a estrutura dos países-objeto vai voltando à antiga especialização primária: as exportações industriais vão sendo limitadas às intensivas de recursos naturais, de energia e de mão de obra barata, i.é, as de produtos submetidos a enorme concorrência na oferta e ao controle da comercialização por parte dos importadores. **Assim, a relação de troca é desvantajosa, e tanto mais que, nas importações provenientes do centro, a posição de barganha da oferta e da procura são inversas àquela. São bens e "serviços", dos quais os invisíveis têm os preços mais altos: 1)a tecnologia explícita**

[383] Diz uma articulista da Gazeta Mercantil (Maria Clara R.M. do Prado), referindo-se ao Brasil: *"Nenhum país em desenvolvimento pode se dar ao luxo de ter uma taxa de poupança doméstica na faixa de 15% a 16% do PIB."* E cita José J. Senna, do Banco Garantia, ex-diretor do Banco Central: *"uma poupança de 15% do PIB é ridícula."* Ridículos são os que não sabem e/ou não desejam saber que os IDEs – que imploram – enviam ao exterior recursos em valor, pelo menos, igual àquele, e se apropriam, no total, do dobro dele.

e a embutida nos bens de capital e outros de tecnologia dinâmica, procurados por estratos de renda mais alta; 2) juros das dívidas; 3) consultoria e conselhos. Estes, como costumam ser seguidos, saem incomparavelmente mais caro que o alto preço cobrado por eles...[384]

Já a periferização por meio do comércio acarreta: a) perpetuar a estrutura de economia de exportação, controlada por centros externos e amarrada à especialização estreita; b) transferir ao capital estrangeiro indústrias formadas no país. A ampliação e diversificação da produção industrial na Argentina, Brasil e México só foi possível, por se ter afrouxado a relação centro-periferia baseada na dependência comercial e financeira. Isso deveu-se à depressão dos anos 30 e a disputas de poder, na 1ª metade do Século XX, entre os centros, antes das guerras mundiais, entre e durante elas. Em razão da queda abrupta nas receitas de exportação, houve queda nas importações, benéfica, porque fez produzir localmente.[385]

II.3.1.1. Reperiferização de semiperiferias pelos IDES

Há outras conseqüências da dependência criada pela prevalência dos IDEs (ETNs), no sistema produtivo dos países em vias de periferização.

1) Influência crescente e, a partir de determinado ponto, o comando do capitalismo central, sobre as instituições dos PEDs. Isso faz que a política econômica e social do Estado favoreça as ETNs cada vez mais e faça subordinar o capital privado local até ser por elas anexado.

2) **As instituições passam a trabalhar em favor do processo de transferência de recursos ao exterior, promovido pelos IDEs**. Por ex., no Brasil: a) ministérios da área econômica; b) BNDES; c) Banco Central; d) empresas estatais; e) instituições financeiras, econômicas e tecnológicas vinculadas ao "poder público". Todas ajustam-se às diretivas dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, o BID, etc., dos governos dos países centrais e, não menos, das ETNs financeiras e industriais de maior porte.

É, assim, reforçada a ação das ETNs, por si mesma e sem intervenção do Estado, suficiente para resultar em fatores cumulativos de empobrecimento do país hospedeiro. Uma das ironias mais cruéis desse processo é que ele, desmoralizando as instituições e as empresas estatais, serve à ideologia de redução do Estado e de "privatização". As estatais sofrem, de há muito, influência negativa em sua gestão de interesses estranhos aos delas e aos do

---

[384] Por ex., nas "privatizações", que destroem os poucos setores-chave ainda sob controle do País. Em suma, a política econômica é, de há muito, dirigida segundo os ditames do Banco Mundial, BID e outras instituições, que ainda cobram pesadas comissões. Não bastasse isso, contratam-se consultores e bancos de investimento estrangeiros para todos os projetos de peso no Brasil.

[385] Nos primeiros anos da depressão nos EUA, as exportações brasileiras tiveram queda de 2/3 em relação aos anos 20. Isso foi positivo para a industrialização: não havia mais como importar.

País. Isso decorre de o Estado a que estão subordinadas servir os grupos estrangeiros que detêm indisputado poder econômico e conseqüentemente social. São assim exponenciados: 1) a extração dos recursos do País, para enviá-los ao exterior; 2) a ampliação e aprofundamento do controle dos centros mundiais sobre os recursos do País. Esse processo desestruturador e desindustrializador acelera-se nos principais países latino-americanos nos dois últimos decênios. Os centros apossam-se das indústrias, das minas e das terras agricultáveis, fazendo recuar o relógio da história ao Século XIX, em piores condições do que então.[386]

II.3.1.2. A extinção do comércio e do desenvolvimento

A extração de recursos manifesta-se não só na deterioração da relação de troca, mas na transformação desse conceito: não há troca alguma, e sim entrega unilateral do patrimônio, do valor do trabalho dos nacionais do país receptor do IDE. **A periferização e dependência escapam ao conceito de relações internacionais: essas relações são, na maioria, intra-empresa e intra-império. Subvertem, ademais, o conceito de comércio.**[387]

Dispensam teorização os preços das exportações brasileiras de bens vitais aos centros mundiais. Cito Bautista Vidal: "*exemplos da política de desvalorização dos recursos minerais: A) Os preços do cobre e do chumbo em 1986, por ex., quando a corrida mundial estava fortemente ativada, eram inferiores aos de 1932, quando o mundo estava parado em conseqüência da débâcle financeira de 1929. B) Em 1962, a tonelada de minério de ferro bruto custava o equivalente a 22 gramas de ouro. Atualmente, o minério homogeneizado, concentrado, vale apenas 1,5 gramas de ouro. C) O Brasil detém o monopólio do quartzo de 1ª qualidade e o vende por cerca de US$ 0,5 /kg., para, depois, importar o mesmo quartzo, fundido e empacotado em componentes eletrônicos, por preço acima de 3.000 dólares/kg. D) O Brasil exporta energia elétrica de Tucuruí embutida no alumínio. Cerca de 70% do custo final de produção de alumínio é o custo da energia elétrica. Mas o preço dessa energia não decorre de seus custos, e, sim, do preço internacional do alumínio, manipulado pelo cartel do setor; a Eletronorte vende o megawatt-hora por valor de 20 a 50% de seu custo. E) Em 1992, o Brasil exportou 4,4 milhões de tons. de bauxita (minério de alumínio) para arrecadar US$ 122 milhões. Péssimo negócio,*

[386] Há muitos casos estarrecedores, como: 1) a alienação da estatal Companhia Vale Rio Doce com imenso patrimônio, sem que a União recebesse um centavo liquidamente; entre as várias razões da nulidade dessa "privatização" estão: a) patrimônio incalculável (recursos naturais a ser comercializados no futuro, a preço incerto e crescente, em função de sua escassez crescente); b) o Tesouro Nacional assumiu, na operação, obrigações em valor maior do que o líquido recebido; 2) a cessão graciosa de minas, concessões, prospeções, etc.; 3) a compra a preços ridículos de fertilíssimas terras do pampa argentino por especulador ligado à oligarquia britânico-suiça, etc.

[387] O conceito de comércio, de fato, não se aplica a essa situação. A não ser o apontado por Goethe: "*comércio, guerra e pirataria são três em um*". Está mais para pirataria (dos centros) e para guerra, que as periferias perdem sem luta. Sem preço não há compra e venda: são operações ilegais, ajurídicas.

pois, para obter a mesma quantidade de divisas bastaria exportar 96 mil tons. de produto semi-acabado, que requereria apenas 10% da bauxita exportada." [388]

Bautista anota que os custos de extração transporte do minério de ferro, exportado pela CRVD (Cia. Vale Rio Doce), em quantidades crescentes, têm sido superiores aos dos preços de exportação do minério.[389] Ao longo dos anos o Brasil tem, portanto, pago para perder patrimônio, algo que desafia a lógica e não pode ser aceito pelo mais simplório dos empresários, que precisa, para viver, de vender a preço maior do que o do custo.[390] O mesmo autor relata, os desprezíveis e cadentes preços do quartzo, das pedras preciosas e da soja.[391] Berardo aponta análoga predação dos recursos do País no setor mineral, na informática, remédios e outras indústrias.[392] No caso do petróleo, há fatos não menos escabrosos. Entre esses: 1) os subsídios à nafta e a outros insumos utilizados pela petroquímica, toda construída com recursos públicos e, nos últimos anos, cedida, gratuitamente a ETNs; 2) por ser o único segmento fora do monopólio estatal, a atribuição crescente à distribuição dos ganhos da indústria, em favor de ETNs: uma imensa sinecura (Shell, Esso, Texaco e outras) não menos lucrativa do que a de que desfrutavam antes da criação da Petrobrás, isto é, da época em que o Brasil não produzia petróleo (as ETNs importavam derivados, sem sequer refiná-lo no País, interessando-lhes apenas a comercialização).[393] O esquema de fazer o Estado investir, i.é, monopolizar os ônus, concentrando as vantagens nas transnacionais, tem sido aplicado em todos os setores básicos.[394]

---

[388] Bautista Vidal, José W.: Fazer Caixa é Argumento Ridículo, em: Coletânea 5 – O Caso "Vale", ed. Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque, Rio 1997, pgs. 85 e segs.

[389] Bautista Vidal, J.: De Estado Servil a Nação Soberana Petrópolis 1987, pgs. 252 e segs.

[390] Esse é um dos fatos documentados nas petições dos procuradores da República e de outros juristas e cidadãos que têm questionado nos tribunais a "privatização" da CRVD, perpetrada em maio de 1997. Ele é uma das n razões a demonstrar que não houve só subavaliação, mas desconsideração total do valor nas "avaliações" encomendadas a consultorias estrangeiras. A CRVD não tem preço, porque: 1°: a soberania não o tem; 2°: não há como calcular o valor de depósitos minerais estratégicos, muitos dos quais não se comercializarão senão em 100, 200, 500 anos, não havendo sentido em sequer estimar o valor de mercado para seis meses; 3ª: n ativos tangíveis e intangíves de altíssimo valor não foram sequer considerados; 4ª: 2 trilhões de dólares é uma suposição conservadora. O "preço" pela alienação do controle (US$ 3,3 bilhões) é menor do que os ônus imediatos que a operação acarretou para a União. Esta, portanto, pagou, além de dar o patrimônio da CRVD. E isso depois de usá-la para prover ganhos a ETNs. Essas agora prescindem do Estado para dirigi-la, fazendo-o por meio de agentes "laranjas".

[391] Bautista Vidal, José W.: op. cit., pgs. 254/5.

[392] Berardo, João Batista: Brasilino – O que é Necessário Saber sobre Um Dia na Vida do Brasilino – Thesaurus, Brasília 1987.

[393] Informações sobre o tema são encontráveis em: 1) Bueno Ricardo, Petrobrás, Uma Batalha contra a Desinformação e o Preconceito, Rio, Anais, Ed. 2ª ed. 1994. 2) publicações da AEPET, entre as quais: a) Petrobrás – O que as Pessoas Querem Saber, Rio 1995; b) Interbrás, Rio 1993. Esta mostra como o 1° governo eleito pelo voto direto desde 1960 se apressou em liquidar a Interbrás: importante instrumento para usar o poder de mercado da Petrobrás, grande importador de petróleo, para exportar bens industriais brasileiros.

[394] Valiosas informações sobre o setor elétrico figuram em: José Luiz Cardoso Cruz: A Eletricidade no Brasil, do Império à República de Hoje, São Paulo 1994.

II.3.2. Dependências

II.3.2.1. Dependência cultural, raiz da periferização

A dependência, indissociável da periferização, é uma relação total: ainda que uma forma possa, em dado momento, sobressair sobre as outras, todas andam juntas: 1) cultural; 2) comercial; 3) financeira; 4) industrial e tecnológica; 5) político-militar. Elas interagem, retroalimentam-se. Qualquer uma suscita as demais. A dependência decorre tanto de causas externas, como internas. Como outros vírus ou agentes cancerígenos, combina o ataque (do centro) com falhas na resistência (da periferia). A **consciência nacional, base de toda autodeterminação**, é uma expressão de cultura, que unifica as consciências: a) social: toda a sociedade está no mesmo barco, b) econômica: os interesses a ser defendidos são comuns, e o serão tanto melhor, quanto mais os grupos sociais forem solidários; c) política, conseqüência das duas primeiras e, ao mesmo tempo, condição para o desenvolvimento delas. Os três elementos reforçam-se e integram-se, se a sociedade estruturar-se para isso. Toledo Machado situa muito bem a conexão entre a consciência nacional e as forças sociais, políticas e econômicas na história brasileira, apreciando seus episódios decisivos, como a Revolução de 1930.[395]

Tem sua origem na dependência cultural o fato de se estar demolindo, nos últimos decênios, tudo o que se havia construído. Isso porque as transformações no sentido do progresso, desencadeadas desde antes da Revolução de 1930 e com ela, mercê da situação internacional até 1945, não se puderam consolidar na consciência da elite, das classes médias e dos demais segmentos. Com efeito, **os centros mundiais não cessaram, nem mesmo durante aquele período, de inculcar ideologias nos brasileiros. Para isso usaram a tradicional influência cultural, promovendo: 1) ações planejadas de endoutrinamento político;[396] 2) penetração por meio dos filmes, depois da TV e demais meios do *marketing* comercial, econômico e político, os quais amiúde se misturam.**

As forças de coesão, que ainda se formavam, foram desequilibradas por forças dissociadas do interesse nacional e outras desprovidas de percepção adequada dele. Os brasileiros foram divididos: 1) uns seduzidos pela falsa democracia, um engodo para realinhar o País sob o controle capitalista externo, que o amarrou à dependência; 2) outros, pelo falso socialismo,[397] os quais levaram adiante aventuras irresponsáveis. Estas – bem como as doutrinas

---

[395] Toledo Machado, Luiz: Formação do Brasil e Unidade Nacional, IBRASA, São Paulo 1980.

[396] Foram influenciados alguns oficiais da Força Expedicionária Brasileira, que combateu heroicamente na 2ª Guerra Mundial, mas junto a um exército dos EUA. A endoutrinação foi intensificada nas missões permanentes nos EUA; nos cursos para oficiais do War College de Washington; e em instituições de formação "militar" no Panamá. Em II.6.5 e II.6.6, menciono institutos e associações financiados do exterior, que intervieram na vida do País.

[397] Na Parte I, em I.6.2.1, mostramos o que foi o "socialismo real" sediado em Moscou.

ateísta e de supressão quase que total da propriedade individual – causaram rejeição. Isso favoreceu os partidários da 'democracia', que dispunham de superioridade em recursos financeiros e nos meios de comunicação. Apenas os nacionalistas [398] estiveram, em parte, imunes à cegueira daquelas duas correntes, adeptas, conscientes ou inconscientes, da periferização de seu (?) próprio País. Eles encarnavam a consciência nacional, embora, em geral, sem clara percepção do processo e mal articulados, e a posição deles tinha apoio nos fatos. Para desqualificá-los e enfraquecê-los, os centros externos e coadjuvantes locais aproveitaram-se da presença ativa no País de movimentos de esquerda, associando estes aos defensores da nacionalidade. Isso era facilitado pelo fato de nacionalistas e comunistas denunciarem, ambos, escandalosas investidas do capital estrangeiro sobre o País. Apesar de a visão de uns e de outros ser diferente, os acólitos dos IDEs tinham mais um trunfo para confundir as mentes, e o Brasil foi-se tornando área de exploração dos centros mundiais, e foi sendo degradado a subdesenvolvimento pior que o de antes.

Para não sofrer de dependência cultural, não basta chegar a superpotência. À União Soviética, caso clássico de dependência cultural precedendo as demais, faltaram duas coisas essenciais: a) liderança: o grupo que detinha o poder político não tinha valores construtivos e criativos, não liderava o povo; este não podia acreditar em valores abstratos e, sob muitos aspectos, em choque com a realidade; b) educação verdadeira, apesar de a União Soviética formar, em quantidades imensas, cientistas e técnicos de alta qualidade. A penetração dos centros ocidentais encontrou espaço aberto. O canto de sereia da prosperidade capitalista, do consumismo, ecoou no país, propagado pela Rádio Europa Livre e vários outros meios, como o turismo ativo e passivo. Esses salientavam o contraste com a parcimônia em que vivia a população. Quanto mais se abria, mais o sistema soviético ruía por dentro. Ao instalar-se em Moscou um restaurante de cadeia de *fast-food*, houve filas dando voltas na Praça Vermelha. Os soviéticos estavam ávidos pelo que viesse do Ocidente, e a enganosa apresentação torna secundário o conteúdo. No vácuo cultural, o resultado da *glaznost/perestroika* foi a periferização mais rápida e espantosa da história. Uma superpotência transformada em zona de exploração imperialista, submetida à degradação em sua vida econômica e moral, com as máfias no comando. A devastação econômico-social não tem precedentes: enorme já sob o agente da "abertura", agravou-se ainda mais sob Yeltsin. Só a queda havida no período deste até 1996, precisaria, para ser compensada, de 20 anos de crescimento a 7% aa.[399] Mais de 60% da população ficaram abaixo do limite da pobreza.

---

[398] Esses nada tinham que ver com os partidos ou organizações comunistas, nem sequer, na maioria, simpatia. As posições comuns eram, porém, freqüentes, já que quem estava periferizando o Brasil não eram os comunistas – uma ameaça longínqua – e sim, muitos do centro, da direita, e até da esquerda, cúmplices da dominação do País pelo capital estrangeiro. Enquanto alguns países na linha de frente da guerra fria foram beneficiados pela bipolaridade, esta, no caso dos latino-americanos, ajudou a reperiferizá-los.

[399] Essa é estimativa é do Banco Mundial. Vide: Karol, K.S., em: *La Russie ôtage d'un capitalisme mafieux*, em: Le Monde Diplomatique, agosto de 1997, pg. 11.

II.3.2.2. Primeiro Mundo?

Sempre que um centro conquista posição hegemônica ou mesmo liderança tecnológica e industrial, cresce o mito da superioridade dos nacionais desse centro, com significativa componente racista. Com mais de 200 anos de supremacia britânica, difundiram-se idéias, transformadas em preconceitos arraigados, de que os britânicos seriam dotados de qualidades inaccessíveis a outros mortais. Uma seria o *fairplay*: ser justo, virtude simbolizada na máxima do esporte,[400] *"que vença o melhor"*. A implicação seria que na economia, na política e na guerra também é assim: o melhor vence sempre, o que, de resto, pode ser contestado, até no esporte, bastando ver as incríveis arbitragens no futebol, até em Copas do Mundo.

Ligada a essa idéia está a ideologia darwiniana – inconsistente dialética e cientificamente – segundo a qual os mais dotados eliminam ou exploram os menos dotados; esquecem que eventuais dominadores nem sempre o são. Eles podem apenas estar desfrutando de situações alcançadas por meios sem relação com proclamadas virtudes. As teses ideológicas de Spencer, tentando transpor ao campo social a biologia darwiniana, parecem de encomenda, para "justificar" o Império Britânico. Este conta em seu currículo com: a) uso do dinheiro para pagar agentes locais em todos os continentes, começando pela Europa, a fim de manter nações divididas e empenhadas em constantes guerras; b) financiamento dessas guerras e participação nelas por meio de mercenários; c) uso intensivo de espionagem e de violência tanto por agentes próprios como de terroristas a soldo; d) uso da força militar contra regiões cuja cultura não incluía aplicar técnicas industriais na guerra: nos portos ibero-americanos do Séculos XVI ao XIX,[401] nas inumeráveis operações coloniais, na Índia e outros lugares, sem falar nas guerras criminosas, como as do ópio, contra a China, e de extermínio, com campos de concentração, contra os Boers na África do Sul; e) desestabilização de governos; f) promoção e financiamento de falsas revoluções e de golpes de Estado.

Outro mito é o da fleugma britânica, da imperturbabilidade, marca de seres superiores. Do mesmo modo que a capacidade de trabalho ou as virtudes guerreiras, essa característica está presente em muitas etnias. E nem sempre a aparente imperturbabilidade é conseqüência de um espírito e/ou de uma educação elevados; ela pode ocorrer em indivíduos desequilibrados, os quais reprimem intensos conflitos, e, por vezes, se aplicam metodicamente – em perpetrar crimes. Eça de Queiroz, em 'Os Maias', expressa sua admiração pela educação dada aos jovens ingleses, sobretudo fazê-los saudáveis por meio da vida ao ar livre, exercícios. Mas, Eça, notava, em sua correspondência, excessos – e demasiada excitação de muitos e muitas – atribuídos à alimentação

---

[400] Transformado em mania, e, depois, em fonte de lucros mercadológicos.

[401] Depois das independências de resto, relativas", conduzidas por interesses britânicos, esse tipo de assalto foi substituído por outro, de escalas mais altas, o da dominação comercial e financeira.

com carne quase crua. E nas próprias escolas da 'elite' há práticas, nada positivas e até sado-masoquistas. E que dizer de *hooligans*, drogados, fãs de possessos e desviados deturpadores da música? E dos vândalos impregnados de álcool, como os que vão aos estádios agredir e depredar? Seriam fleugmáticos? Observam-se também desmentidos à pontualidade britânica e ao entusiasmo pelo trabalho, um dos mais baixos da Europa. Apesar das diferenças entre britânicos e norte-americanos – e só alguns destes julgam-se herdeiros de Albion – os EUA vêm sendo o principal ocupante do centro, depois dos mais de 200 de hegemonia britânica. Isso contribui para reforçar a falsa idéia da superioridade anglo-saxônica. A dominação, conjugada com a difusão pela *media* e demais condutos de acesso à opinião pública, suscitou admiração, quase que universal, por supostas qualidades dos faladores de inglês. Manifestação da dependência cultural – essa admiração é maior ainda entre os povos de há muito explorados economicamente pelas potências dominantes.[402]

Com a projeção de suas vigorosas culturas, a França e a Alemanha também figuram, na ótica dependente, à frente dos países ditos civilizados. O complexo de inferioridade das pseudo-elites latino-americanas, distinguindo como tais os PDs, situa o seu próprio país, por contraste implícito, entre os bárbaros ou primitivos. Entretanto, sob muitos aspectos, os hábitos ibero-americanos são mais civilizados do que os do suposto 1° Mundo. Comprovam-no a cordialidade, expressão de boa educação, e o respeito ao próximo, nesses países e em Portugal, situado, na "visão" dependente, fora da Europa. Na 1ª metade deste Século, as condições sociais, embora desiguais, não haviam sofrido as modernas deteriorações, ligadas à reinserção na dependência. Era, então, comum no Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, deixar abertas as portas das casas, tal o clima de civilidade. Visitantes estrangeiros encantavam-se não só com a natureza, mas com as relações humanas no Brasil. Um deles, tendo visitado escolas secundárias no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, notou não só a qualidade do ensino, mas ambientes sadios, inclusive o interpessoal.[403] Nesse tempo, surgiram Alberto Torres, Manoel Bonfim, Gilberto Freyre, Sérgio B. Holanda, Lima Barreto, Caio Prado Jr. e outros, que descobriam elementos positivos da identidade do País e percebiam o subdesenvolvimento intelectual da pseudo-elite, repetidora, com atraso, das modas européias de pensar que se iam sucedendo. **Aqueles reduziam a dependência cultural do país.** [404] **Despertava a consciência nacional do Brasil, e iniciava-se um processo de desenvolvimento econômico, abortado, a partir de meados dos anos 50, com a abertura aos IDEs.** Com ela, veio a violência urbana e demais doenças sociais em ascensão.

---

[402] Por exemplo, os portugueses, na sua maioria, costumavam, e costumam ainda, manifestar especial admiração pelos britânicos.

[403] Vasconcellos, José: *La Raza Cósmica*. México, 1° ed. 1917.

[404] Lembre-se, ainda, a riqueza das artes populares no Brasil, e as realizações de brasileiros nas eruditas e na literatura.

A dependência cultural – manifestada na cópia de modas, desde vestuário e perfumes a estilos literários e linhas de pensamento filosófico – tem sido reforçada nos últimos decênios, pela *media* audiovisual e pela mitologia tecnicista, que forma adoradores de "tecnologia". E, como o controle desta pertence aos centros dominantes, tudo o que provêm deles, é bem recebido nas (semi)periferias. Nada é mais característico da dependência que o uso da expressão Primeiro Mundo, associada ao que há de melhor, ao progresso, etc. Ignoram as mentes dependentes as terríveis mazelas das sociedades idealizadas sob aquele falso conceito, pois: 1) as belas expressões de cultura que ali ainda se encontram, muito devem ao influxo de várias tradições, e à preservação da cultura antiga, graças a árabes e mouros; 2) essas expressões foram suscitadas pelo progresso advindo de explorações comerciais em outras áreas e da economia de mercado, hoje em liquidação pelo capitalismo concentrador; 3) os povos europeus que as produziram não são a oligarquia concentradora do botim imperialista e da pilhagem derivada do sistema usurário, dito financeiro; 4) segmentos das sociedades dos PDs estão esterilizados e viciados, manipulados por ódio étnico, sem sentido de vida, e oscilam entre a apatia e a violência. E ignoram que a alta renda, crescentemente concentrada, ostentada pela oligarquia do "1° Mundo", provém, na maior parte, da periferização do "3°".

II.3.2.3. Avanço tecnológico e superioridade

A **dependência cultural** envolve a crença em que os êxitos econômicos dos centros provêm de qualidades inatas de seus habitantes ou de avanços que outros países já não têm mais como alcançar. A falta de conhecimentos históricos, combinada com a propaganda dominante faz atribuir mais seriedade e inteligência aos nacionais dos centros da tecnologia industrial. **No final do Século XIX e início do XX, os produtos industriais alemães eram considerados inferiores, insuscetíveis de comparar-se aos britânicos. Passados alguns anos, a indústria alemã tornou-se símbolo de qualidade e de precisão técnica. E a dos japoneses fazia rir, sinônimo de coisa barata, de 2ª ou 3ª categoria.** Atualmente, a indústria do Japão triunfa nos mercados por sua excelência tecnológica. Ao ver o Japão, nos anos 1850 e 1860, submetido a abrir suas portas às potências ocidentais, **Nietzsche incluiria os japoneses entre os que chamava de povos-gado, cujo destino seria ser dominados pelos povos de senhores. E que diriam os darwinianos dos coreanos e dos taiwaneses, na 1ª metade do Século XX?** Que eram geneticamente inferiores, pois tinham sido dominados, durante Séculos, pela China, e se transformado depois em objetos de exploração do imperialismo japonês. Ainda o diriam em 1960, quando a renda deles era mais baixa que as dos países mais pobres da AL. O próprio List, um dos primeiros a contestar que a lei das vantagens comparativas fosse um guia absoluto, não julgava a idéia aplicável às zonas tropicais, para ele ineptas à industrialização.[405]

---

[405] *"Um país da zona tórrida faria uma tentativa das mais funestas tentando tornar-se industrializado. Não lhe tendo a natureza dado vocação para isso, ele avançará mais se continuar a trocar produções agrícolas contra os manufaturados das zonas temperadas."* List, F.: *Système National d'Économie Politique*, Paris 1857, pg. 104.

Tudo isso é internalizado nas periferias, como os filhos que se tornam o que os pais dizem que aqueles são.

II.3.2.4. Interações entre as dependências

Não se costuma discutir adequadamente a interação entre as diversas formas da dependência, e muitos autores a vêem apenas sob o aspecto da especialização em produtos primários. Há poucos lampejos, como o seguinte. *"O fato é que os PMD (países menos desenvolvidos) não deveriam produzir fundamentalmente para os mercados de países desenvolvidos. Eles deveriam comerciar mais entre si e ser menos dependentes dos desenvolvidos em relação ao comércio. Os PMDs têm dentro deles próprios tudo que é necessário ao crescimento. Eles têm excedentes de combustíveis e dos principais minérios, e terra bastante para alimentar-se, se a cultivarem corretamente. Eles podem capacitar-se para a produção industrial e poupar o capital requerido para a modernização. O seu desenvolvimento não depende, a longo prazo, da existência dos países desenvolvidos, e seu potencial de crescimento não seria afetado, mesmo que todos esses submergissem sob o mar."* [406] Comentário. 1) Embora não se deseje essa catástrofe, há que convir em que o progresso dos PMDs seria favorecido, se eles fossem deixados em paz. 2) **Como os PMDs dispõem dos trunfos apontados, têm de haver razões de peso pelas quais eles não se desenvolveram. As causas são: 1) *internas*, sobretudo estrutura denotativa de deficiências sócio-econômicas graves, derivadas da periferização; 2) *externas*, como a pressão dos centros para penetrar nos PMDs a fim de explorar-lhe os recursos naturais e, por vezes, a produção industrial e o mercado; essas pressões são exercidas com meios poderosos, não só militares, mas culturais e ideológicos, reforçados, desde o Século XIX, pelos progressos técnicos das comunicações e dos transportes; 3) *interativas*, como a atitude receptiva da camada dirigente e a atração dela e de outros grupos sociais dos PMDs por modos de vida e produtos dos PDs.** Lewis não esclarece a interação entre as dependências. E, ocupando-se da financeira,[407] ligada à especialização nos bens primários, omite as inter-relações entre ambas e entre elas e os IDEs.

Até o Século XIX, a principal via de periferização era o comércio, secundado pela finança. O poder dos centros era sobretudo marítimo.[408] Assim, nos Séculos XVI e XVII, Veneza, Antuérpia, Gênova, Províncias Unidas e, por fim, Inglaterra, *grosso modo*, de 1680 a 1914. Esses centros organizavam as relações internacionais em seu proveito, apoiando-se nas marinhas: a)

---

[406] Arthur Lewis, W.: op. cit., pg. 71.

[407] Idem, ibidem, cap. 9, *The Volume of Debt*, pgs. 58 e segs.

[408] Hoje, o poder político-militar continua sendo determinante na periferização econômica, mas em menor grau que o da penetração cultural e ideológica.

mercante: vantagem comparativa nos fretes e seguros; b) de guerra: meio de pressão, nas zonas sob influência, e de defesa em relação a concorrentes à posição de centro. A periferização comercial-financeira é algo mais amplo do que o pacto colonial, apenas um dos instrumentos dela. Ela pode ser exercida sobre um país ou região, mesmo que esses não sejam parte formal de um império, como na América Ibérica antes e depois da 'independência' no início do Século XIX, e na maior parte da Europa Central, do Leste e do Sul. A periferização comercial envolve a extração de bens – não só matérias primas – a preços baixos, por vezes, até negativos. Na Índia, a partir do Século XVII, ela incluía bens manufaturados de alta qualidade, que as companhias britânica, holandesa e francesa comercializavam em outras partes da Ásia e em mercados europeus, africanos e americanos. E, no comércio atual, as semiperiferias industrializadas não têm melhorado sua relação de troca pelo fato de suas exportações se terem diversificado.

II.3.3. "Investimentos" diretos estrangeiros – IDEs

II.3.3.1. IDEs e outros tipos de "investimento" estrangeiro

Desde a 2ª metade do Século XIX, em função dos requerimentos de suas indústrias, produzindo em escalas crescentes, os países centrais, trataram de buscar as matérias primas nas colônias e nos países ditos novos. E, em vez de um só centro, dois outros passaram ao primeiro plano, além de outros países se terem industrializado. Prevaleceu, desde então, a disputa entre os centros por áreas de influência, o que, além de gerar numerosos conflitos armados e "revoluções", levou os IDEs a controlar a mineração em diversos países. A mineração, em especial, o petróleo, era o grande alvo dos IDEs, mas estes já haviam iniciado a extensão de seus domínios a outros campos, como a indústria de transformação e serviços. Intensificaram a penetração após a 2ª Guerra Mundial e chegam ao final do Século com o controle sobre a economia de países inteiros e posição de força nos próprios países em que têm sede. As ETNs determinam a dependência, extraem recursos dos PMDs e tolhem o desenvolvimento das forças produtivas locais. Os desgastes resultantes são maiores que os da dependência tradicional: 1) ocupação pelas ETNs da produção e do mercado interno; 2) empobrecimento, com a transferência de recursos;[409] 3) desemprego; 4) inviabilização: a) do desenvolvimento tecnológico; b) de empresas locais em segmentos dinâmicos de produção.

Nas falsas verdades difundidas aos quatro ventos, por economistas e outros, os IDEs aparecem como alternativa aos IIE (investimentos indiretos estrangeiros), i.é, os empréstimos e financiamentos, que, de imediato, se traduzem em dívida. Mas os investimentos *diretos* funcionam como o grande

[409] Os mecanismos dessa transferência são descritos em II.3.4.1.

formador *indireto* da dívida externa. Eles tornam inevitável e explosivo o crescimento da dívida, já que: 1) a indústria importa bens de capital e insumos a preços extorsivos, em razão de: a) controle do mercado local pelas transnacionais; b) dependência tecnológica; 2) aumenta o serviço dos empréstimos e financiamentos externos contratados para importar bens de capital e insumos usados na indústria e nos investimentos de infra-estrutura. **Em vez de reduzir-se a dependência financeira com os IDEs, estes a tornam insuportável. Vimos, em II.3.1, que eles produziram a tão decantada escassez de capital no Brasil, Argentina e outros PEDs.**

Os IDEs, portanto, são o principal agente da transnacionalização = globalização. Tendendo a ocupar espaços crescentes nos mercados dos PEDs, fazem abortar o desenvolvimento. Haveria algum tipo de investimento estrangeiro proveitoso para o país hospedeiro? – Só dentro de limitações difíceis de assegurar. Os empréstimos e financiamentos para importar bens de capital e/ou a absorver real tecnologia estrangeira, podem ser úteis a um PED, se este organizar-se com empresas de propriedade de capital local e demais elementos necessários a um processo autônomo de desenvolvimento. Sem isso, este é impossível: pode haver só crescimento temporário, estruturas instáveis e fracas. Em escala ampla, os empréstimos externos implicam que o "receptor" não é autônomo. Além disso, demonstram a fraqueza produtiva do país que importa bens industriais em proporção muito mais alta que a dos de concepção e fabricação local. Vê-se, pois, estreita interação entre as dependências comercial, financeira e tecnológica.

O Plano Marshall – que possibilitou fluxo de bens de produção dos EUA para países da Europa Ocidental e para o Japão, **financiados por capitais públicos** dos EUA – não serve de regra, pois foi um fato isolado de há 50 anos. Ele decorreu de condições estratégicas e políticas excepcionais, para reerguer as economias daqueles países: último recurso diante da forte presença político-militar do comunismo no após-guerra. **Não havia o fito de subdesenvolver, como se faz em detrimento dos países ricos em matérias primas estratégicas. Ainda assim, os países europeus 'beneficiários' pagam até hoje alto preço, uma vez que o empréstimo, em si vantajoso, foi acompanhado de IDEs de ETNs norte-americanas. O dano só não foi maior, porque a tradição tecnológica e o espírito de independência nacional naqueles países permitiram manter a maior parte dos mercados sob capitais locais** (o grosso do investimento *direto* foi nacional).

Costuma-se manifestar reserva em relação aos capitais indiretos de curto prazo, *hot-money* e capital-motel, pois muitos países têm sido devastados por ataques especulativos a suas moedas. E muitos exibem falsas e precárias estabilidades monetárias 'sustentadas' por esse tipo de capital, ao preço de juros insuportáveis, empobrecendo-se ainda mais. Não só ele, mas mesmo os capitais de médio e longo prazo representam ameaça à estabilidade financeira do país 'receptor'. Isso porque amiúde ocorrem prazos de

vencimento, e a renovação dá ocasião para extrair condições ainda mais draconianas. As economias de tais países se deterioram e são exauridas por taxas de risco e comissões. Acumulando-se déficits de transações correntes e outras debilidades, os bancos credores recusam a renovação, e o devedor é acuado a submeter-se à *Canossa* do FMI.

O investimento em carteira (*portfolio*), por meio da aquisição de ações nas bolsas de valores, está na fronteira entre os IIEs (empréstimos e financiamentos) e os diretos. Isso porque: 1) à semelhança dos diretos, envolve uma participação no capital [410] (acionária e não creditícia), a princípio, sem controlar a empresa tomadora dos recursos; 2) pode transformar-se em investimento direto, se a participação crescer e tornar-se bastante para assumir o controle da empresa.[411] Dessarte, um país que deseje dirigir sua economia tem de restringir essa modalidade mais do que os empréstimos e financiamentos. **O "investimento" produtivo, é bom, enquanto o especulativo é ruim? – Este é ruim, mas aquele, exatamente por, em tese, ser bom, pode ser até pior, se estiver nas mãos do capital estrangeiro.**

II.3.3.2. Abertura, capital estrangeiro e vulnerabilidade

A abertura ao comércio e às demais relações econômicas com o exterior conduz a crises, acarretando: 1) prejuízos irreparáveis à estrutura produtiva, em decorrência de ajustes como os modelados pelo FMI; 2) aprofundamento da dependência, i.é., da vulnerabilidade. Até mesmo países competitivos em muitos segmentos, inclusive dinâmicos, do comércio mundial, estão sujeitos a serem arrastados na escalada da dependência, especialmente os de dimensões pequenas. Isso porque, sendo elevado o seu coeficiente de comércio exterior, i.é, a relação entre exportações + importações e a produção total, esses países são levados a abrir o mercado de capitais a inversões nas bolsas de ações e outros títulos, e a tomar empréstimos e financiamentos externos. A abertura financeira enfraquece as defesas diante de ataques especulativos à moeda nacional e de pressões dos credores, como a elevação de taxas e comissões e a não renovação de créditos. Exemplo disso foi a Coréia do Sul, forçada, em fins de 1997, a recorrer ao FMI. Não obstante ter faltado base às pressões nas dificuldades reais da economia, a vulnerabilidade decorrente das aberturas impediu a Coréia do Sul de conter a crise. Esta foi formada e agravada com as exações da 'comunidade financeira internacional'. O resultado é subjugar o país e desmoralizar o sistema econômico que o conduzira do nada à condição de 2ª economia industrial da Ásia. Esse é o objeto e o fim do acordo com o FMI, trazendo as usuais medidas para castrar a produção e abrir mais ainda a economia. Dessa exigência não se fez mistério algum: não haveria acordo

[410] Há um título ainda mais intermediário: as debêntures conversíveis em ações, i.é, obrigações transformáveis em ações.

[411] E não é infreqüente que empréstimos e/ou financiamentos levem ao controle do capital, quando o devedor tem dificuldades em servir a dívida.

sem a admissão dos IDES, livre das restrições até então vigentes. Os bancos e autoridades dos países credores anunciaram que só participariam do resgate no quadro de um acordo com o FMI. Portanto, mesmo países em que é grande a resistência aos IDEs e a seus efeitos periferizadores, podem ser forçados a admiti-los, por haver antes admitido outras dependências. **Conclusão: abrir a economia é o mesmo que é, para um indivíduo, debilitar seu sistema imunológico, facilitando a penetração de vírus. No caso, os movimentos internacionais de capital.**

II.3.3.3. IDEs versus comércio e desenvolvimento

II.3.3.3.1. Investimento para quem?

Há poucas luzes na extensa literatura sobre comércio e desenvolvimento para iluminar as raízes da deterioração da relação de intercâmbio dos PSDs, porque não se costuma analisar adequadamente a influência dos IDEs nas transações correntes com o exterior. **Um dos raros autores que abriu caminho nessa análise foi Hans Singer.**[412] **A desatenção aos efeitos negativos dos IDEs ilustra a pressão ideológica na academia e nos organismos internacionais, entre outras instâncias. O tema é tabu**, e sua discussão, nociva às carreiras nas organizações. Por isso é **ocultado nos países centrais e pelas pseudo-elites das periferias**. Fala-se só da *'célebre tese de Singer-Prebisch'*: *"essa tese constata que os frutos do progresso técnico podem ser distribuídos, seja aos produtores, seja aos consumidores. "Nos países desenvolvidos, o progresso técnico dos ramos manufatureiros tem por resultado o aumento das rendas; nos produtores de alimentos e matérias primas, uma queda nos preços."* [413] Mas essa é a linha de Prebisch, adotada pela CEPAL,[414] a qual omite o essencial. Este é: **para escapar à desfavorável relação de troca:** 1) **não basta industrializar-se; 2) há que afastar o IDE do processo de industrialização.**

Diz Singer: *"A produtividade mais alta do setor exportador (do que a do que produz para o mercado interno e do que a do de subsistência) não significa que o comércio exterior tenha sido proveitoso para os PSDs*

---

[412] Singer, Hans W.: *The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries*, em: Singer: *International Development – Growth and Change*, New York 1964, pgs. 161 a 172, e em outras coletâneas. Também em The American Economic Review, 1950, vol. XL. São valiosas sobretudo 6 de suas 11 páginas, tópicos *The Drain on the Benefits of Investment, The Nonprogressive Nature of Traditional Investment* e *The End Result: Maldistribution of Gains*.

[413] Emmanuel, Arghiri: *L'Échange Inégal*, Paris 1972, pg.126.

[414] O artigo de Singer (1949) antecede os trabalhos da CEPAL. Também os precede escrito de Nurkse sobre a inferioridade (crescimento menor do mercado) do comércio de produtos de base em relação ao de bens industriais, pelas razões: a) nos PIs avançados a produção industrial cresce mais em setores que usam menos matérias primas; b) as técnicas economizam o uso destas; c) insumos sintéticos substituem os naturais; d) no PIB dos PIs aumenta o percentual dos serviços; e) a elasticidade-renda da procura por bens agrários é baixa; f) protecionismo agrário nos PIs. Nurkse, Ragnar: *Patterns of Trade and Development*, Oxford 1962.

na elevação de seus padrões gerais de produtividade, na transformação de suas economias e na disseminação de tecnologia moderna e do conhecimento de métodos de produção mais intensivos de capital." [415] Está posto o problema. A seguir, o método para tratá-lo: *"A questão da propriedade e os custos de oportunidade entram neste ponto.* ***"Será possível que nós economistas nos tenhamos tornado escravos dos geógrafos?"*** [416] Suavizadas por essa linguagem, eis **as questões centrais: 1) IDES: interessa saber de onde se controla a propriedade da produção: importa menos o lugar onde ela esteja sendo feita; 2) custos alternativos: os PSDs ganhariam bem mais se usassem seus fatores de produção, diversificando atividades; se não, os fatores tornam-se ociosos e perdem qualidade, uma vez que a economia se organiza segundo interesses centrados em outros lugares.**

A partir daí, identificam-se as causas, caminho para a solução. *"As instalações produtivas para a exportação nunca se tornaram parte da estrutura econômica interna dos PSDs, exceto em sentido geográfico e físico. Os principais efeitos secundários multiplicadores, que os livros-texto nos dizem dever esperar dos investimentos, aconteceram não onde os investimentos se localizavam, mas, sim, no país de onde provieram, na medida em que os ganhos deles retornaram diretamente para lá. Economicamente, são postos avançados das economias dos países investidores."* E: *"Se o teste adequado do investimento é o efeito multiplicador na forma de adições cumulativas à renda, ao emprego, ao capital, ao conhecimento e ao crescimento de economias externas, muito do investimento 'estrangeiro' deve ser considerado, de fato, investimento interno do ponto de vista dos países industriais – PIs"*

"Onde o objetivo e o efeito dos investimentos foi abrir novas fontes de alimento para as pessoas e as máquinas dos PIs, temos estritamente investimento interno destes no sentido econômico relevante. Assim, o fato de ter a abertura dos PSDs ao comércio sido dirigida ou tornada possível pelo IDE não parece prova geralmente válida de que essa combinação tenha sido especialmente benéfica para esses países." [417] Apesar dos eufemismos, a lição é clara. **E, embora trate do comércio de bens primários das periferias, o argumento ajuda a entender que os IDEs no setor industrial também são detrimentais para os países hospedeiros.**

II.3.3.3.2. Custos alternativos

"Se aplicarmos o princípio dos custos de oportunidade ao desenvolvimento das nações, a ***importação de capital nos PSDs*** *com o*

---

[415] Singer, op. cit. pg. 162.
[416] Singer, op. cit. pg. 163.
[417] Singer, op.cit. pg. 163.

fito de torná-los fornecedores de alimentos e matérias primas para os PIs pode não haver sido apenas ineficaz para dar-lhes os benefícios do investimento e do comércio, mas positivamente ***prejudicial***". E: "*O setor exportador nos PSDs pode bem ter sido menos produtivo do que as indústrias locais que se poderiam desenvolver, se esses países não se tivessem especializado na exportação de bens primários, dando assim a outros países os meios de produzir bens industriais com superior eficiência.*" Comentário:

1) O raciocínio vale também para outros casos em que haja diferença de produtividade entre duas ou mais atividades. Não só entre : a) bens primários e industrializados; mas: b) industriais intensivos de recursos naturais ou de trabalho pouco qualificado e industriais intensivos de capital/tecnologia; c) industriais padronizados (*standardized*) e bens de tecnologia dinâmica; d) intensivos de capital e intensivos de tecnologia; e) serviços com requerimentos modestos de qualificação da mão de obra e produtos/serviços intensivos de conhecimentos e experiência.

2) As atividades menos dinâmicas tipificadas pela produção primária para exportação, mas não restritas a esta, absorvem parcela ínfima da população ativa (e que dizer de países grandes e populosos?). Terra, água, sol e outros recursos naturais abundantes também deixam de ser usados. As pessoas e os recursos naturais são os dois fatores de produção originários. O capital e a tecnologia são derivados, resultando da progressiva interação entre os dois básicos. Assim, se estes ficam ociosos, não são gerados recursos para a infra-estrutura, demais bens de capital, nem para desenvolver tecnologia. Limitado um país às atividades mal remuneradas, em que há muitos produtores concorrendo, e os mercados no exterior restritos, não há tampouco mercado interno significativo para ocupar os fatores locais. A renda permanece baixa, a escala do mercado não justifica produções locais de maior valor agregado, nem há tecnologia para produzir bens que competem com importações dos PIs. Esse é o círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Para sair dele, só fazendo reservas de mercado, i.é., restringindo importações e barrando IDEs, para ir elevando a produção local quantitativa e qualitativamente, e acumulando tecnologia e capital. O processo rapidamente ganha corpo, dependendo apenas de políticas corretas e da resposta a elas com os investimentos na produção. Nos países que se desenvolveram era pequena a quantidade de capital disponível no início do processo, e isso não os impediu de crescer rapidamente. A escassez inicial de capital não foi, portanto, limitante ao desenvolvimento, pois essa escassez é relativa às necessidades de investimento em cada etapa do processo. O capital acumula-se à medida que aumenta o vulto dos investimentos necessários. O fundamental é não haver vazamentos causados pelos IDEs e por erradas alocações de recursos. Entre outras: 1) sobreinvestir em bens primários ou outros destinados à exportação, o que faz, a médio e longo prazo, deteriorar ainda mais a relação

de troca;[418] 2) subsidiar exportações industriais, piorando essa relação: e os subsídios fazem com que se transfira mais recursos reais ao exterior a preço ainda mais baixo, e até inferior ao custo real; 3) investir em indústrias intensivas de mão de obra, com salários e benefícios sociais minguados;[419] 4) gastar em consumo supérfluo, investimentos mal concebidos e/ou não reprodutivos e com elevado teor de importações. Esses desperdícios provêm da distribuição social de poder e da concentração da propriedade, inerentes à periferização.

II.3.3.3.3. Imigração e desenvolvimento

Voltando a Singer: "*Não será que a exportação absorveu o pouco de iniciativa empresarial e investimento local que havia (num PSD) e ainda por cima fez com que a poupança interna fosse para o exterior?*"...E: ***"Tudo o que podemos dizer é que o processo de investimento tradicional tomado em si mesmo parece ter sido insuficiente para encetar o desenvolvimento interno, a menos que o investimento aparecesse sob a forma de migração de pessoas."*** **Esta magnífica passagem confirma o que vimos, em I.3., sobre a formação dos centros: nenhum deles se desenvolveu à base de IDEs, e todos obtiveram ganhos em função da quantidade e/ou das qualificações dos imigrantes que acolheram.** O nacionalismo baseado no espírito e na razão, é humanista e proveitoso. Nada tem que ver com 'xenofobia', esta presente nas mentes dadas ao irracionalismo. **À diferença do capital controlado de fora, a pessoa física estrangeira que se vem radicar num país, identifica-se com ele e nele organiza a sede de suas atividades.** E é no homem – e não no capital – que residem os conhecimentos técnicos e a capacidade de absorver e de criar tecnologia. **Ao contrário dos IDEs, que extraem recursos do país hospedeiro, os imigrantes representam valioso aporte, em cuja formação e educação o investimento foi feito no exterior. Na perversa desordem econômica internacional dos últimos 40 anos, tornada demencial nos últimos 15, são os PSDs que exportam gratuitamente seus cérebros** e sua força de trabalho para os países centrais. E 'nacionais' servem os interesses externos em detrimento do País, aplicam dinheiro e consomem descontroladamente no exterior: esses não são funcionalmente nacionais. Tal como os executivos estrangeiros dos IDEs, identificam-se com os centros.

---

[418] Exemplo disso foi a política de "valorização do café" praticada pelo Brasil nos primeiros decênios do Século e mesmo depois. Os estoques acumulados, que não puderam ser exportados, tornaram-se imanejáveis quando eclodiu a depressão mundial em 1930. É o teorema da teia de aranha, que cresce sem parar. Vide: Kindleberger, Charles: *Foreign Trade and The National Economy*, New Haven 1962, pgs. 108 e segs. Hoje faz-se o mesmo na indústria de papel e celulose e outras preferidas nos financiamentos do BNDES.

[419] As ex-semiperiferias industrializadas, como o México, a Argentina e o Brasil, praticam salários baixos. Contrariando as teorias simplistas, crescem o desemprego e o subemprego. Mudar essa situação é imperativo não só social, mas econômico, só possível, rasgando as atuais relações e criando um modelo de desenvolvimento conforme a experiência dos que o alcançaram, e com melhor eqüilíbrio social que o destes. Salários altos atraem imigrantes qualificados. É inútil reclamar da evasão de cérebros e estimulá-la (o que fazem todas as políticas desses países).

É patente o contraste entre os efeitos positivos da imigração [420] e os resultados deletérios dos IDEs. Nos países novos, os imigrantes viabilizaram o rápido desenvolvimento do mercado interno. Atente-se para o notável progresso da Argentina, do final do Século XIX ao fim da 2ª guerra mundial, e de São Paulo e do Sul do Brasil, do início do XX aos anos 60 e 70. [421] Depois, tendo-se as ETNs apossado dos promissores mercados, a vida deteriorou-se sob todos os aspectos: além da miséria em massa e do atraso industrial e tecnológico, ambos países estão a braços com endividamento galopante. O Estado de São Paulo, com sua capital, agradável até os anos 50 e 60, com o próspero interior e 57% do produto industrial do Brasil, ostenta hoje doenças sociais e dívida pública de mais de 100 bilhões de dólares (mais de 80 bilhões de reais só na interna) cujos juros, a taxas de mercado, superam em muito a receita estadual.

II.3.3.3.4. IDEs: dependência tecnológica e financeira

Os apologistas dos IDEs anunciam a falsa promessa de que estes seriam vetor de tecnologia, A tecnologia só se desenvolve sob condições como as descritas sobre o Japão (I.3.5). A tecnologia embutida nas máquinas é o componente mais nobre e mais caro delas. Mas importar máquinas é pagar caro por essa tecnologia, sem recebê-la. Operar as máquinas não dá acesso a ela. Ao receber-se instalações completas, não se aprende sequer como fazer-lhes a manutenção, nem repará-las, e menos ainda recriá-las ou aperfeiçoá-las. A absorção da tecnologia, que envolve todas essas capacidades, só se dá nos cérebros e no ser das pessoas. Por isso, só há desenvolvimento tecnológico se as empresas que usam tecnologia a produzem elas mesmas ou a adquirem de produtores locais de tecnologia. As condições necessárias e, em conjunto, suficientes são: 1) que as empresas do país tenham acesso aos mercados do país, o que é impossível se este for aberto a ETNs mundialmente poderosas; 2) o Estado invista em: a) educação e capacitação; b) pesquisa e laboratórios tecnológicos; c) promoção à imigração de pessoas qualificadas; d) empresas produtivas; e) infra-estrutura.

A importação de máquinas faz aumentar a dependência tecnológica. Daí a nocividade dos incentivos aos IDEs e à importação de bens de capital por empresas nacionais e até estatais. E, como essas importações são caras – e as exportações da indústria tecnologicamente dependente são limitadas – o resultado são déficits e endividamento externo. A dependência financeira vem a reboque da tecnológica, decorrente da abertura aos IDEs. A financeira realimenta-se e cresce, impulsionada por instituições como o Banco Mundial, o BID, entidades de financiamento à exportação dos países centrais, e bancos comerciais e de 'investimentos' ou 'negócios'. Facilitada a importação

---

[420] Se for de gente sadia, ainda que não tecnicamente qualificada.

[421] O período de imigração intensa, de centenas de milhares de pessoas por ano, deu-se na Argentina, desde os anos 1870, e no Brasil, desde os 1880, até quase a 2ª Guerra Mundial.

financiada de bens de capital, reforça-se a dependência tecnológica, intensificada também pelos IDEs em processo de dominar os mercados locais. E a falsa idéia (dependência cultural) da falta de capital é a alavanca para dependências financeira e tecnológica muito maiores que antes.

II.3.3.3.5. Vantagens comparativas/economias externas

O pensamento dialético é de valia para não deixar-se enganar por linearidades. Singer dá mais uma lição disso: ***"Um elemento fundamental é o mecanismo pelo qual uma coisa conduz a outra, e a contribuição mais importante da indústria*** [422] *não é o seu produto imediato (como é suposto pelos economistas e estatísticos) e nem mesmo o efeito dela sobre outras indústrias e os seus benefícios sociais imediatos (até aqui os economistas foram guiados por Marshall e Pigou), mas talvez,* ***além disso tudo, é o efeito dela no nível geral de educação, qualificações profissionais, modo de vida, inventividade, hábitos, acervo tecnológico, criação de nova procura, etc.*** *E é precisamente por isso, talvez, que as indústrias são tão universalmente desejadas pelos PSDs: elas fornecem os pontos de crescimento para maior progresso técnico, educação urbana e para o dinamismo e flexibilidade ligados à civilização urbana, bem como para as economias externas."* [423]

Em suma, **o comércio e o investimento externo têm efeitos bem diferentes dos atribuídos pela teoria das vantagens comparativas**. *"A especialização dos PSDs na exportação de bens primários aos PIs, principalmente em resultado dos IDEs, tem sido desafortunada para aqueles por duas razões: 1) transferiu - do país em que o investimento ocorreu para os PIs - a maior parte de seus efeitos secundários e cumulativos; 2) desviou os PSDs para atividades que oferecem menos campo ao progresso técnico, economias internas e externas, e retirou do curso de sua história um fator central de irradiação dinâmica que revolucionou a sociedade nos PIs. E há um fator talvez ainda mais importante: a relação de intercâmbio. É matéria de fato que, desde os anos 1870, a tendência dos preços tem sido pesadamente desfavorável aos vendedores de alimentos e matérias primas e favorável aos de artigos industriais."* [424]

II.3.3.3.6. IDEs: relação de troca e os ganhos do comércio

Passando à explicação: *"Todas as provas são de que a produtividade aumentou menos rapidamente na produção de alimentos e matérias*

---

[422] O que Singer diz da produção primária em comparação com a indústria vale para todos as outras alternativas que enunciei em II.3.3.3.2, nas quais o segundo termo é superior ao primeiro.
[423] Singer, op. cit. pgs. 164/5.
[424] Idem, pg. 165.

primas, mesmo nos PIs, e indubitavelmente menos nos PSDs, do que a produtividade nas indústrias dos PIs." [425] E: *"A possibilidade de que as relações cambiantes dos preços reflitam meramente tendências relativas na produtividade deve ser descartada pelo fato de que os padrões de vida nos PIs – basicamente governados pela produtividade nas indústrias – têm-se elevado demonstravelmente mais rápido do que os padrões de vida nos PSDs – geralmente governados pela produtividade na agricultura e na produção primária – nos últimos 60 ou 70 anos.*[426] *Por mais importante que o comércio exterior possa ser para os PSDs, se a relação de troca deteriorada (do ponto de vista deles) refletisse as tendências relativas das produtividades, isso não poderia deixar de se mostrar também nos níveis relativos das rendas reais internas."* [427] De fato, se variações na produtividade determinassem as variações da relação de troca, a deterioração do ponto de vista dos PSDs indicaria que a produtividade nos PSDs se teria elevado mais do que nos PIs (maior produtividade, na teoria, faz baixar o preço). E a renda daqueles teria aumentado mais do que a destes.

"Os frutos do progresso técnico podem ser distribuídos, ou aos produtores, sob a forma de renda crescente, ou aos consumidores, sob a forma de preços mais baixos." [428] Singer nota que o primeiro método valeu para os bens produzidos nos PIs, e o segundo, para os produzidos nos PSDs. *"Como os produtores e os consumidores no comércio internacional não fazem parte do mesmo corpo de pessoas, a elevação de renda dos produtores em excesso da elevação de sua produtividade é uma carga absoluta para o consumidor no exterior. Ainda que a elevação da renda dos produtores seja compensada por incrementos na produtividade, de modo que os preços fiquem constantes, ou mesmo que estes caiam menos que o aumento de produtividade, ainda há carga relativa sobre os consumidores do exterior... Já onde os frutos do progresso técnico são repassados por meio de redução nos preços, o consumidor do exterior beneficia-se junto com o local. Nem se pode dizer, em face da notória inelasticidade da procura por bens primários, que a queda nos preços relativos destes tenha sido compensada por efeitos na renda total."* [429] A relação de troca bruta exprime a receita, i.é., a quantidade e o preço combinados. É mais relevante, pois, do que a líquida. E ambas foram desfavoráveis à periferia, produtora de bens, em que a procura é inelástica, e a oferta, pouco concentrada e difícil de limitar. Esses bens são, o mais das vezes, os primários, mas não necessariamente só estes. As atividades mais rendosas são correlacionadas aos poderes tecnológico, financeiro e informacional (marketing).

---

[425] Idem, pgs. 165/6.
[426] O artigo é de 1949; portanto, mais ou menos desde 1875.
[427] Singer, op.cit., pgs.165/6.
[428] O que também é elevação da renda real.
[429] Idem, pgs. 166/7.

*"O progresso técnico opera inequivocamente em favor dos bens industriais ...e não tem o mesmo efeito na procura por alimentos e matérias primas. Nos alimentos, a procura não é sensível a aumentos da renda; e, em relação às matérias primas, o progresso técnico realiza reduções na quantidade usada por unidade de produto, que podem compensar o aumento no volume da produção industrial. Essa falta de multiplicação automática e a baixa elasticidade da procura por bens primários resulta em grandes quedas nos preços, não apenas cíclicas, mas também estruturais. Os PSDs ficam, na 'divisão internacional do trabalho' com o pior dos dois mundos, pagando caro pelo que importam e recebendo pouco pelo que exportam, além de perderem os frutos do progresso técnico. O inverso ocorre nos PIs. Os países exportadores de capital receberam seu retorno muitas vezes, desfrutando de: 1) possibilidade de construir indústrias exportadoras de bens industriais e assim transferir seus fatores de produção de atividades de baixa para as de elevada produtividade; 2) economias internas das indústrias em expansão; 3) impulso dinâmico irradiado das indústrias em sociedades progressistas; 4) frutos do progresso técnico na produção primária como maiores consumidores dessa produção; 5) contribuição dos consumidores estrangeiros de bens industriais para o aumento da renda dos produtores. Talvez **o sentimento** amplo, embora desarticulado, **nos PSDs de que os dados (do jogo) estejam carregados contra eles não é,** no fim das contas, tão **desprovido de fundamento como a teoria pura do comércio poderia levar-nos a crer.**"* [430]

Singer diz haver um legítimo grão de verdade na acusação de que o IDE do tipo tradicional fez parte do sistema de "imperialismo econômico" e de "exploração". [431] Além referir-se eufemisticamente aos efeitos dos IDEs, Singer fala aí só do "IDE do tipo tradicional", o que amarrou os PSDs à especialização na produção primária. Ora, esse foi superado, em poder devastador, pelo IDE na produção industrial, realizado nas, antigamente, promissoras semiperiferias.[432] Este ata a indústria a uma subordinação e especialização não menos danosa que a tradicional. Sob o controle dos IDEs, a diversificação produtiva não implica menor, mas, sim, maior exploração.

II.3.4. ETNs, veículos do IDE

II.3.4.1. Mecanismos da transferência de recursos

A periferização por dentro dá maior dimensão à comercial e a torna qualitativamente mais significativa, não limitada ao comércio entre matérias

---

[430] Idem, pgs. 167/8.

[431] Idem, pg. 167.

[432] Vide notas: a) em II.2.1, referente ao Brasil, Argentina e México em comparação com outros países desenvolvimento em meados do Século XX; e b) em II.2.7, sobre o crescimento do produto real no Brasil de 1900 a 1950. Importante: foram negligenciáveis os reais ingressos de IDEs, o que não impediu as ETNs de apropriar-se da indústria local.

primas numa direção e bens industriais na outra. Isso resulta de o comércio internacional fazer-se na maior parte, entre ETNs e, em grande parte, por meio de operações intra-empresa, as quais facilitam a transferência de recursos no comércio exterior. É a *transfer-pricing*, a fixação pelas ETNs dos preços de importações e exportações de bens e de serviços, reais ou fictícios. Dos 6,1 trilhões de dólares do comércio mundial de bens e serviços, em 1995, 1/3, i.é, 2 trilhões referiam-se a operações intra-empresa. E mais de 1/3 eram transações inter-transnacionais, isto é, entre ETNs distintas.[433] No primeiro caso, a fixação dos preços é feita segundo a conveniência da matriz. No segundo, as empresas envolvidas podem compensar-se por mútuo entendimento. Em ambos, se está num universo de concorrência altamente imperfeita, longe da determinação dos preços em mercados livres da interferência de grandes participantes.

Que se transfere? Os enormes lucros reais obtidos no mercado interno, onde as ETNs impõem seus preços, desfrutando de, no mínimo, oligopólios. O custo real dos insumos empregados na produção é baixíssimo: zero para o equipamento e a tecnologia, vindos da matriz amortizados; salários ínfimos; energia e outros insumos locais baratos e subsidiados. E mais subsídios da política econômica telecomandada. **É a contabilidade que eleva, no papel, os custos de produção (importações caras) e reduz a receita da subsidiária (exportações baratas). Assim evaporam-se os lucros desta.** Mas o alto preço e o baixo custo reais significam **lucro** elevadíssimo. Este é **transferido ao exterior e, ao mesmo tempo, a subsidiária da ETN não paga, ou quase não paga, imposto de renda no país.**

No caso de países como o Brasil, com expressivos mercados internos, dominados por ETNs, o volume da poupança extraída do país é maior, em termos absolutos e relativos, do que na média dos PEDs. **Diz-se que a poupança no Brasil é pouco mais de 15% do produto interno bruto (PIB), porque não se contabilizam nela, mais, no mínimo, 20 % do PIB, remetidos ao exterior.** E o PIB real não é mais que 75% do oficial. Ora, se a poupança oficial é 15%, ela chega a 20% do PIB real, sem contar as transferências ao exterior.[434] Além das operações das ETNs, há a fuga de

[433] Dados da Organização Mundial do Comércio, OMC: O comércio e o investimento direto estrangeiro", Genebra 1996.

[434] As referências ao PIB, no Brasil, distorcem a realidade, pois ele tem sido aumentado contabilmente, por mudanças metodológicas em sua apuração. Além de uma, que o elevou em 30% em 1970, houve mais recentes, como a de outubro de 1996, quando o PIB foi reavaliado de US$ 576 bilhões para US$ 701 bilhões. Nessa ocasião, trocou-se o método da paridade do poder de compra pela taxa média anual de câmbio. Em fins de 1997, o PIB está sendo dado como de R$ 850 bilhões. Assim, sofrem redução, em percentagem dele, indicadores que, de outro modo, assustariam: a) o déficit das transações correntes com o exterior; b) o montante das dívidas interna e externa; c) os déficits e os juros públicos. E há mais razões pelas quais o PIB é altamente enganoso: 1) interessa o produto nacional e não o interno, e, como quase tudo pertence a ETNs, o 1° é muito menor do que o 2°; 2) interessa, não o bruto, mas, sim, o líquido, que expurga a depreciação do capital fixo e os impostos indiretos; 3) no PIB entram os juros das enormes dívidas. O número correto não passaria de 60% do oficial. Estimo 75%, levando em conta a economia informal e a sonegação.

capitais por parte de brasileiros e de estrangeiros residentes no País. À parte a conexão dessa fuga com fraudes e propinas, há que ver nela um efeito do modelo dependente.[435] Como os IDEs e outros "investimentos" estrangeiros são insaciáveis na apropriação e na transferência de recursos, os poupadores locais também tratam de enviar suas economias ao exterior, ainda que isso seja coibido e capitulado como crime na Lei, pois não têm meios de defender-se de confiscos e/ou exações tributárias e outras, destinados a cobrir déficits públicos causados por aquela apropriação.

As exportações das subsidiárias das ETNs industriais, no México, Brasil, Argentina e Venezuela, para subsidiárias situadas em outros países corresponderam a 75% de suas exportações totais. E, nessas operações intra-empresa, na maioria entre subsidiárias situadas em países latino-americanos, os preços foram cerca de 40% mais baixos do que os pagos pelas firmas dos países importadores. No caso de seis outros países latino-americanos de onde as ETNs exportavam para subsidiárias situadas em outros continentes, foi de 50% o nível médio da rebaixa (*underpricing*).[436] Esses dados são dos anos 60 e início dos 70, quando começaram os subsídios à exportação de manufaturados, no Brasil, Argentina e outros. Os subsídios cresceram e vêm elevando a enorme transferência de recursos.

No tocante às importações, o preço de transferência é mais alto para a subsidiária do que o preço normal. Esse é um mecanismo determinado pela matriz para transferir extra-legalmente fundos da subsidiária para algum lugar de sua rede de negócios. Citando um professor de administração de empresas, aduz Müller: *"A gerência racional usará o mecanismo dos preços de transferência de forma a reduzir ao mínimo os encargos fiscais da companhia (matriz), demonstrando lucros mais altos em países onde a taxação é mais baixa."* [437] **Para saber quanto está lucrando a matriz da ETN, não é suficiente examinar as estatísticas do**

---

[435] Estima-se, conservadoramente, a média anual da fuga do Brasil em US$ 3 bilhões/ano, quase 0,5 % do PIB. O acumulado foi estimado pelo Morgan Guaranty Trust (1992) em US$ 60 bilhões, a mesma quantia que haveria, somente na Suiça, de dinheiros de brasileiros, segundo o Deputado Jean Ziegler, daquele país (1992). O Banco Mundial – BM calculou, para o período 1975/88, US$ 27,5 bilhões: (1) acumulação US$ 19,1 bilhões e (2) capitalização de fluxos, o restante. Ver: Meyer, Arno e Marques, Maria S.B.: A fuga de Capital no Brasil: 1975/88, em: Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio, abril de 1990, pgs. 65/74. Mas o BM, que orçava, em 1988, o estoque em US$ 40 bilhões, subestima a fuga, para ele igual à entrada líquida de capital de não-residentes (empréstimos e IDEs) em excesso à quantia necessária para financiar o déficit em conta corrente e o aumento das reservas internacionais. Esse método não conta os depósitos diretamente feitos no exterior: a) em favor de exportadores, referentes a diferença entre o preço efetivo e o declarado na operação; b) relativas a propinas a intermediários e a ocupantes de cargos oficiais e em estatais, em transações lesivas ao País; c) outras remessas ao exterior que não passam por bancos locais. O fluxo na AL, só no ano de 1997, segundo o BM, foi de US$ 14 bilhões.

[436] Müller, R. e Morgenstern, R.: *The Impact of Multinational Corporations on the Balance of Payments of LDCs: An Econometric Analysis of Pricing in Export Sales*, doc. para a American Economics Association Annual Meetings, Toronto, dez. 1972.

[437] Müller, Ronald: *Multinational Corporation and The Third World*, em *The Political Economy of Development and Underdevelopment*, ed. Wilber C., N. York, 1979, pg. 169. E: Aharoni, Yair: *On the Definition of a Multinational Corporation*, em: *The Multinational Enterprise in Transition*, Princeton 1972, pg. 11.

país-sede desta e as dos hospedeiros. Nos centros da economia mundial, os impostos costumam ser altos: daí, as ETNs preferem enviar substancial parte de seus ganhos a praças "*offshore*", os paraísos fiscais *(tax havens)*. Uma investigação judiciária na Colômbia verificou o uso do **comércio triangular** em grande proporção nas importações com sobrepreço. A ETN expedia os produtos da matriz ou de subsidiárias sediadas nos EUA ou na Europa para uma companhia ***holding* no Panamá.** Nesse refúgio fiscal, o preço era elevado para o sobrepreço, e daí feita a reexportação para a Colômbia. [438]

Demonstrando a transferência de recursos, com clareza e sustentação empírica,[439] Vaitsos encontrou **sobrepreços** dos componentes importados por subsidiárias de ETNs na Colômbia, em 1968, em médias ponderadas, nas indústrias: **1) farmacêutica: 155%; 2) borracha: 40%; 3) química: 25,5%; 4) eletrônica; 16 a 60%.** [440] **Müller nota casos semelhantes em outros países. No Chile, os sobrepreços variavam de 30% a mais de 700%, no Peru de 50 a 300%, no Equador de 75 a 200%. Houve, além disso, fraudes, como o envio pela matriz de menor quantidade que a faturada à subsidiária. Compondo diversos mecanismos, chegou-se, num caso, a 2.500%.** [441]

Em conjunto, o sobrepreço nas importações, mais os lucros declarados, royalties e taxas perfazem o valor dos lucros gerados por uma subsidiária, num ano. Dividindo esse valor pelo líquido declarado do investimento (incluindo ganhos reinvestidos), obtém-se a 'taxa anual de retorno do investimento'. **Vaitsos e seu grupo fizeram os cálculos para subsidiárias de ETNs na Colômbia, controladas em 100% do capital pelas matrizes: a taxa efetiva de retorno dessas subsidiárias foi 136,3%. Os rendimentos declarados por elas foram de 6,7%.**[442] E o método de Vaitsos é muito conservador, pois, entre outras omissões, **não conta os ganhos** decorrentes das operações que se completam em território da matriz ou de outra subsidiária, iniciadas por **exportações com subpreço** da subsidiária em causa. Além disso, **a inclusão, na base do cálculo, dos lucros reinvestidos subestima a taxa dos novos lucros, já que a maior parte do capital registrado provém da acumulação de recursos obtidos no país 'receptor'.**

Além da *transfer-pricing*, há *n* meios de transferir renda ao exterior. 2) Juros. As matrizes fazem empréstimos às subsidiárias com taxas de juros

[438] Vaitsos, Constantine: *Interaffiliate Charges by Transnational Corporations and Intercountry Income Distribution*, trabalho para doutorado, Harvard, 1972, Anexo 3.

[439] Vaitsos, Constantine: *Intercountry Income Distribution and Transnational Enterprises*, trad. brasileira (que omite, no título, o essencial *'intercountry"*: entre países): Distribuição de Renda e Empresas Multinacionais, Rio 1978.

[440] Vaitsos, C.: op. cit. pg.48.

[441] Müller, op. cit. pg. 170.

[442] Vaitsos, C.: *Interaffiliate Charges*, op. cit., pgs. 69 a 73.

elevadas, acima do nível, já alto, determinado pela política econômica imposta a países "devedores" para conter a demanda interna, asfixiando-lhes a produção. Os juros levam, pois, a: a) nova transferência de ganhos obtidos no mercado local; b) isenção de tributo nas remessas; c) mais uma despesa a baixar o lucro contábil da subsidiária e a reduzir o imposto de renda a pagar.

3) **Assistência técnica,** supérflua no quadro da dependência tecnológica, pois as atividades técnicas da subsidiária reduzem-se a seguir os manuais de operação e de manutenção das instalações importadas sob *"turn-key"*, mas não obstante, muita transferência ao exterior é feita a esse título e, mais, no Brasil, quando o País passou a permiti-la de subsidiária à matriz. **4) Tecnologia,** jamais transferida para quem a paga, mas o título é gerador de déficit na conta de serviços. **5) Uso de marcas,** abrangente na economia periferizada por dentro, uma vez que, em quase todos os mercados, vendem-se bens e serviços de marcas estrangeiras. **6) Consultoria e auditoria.** orientada pelos interesses das matrizes das transnacionais, como ocorre no processo dito de privatização. Quando esses "serviços" são contratados localmente, o são em benefício, quase sempre, de subsidiárias de ETNs. **7) Transportes.** A presença dominante das ETNs determina que o comércio se dê em transportadoras transnacionais. Essa situação se agravou com a liquidação de linhas de navegação nacionais. **8) Seguros e resseguros.** Crescentemente no Brasil os negócios de seguros referentes a transações externas são direcionados para ETNs. Isso se acelera com a penetração de seguradoras estrangeiras até mesmo nos seguros internos, em função da abertura do setor financeiro. Os prêmios dos resseguros, com a liquidação do IRB, tendem a ser pagos ao exterior.

9) Despesas de câmbio e operações financeiras. A ETN dominando o comércio externo do país hospedeiro, direciona essas transações ao exterior, via de regra a bancos associados à matriz, ou bem relacionados com esta. Aí também há margem para remeter despesas ao exterior com sobrepreço. **10) Leasing.** Equipamentos são alugados, em escala crescente, por grupos estrangeiros, ensejando transferências ao exterior. O mesmo no mercado local, i.é., operações internas de bancos estrangeiros, dando lugar a ulterior transferência de lucros. **11) Despesas de comercialização.** Ao extinguirem as *tradings* estatais, principalmente a Interbrás,[443] cresceu a parte – que já era do leão no comércio exterior do Brasil – tocante às empresas comerciais estrangeiras. **12) Comissões** de agentes e outros intermediários no exterior.

13) Treinamento no exterior. As ETNs treinam quadros da subsidiária no exterior, cobrando cursos e alojamento com sobrepreços. Esses "custos"

---

[443] Essa foi uma das muitas medidas, como a da liquidação do Lóide Brasileiro, tomadas por governos brasileiros (?), como o 'eleito' em 1990, para favorecer interesses particulares, em detrimento do País. Ainda que entre os beneficiários imediatos estivessem uns de capital privado local, as medidas resultaram – dada a relação de forças existente – em proveito das ETNs.

são despesas da subsidiária e receita da matriz. **14) Remuneração de executivos e técnicos.** Na economia periferizada por dentro é cada vez maior o número de executivos e técnicos provenientes da matriz e de outras subsidiárias, não apenas no primeiro escalão, empregados no País. O Brasil ficou em 1º lugar, no mundo, na lista de salários mais altos de executivos, em levantamento recente. **15) Remessa oficial de lucros.** Essa é a única modalidade de remessa que assume o nome. Em 1997, ela cresceu, no Brasil, para US$ 6,5 bilhões, aumentando 136% em relação a 1996. E isso apesar de os outros mecanismos fazerem com que se reduza o lucro oficial das subsidiárias locais. Estas respondem por pequena parcela da receita do imposto de renda apurada no País, obtendo, não obstante, taxas reais de lucro de 3 dígitos.

II.3.4.2. IDEs: déficits internos e externos

As remessas ao exterior nas 15 formas descritas implicam maior despesa. As exportações de bens e serviços a preços reduzidos significam receita mais baixa. As duas coisas escondem o lucro real e, assim, afastam a tributação das subsidiárias das ETNs. E a um ponto, que a receita do imposto de renda de pessoa jurídica, IRPJ, no Brasil se torna diminuta, e a proveniente daquelas subsidiárias, bem menor do que a total do IRPJ.[444] As empresas de capital local dispõem de menos trunfos para enviar recursos "legalmente" ao exterior [445] e, portanto, pagam mais IRPJ do que as ETNs.[446] Com os subsídios à exportação e a 'investimentos' industriais, comerciais e financeiros, a carga tributária das ETNs fica amplamente negativa.

Está patente o nexo entre os déficits do setor público e o fato de este não tributar e – ao contrário – subsidiar os principais detentores da produção e da riqueza existente no País. Mais grave: 1) dos déficits fiscais deriva grande parte da **dívida interna**; *2) os **juros** dessa dívida* consomem atualmente, no Brasil, algo em torno de R$ 100 bilhões (**1/5 do PIB real**), a taxas de, no mínimo, 30% aa.; são altas para atrair capital financeiro do exterior, em função do desequilíbrio nas transações com o exterior; 3) este resulta das

---

[444] O total da receita tributária federal foi, em 1997, de R$ 112 bilhões, e a pública, R$ 200 bilhões. O IRPJ de das empresas (locais e transnacionais) equivale a 8% da 1ª cifra e a 4,5% da 2ª .

[445] Uma comparação entre (a) subsidiárias de ETNs e (b) grandes empresas nacionais aponta os seguintes percentuais de exportação, em relação às vendas totais: 1987/89: a) 23,6; b) 14,8; 1992: a) 24,9; b) 19,6; de importação: 1987/89: a) 7,4; b) 4,1; 1991: a) 8,5%; b) 4,4. Bielschowski, *R.: Two Studies on Transnational Corporations in the Brazilian Manufacturing Sector: the 1980s*, CEPAL, Santiago 1994.

[446] A Lei do Imposto de Renda no Brasil, a partir de 1997, prevê o controle dos preços de transferência. Mas, dada a prevalência das ETNs na economia e na própria administração pública, é de duvidar que o controle possa ser efetivo. O chefe do departamento de preços de transferência da Arthur Andersen, a maior firma mundial de consultoria, com sede em Atlanta, EUA, declarou que a instituição prevista na Lei não deve prejudicar o fluxo de IDEs das multinacionais no Brasil. Disse, também, que, nos EUA, depois das mudanças na legislação sobre preços de transferência em 1992, aumentaram de forma significativa as margens de lucro declaradas pelas multinacionais lá instaladas. Vide: Gazeta Mercantil, 03.01.1997. As condições dos países periferizados diferem muito das dos países centrais.

transferências feitas por ETNs; 4) o **déficit externo** faz crescer a dívida e, portanto, os **juros externos**; 5) Essa aumenta também com: a) novos empréstimos e financiamentos, emissão de títulos, etc. no exterior; b) rolagem e reestruturação do principal de dívidas anteriores; c) capitalização de juros. Outra realimentação: o déficit externo é usado para "justificar", novos e contraproducentes subsídios à exportação. Os mecanismos de transferência são infindáveis, como os subsídios em favor dos IDEs. Há ainda **o reinvestimento de lucros, que figura como entrada de recursos** no movimento de capitais do balanço de pagamentos, mas resulta de ganhos no mercado local e eleva a base de cálculo da taxa de lucro: a) para efeito de imposto de renda; b) nas remessas oficiais ao exterior.

Os déficits nas transações correntes com o exterior, determinados pelos IDEs, não ocorrem só nos PSDs. O vulto dos IDEs têm sido cada vez maior entre desenvolvidos. Mas, no caso, há duas mãos, isto é, todos "investem" em todos, havendo, via de regra, compensação. Os efeitos negativos para o país "receptor" de capitais estrangeiros são compensados pelos efeitos favoráveis aos "exportadores de capital".[447] Já nos periferizados, além de só haver mão para os efeitos negativos, estes são exponenciados, por várias razões: 1) desaparece praticamente a concorrência de produtores locais nos mercados dominados pelas ETNs; 2) a sociedade local perde o controle sobre as atividades das transnacionais; 3) as taxas dos lucros reais tornam-se infinitas, já que o grosso dos "investimentos" não são ingressos de capital externo das ETNs, e sim, apropriação de recursos locais.

Note-se o persistente e elevado déficit comercial dos EUA em relação ao Japão. Esse déficit tem sido explicado de modos numerosos e insatisfatórios. Ele é consistente com a nossa análise, que correlaciona déficits externos estruturais e a forte presença de IDES, i.é, de transnacionais sediadas no exterior. As ETNs com matrizes no Japão vêm atingindo posições importantes nos EUA por meio de subsidiárias que produzem localmente, enquanto que o mesmo não ocorre nos mercados do Japão, pois nesse país não predominam transnacionais dos EUA nem de qualquer outra base estrangeira.[448] Em razão disso, Encarnation apontou o desequilíbrio nos estoques de IDEs como razão principal do superávit do Japão com os EUA.[449]

---

[447] Ver também a análise de Singer, resumida em II.3.3.3

[448] Até abril de 1992, o estoque dos IDEs no Japão atingiu US$ 4,3 bilhões (0,2% do PNB) enquanto que os IDEs de ETNs japonesas no exterior chegou a U$ 41,7 bilhões (2%). No final de 1990, os IDEs por habitante: 1) passavam de US$ 3.000 no Reino Unido; 2) eram quase US$ 2.000 nos EUA; 3) US$ 500 na Alemanha; 4) menos de US$ 50 no Japão. The Economist, 13.06.1992.

[449] Encarnation, David: *Rivals Beyond Trade – America versus Japan in Global Competition*, Cornell University Press 1992. Encarnation estima que as vendas nos EUA de indústrias, montadoras e depósitos de propriedade japonesa são o dobro das exportações do Japão aos EUA. Cerca de 70% das importações dos EUA de bens japoneses eram operações intra-companhia, i.é., das matrizes no Japão a suas subsidiárias nos EUA. Outros 15% correspondiam a importações dessas subsidiárias provenientes de outras firmas japonesas. Nas exportações dos EUA ao Japão, o percentual intra-companhias era maior nas ETNs japonesas do que nas dos EUA.

Ele observa que receber IDEs não é alternativa às importações, como teriam imaginado alguns protecionistas, mas, ao contrário, as estimula.

II.3.4.3. IDEs: Exportação de capital?

No mundo contemporâneo os mitos têm prevalecido sobre a realidade. E isso é pago com o dinheiro gasto em publicidade e no controle dos meios de comunicação social. A *media* pertence às grandes ETNs ou é por elas dominada. Assim, imagina-se que os IDEs sejam investimentos nos países 'receptores' e diz-se também que os países centrais seriam exportadores de capital. Isso, entretanto, é desmentido sempre que se pesquisam os fatos. De 1950 a 1961, período em que as ETNs dos EUA dominaram, sem rivais, o cenário mundial, o fluxo líquido (o bruto menos retorno de capital) de IDEs dos EUA para o exterior totalizou US$ 13,7 bilhões, em preços correntes. No mesmo período, a renda proveniente de IDEs transferida para os EUA somou US$ 23,2 bilhões. Além disso, o estoque dos IDEs registrados no exterior, de 1946 a 1950, elevou-se de US$ 7,2 bilhões em 1946 para US$ 34,7 bilhões em 1961. O incremento de US$ 27,5 bilhões, resultou do fluxo de US$ 13,7 bilhões, mais US$ 1 bilhão de 1947 a 1949. O resíduo, de US$ 12,8 bilhões são lucros oficiais obtidos e reinvestidos nos países "receptores".[450] A esses lucros deve-se somar US$ 2 bi de renda transferida aos EUA de 1947 a 1949, e US$ 23,2 bilhões de 1950 a 1961. O resultado, US$ 38 bilhões, que correspondem apenas aos lucros oficiais, equivale a 2,5 vezes o fluxo de IDEs ao exterior de 1947 a 1961 (US$ 15,2 bilhões). E não se creia que parte significativa dos lucros veio de investimentos anteriores a 1947, porque a dimensão destes era diminuta em comparação com a posterior a esse ano. O estoque dos IDEs em 1961 multiplicou-se por 4,8 em relação a 1946, e continuou a gerar lucros, muito maiores que os de antes, sem contar os resultantes de novos IDEs. No período 1970-1980 as saídas de capital de PEDs para os países centrais, por lucros e dividendos dos IDEs, somaram US$ 102,2 bilhões, enquanto o ingresso de IDEs, inclusive reinvestimentos, totalizou US$ 52,6 bilhões. Os PEDs perderam, líquidos, US$ 49,6 bilhões, somente a esse título.[451]

Baran e Sweezy, analisaram as operações de uma ETN que, desde o início do século, tinha atuação múltipla, típica das ETNs de depois da 2ª Guerra Mundial. *"À primeira vista, ficar-se-ia tentado a* ***concluir****, da tremenda* ***magnitude e variedade das operações da Standard*** *(****Oil*** *de New Jersey, atual Esso) no exterior,* ***que ela tem sido um grande e***

[450] Baran, Paul e Sweezy, Paul: *Notes in the Theory of Imperialism*, em: Fann, K. e Hodges D., eds: *Readings in US Imperialism*, Boston 1971, pgs. 76/7. Os dados são do Departamento de Comércio dos EUA: *Survey of Current Business*, Nov. 1954, pgs. 9,13; Ag.1955, pgs. 18,20; Ag. 1957, pg.25; Ag. 1959, pg. 31; Ag. 1961, pgs. 22/3, Ag. 1962, pgs. 22/3.

[451] Vide: Jenkins, Rhys: *Transnational Corporations and Uneven Development*, Londres 1987, pg. 97 Dados da UNCTAD (1983), Tabelas II.2. e II.4.

consistente exportador de capital. Essa conclusão, entretanto, não seria justificada. *Os dados mostram que as* ***operações no exterior são muito mais lucrativas do que as domésticas****, e esse tem sido o caso desde os primeiros dias da corporação. Assim,* ***uma pequena exportação inicial de capital podia - e efetivamente conseguiu - ampliar-se rapidamente por meio do reinvestimento dos próprios lucros.*** *E não só isso. Tão grandes têm sido os lucros das operações no exterior, que, em muitos anos, depois de cobrir as necessidades de expansão, restam grandes quantias para remessa à matriz nos EUA. Por exemplo, em 1962, a Standard pagou dividendos, de US$ 538 milhões, a seus acionistas, cuja grande maioria reside nos EUA. No mesmo ano, as operações nos EUA deram uma renda líquida de somente US$ 309 milhões. "Portanto, cerca de 40% dos dividendos mais os investimentos realizados nos EUA foram financiados pelos lucros das operações no exterior. Longe de ser exportador de capital, a corporação é grande e consistente importador de capital para os EUA."* [452] Faltou contar os lucros retidos na matriz, não investidos nem distribuídos. Ademais, trata-se de renda líquida das operações no exterior, que ingressou nos EUA. Assim, o resultado delas gerou, além disso, os recursos para reinvestimentos. E esses cobrem a virtual totalidade do 'investimento' direto estrangeiro nos países hospedeiro.

Observa O'Connor: *"Há esmagadora prova da tendência à crescente mobilização da poupança e do capital locais por corporações estrangeiras, a qual reduz a necessidade de exportação de capital dos países avançados.* ***Na AL, o capital local é a principal fonte de financiamento das subsidiárias 100% de propriedade das corporações dos EUA.*** [453] *"****Metade*** *dos US 400 milhões investidos na expansão da American and Foreign Power Company, em 11 países, após a Guerra,* ***foi financiada com poupança local, e a outra metade com ganhos retidos.****"* [454] E: *"Um investimento na Argentina de US$ 72 milhões, por cinco companhias de petróleo, ilustra o caráter do financiamento moderno no exterior: elas investiram só US 18 milhões; a emissão de debêntures na Argentina captou US$ 30 milhões; o restante foi aportado pelo governo dos EUA e por companhias locais de investimento."* [455] *"No mundo capitalista como um todo, em 1964, cerca de um terço dos investimentos de empresas norte-*

---

[452] Baran, P. e Sweezy, P.: op. cit., pgs. 74/5.

[453] O'Connor, James: *The Meaning of Economic Imperialism*, em: ed. Rhodes R.: *Imperialism and Underdevelopment, A Reader*, New York e Londres, 1970, pg. 129. O'Connor baseia-se, no passo, em: Behrman, J.: *Promotion of Private Investment Overseas*, em: ed. Miksell: *US Government and Private Investment Abroad*, Eugene, Oregon, 1962, pg. 52.

[454] O'Connor, J.: op.cit., pg. 129, apud Balgooyen, H.W.: *Problems of U.S. Investments in Latin America*, em: ed. Bernstein, M.: *Foreign Investment in Latin America*, N.York 1966, pg. 225.

[455] O'Connor, J.: op. cit., pg. 129, com base em: McLean, John: *Financing Overseas Expansion*, em Harvard Business Review, março de 1965, pg. 10.

americanas no exterior proveio de crédito tomado no exterior ou de capital próprio, ***e os capitais locais asseguraram dois terços.*** *"* [456]

O'Connor menciona outros modos pelos quais as ETNs obtêm poupança e capital local: *"1) venda de obrigações e ações nos mercados de capitais locais; 2) joint-ventures e empresas mistas mobilizando capital privado e estatal, respectivamente; 3) captação de poupança por bancos locais de desenvolvimento e de investimento, e indiretamente, por meio de governos locais"*;[457] 4) *"idem, por bancos, companhias de seguros e outros intermediários financeiros, estrangeiros e locais. Por ex. os 16 bancos, correspondentes na Venezuela do Morgan Trust Co., detêm 55% dos recursos de bancos comerciais privados e ajudam firmas estrangeiras a levantar fundos locais. Morgan detém também participação num banco de investimento espanhol, que, em dois anos, levantou US$ 40 milhões para companhias locais e estrangeiras.* ***O Banco Mundial*** *fundou a organização e ajuda a financiar bancos de desenvolvimento locais, fomenta e integra mercados de capitais em países com instituições monetárias fracas e* ***funciona como cunha para a penetração de capital estrangeiro nos mercados locais existentes.*** *"* [458]

E há ainda mais modos de as ETNs obterem recursos locais. Entre eles, os subsídios, isto é, prêmios e vantagens fiscais. Além de desonerá-las de impostos, compensando os que as ETNs teriam a pagar, transferem, em favor destas, receita tributária arrancada aos contribuintes. Os IDEs que controlam os principais e mais dinâmicos setores industriais no Brasil – como veículos automotores, química e petroquímica e numerosos outros – provêm dessa estranha fonte de financiamento, pela qual governos fazem a economia local pagar para ser deprimida e esvaziada de seus recursos. Os subsídios têm sido de natureza não só fiscal, mas também cambial, de crédito e juros, sem falar na reserva de mercado de fato. E ETNs têm contado, ainda, com aporte de capital de risco, por meio de participações de governos estaduais, que depois alienam, por praticamente nada, as suas ações. O BNDES também o faz, além de financiar aquisições de empresas pelas ETNs com largos prazos e juros subsidiados. Esses temas serão desenvolvidos no tomo 2°, a ser publicado.

As ETNs – e os centros onde elas têm sede – acumulam fabuloso excedente de capital, aumentando-o, em vez de, como supõem muitos, reduzi-lo com a 'exportação de capital'. A expansão nas periferias, feita com quantidade ínfima de capital, permitiu apoderar-se de mercados e matérias primas, além

---

[456] O'Connor, J.: op. cit. pg. 130, com base em: Pizer, Samuel e Cutler, Frederick: *Financing and Sales of Foreign Affiliates of U.S. Firms*, em *Survey of Current Business*, nov. 1965, pg. 26.
[457] O'Connor, op.cit., pg. 130, citando: Diamond, William: *The Role of Private Institutions in Development Finance – Service-Oriented Profit Making*, International Development Review, mar. 1965, pg. 10.
[458] O'Connor, op.cit., pg. 130.

de explorar mão de obra escrava ou barata.[459] Isso concorreu para a acumulação nas ETNs, advinda, ademais, de ganhos nos próprios centros, com a vantagem competitiva sobre outras empresas ou mesmo com a aquisição de firmas menores. É insolúvel, no sistema, o problema do excedente de capital: quanto mais escoadouros são encontrados para o capital, mais novos ganhos aumentam o excedente, pois o poder concentrado torna real a idéia de que o capital tem de gerar ganhos infinitamente.

Constatou-se, de há muito, que as grandes ETNs têm dimensão de vendas dezenas e centenas de vezes superior à de outras empresas industriais, mesmo nos países centrais, e obtêm **lucros duas vezes maiores, em percentual das vendas.**[460] **Elas reinam no mundo dos oligopólios e comandam a organização social e política.** As líderes de setor expandem-se para: a) outros setores da indústria ou das finanças; b) da indústria para as finanças e vice-versa. A concentração limita a expansão dos mercados de consumo, e os lucros são aplicados em 'novos produtos financeiros',[461] encorajados pela desregulamentação. Estes 'geram' mais ativos financeiros, o feiticismo capitalista determinando que dinheiro produza dinheiro, mesmo sem passar pela economia real. Eis outros 'escoadouros' que fazem crescer os excedentes: 1) produção de armas e corrida espacial, pagas por Estados centrais; 2) negócios semiproibidos, como a comercialização internacional de armamentos, jogo e prostituição; 3) os proibidos, como narcotráfico e o terrorismo. Esses interagem com o sistema financeiro, por meio da lavagem dos dinheiros, e intersetorialmente (cassinos, indústria do 'entretenimento' e drogas). A oligarquia mescla violência, como os piratas, e outros crimes, com extorsão usurária.

Do mesmo modo que a ideologia fez crer que o capital é exportado para a periferia – e não o contrário – propala que os centros transferem tecnologia às periferias. Mas a direção mais usual é a oposta. Os primeiros podem prevalecer-se do poder de mercado, e até político, que exercem nas segundas, para extrair não só cérebros, mas a tecnologia que estas ainda produzem apesar de serem terreno inóspito para isso, por terem a produção dirigida e controlada de fora. Os IDEs, além de não transferir tecnologia, inibem-lhe o desenvolvimento nos países ditos receptores.

II.3.4.4. Objetivos e efeitos do IDE

O 1° objetivo das ETNs, ao realizarem o IDE, é conquistar mercados.[462] O interno nos países periféricos e semiperiféricos é detectado por importações e/ou por produção local de bens que, em parte, substituem os

---

[459] Poucos perceberam a prevalência desses móveis sobre o da 'exportação' de capital. Ver Luxemburg, Rosa: *The Accumulation of Capital*, Londres 1951, 1ª ed. (em alemão), Berlim 1913.

[460] Vide estudo sobre 187 ETNs sediadas nos EUA (com atividades, no mínimo, em 6 países fora da sede): Vaupel, J.P. e Curhan, J.W.: *The Making of Multinational Enterprise*, Boston 1969, cap. 3.

[461] V. alguns aspectos da desordem financeira em: Strange Susan: *Casino Capitalism*, em: eds. Stiles, K. e Akaha, T.: *International Political Economy – A Reader*, Nova York 1991, pgs. 109/27.

[462] Há, ainda outros objetivos, oriundos dos IDEs tradicionais e coloniais, mencionados em II.2.1.

bens nos quais as ETNs detêm tecnologias e fatias importantes do mercado mundial. **Com essas vantagens, as ETNs não têm dificuldade em dominar mercados de menor vulto, nos quais detêm posições oligopolistas e monopolistas ainda mais fortes que nos centros. A globalização ou mundialização é a generalização desse esquema.** Outros móveis: 2) mais recursos para as sedes ou paraísos fiscais, por meio de ganhos comerciais, na indústria e serviços; 3) acesso privilegiado a matérias primas estratégicas; 4) adiantar-se a outras ETNs na hegemonia global; 5) eliminar a possibilidade de surgirem novos centros econômicos e, com eles, novas empresas concorrentes, como Japão, Coréia e Taiwan. Vê-se o êxito das ETNs na eliminação *ab ovo* de concorrentes, com a anulação da Argentina e do Brasil como produtores mundiais de bens de tecnologia dinâmica. Se havia, ou há, exceções, estas desaparecem com a desnacionalização das empresas privadas e "privatização" das estatais.

O empobrecimento dos países periferizados decorre da perda de seus recursos, que deixam de ser absorvidos por consumo e por investimento. Ela não se limita à vultosa quantidade de recursos transferida para o exterior mediante os diversos mecanismos descritos acima, envolvendo os recursos: a) apropriados internamente pelas ETNs e demais agentes – inclusive de capital nacional – que os concentram para posterior remessa ao exterior; b) cessantes, i.é., os que teriam sido produzidos e deixaram de sê-lo, a cada ano, por ter sido reduzida a taxa de investimentos, em função das transferências ao exterior e/ou da acumulação estéril. De fato, essas fazem com que a capacidade produtiva seja cumulativamente diminuída pela supressão dos incrementos sucessivos que se incorporariam à renda nacional reproduzível. A economia é esvaziada: a) da renda que produz; b) do efeito multiplicador desses ganhos; c) de economias externas; d) do mais descrito em II.3.3.3.

Para uma idéia do que isso representa, observe-se o Brasil nos últimos 40 anos. O produto interno bruto era, em 1958, de U$ 19 bilhões,[463] equivalente, em valores de hoje, a US$ 190 bilhões. Computando as mudanças, desde então, nos métodos de cálculo, do PIB no Brasil, a atualização sobe para US$ 285 bilhões. Não fora o vazamento de recursos para o exterior, a taxa bruta de poupança no Brasil seria de, no mínimo, 35% do PIB.[464] Dada a relação produto/capital, P/C – estimada em 1 : 2,5 [465] – um estoque de capital de 250 daria 100 de produto. Investindo-se 25% do PIB (100), o estoque de capital cresceria

---

[463] O IBGE (Fundação IBGE: Brasil, Séries Estatísticas Retrospectivas – 1970, pg. 216) registra um PIB de Cr$ 1,46 trilhões = US$ 19 bilhões à taxa de Cr$ 76, igual à média entre as taxas múltiplas em 1958. Convertendo à taxa oficial de fim de ano, Cr$ 37,06: 1 dólar, o PIB de 1,03 trilhões de cruzeiros (dado em Nações Unidas, Anuário 1959: Finances, pg. 465 e National Income, pg. 447), a cifra seria de US$ 27,8 bilhões. As taxas de exportação situavam-se entre a oficial e do mercado livre, que variou, em 1958, de 90,50 a 138,52. A paridade do poder de compra também faria estimar mais que US$ 19 bilhões.

[464] Vide II.3.4.1, sobre a transferência de recursos, por meio dos preços do comércio exterior.

[465] A relação C/P média, de 1947 a 1960, foi 2,45 /1, a preços correntes, e 2,23 /1, a preços constantes. Vide: Baer, Werner: A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, 3ª ed. Rio 1977, pg. 113. Outro estudo – para o período 1955/75 – estima uma relação ainda mais favorável, pois, em quase todos os anos abrangidos, ela esteve abaixo de 2 : 1. Vide: Bonelli, Regis e Malan, Pedro: Os limites do possível – notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70, em: IPEA: 25 Anos de Pesquisas Econômicas Rio, 1975, Tab.5, pg. 305.

para 275 (250 + 25), elevando o PIB para 110 (10%).[466] Essa taxa ao longo de 40 anos sobre U$ 285 bilhões, resulta em US$ 12,9 trilhões, i.é., 55% mais que o PIB dos EUA. O PIB *pro-capite* equivaleria a quase o dobro do dos EUA. Em 1958, ele era de US$ 290, i.é., US$ 4.800, corrigido. Hoje diz-se ser de US$ 5.300, tendo, portanto, estagnado. Na realidade, decaiu, e muito, pois: a) 40% do PIB oficial, de R$ 850 bilhões são juros e impostos, i.é., falso produto; b) a taxa de câmbio do "real", sobrevalorizada, superestima o PIB.

II.3.4.5. Jogos de poder das ETNs: tecnologia e *marketing*

As ETNs são o principal agente da periferização no Século XX. Müller aponta os seguintes fatos revolucionários. 1) o crescimento da desigualdade na distribuição da renda nos países subdesenvolvidos; 2) o declínio no consumo, sofrido por mais de metade das populações desses países.[467] 3) a ascensão das ETNs, nova instituição na economia política.[468] O autor recorda: 1) o conceito de ETN ou EMN: companhia em que a sede da matriz se localiza em um país e tem operações subsidiárias em outros países; 2) a **característica central: buscar a maximização do lucro da matriz, e não, das subsidiárias, o que implica que estas funcionem amiúde com perdas oficiais.** Contrasta o poder das ETNs com o desaparelhamento do Estado nos PSDs. *"Em terminologia galbraithiana, estes se caracterizam pela **ausência do poder equilibrador (countervailing) do governo e dos sindicatos de trabalhadores** para estabelecer limites ao poder da grande empresa moderna."* E: *"Há outro aspecto do subdesenvolvimento que intensifica ainda mais este poder: a estrutura econômica das sociedades dos PSDs. E **duas necessidades são elementos-chave dessa estrutura: 1) de tecnologia e das fontes desta; 2) de financiamento e das fontes deste.**"* [469] Mais: *"A institucionalização voluntária ou não dos valores de consumo ocidentais como meta do crescimento econômico acarreta a necessidade de tecnologia para satisfazer esse padrão de consumo."* As fontes desta são estrangeiras. Müller o mostra com as patentes outorgadas a estrangeiros em diferentes países: menos de 16 a 59% nos maiores países industriais; de 63 a 85% nos médios; de 89,4% a 96,5% em PEDs.[470]

---

[466] Para isso, de uma poupança de mais de 35% do PIB, basta investir só 25% dele. Este valor proporciona excelente equilíbrio, sobrando 10% da renda, adicionais, para o consumo, portanto, de 75% da renda nacional. Deixar-se-ia de sacrificar o povo, e ainda se faria o País desenvolver-se rapidamente. 10% aa. de crescimento do produto não é extraordinário. Taxas até maiores foram obtidas, por decênios, no Japão, Coréia, Taiwan e, depois, na China, países sem, nem de longe, o potencial de recursos do Brasil.

[467] Nos anos 1980 e 90 a situação piorou muito mais (o autor escreveu em 1973). Müller, Ronald: *Multinational Corporation and The Third World*, op. cit., pg. 151.

[468] A ETN tem antecedentes no início do Século XX, e até no XIX, mas ganhou expressão maior desde os anos 1950. Müller usa o termo "multinational corporations", MNCs.

[469] Müller, op. cit., pg. 153.

[470] Müller, op. cit., pgs. 153/4. Há correlação positiva entre o grau de autonomia tecnológica e o desenvolvimento. Os dados são de 1957/61, e a ordem era EUA, Japão, Alemanha Ocidental, Reino Unido, França. A correlação só não é mais perfeita, porque a autonomia tecnológica depende também das políticas, e as do Japão a favorecem mais. Daí ter então esse país dado patentes a estrangeiros em percentual menor que o da Alemanha, Reino Unido e França, os quais, à época, ainda eram mais desenvolvidos que o Japão.

Nos EUA, das 500 maiores empresas industriais, as 30 do topo possuíam 40,7% das patentes em suas respectivas indústrias. Essa concentração do controle sobre a tecnologia é ainda mais acentuado em países como a Colômbia, onde, nos setores farmacêutico, fibras sintéticas e químico, 10% dos detentores de patentes têm 60% do total, sendo de transnacionais o total daqueles 10%. Nota o autor: ***"O controle concentrado sobre a tecnologia é uma das formas mais eficazes de estabelecer poder oligopolista sobre um mercado, restringindo a competição local e permitindo assombrosas taxas de lucros, a maioria dos quais saem do país***. E: *"Uma vez em andamento esse processo, ele se torna* ***cumulativo e autoperpetuador. O propósito inicial de estimular a inventividade local se autoderrota, já que os meios (the wherewithal) para prosseguir a pesquisa e desenvolvimento (P & D) ficam crescentemente com as firmas estrangeiras.*** *Com o tempo, as* ***empresas locais perdem*** *o* ***acesso*** *não apenas à tecnologia industrial para competir, mas também – e mais importante –* ***às capacidades técnicas, que só são acumuláveis por meio da experiência ... Ao fim, as firmas do país, ou são absorvidas pelas ETNs, ou têm de recorrer ao licenciamento de tecnologia destas****, como ocorre na AL ...* ***Com as licenças vêm restrições à capacidade de aquelas firmas e nações se desenvolver no futuro.***" [471]

Esse é um texto esclarecedor, mas há mais a acrescentar-lhe. **As firmas locais tendem a desaparecer com a própria competição desigual a que ficam expostas ao se admitir os IDEs.** E isso submetendo-se ou não aos contratos de licenciamento oferecidos pelas ETNs. Nestes as ETNs não abrem qualquer possibilidade de efetiva transferência de tecnologia, permitindo apenas o uso do capital fixo importado, sem que domine a tecnologia que nele se contém.[472] Não se trata de as firmas dos PEDs serem ou não, capazes de desenvolver tecnologia própria. A questão é que, mesmo que o sejam, elas precisam de tempo e de mercado para isso. E este é controlado por ETNs dominantes do mercado setorial, no mundo inteiro. Outra razão pela qual não se trata só de competência técnica, são os custos. Esses só podem baixar com o tempo, e este não é dado, se não houver reserva de mercado para firmas nacionais. Além disso, com a intensividade de capital, e até sem ela, os juros são muito elevados, mas não para as ETNs. As empresas dos PEDs só têm, em face das ETNs, duas alternativas: a) ser vendidas a estas, a preço adverso; b) a falência.[473] Esse é mais um ângulo do qual se pode divisar a mesma realidade: os IDEs periferizam os países que os acolhem, mormente se estes tiverem menor dimensão econômica do que o das sedes das ETNs.

---

[471] Müller, op. cit. pg. 154. Nas apreciações e dados sobre o papel da tecnologia no crescimento do poder das ETNs, ele baseia-se em: *Vaitsos, Constantine: Patents Revisited – Their Function in Developing Countries*, em: The Journal of Development Studies, 1973.

[472] Se as ETNs consentissem em dar real acesso a suas tecnologias, estariam destruindo o principal trunfo de que dispõem para controlar mercados e obter vultosos lucros: a última coisa a que estão dispostas a renunciar.

[473] Barnet, Richard e Müller, Ronald: *Global Reach – The Power of the Multinational Corporations*, Nova York 1974.

Müller assinala a estrutura financeira, já perversa ao tempo em que escreveu, mas não como a atual, produto de vários saltos qualitativos de deterioração. A escassez de poupança não decorre só do baixo nível de renda dos PMDs, mas também de as ETNs enviarem ao exterior a maior parte dos lucros. **Fajnzylber mostrou que, entre 1960 e 1968, ETNs sediadas nos EUA obtiveram na AL 79% dos lucros totais declarados em suas operações totais. O mesmo autor demonstra que essas empresas, no período 1957/65, financiaram 83% de seus investimentos na AL com reinvestimentos e com poupança local.**[474] Dados semelhantes foram anotados por Ferrer e pelo governo chileno: no decênio 1960/70, 78% capital das subsidiárias de ETNs industriais na AL foram financiados localmente.[475] Depois, as coisas pioraram. **Com os subsídios oferecidos para os IDEs, por ex., no Brasil, o percentual ultrapassa 100%, i.é, as ETNs recebem dinheiro para ficar com o sistema produtivo local. E, nesses dados, não se está levando em conta que os recursos transferidos ao exterior, por ETNs, são múltiplos do IDE registrado localmente.**

As ETNs dispõem do poder de oligopólio, que implica o de erguer barreiras à entrada de competidores e o de eliminar a concorrência existente, também por absorção ou aquisição de firmas locais.[476] E no quadro da dependência tecnológica, decorrente da presença das ETNs, há vários mecanismos retroalimentadores. Entre eles, os das práticas restritivas e das cláusulas vinculadas. Essas são postas nos contratos de licenciamento ou, no caso de subsidiárias, nas instruções recebidas da matriz. Por ex. 1) permissão para produzir vinculada a comprar bens de capital e componentes/peças da ETN central ou de uma sua subsidiária; 2) proibição de exportar a terceiros mercados, para não concorrer com a matriz da ETN ou com a subsidiária designada para fornecer a mercados específicos; 3) controle dos padrões de produção; 4) doação ao licenciador de aperfeiçoamentos tecnológicos realizados pelo licenciado (ou pela subsidiária); 5) proibição de sublicenciamento a terceiros. Essas práticas, atentatórias à concorrência e proibidas por Lei, têm sido descritas em estudos da CNUCED e outros trabalhos.[477] O poder das empresas oligopolistas caracteriza-se por passar por cima de concorrentes e das próprias leis. [478]

[474] Fajnzylber, Fernando: Estratégia Industrial e Empresas Internacionais: Posição Relativa da América Latina e do Brasil, Rio – IPEA/INPES 1971, pgs. 65 e segs.

[475] Ferrer, Aldo: *El Capital Extranjero en la Economía Argentina*, em: Trimestre Económico, n. 150, abril/junho 1971; Ferrer, A. : *Empresa Extranjera: Observaciones sobre la Experiencia Argentina*, Santiago 1971. CORFO: *Análisis de las Inversiones Extranjeras en Chile* – período 1954-1970, n. 20, jan. 1972.

[476] Müller, op. cit., pg. 157.

[477] Por ex. United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD(CNUCED): *Restrictive Business Practices*, TD/122/Supl. 1, Santiago, jan. 1972.

[478] *"Mesmo que a Divisão Anti-Trust e a Comissão Federal de Comércio recebessem dotações orçamentárias cinco vezes maiores do que as atuais, elas não estariam em condições de levar adiante 10% dos casos em que é possível fazer processos."* Mason, Edward: *Economic Concentration and the Monopoly Problem*, N. York 1964, pg. 370. Segundo autores mais recentes, continua verdade que aqueles órgãos não tem como conter a concentração. Vide Nader, R., Green, M. e Seligman: *Taming the Giant Corporation*, New York 1976, pgs. 202/3. Mason, nos anos 40, julgou necessária nova teoria da empresa em lugar da neoclássica, mas aquela já existia, desde os anos 30 (Joan Robinson, Chamberlin e Michael Kalecki e R.F. Kahn, e outros).

Outro instrumento do poder oligopolista é o uso da indústria da **informação, incluindo o marketing,** que inclui a publicidade. A informação é, em si mesma, negócio de muitos bilhões de dólares, pois seu produto é demandado pelas grandes ETNs industriais, financeiras, etc. Atuando nos pontos vulneráveis dos seres humanos, por meio da psicologia aplicada, pondo as artes e as técnicas intensivas de tecnologia a seu serviço, promovem o consumismo e os mitos do sistema, bem como os "bens, os "serviços" e a imagem dos que as contratam. Barnet e Müller mostram a posição dominante das agências de publicidade dos EUA na AL. ***"A terceira fonte de poder das empresas globais nos PSDs é o seu controle sobre as comunicações, i.é., sua extraordinária margem competitiva em usar a tecnologia da manipulação do mercado para moldar os gostos, metas e valores dos trabalhadores, fornecedores, funcionários governamentais e, é claro, consumidores. Não basta*** *à empresa global* ***vender conceitos junto com biscoitos****: ela tem de continuamente vender-se e revender-se. A tecnologia do mercado é concentrada nas agências de publicidade. A ascensão da empresa e do banco global foi acompanhada pela globalização das firmas da Av. Madison. Em 1954, as 3 maiores agências dos EUA obtinham 5% do seu faturamento no exterior.* ***Até 1972, o faturamento global delas havia aumentado quase sete vezes (para US$ 7 bilhões), e 1/3 dele provinha do estrangeiro... Elas já tinham, em 1957, 52% do mercado latino-americano de publicidade, e 56% em 1971."*** [479]

O crescimento do mercado brasileiro no início dos anos 70 foi suscitado por técnicas de "copying" dos EUA. ***"Os cartões de crédito e a televisão são ingredientes-chave do milagre.*** *M. Heath, gerente de serviços de marketing da maior indústria de cigarros do Brasil (70% de capital britânico) estabeleceu a meta de enfeitiçar 6 a 7 milhões de fumantes adicionais na próxima geração, usando técnicas de publicidade na televisão proibidas nos EUA. Os salários dos publicitários qualificados eram praticamente o dobro do dos engenheiros da indústria, e para os que sabem vender cigarros, eles são muito mais altos."* [480] Vê-se que **a globalização, presente em todas as áreas e intensa no final do Século XX, vinha sendo feita, desde os anos 50, nas áreas estratégicas**: as que atuam sobre o psiquismo, os desejos e os valores. **Informação, comunicação, marketing** são como os meios usados na guerra, artilharia e bombardeio aero-espacial, preparando a ocupação total. A globalização só agora se assume. E, ainda hoje, poucos a percebem como totalitária.

II.4. DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO

Em II.3.3.3.2 – custos alternativos – , mostramos um meio de sair do subdesenvolvimento. O primeiro passo é sair da dependência ideológica e

---

[479] Barnet, R. e Müller, R.: *Global Reach*, op. cit. pgs. 142/3.
[480] Barnet, R. e Müller, R.: *Global Reach*, op. cit., pg. 144.

cultural e, assim, da política. A partir daí é dirigir-se, i.é., autodeterminar-se com estratégias próprias, em vez de seguir as formuladas por interesses de outros. Se não, aliena-se o patrimônio nacional e a si próprio: fica-se alienado. Não há desenvolvimento senão o autônomo, o que não significa cortar as relações comerciais com o exterior: a principal restrição refere-se aos IDEs.

Essa é a lição da experiência, seja a positiva (quem seguiu essa linha, venceu), seja a negativa (quem não a seguiu, fracassou). Além dos centros, estão no 1° caso Coréia do Sul e Taiwan. Ambas eram, há menos de 40 anos, países pobres, explorados colonialmente, devastados por guerras, pequenos territórios, com rendas por habitante das mais baixas do mundo. Mas adotaram políticas autônomas para o desenvolvimento, tornando-se produtores mundiais de veículos automotores, produtos elétricos e eletrônicos e outros bens dinâmicos, estando Taiwan entre os primeiros do mundo em reservas cambiais.[481] Enquanto isso, países com potencial infinitamente melhor, como Brasil, da Argentina e México,[482] tiveram o desenvolvimento abortado, entregam seus recursos naturais e seu patrimônio financeiro, industrial e tecnológico por nada, e afundam-se no desemprego e em dívidas públicas.

II.4.1. ISI e promoção de exportações

Vários autores têm apontado as características do modelo econômico da Coréia do Sul e de Taiwan, os únicos tigres asiáticos, afora o Japão e possivelmente a China.[483] *"A Coréia é um país em que um Estado forte passa por cima das forças de mercado sem hesitação, com controles rígidos, um sistema bancário essencialmente nacionalizado (estatal), e um setor privado organizado em associações patrocinadas pelo governo para controlá-lo mais facilmente. A Coréia está tão afastada das políticas de livre mercado tanto quanto isso é possível."* [484] Singer e Asari concluem que o êxito ou o fracasso da ISI dependeu do conjunto das políticas adotadas em cada país. De fato, a ISI é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. *"Little, Scitovsky e Scott, bem como Balassa, para o Banco Mundial, e Krueger/Bhagwati, para o National Bureau of Economic Research, subestimaram a importância da ISI como base necessária para*

---

[481] Formadas sadiamente, e não por capital especulativo, propulsor de dívidas, como as do Brasil e outros.

[482] Hoje Austrália e Nova Zelândia também estão em queda, por razões análogas.

[483] A grande maioria dos economistas e outros repetidores insistem em dar a mesma designação de NICs (newly industrialized countries), ou tigres,a entidades que têm pouco em comum com Coréia do Sul e Taiwan. Cingapura e Hong Kong (este antes da reunião à pátria-mãe) são Estados-cidades, com características particularíssimas: o 1° situado na passagem principal do tráfego marítimo do Extremo Oriente, e o 2° reduto de "serviços financeiros" britânicos e, por muito tempo, janela da China para o comércio exterior. Malásia, Filipinas e Tailândia têm alguma dimensão, mas suas economias são abertas aos IDEs e, como os latino-americanos, tiveram um crescimento distinto do real desenvolvimento. Esses países estão, em 1997/98, mergulhados na crise financeira, corolário das distorções da concentração e da dependência tecnológica.

[484] Singer, H.W.: *The Terms of Trade Controversy and the Evolution of Soft Financing*, em : G.Meier e D.Seers (eds.), *Pioneers in Development*, Londres, Oxford U.Press, 1984, pg. 16.

o crescimento impulsionado por exportações." E: *"Isso é confirmado pela experiência de exportadores exitosos, Coréia do Sul e Taiwan."* [485]

"Ambos países levaram adiante uma estratégia de ISI nos anos 1950; e mesmo nos anos 60 e 70, quando se pôs ênfase no desenvolvimento de exportações industriais, grau considerável de ISI ainda ocorreu em várias indústrias. Na ***Coréia, ISI e promoção de exportações foram interligadas conscientemente*** *como fases alternantes no evolver da industrialização entre diferentes setores".*[486] E: *"As políticas de promoção de exportações apareceram como meio de explorar o potencial exportador construído na fase de ISI. Os críticos tendem a argüir que a mudança da ISI para a IOE (industrialização orientada para exportações), foi o resultado de iluminação e de má experiência com a ISI. Mas a mudança pode ser vista também como desenvolvimento racional e natural na seqüência do progresso da industrialização, e efeito de mudanças no exterior em direção mais expansionista e otimista do que por volta de 1960.* ***O aprendizado anterior de tecnologia e produto, produzindo para o mercado interno, é geralmente considerado pré-requisito para competir realmente nos mercados mundiais de bens industriais.*** *A ISI foi necessária como base da exportação competitiva. Sob esta luz, ISI e IOE são estratégias antes complementares do que alternativas."* [487]

II.4.2. Desenvolvimento: só existe o autônomo

Singer e Ansari comentam as críticas de economistas neoclássicos ao intervencionismo da política de ISI e a supostos altos custos e tarifas protecionistas: *"O fato de que as políticas de ISI, em alguns casos, levaram a "ineficiências" e a outros efeitos colaterais indesejáveis não implica que* ***a extensa intervenção estatal*** *não seja* ***de crucial importância para o desenvolvimento industrial rápido e viável.*** *Excluindo casos especiais de Estados-cidades como Hong Kong,* ***o desenvolvimento de outros NICs foi acompanhado de grau substancial de intervenção do Estado,*** *muito maior que o imaginado por críticos da ISI.* ***Há muitos outros gêneros de intervenção governamental que podem ser mais importantes e mais construtivos do que distorção (ou correção) de preços de mercado."*** [488] E ***"O domínio completo do governo*** (da Coréia) ***sobre o setor bancário representou a ferramenta mais importante para dirigir e distribuir os recursos para investimento,*** *fazendo variar a taxa de juros conforme a área e as prioridades atribuídas às atividades econômicas."* [489] Citando Balassa: ***"Também em Taiwan, o rápido***

[485] Singer e Ansari: *Rich and Poor Countries, Consequences of International Disorder*, 4ª ed., Londres 1988, pg. 105.

[486] Idem, op. cit., pgs. 105/6. Eles mencionam ter havido êxito na combinação das duas políticas também no Brasil, o que é contestável, não só pelo valor menor das exportações deste, mas também por causa dos subsídios.

[487] Idem,op. cit. pgs.106/7.

[488] Idem, ibidem, pgs. 107.

[489] Idem, ibidem. Veja-se, em I.3.5, a semelhança com a política japonesa.

crescimento do setor industrial e das exportações de manufaturados, durante os anos 60 e 70, foi desacompanhado por regime de livre-comércio ou por qualquer coisa parecida. *Ainda ao final dos anos 70, mais de ¼ dos itens de importação estavam sujeitos a restrições quantitativas e a controles."* [490]

Ainda Singer e Ansari: *"A execução efetiva e eficiente de qualquer política comercial, ISI, IOE, ou uma combinação de ambas, depende da capacidade organizacional do Estado, bem como das peculiaridades econômicas e políticas de uma economia dada. Isso foi bem demonstrado por Chaudhuri em seu estudo sobre a* ***Coréia do Sul e as Filipinas. Ambos países eram similares em termos de tamanho da população e, no início dos anos 60, tinham também níveis comparáveis de produto nacional por habitante. Além disso, adotaram políticas comerciais semelhantes nos anos 50 e 60, e, no início dos anos 60, mudaram-nas no sentido de encorajar as exportações industriais.*** *Entretanto,* ***o desempenho da economia coreana foi, de longe, superior ao das Filipinas nos anos 70 e 80, em termos de crescimento, geração de empregos, elevação dos salários reais e expansão das exportações de manufaturados."*** Chaudhuri enuncia fatores que teriam maior força explicativa do que a política comercial: a relação entre o Estado e a classe industrial, a capacidade administrativa e o empenho político do Estado em formular e aplicar estratégia industrial adequada. ***"Na Coréia do Sul, o Estado desenhou um sistema de regulamentação discricionário e seletivo para orientar a alocação dos recursos. Também a promoção das exportações foi acompanhada por estreita colaboração entre o Estado e uma classe industrial relativamente bem desenvolvida,*** *de sorte que as prioridades eram definidas em consonância com os interesses empresariais.*[491] *Nas Filipinas, a classe dominante com a qual o Estado colaborava, era a hierarquia agrária, e as capacidades de planejamento e administração do Estado eram muito inferiores às da Coréia."* [492]

A taxa de crescimento do PNB em Taiwan acelerou-se nos anos 50, e – dos anos 60 aos 80 – manteve-se na faixa de 8 a 10% ao ano. Os investimentos aumentaram de 12,5% do PNB para 25% nos anos 70. Na Coréia do Sul, o crescimento foi semelhante. As manufaturas respondiam, em 1980, por mais de 90% das exportações. Já nas Filipinas, o crescimento do PNB foi da ordem de 5% nos anos 60 e de 6% nos anos 70, e a renda *pro-capite* cresceu de 1950 a 1980 à média de 3% aa. A participação dos bens industriais nas exportações foi só de 6,4% em 1970 e 20,8% em 1979. [493]

---

[490] Balassa, B.: *The Newly Industrialising Countries in the World Economy*, Oxford, 1981, pg. 15.

[491] De novo, políticas idênticas às praticadas pelo Japão.

[492] Chaudhuri, Datta M.R.: *Industrialization and Foreign Trade – The Development Strategies of South Korea and the Philippines*, em: Let E. (ed.), *Export Led Industrialisation and Development*, Genebra, OIT, 1981, pgs. 47-79. Singer e Ansari, op. cit. pgs. 108/9.

[493] Reynolds, Lloyd: *Economic Growth in the Third World 1850-1980*, Yale Univ. 1985, pgs. 171, 177, 183 e 187.

Concluem Singer e Ansari: "*Está claro que a ISI funcionou em alguns casos: na Alemanha e no Japão no Século XIX e na Coréia e em Taiwan no Século XX, e falhou em outros, notadamente na AL.*" [494] Como mostramos em II.2.6 e II.2.7, não foi a ISI que falhou na AL. E, nem no êxito nem no fracasso, a ISI foi, isoladamente, o fator determinante. São, ademais, insuficientes as **condições** apontadas por esses autores **para o êxito da ISI**. Sem desmerecer-lhes a importância, elas **dependem de causa mais profunda: a direção do processo por um Estado guiado por valores espirituais e ao mesmo tempo práticos.** É isso que tem permitido a países do Extremo Oriente saírem-se melhor do que a média. Valores culturais determinam a liderança política, e esta deve harmonizar-se com eles. **O desenvolvimento econômico precisa, pois, de condições fundamentais: 1) elite de qualidade, capaz de liderar a população e de educá-la, formando uma só equipe com a sociedade: esta realiza assim o desenvolvimento e o dirige ela mesma; a verdadeira educação não se limita à instrução em disciplinas científicas e técnicas para formar quadros qualificados;**[495] **2) espírito de solidariedade na sociedade; adequada distribuição da propriedade e das oportunidades, como as de empregos de vários graus de qualificação e as de acesso aos mercados como produtor e empresário;**[496] **3) liderança do Estado na formação e/ou fortalecimento do empresariado nacional. 4) espaço fechado à penetração dos IDE. Esta condição, sem a qual as outras três não são possíveis, decorre da 1ª,** pois uma elite capaz, e harmonizada com a 2ª e a 3ªcondições, não deixará de perceber que a 4ª determina os bons resultados em alguns dos países que promoveram ISI e IOE. **O desenvolvimento dependente é pseudodesenvolvimento. Só há o autônomo.** A firme direção estatal, proteção à indústria e distribuição social equilibrada são conseqüências. Os países que seguiram o rumo autônomo tornaram-se significativos exportadores de manufaturas dinâmicas. Os atados ao 'desenvolvimento dependente' dissipam recursos subsidiando exportações e nada ganham com estas, pouco expressivas e desvalorizadas em função da *transfer-pricing*. Esta – e não o custo real da produção, em geral, baixo – determina o 'valor' e o volume das exportações por subsidiárias das ETNs.

---

[494] Idem, ibidem, pg. 109.

[495] As elites com essas características em sociedades avançadas culturalmente, apesar do atraso econômico, puderam revertê-lo, sob liderança espiritualizada a promover a coesão social e o verdadeiro conhecimento científico, superior ao da "ciência oficial" condicionada por oligarquias empiricistas-capitalistas concentradoras. Vimos o caso da Alemanha, que absorveu da cultura francesa os métodos e objetivos de Carnot, na recuperação do atraso tecnológico. Japão, Coréia do Sul, Taiwan, China e outros ilustram a força das tradições taoísta, confuciana e zen-budista.

[496] É verdade que as reformas agrárias da Coréia do Sul e de Taiwan foram baseadas em expropriações dos ocupantes japoneses. Mas por que não foram feitas em favor de novas oligarquias, mas, ao contrário, atenderam extensas camadas sociais?

II.4.3. Desenvolvimento: só sem IDES

Há mais sobre o tema. Convém, com os fatos, desqualificar interpretações que obscurecem o significado real deles. A análise de Reynolds [497] confirma, em muitos pontos, as de Singer, Ansari e Chaudhury: 1) Coréia do Sul e Taiwan têm tido intervenção estatal intensa e firme, diferenciando-se também pelos investimentos do Estado na produção (estatais), o que quase não acontece nas Filipinas;[498] 2) o padrão do desenvolvimento nos dois primeiros levou a menor desigualdade de renda, ao contrário do que acontece na maioria dos PEDs, e Filipinas caracteriza-se por mercados concentrados. 3) Os dois primeiros fizeram reformas agrárias e, especialmente em Taiwan, a interação entre a agricultura e a indústria foi intensa,[499] enquanto Filipinas tem estrutura rural oligárquica. 4) **O Governo da Coréia do Sul tem sido céptico em relação ao investimento estrangeiro sobretudo japonês,** [500] **e o capital estrangeiro não desempenha grande papel na indústria**.[501] Reynolds menciona este ponto-chave, mas não lhe aponta a função determinante no modelo da Coréia do Sul. Mason compara a Coréia do Sul com o Egito, cuja renda *pro-capite*, em 1952, era US$ 114, enquanto a da primeira era de US$ 70. Diz ele: *"Na Coréia, a economia foi mantida viva por meio de um grande afluxo de ajuda dos EUA e pelos efeitos econômicos de pesadas despesas militares dos EUA. De 1953 a 1960, a assistência econômica externa respondeu por 85% do investimento sul-coreano e por 77% das importações."* [502] Esse autor esquece (?) que a Coréia do Sul perdeu 1 milhão de nacionais e 25%, pelo menos, de seu equipamento produtivo na guerra, em que foi aliada aos EUA. E o salto para o desenvolvimento só se deu após 1960. Ademais, a assistência não desmente ser autônomo o modelo da Coréia do Sul, constituída que foi por doações e empréstimos de recursos públicos, e não por IDEs. [503]

O percentual de controle do capital estrangeiro sobre a economia é consistentemente mais alto nos países que não foram adiante no desenvolvimento do que naqueles que tiveram êxito. E este é tanto maior, quanto menor é o percentual daquele controle. **Há, pois, proporcionalidade inversa entre desenvolvimento e presença de IDEs na economia.** Isso pode ser visto nas Tabelas I e II, a seguir.

[497] Reynolds, Lloyd, op. cit., pgs. 166 a 187.

[498] *"The Philippines is a 'small-public-sector country', and a 'low infra-structure-investment country"*. V. Reynolds, op.cit., pg. 187. E a percentagem da receita do governo no PNB é muito baixa, tendo subido de 9% em 1952 para 13,8% em 1980.

[499] Só 1/5 do pequeno território da Coréia do Sul é utilizável para a agricultura.

[500] Na Coréia, ocupada pelo Japão desde 1910 ao final da 2ª Guerra Mundial, o capital japonês controlava 90% da indústria, em 1938. Quando ela começou a desenvolver-se, em 1954, depois da guerra da Coréia', a renda por habitante era das mais baixas do mundo.

[501] Reynolds, op. cit. pg. 178.

[502] Mason, Edward: *The Chenery Analysis and Some Other Considerations*, em: *Economic Structure and Performance*, eds. Syrquin M., Taylor, L. e Westphal L., Academic Press Inc. 1984, pg. 8. Tão pequena era a economia sul-coreana, nessa época, que altas percentagens se traduzem em valores diminutos.

[503] Mason diz também que a indústria coreana se desenvolveu segundo linhas de vantagem comparativa, mas isso não poderia levar um país paupérrimo e sem indústria, no início dos anos 60, a tornar-se importante exportador de manufaturas nos anos 70. Conseguiu-o por ter feito proteção comercial e restrições aos IDEs.

Tabela I

	IDE / Invest	IDE / PIB
Argentina	3,0	5,5
Brasil	2,1	6,5
Chile	2,6	7,0
México	3,3	4,9
Peru	7,4	14,8
Venezuela	0,9	7,3
Indonésia	0,2	10,9
Malásia	0,6	15,1
Filipinas	0,7	6,0
Rep. da Coréia	0,05	2,6

A tabela I baseia-se em dados do Centro de Corporações Transnacionais, da CNUCED,[504] e inclui dois percentuais: A) na 1ª coluna, o fluxo dos IDEs em relação ao investimento total, na média de 1978/80; B) na 2ª coluna, o do estoque do IDE em relação ao PIB, no mesmo período.[505] Esta base permite comparação estrutural mais adequada do que o fluxo de investimentos em três anos, a base da 1ª coluna, mais suscetível a fatores conjunturais. A **Coréia do Sul mostra, de longe, os menores valores em ambas colunas.** Taiwan não figura, por não fazer parte das Nações Unidas. A cifra de Filipinas é a mais alta da 1ª coluna, entre os asiáticos, mas baixa em relação aos ibero-americanos, por ser menos atrativo para os IDEs o mercado filipino. Mas o estoque de IDE em proporção à dimensão econômica está no nível dos ibero-americanos, como mostra a 2ª coluna. Ainda nesta, o coeficiente do México, não muito alto, explica-se, não pela pouca importância dos IDEs, mas pelo fato de o PIB estar superestimado à época, em razão da sobrevalorização de sua moeda.

As cifras oficiais subestimam a influência dos IDEs, já que, especialmente se os fluxos são recentes, ainda não houve tempo de elevar o estoque com o reinvestimento dos ganhos locais não transferidos desde logo ao exterior. São coisas muito distintas: 1) o estoque dos supostos ingressos de IDEs registrados junto às autoridades monetárias do país hospedeiro; 2) o controle que esse estoque permite exercer sobre setores inteiros da economia. Não se deve considerar apenas as cifras desse estoque, mas, além destas, pelo menos, quatro aspectos qualitativos do controle: a) as posições das ETNs

[504] Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, mais conhecida pela sigla em inglês UNCTAD. O Centro foi extinto pela UNCTAD, dominada pelos governos de países- sedes das ETNs.

[505] *Transnational Corporations in World Development, Third Survey*, ON.U., Nova York, 1983, Annex Table II.14, pg. 311 (AL) e 314 (Asia). A 1ª coluna está na tabela original. A 2ª foi calculada com base nos dados das colunas 2 e 3 da tabela original.

em setores estratégicos, que comandam conjuntos de outros setores; b) a participação minoritária em empresas locais, com poder mais que proporcional ao percentual acionário; c) testas-de-ferro, que podem figurar como acionistas e até sócios controladores, sem que o capital lhes pertença; d) o controle de tecnologia exclusiva por ETNs.

Na tabela abaixo pode-se ter uma idéia comparativa do progresso da industrialização e das exportações industriais de alguns países: PrI = produção industrial; IPI = índice de aumento da produção industrial; XI = exportações industriais; IXI = índice de aumento dessas exportações. As colunas 1 e 3 referem-se a bilhões de dólares, e as colunas 2 e 4 são números índices para 100 no ano base.[506]

Tabela 2

	PrI 1980	IPI 1970 =100	XI 1981	XI 1970 = 100
Argentina	22,13	130	1,99*	802
Brasil	50,83	245	9,23	2.502
México	24,35	180	1,98*	411
Venezuela	5,86	142	0,07*	140
Indonésia	4,48	320	1,12	5.575
Filipinas	5,64	198	1,36*	1.674
Malásia	3,1	295	3,59*	818
R.Coréia	10,1	419	19,2	2.999

Notas: 1) os asteriscos na coluna XI indicam dados de 1980; no caso do México, 1979; 2) os valores mais altos das exportações (XI) do que da produção (PrI) na Malásia e na Coréia do Sul decorrem de as exportações terem alto percentual de componentes importados.

A Coréia do Sul teve o maior índice de crescimento da produção industrial. A coluna PrI indica que essa, em 1981, ainda era bem inferior à dos três grandes países ibero-americanos, mas ultrapassava os demais países listados. As exportações industriais coreanas equivaliam a mais que o dobro das do Brasil. **A taxa de aumento nas exportações de manufaturados da Coréia do Sul é muito superior à dos demais países**, à exceção da Indonésia, cujo valor exportado ainda é inexpressivo em 1981. As XI do Brasil, embora

[506] Elaboração com base em: CNUCED, op. cit., Tabelas IV.1. e IV.2. do Anexo, pgs. 374/5.

então crescentes, respondiam somente por 18% da produção industrial, apesar dos pletóricos subsídios às exportações e apesar do interesse das ETNs em usá-las para transferir renda ao exterior.[507] **Na Argentina e no México, manietados pelo modelo dependente, as taxas de crescimento, tanto de PrI, como de XI, são bem menores que as do Brasil e muitíssimo menores que as da Coréia do Sul. Filipinas e Malásia** têm indicadores medíocres, e os da **Venezuela, cuja economia é ainda mais controlada pelos IDEs, são os piores de todos.**[508]

Somando-se as remessas de lucros oficiais dos IDEs ao exterior de 1977 a 1980,[509] temos em bilhões de dólares: 1) Venezuela: 2,34, a maior cifra na AL;[510] b) Brasil 2,31; México 1,22 e Argentina 0,83, 2) Na Ásia: a) **Indonésia 9,2**, cifra altíssima, revelando que os IDEs obtêm ganhos gigantescos em confronto com o valor da produção e o das exportações industriais; b) **Malásia 4,1**, enorme para suas dimensões econômicas; c) **Filipinas 0,41, i.é., 10 vezes menos, pois esta é menos aberta ao exterior do que aquela; ainda assim as remessas são altas demais para economia tão diminuta;** d) **Coréia 0,225, o valor mais baixo de todos, a metade da quantia remetida pelas Filipinas, 10 vezes menos que o Brasil e a Venezuela; 18 vezes menos que a Malásia, e 40 que a Indonésia.** E as exportações industriais da Coréia do Sul, em 1980, já eram 5,3 vezes as da Malásia e 14 vezes as das Filipinas, havendo, de lá para cá, continuado a aumentar a diferença.

No início dos anos 70, antes mesmo da época a que se referem os dados da Tabela 1, a indústria de transformação já estava em sua maior parte, e, de todo, nos setores mais rentáveis, sob controle de ETNs, tanto no México como no Brasil.[511] E o mesmo se pode dizer dos demais ibero-americanos. Já se havia deslocado o equilíbrio interno de poder nos países semiperiféricos. Isso fez acelerar desnacionalização de industriais privadas, pressionadas por *n* fatores a ser adquiridas: mercados controlados pelas ETNs, estagnação deles, juros internos extorsivos. A escalada da periferização por dentro culminou, nos últimos 10 anos, com a ocupação pelos IDEs também do sistema financeiro, a 'privatização' das estatais e da infra-estrutura construída pelo Estado.

---

[507] E as exportações de café solúvel, suco de laranja, etc. são contadas como de manufaturados.

[508] Isso fica claro com a Tabela 1 e, mais ainda, com os números de outra Tabela do CNUCED, op.cit., pgs. 288/90.

[509] CNUCED, op. cit., Tabela do Anexo, II.4, pgs. 288/90.

[510] A Venezuela também está nas antípodas da Coréia do Sul e de Taiwan, por ser, desde o início do Século, grande exportador de petróleo, enquanto estas não tinham, antes do desenvolvimento autônomo, receita significativa de exportações. Mais uma vez comprova-se que capital não é pré-requisito do desenvolvimento, mas, sim, conseqüência deste.

[511] Isso está documentado em numerosas fontes. Entre elas: Newfarmer, Richard e Müller, Willard: *Multinational Corporations in Brazil and Mexico: Structural Sources of Economic and Noneconomic Power*, Relatório para a Subcomissão de Corporations Multinacionais da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA, agosto 1975.

Muitas das estatais realizaram façanhas notáveis em favor do desenvolvimento econômico, social e tecnológico.[512] Isso, entretanto, não bastou para impedir que o modelo dependente se fosse tornando dominante. De resto a política econômica - no Brasil, Argentina, México e outros - esteve invariavelmente, nos últimos 40 anos, nas mãos de governantes solícitos, para dizer o mínimo, às diretivas e interesses dos IDEs. Os interesses dos empresários nacionais foram relegados a terceiro plano, e suas entidades de classe dominadas por ETNs. Falta ademais à quase totalidade deles a consciência de seus reais interesses.[513] E como poderia ter havido frutuosa colaboração entre o Estado e o capital nacional nos países centrais e na Coréia do Sul e Taiwan, se os IDEs tivessem ganho espaço nos mercados e poder sobre as decisões políticas? A entrada de ETNs modifica, de imediato, a relação de forças em países cujos mercados cujas dimensões são 50, 100 e até 200 vezes menores que as dos centrais.

Os IDEs inviabilizam a acumulação de capital e de tecnologia nas empresas nacionais, entre outras razões por desviarem para o exterior os recursos que. de outro modo, sustentariam os investimentos e a acumulação. A fonte desses e desta é o mercado de bens e de serviços, que, aberto às ETNs, fica controlado por estas. E as ETN, usando de seu poder mundial, determinam a política econômica e a execução desta por parte do Estado, além de definir os objetivos das subsidiárias. Como, em tal situação, conceber a direção imprimida pelo MITI e o Ministério da Fazenda do Japão ao padrão industrial do país, conforme descrito na Parte I ? [514] E como imaginar o trabalho de equipe do governo sul-coreano com os grandes grupos nacionais, os *chaebols*? Conclusão: de novo, com IDEs não há desenvolvimento.

As taxas de crescimento ainda altas durante alguns anos após o desenvolvimento baseado no capital local deram a muitos a ilusão de que países, como o Brasil, se tornariam PDs, na fase em que recebiam os IDEs.[515] Passado um tempo, e aumentado o controle destes sobre a economia local, começam a pesar as transferências de recursos ao exterior. Avolumam-se então os déficits externos, o endividamento, as distorções e o empobrecimento. A isso se junta a total perda de espírito de equipe entre o governo e os empresários locais, e termina a ilusão. Ou deveria, pois ela prossegue no mundo virtual da comunicação social.

---

[512] Não se atribua, como fazem os que tem interesse em esconder a realidade, a estagnação dos latino-americanos, nos anos 80 e 90, ao elevado grau de estatização. Todos os modelos exitosos partilham essa característica na fase de desenvolvimento, como os da Coréia do Sul e Taiwan. A participação das estatais no total da formação bruta de capital nesta era, no fim dos anos 70, a mesma do Brasil, de 23%, sem incluir todo o setor público, nem fundos públicos investidos pelo setor privado. Vide: Reynolds, op.cit., pg. 431.

[513] Essa consciência só costuma aparecer – e, ainda assim, silenciosa – depois de serem esses empresários destituídos de poder sobre suas empresas e perderem boa parte do patrimônio.

[514] Vide, em especial, a citação, em I.3.5.6, a Yamamura, K.

[515] Isso ocorreu também no México e, mais tarde, em asiáticos falsamente chamados de tigres, como Malásia, Tailândia, Filipinas.

Além do exposto em II.2.7, II.3.1 e II.3.4.5, note-se que os IDE não têm dificuldade em dominar mercados muito menores que os centrais, mesmo que aqueles estejam sendo atendidos por produção de empresas de capital local. A 1ª razão disso é que a ETN produz no local com bens de capital e tecnologia, amortizados pelas vendas no mercado de origem e em outros de grande porte. Em 2º lugar, os recursos financeiros próprios e de terceiros ao alcance das ETNs não têm medida comum com os disponíveis pelas firmas de capital nacional. Desnecessários à produção, parte deles é empregada em *marketing*. Ademais, as ETNs recebem subsídios de que não precisam, mas que aumentam os vultosos lucros.[516] Admira que, por vezes, empresas locais tenham resistido. E se alguma destas ainda compete, a ETN a elimina, suspendendo, por um tempo, os habituais sobrepreços de oligopólio. Isso feito, ela eleva o preços até o nível que desejar. [517]

II.5. TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

II.5.1. Frank

Frank destaca o vínculo entre o subdesenvolvimento das periferias e o crescimento dos centros.[518] Ele lembra que se sustenta, em geral, surgir o desenvolvimento econômico em uma sucessão de estágios capitalistas. E atribui à ignorância da história dos PSDs supor-se que a situação atual destes seria semelhante à dos PDs antes de se terem desenvolvido. **Ele entende que estes foram não-desenvolvidos, mas nunca, subdesenvolvidos, pois não eram objeto da ação periferizante de centros.** *"Também se crê que o presente subdesenvolvimento de um país possa ser entendido somente em função de sua estrutura e/ou de suas próprias características econômicas, políticas, sociais e culturais. Entretanto, a pesquisa histórica demonstra que* ***o subdesenvolvimento é, em grande parte, produto histórico de relações, econômicas e outras, passadas e continuadas, entre os satélites subdesenvolvidos e os países metropolitanos****. Além disso, essas relações são parte essencial da estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista como um todo, em escala mundial.* ***Uma opinião, também errônea,*** *relacionada com aquela,* ***é que o desenvolvimento dos PSDs e de suas áreas menos desenvolvidas, têm de ser, e será, gerado ou estimulado pela difusão de capital, instituições, e valores***

[516] Os subsídios à exportação, e a simples exportação sem subsídios, permitem aumentar a escala e reduzir o custo unitário da produção, inclusive a destinada ao mercado interno. E há *n* outros subsídios.

[517] Os casos são numerosos. Por ex., a Metal Leve. de São Paulo, firma competitiva e bem dotada de tecnologia, alijada do mercado pela Mahle, da Alemanha. Esta reduziu seus preços, até que aquela, para concorrer, acumulasse prejuízos. Então adquiriu-a por preço menor do que o antes oferecido. E a ETN ainda pode ser compensada no exterior, mediante entendimento com outra ETN, compradora do insumo. Outro caso foi o da Eletrometal, indústria brasileira, líder mundial na tecnologia de aços especiais, tubos de aço sem costura, que teve de ser vendida à ACESITA, ex-estatal "privatizada" em favor de especuladores e banqueiros ligados aos centros mundiais.

[518] Vide, em especial: Frank, Andre Gunder: *The Development of Underdevelopment*, em: ed. Wilber, Ch.: *The Political Economy of Development and Underdevelopment*, 2ª ed. Nova York, 1979, pgs. 103/13.

das metrópoles capitalistas internacionais e nacionais. Ao contrário, a perspectiva histórica baseada na experiência sugere que os PSDs só se podem desenvolver economicamente, independentemente da maior parte dessas relações de difusão." [519]

"As desigualdades de renda e diferenças culturais fizeram com que muitos falassem de sociedades duais nos PSDs. Supõem que cada parte tenha uma história e uma dinâmica independente da outra e que uma delas – a afetada por relações econômicas estreitas com o exterior capitalista – se tenha tornado moderna, capitalista e relativamente desenvolvida, por causa desse contacto. A outra é vista como isolada, baseada na subsistência, feudal, pré-capitalista e, portanto, mais subdesenvolvida. ***Creio que é falsa toda a tese da sociedade dual e que as recomendações de política a que ela leva, se seguidas, só servirão para intensificar e perpetuar as condições de subdesenvolvimento que pretenderiam remediar."*** E: *"Um acervo crescente de experiências indica que a expansão do sistema capitalista, durante séculos, penetrou efetiva e completamente até mesmo as áreas aparentemente mais isoladas do mundo subdesenvolvido. Como as relações entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no nível internacional, as instituições contemporâneas das assim chamadas áreas atrasadas ou feudais de um PSD são não menos produto do processo único de desenvolvimento capitalista do que as instituições das assim chamadas áreas progressistas."* [520]

"Essas relações metrópole-satélite não se limitaram ao nível imperial ou internacional, mas penetraram a estrutura das colônias e países latino-americanos. Assim como se tornou o capital colonial e nacional – e seu setor exportador – satélite da metrópole (ibérica e outras depois) do sistema econômico mundial, esse satélite se tornou uma metrópole colonial e depois nacional em relação aos setores produtivos e à população do interior. Na estrutura metrópole/satélite, cada satélite, incluindo os depois subdesenvolvidos Espanha e Portugal, serve como instrumento para sugar capital ou excedente econômico de seus satélites." [521]

Frank atribui o atual subdesenvolvimento da AL à participação, durante séculos, no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial.[522] *"A história do Brasil é talvez o caso mais claro de desenvolvimento do*

---

[519] Frank, A. G.: *The Development of Underdevelopment*, op. cit. pg. 104.

[520] Note-se que, além de Frank, outros analistas demonstraram as falhas da tese dualista e da atribuição de caráter feudal à realidade sócio-econômica brasileira e latino-americana. Assim: Stavenhagen, Rodolfo: *Seven Fallacies About Latin America*, pgs. 13 a 31; e Vitale, Luis: *Latin America – Feudal or Capitalist*, pgs. 33 a 43, em: eds. Petras J. e Zeitlin M.: *Latin America – Reform or Revolution?* A Reader, Greenwich, Conn., 1968.

[521] Frank, A . G.: *The Development of Underdevelopment*, op. cit. pgs. 104/5.

[522] Frank, A. G.: *Capitalist Development and Underdevelopment in Latin America*, Nova York, Monthly Review Press, 1967, com estudos sobre a história econômica chilena e a brasileira.

subdesenvolvimento nacional e regional. A expansão da economia mundial desde o Século XVII converteu sucessivamente o Nordeste, o interior de Minas Gerais, o Norte e o Centro-Sul (Rio, São Paulo, Paraná) em economias de exportação e as incorporou à estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Cada uma das regiões teve o que podia parecer desenvolvimento econômico, durante a respectiva era dourada. Mas era desenvolvimento de satélite, nem autogerador nem capaz de se perpetuar. À medida que declinava o mercado ou a produtividade das três primeiras regiões, murchava o interesse econômico estrangeiro e local, e elas iam sendo deixadas a desenvolver o subdesenvolvimento em que vivem. Na 4ª região, a economia cafeeira sofreu destino similar, conquanto não tão sério. Todas as provas históricas contradizem a tese, geralmente aceita, de que a AL padece de uma sociedade dual e da sobrevida de instituições feudais e de que esses são obstáculos importantes a seu desenvolvimento." [523]

E: *"Durante a 1ª Guerra Mundial, e mais ainda durante a Grande Depressão e a 2ª Guerra Mundial, São Paulo começou a construir o maior estabelecimento industrial da AL. Surge a questão de se esse desenvolvimento soltou ou pode soltar o Brasil do ciclo de desenvolvimento como satélite ou de subdesenvolvimento. Acredito que a resposta é: não."* [524] Frank lembra também que o subdesenvolvimento das outras regiões brasileiras foi consolidado ou agravado. Correto, mas há que atualizar. Novas subregiões no Sul e no Sudoeste, e áreas de ocupação mais antigas, passaram a ter o falso desenvolvimento dos satélites, exportando novas commodities (soja, açúcar, etc.) e como locais de produção industrial de ETNs. **São Paulo perdeu terreno, pois, como centro do mercado interno brasileiro, atraiu as ETNs, que ali se concentraram nos últimos 40 anos, fazendo desse Estado o mais endividado e falido do País. Outros Estados tentam repetir a triste experiência daquele e, ainda mais estupidamente, por oferecerem subsídios desmedidos aos IDEs, além dos federais.**

"As provas são de que, embora o desenvolvimento inicial da indústria de São Paulo, fosse relativamente autônomo, ele está sendo crescentemente satelitizado pelas metrópoles mundiais capitalistas, e as possibilidades futuras de desenvolvimento são crescentemente restritas." E: *"O subdesenvolvimento não decorre da sobrevivência de instituições arcaicas e de escassez de capital em regiões isoladas da corrente da história mundial. Ele foi, e é ainda, gerado pelo mesmo processo histórico do desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do próprio capitalismo."* [525] **Houve no Brasil progressos devidos à imigração e ao crescimento populacional combinados com fabulosa dotação de recursos naturais, bastando para**

[523] Frank. A. G.: *The Development of Underdevelopment*, op.cit., pg. 106.
[524] Idem, op. cit. pg. 107.
[525] Idem, ibidem.

isso que fosse relaxado o controle dos centros de poder mundiais sobre as forças internas, graças aos conflitos e crises entre eles. Retomada a ligação, a partir de 1945, retornou a periferização e, depois, o subdesenvolvimento. Estava, antes, havendo algum desenvolvimento, que requereu pouco capital, extraído dos ganhos na produção rural e do comércio e indústria locais. Menores ainda foram os lucros da exportação que ficaram no país, quer de firmas estrangeiras, quer de locais.

"Começou só no Século XIX, o crescimento das regiões metropolitanas de Buenos Aires e de São Paulo, menos manietadas por heranças coloniais. Mas foi e permanece um desenvolvimento de satélite, em grande parte dependente de metrópoles externas, primeiro da Grã-Bretanha, depois dos EUA. Uma segunda hipótese é que ***os satélites experimentaram seu maior desenvolvimento econômico*** *e, especialmente, o* ***industrial*** *mais classicamente capitalista,* ***se e quando seus laços com a metrópole eram mais fracos****. Esta hipótese parece confirmada por duas espécies de isolamento relativo experimentado pela AL. Afora alguns menores, cinco períodos de crises mais importantes parecem confirmá-la: 1) a depressão européia, especialmente espanhola, do Século XVII; 2) as guerras napoleônicas; 3) a 1ª Guerra Mundial; 4) a depressão dos anos 30; 5) a 2ª Guerra Mundial. Está claramente estabelecido e geralmente reconhecido que o mais importante* ***desenvolvimento industrial recente****, especialmente na* ***Argentina, Brasil e México****, e mesmo outros, como o Chile, aconteceu precisamente da 1ª à 2ª Guerra Mundial.* ***Graças ao resultante desligamento dos laços comerciais e de investimento*** {estrangeiro, é claro} ***nesses períodos, os satélites iniciaram acentuada industrialização e crescimento****. A pesquisa histórica demonstra que o mesmo aconteceu na AL durante a depressão do Século XVII. A indústria cresceu nos países latino-americanos, e muitos deles, como o Chile, tornaram-se exportadores de bens industriais. As guerras napoleônicas deram azo a movimentos de independência e talvez podem ser interpretadas como confirmação, em parte, daquela hipótese. Outro tipo de isolamento que tende a confirmá-la é o geográfico e econômico de regiões unidas por vínculos tênues ao sistema mercantil capitalista. Minha pesquisa preliminar sugere que foram essas regiões da AL as que iniciaram e tiveram a espécie mais promissora e autogeradora de desenvolvimento econômico de tipo capitalista industrial clássico."* [526]

"Os casos regionais mais importantes são provavelmente Tucumán e Asunción, e outras cidades, como Mendonça e Rosário, no interior da Argentina e do Paraguai, no final do Século XVIII e início do XIX; São Paulo do Século XVII e XVIII é outro exemplo. Talvez Antioquia, na Colômbia, e Puebla e Querétaro, no México, sejam outros. A seu modo, o Chile o foi

[526] Idem, pg. 108.

também, pois, antes de que se abrisse a rota marítima do Horn, esse país era bem isolado, ao fim da longa viagem da Europa via Panamá. Todos esses países e regiões tornaram-se centros manufatureiros e até exportadores, de tecidos {o principal item industrial dessas épocas}, *durante os períodos que precederam sua efetiva incorporação ao sistema capitalista colonial, nacional e mundial.* ***O caso clássico de industrialização, por meio da não participação como satélite no sistema capitalista mundial é o do Japão. Por que o Japão, pobre de recursos, mas insatelitizado, foi capaz de se industrializar tão rapidamente no fim do Século XIX, enquanto os latino-americanos, ricos em recursos, e a Rússia, não o foram?*** *E esta foi facilmente vencida pelo Japão na Guerra de 1904 depois dos mesmos 40 anos de esforços para desenvolver-se."* [527]

E: *"Um corolário da 2ª hipótese é que,* ***quando a metrópole se recupera da crise e restabelece os laços de comércio e investimento,*** *que reincorporam os satélites ao sistema, ou quando a metrópole se expande incorporando ao sistema mundial regiões antes isoladas,* ***o anterior desenvolvimento e industrialização dessas regiões é sufocado ou canalizado em direções que não são autoperpetuadoras nem promissoras.*** *Isso aconteceu após cada uma das cinco crises mencionadas."* [528] *"Longe de se ter desenvolvido mais* ***desde então, o setor industrial do Brasil, e ainda mais o da Argentina, tornaram-se estruturalmente mais e mais subdesenvolvidos e cada vez menos capazes de gerar industrialização continuada e/ou sustentar o desenvolvimento*** *da economia. Esse processo, de que sofre também a Índia, se reflete numa gama de dificuldades de balanço de pagamentos, inflação e outras, e promete não ceder a solução alguma senão mudança estrutural de longo alcance".* No Brasil, a depressão de meados dos anos 60 foi só a primeira da degringolada decorrente da reinserção no sistema mundial. Esta foi minando o vigor da economia, constituído de 1914 a 1954, e ainda presente muito tempo depois. Mas o modelo dependente acabou com ele, pois: 1) tomaram-se desnecessários créditos externos, amarrados a bens de capital e tecnologia estrangeira (que limitam o spillover dos investimentos) e tornam ociosos fatores locais; 2) admitiram-se as ETNs, atraídas pelo mercado promissor.

"Nossa hipótese sugere que fundamentalmente o mesmo processo ocorreu ainda mais dramaticamente com a incorporação ao sistema de regiões antes não-satelitizadas. ***A expansão da Argentina como satélite da Grã-Bretanha e a introdução do livre-comércio*** *no interesse dos grupos governantes de ambas metrópoles* ***destruíram quase por completo as***

[527] Idem, pg. 109.
[528] Idem, ibidem.

indústrias e muito do restante da base econômica do interior, antes relativamente próspero. As indústrias foram destruídas pela competição externa, as terras, tomadas e concentradas em latifúndios pela crescente economia de exportação, a distribuição intra-regional de renda tornou-se mais desigual, e as regiões antes em desenvolvimento transformaram-se em simples satélites de Buenos Aires e, por meio desta, de Londres. Os centros provinciais não cederam, sem luta, à satelitização. Esse conflito foi muito da causa das longas lutas, políticas e armadas, entre os unitaristas de Buenos Aires e os federalistas das províncias. E pode-se dizer que ele foi a única causa importante da Guerra da Tríplice Aliança, *na qual Buenos Aires, Montevideo e Rio de Janeiro, encorajados e ajudados por Londres, destruíram não só a economia, em desenvolvimento, do Paraguai, mas exterminaram quase toda sua população."* [529]

"Uma terceira hipótese principal derivada da estrutura metrópole-satélite é que as regiões mais subdesenvolvidas e aparentemente feudais, de hoje, são as que tiveram os laços mais estreitos com a metrópole no passado. Essas são as regiões que foram os maiores exportadores de produtos primários e as maiores fontes de capital para a metrópole mundial e que foram por ela abandonadas, por uma razão ou por outro negócio. Esta hipótese parece ser amplamente confirmada pelo antigo desenvolvimento de super-satélite e pelo presente ultra-subdesenvolvimento das regiões antes exportadoras de açúcar do Caribe, do Nordeste do Brasil, bem como os distritos mineiros em Minas Gerais, Brasil, nas montanhas do Peru e Bolívia, e os Estados mexicanos de Guanajuato, Zacatecas e outros famosos por sua prata. Não há hoje zonas mais assoladas do que essas pelo subdesenvolvimento e pela pobreza. Entretanto, todas, como Bengala, na Índia, em épocas antigas, proveram o sangue vital do desenvolvimento mercantil e industrial capitalista na metrópole. Uma vez abandonadas, as estruturas econômicas, políticas e sociais formadas no processo eram impeditivas da geração de desenvolvimento, e não lhes deram alternativa senão degenerar no subdesenvolvimento." [530]

Para G. Arrighi, Frank levaria pouco em conta as estruturas e contradições internas dos países periféricos. Mao Tse Tung dera preeminência a estas: o ovo da galinha, numa determinada temperatura, se transforma em pinto, mas não, uma pedra, qualquer que seja a temperatura aplicada sobre ela. Segundo Arrighi: a) a abordagem de Frank tenderia a impedir a identificação das forças e contradições históricas que podem gerar mudanças estruturais revolucionárias; b) favoreceria a generalização, desencorajando análises concretas. Responde Frank: *"Nossas limitações quantitativas*

[529] Frank, A.G.: op.cit., pg. 110
[530] Idem, pgs. 110/11.

excluem, por vezes, a análise dos fatores 'externos' enquanto contradições internas ao mundo ou ao capitalismo metropolitano. E as limitações qualitativas nos levam a deslocar as contradições internas das colônias dos seus locais próprios, numa tentativa de ***analisar as causas externas. Mao não as exclui (mas muitos marxistas, sem falar dos neoclássicos, as têm negligenciado ao estudar o subdesenvolvimento)****. Pretendemos, não generalizar a partir da experiência concreta, mas* ***abstrair os princípios gerais que sustentam e governam essa realidade****, para ser melhor usados na transformação da realidade em cada momento e local."* [531]

II.5.2. Baran e a ação mundial do capitalismo

Baran, dá ênfase às forças sociais dos países dependentes. *"Os sonhos dos profetas da harmonia capitalista ficaram no papel. O capital, ou não se moveu de países onde sua produtividade marginal era baixa para aqueles em que esta seria estimada alta, ou se o fez, foi principalmente para extrair lucros dos países atrasados, que freqüentemente correspondiam à parte do leão dos incrementos na produção total causados pelos investimentos originais.*[532] *Onde houve aumento do produto nacional de um PSD, a distribuição de renda impediu que esse incremento elevasse os padrões de vida das grandes massas da população."* [533] Ele admite exceções, no espaço e no tempo, a essa regra geral.

Entende também que o capitalismo ocidental introduziu nos PSDs, com espantosa rapidez, as tensões econômicas e sociais inerentes à ordem capitalista e desorganizou o que teria sobrado de coerência nas sociedades atrasadas. *"Ele* (o capitalismo) *pôs os contratos de mercado no lugar das relações paternalistas que sobreviviam, reorientou as economias, parcial ou inteiramente auto-suficientes, de países agrícolas para a produção de mercadorias comercializáveis. Ligou o destino econômico deles aos caprichos do mercado mundial e à curva febril dos movimentos de preços internacionais."* E: *"A substituição completa da rigidez da servidão feudal ou semifeudal pela racionalidade do mercado capitalista teria representado, apesar da dor na transição, um passo importante para o progresso. Todavia, o que ocorreu foi que a antiga exploração da população dos PSDs por seus senhores locais foi liberada das restrições atenuantes, herdadas da tradição feudal. Essa superposição resultou numa exploração composta, mais corrupção abusiva e mais injustiça gritante."* [534] Há algo válido aí, mas também enganos não cometidos por Frank: 1) considerar feudal a estrutura dos PSDs; 2) que a servidão seja, via de regra, preexistente à inserção, subordinada, no capitalismo central.

---

[531] Frank, A. G.: *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento* , São Paulo 1980, pgs. 27/8.

[532] Baran é demasiado favorável aos IDEs, pois omite que os "investimentos originais", o mais das vezes, são feitos totalmente com recursos obtidos no país hospedeiro.

[533] A posição é resumida em Baran, Paul: *The Political Economy of Backwardness*, em: *The Political Economy of Development and Underdevelopment*, nas pgs. 91 a 102. Neste passo, 91.

[534] Idem, pgs. 91/2.

Sem usar o termo, Baran discorre sobre o efeito demonstração, que levaria segmentos sociais dos PSDs a aspirar a uma ordem sócio-econômica mais racional, para poder desfrutar dos avanços e realizações observados nos centros da indústria moderna. **O paradigma seriam as instituições capitalistas ocidentais. Diz ele: "*O estabelecimento de tais instituições estava fora do alcance das inexpressivas classes médias da maioria das regiões atrasadas.*** *O atraso e pobreza herdados nunca lhes deram chance de reunir a força econômica, a visão e autoconfiança necessárias para assumir papel liderante na sociedade. Durante séculos sob governo feudal, elas próprias assimilaram os valores políticos, morais e culturais da classe dominante.*" O autor, a seguir, compara essa situação com da França e Grã-Bretanha, onde as classes médias ascendentes teriam desenvolvido visão racional do mundo, opondo-a ao obscurantismo medieval, enquanto que **a burguesia das áreas atrasadas não teria feito senão acomodar-se com os senhores locais ou com poderosos investidores estrangeiros**. Diz, ainda, que a indústria e o comércio moldaram-se na camisa de força do monopólio, o parceiro plutocrático dos governantes aristocráticos.

Diz ser concebível uma saída conservadora para o impasse, baseada na aliança de empresários de mente aberta, intelectuais e líderes moderados de trabalhadores e camponeses, uma espécie de movimento de "Jovens turcos". Mas considera que a rapidez da era histórica não oferece tempo para tal transição gradual, e haveria impaciência crescente dos não privilegiados em relação a: "*parasitismo dos senhores feudais* (sic); *governo protegendo os interesses dominantes; homens de negócio ricos colhendo lucros imensos, sem os utilizar para fins produtivos; por fim,* ***os colonizadores estrangeiros extraindo*** *(ou assim se acredita)* ***vastos ganhos de suas operações 'de desenvolvimento'*** " [535] São infundadas as atribuições: a) do atraso à 'estrutura feudal'; b) de dúvida quanto à extração pelos IDEs de vastos ganhos em suas operações. E dizer que o governo protege os interesses dominantes é o óbvio: todo governo o faz.

"*O movimento popular tinha princípios burgueses, democráticos, antifeudais e anti-imperialistas. Ele se expressava no igualitarismo agrário, incorporava investigações de corrupção na denúncia ao monopólio, lutava por independência nacional e libertação da exploração estrangeira.*" [536] Segundo o autor, para assumir a liderança das forças populares, as classes médias capitalistas (sic) teriam de identificar-se com o homem comum e romper com a liderança ideológica e econômica da crosta feudal e com os monopolistas a esta aliados. Aduz que as classes médias dificilmente estiveram à altura desse desafio em algum PSD. E acrescenta às razões ligadas à constituição interna da classe dos negócios: ***"De igual importância foi um fator "externo": o espetacular crescimento do***

[535] Baran, P.: op. cit., pg. 93.
[536] Baran, P.: op. cit., pg. 93.

movimento trabalhista na Europa, que ofereceu às forças populares nas áreas atrasadas a liderança ideológica e política que lhes foi negada pela burguesia nativa. *Essa ligação do radicalismo trabalhista e da revolta populista apontou para o perigo iminente de revolução social, pouco importando se era real ou imaginário. O essencial foi que* ***a consciência da ameaça*** *determinou ação política e social. Ela* ***destruiu as chances de as classes capitalistas juntarem-se ao movimento popular antifeudal e antimonopolista, e o liderarem.*** *Ao instilar medo mortal de expropriação e de extinção* ***nas mentes dos grupos titulares de propriedade, a ascensão do radicalismo socialista, sobretudo, a revolução bolshevik na Rússia, fez com que os elementos mais ou menos privilegiados e abastados da sociedade formassem uma coalizão "contra-revolucionária."*** [537]

"As divergências internas entre esses grupos, e entre os investidores estrangeiros e eles, foram submersas, nas ocasiões importantes, pelo interesse comum de impedir o socialismo." E: *"Praticamente desapareceu a possibilidade de resolver o impasse econômico e político dos PSDs na linha de um capitalismo progressista. Entrando em aliança com outros segmentos da classe dominante, as classes médias capitalistas cederam uma posição estratégica após outra. Temendo que uma disputa com a aristocracia rural fosse explorada pelo movimento populista radical, as classes médias abandonaram as atitudes progressistas em assuntos agrários. Temendo que um conflito com a Igreja e os militares enfraquecesse a autoridade política do governo, elas dissociaram-se das correntes liberais* [538] *e pacifistas. Temendo que a hostilidade para com interesses estrangeiros pudesse privá-las de apoio externo em caso de emergência revolucionária, os capitalistas locais desertaram de suas anteriores plataformas anti-imperialistas e nacionalistas. Por terem as classes médias deixado de inspirar e liderar as massas populares, empurraram-nas para o radicalismo socialista. Por sua vez, o crescimento deste jogou as classes médias para a aliança com a reação aristocrática e monopolista. E assim por diante. O resultado foi a polarização da sociedade, ficando pouca coisa entre os pólos. As classes médias capitalistas* (sic) *jogaram fora sua oportunidade histórica de assumir o controle efetivo dos destinos de suas nações e de dirigir o ataque que se formava no povo contra as fortalezas do feudalismo e da reação."* [539]

É válida a análise das interações político-sociais na periferização, mesmo prejudicada esquematismo pautado por conceitos marxistas. Mas Baran não põe a abertura no centro da questão, destacando a influência do movimento socialista. **Deixa, assim, em segundo plano, o principal fator: a ação do capitalismo central, por meio do comércio e dos IDEs. Ora, é a presença destes que atua diretamente na estrutura de poder do país periferizado**

[537] Baran, op. cit., pg. 94.
[538] O autor usa aqui liberal no sentido corrente dos EUA, i.é., algo à esquerda.
[539] Baran, op. cit. pgs. 94/5.

e molda, em grande parte, a natureza e as inclinações do que Baran chama classes médias capitalistas. E estas não são capitalistas, e, por isso, não têm poder comparável ao dos estrangeiros. São manipuladas e divididas em função dos trunfos e pressões empregados pelos IDEs, dados os seus ativos em todo o Mundo. **O capital externo é, desde logo, o núcleo do capitalismo dito local. É ele, pois que assume a função de classe dominante, fazendo do Estado o instrumento de seus interesses.** Os 'capitalistas' locais, meros prepostos ou não, são como ventríloquos. Subordinados, eles se ligam à economia de exportação ou são banqueiros e industriais associados às ETNs. De outra parte: 1) O eco encontrado pelo socialismo não foi tanto nas massas como em segmentos da classe média; 2) O temor ao comunismo foi **reação facilitada por excessos do sistema soviético e por ações irresponsáveis por ele provocadas em países semiperiféricos.**[540] 3) **O "socialismo real" prestou, portanto, serviço inestimável ao sistema capitalista mundial, na *reconquista* desses países.**

Depois de expor um projeto para os PSDs,[541] Baran praticamente exclui a possibilidade de eles saírem da dependência. *"A injeção de planejamento, numa sociedade que vive no lusco-fusco entre o feudalismo e o capitalismo não pode senão resultar em mais corrupção, evasões da lei e abusos de autoridade. Não pareceria haver saída do impasse. A coalizão de interesses governante não abdica de sua volição, nem muda de caráter em resposta a incantações. Se a ameaça de convulsão social assume proporções perigosas, eles apertam sua empunhadura sobre a vida política e passam rapidamente para a reação sem freios e para a ditadura militar. Pedem também ajuda externa, nunca desinteressada nem desvinculada, e os efeitos desta podem ser mais danosos que benéficos."* [542]

O autor tem razão no final dessa citação e em alguns outros pontos. Mas sua linha central sofre das limitações do materialismo histórico, como passar do ponto no realismo: sobreavalia-se a "realidade", como se ela não comportasse transformações por métodos não admitidos no marxismo. Entre estes: a) a intervenção de líderes fundadores de novo estado de coisas; b) regimes de base militar desperiferizadores, como Coréia do Sul Taiwan e outros, egressos de ditaduras. A China emerge, com liderança centralizada,

---

[540] Um exemplo expressivo disso foi a intentona comunista em 1935, que favoreceu o sistema imperialista, ao dividir, de forma duradoura e inconciliável, segmentos importantes da classe média brasileira. O início da "guerra fria" é também o da reperiferização do Brasil e outros países.

[541] *"Redirecionar a poupança local para investimentos produtivos, o que implicaria intervenção estatal e extrair excedentes dos privilegiados. Diversificar a produção, já que a especialização exportadora retira espaço dos capitalistas locais, sendo o comércio internacional domínio de estrangeiros, financeiramente mais fortes e dispondo de contactos muito mais estreitos com os mercados exteriores. A escassez de fundos para investir e falta de oportunidades de investimento são aspectos do mesmo problema: não há um sistema econômico em funcionamento, do qual se possa extrair meios. Não se conta com 'economias externas.' O melhor uso da terra só é viável juntamente com o desenvolvimento industrial, que favorece a produtividade agrícola e o emprego da força de trabalho agrária liberada do campo."* Baran, p.cit., pgs.95/6.

[542] Baran, op.cit., pgs. 98/9.

formada na guerra contra a invasão japonesa e na guerra civil. Lá não houve amadurecimento de estruturas capitalistas, no molde marxista. No Irã, a evolução sócio-econômica nacional inspira-se no fundamentalismo islâmico, uma barreira à penetração do capitalismo mundial e do consumismo. O Brasil, de 1930 a 1945, teve governo centralizado, apoiado por militares reformistas.[543] Os avanços foram tão bons, que o sistema dos centros mundiais levou 50 anos para desmontá-los.

II.5.3. Raízes do atraso

Baran lembra os excelentes recursos humanos, culturais e naturais da Índia - atualmente três Estados, Índia, Paquistão e Bangla-Dej - hoje subdesenvolvidos, não podendo dar condições de vida toleráveis a sequer metade do 1,2 bilhão de habitantes. O fautor do atraso foi o controle pela oligarquia britânica: a abertura forçada pela East India Company (EIC), no século XVIII, e pelo Império em meados do XIX. Tal foi a desestruturação, que, mesmo com as mudanças pós-independência, esses países encontram-se travados por conflitos e outros obstáculos. Isso confirma a conclusão de Frank, haurida na América Hispânica: **o subdesenvolvimento é produto da ligação subordinada aos centros, da abertura à penetração dos centros**.

"Até o Século XVIII, a condição econômica da Índia era avançada, e os métodos indianos de produção e de organização industrial e comercial eram comparáveis aos de qualquer outra parte do Mundo. *O país tem fabricado e exportado as mais finas musselinas e outros tecidos e artigos de luxo, desde época em que os ancestrais dos britânicos estavam vivendo vida primitiva, mas deixou de tomar parte na revolução econômica iniciada pelos descendentes daqueles bárbaros selvagens. "A ausência da revolução econômica foi causada pela elaborada, implacável e sistemática espoliação da Índia pelo capital britânico, desde o início do mando britânico. Não foi algo acidental ou devido a alguma inépcia da 'raça' indiana'. Muitos perceberam que a grande massa do povo indiano possui grande energia industrial, notável clareza mental matemática, talento para números e ciências exatas e é bem apta a acumular capital."* [544]

Diz Luxemburg: *"As antigas organizações dos indianos, inclusive comunidades aldeãs comunistas, foram preservadas em suas diversas formas durante milênios, apesar dos distúrbios políticos. A estrutura social sobreviveu até a massacres, pois nenhum dos conquistadores muçulmanos violou a vida social das massas camponesas e sua estrutura tradicional. Todos os conquistadores visaram a dominar e explorar o país, mas nenhum estava interessado em roubar ao povo suas forças produtivas e em destruir-*

---

[543] No sentido do progresso; não no das 'reformas' hoje ditados pelo FMI, BM G-7, etc.

[544] Baran, Paul A. : *The Political Economy of Growth*, Harmondsworth 1973, pg. 277, citando Anstey, Vera: *The Economic Development of India*, Londres 1929, pg. 5 da edição de 1952.

lhe a organização social. Então **vieram os britânicos – e a contaminação da civilização capitalista conseguiu desmontar toda a organização social do país. O fim último do capital inglês foi apoderar-se da própria base de existência da comunidade indiana, a terra. Modificando as leis e promovendo conflitos entre grupos sociais, os capitalistas britânicos apropriaram-se de uma considerável parte da terra.** *Ademais, a* **carga tributária** *foi tão implacavelmente aumentada, que* **engoliu quase todo o produto do trabalho** *do povo, levando camponeses de vários distritos a alugar ou a penhorar a terra por valor igual ao do imposto. Sob os auspícios dessa taxação, a usura penetrou na aldeia indiana, para ficar e para engolir a organização social por dentro, como um câncer. A fim de acelerar o processo, os britânicos tentaram fazer parecer que sua política de poder – que pôs em colapso a economia local – visava a proteger os camponeses contra a opressão de nativos.* **A Grã-Bretanha criou uma aristocracia às expensas dos antigos direitos de propriedade das comunidades rurais, e passou a 'protegê-las' dos alegados opressores e a transferir a propriedade das terras usurpadas para capitalistas britânicos."** [545]

E: "**Os britânicos foram os primeiros conquistadores a mostrar total indiferença pela infra-estrutura.** *Árabes, afegãos e mongóis* [546] *haviam construído e mantido magníficas obras de canalização, assegurado uma rede de estradas, feito pontes sobre os rios e promovido a abertura de poços. Tamerlão (Séc. XIV) cuidava do cultivo do solo, da irrigação, da segurança das estradas e da provisão de comida aos viajantes. Os antigos rajás indianos, os mongóis e afegãos deixaram obras que parecem de uma raça gigante. A East Indian Company não tornou sequer uma fonte accessível, nem um poço, não construiu uma única ponte."* [547] E: *"O inglês James Wilson diz: 'na Província de Madras, ninguém pode deixar de se impressionar com os* **antigos sistemas de irrigação, traços dos quais ainda permanecem. Diques, represas e comportas controlam os rios formando grandes lagos, dos quais saem canais distribuindo água para uma área de 60 a 70 milhas em volta. Nos grandes rios, há 30 a 40 de tais construções, quase todas terminadas antes de 1750. Durante a guerra entre a Companhia e os mongóis, e durante todo o período de nosso governo sobre a Índia, elas decaíram tristemente".** [548] Não admira, diz Luxemburg: "**O capital britânico** *não tinha por objetivo dar suporte econômico às comunidades indianas. Ao contrário,* **visou a destruí-las e a privá-las de suas forças produtivas."** [549]

---

[545] Luxemburg, Rosa: *The Accumulation of Capital*, op. cit., pgs. 371/2. Ela, como Baran, baseia-se em testemunhos insuspeitos de antipatia aos britânicos.
[546] Designam-se por mongóis os conquistadores da Índia, mas estes vieram da Ásia Central. Entre eles, os turcos comandados por Bâber, vitorioso em Panipat (1526). Este fundou a dinastia, chamada mogul, do persa mugal. Seu neto, Akbar consolidou e ampliou o poder da dinastia, após o também brilhante interregno do afegão Sher Shah.
[547] Luxemburg, R.: op. cit., pg. 375. Neste passo, a autora cita o Conde Warren, apud Kovalevski: *On the Causes, the Development and the Consequences of Communal Ownership of Land*, Moscou 1879.
[548] Idem, citando de novo Kovalevski.
[549] Luxemburg, op. cit., pg. 376.

Das grandes fomes na Índia, na Era Moderna, só a primeira, no final do Século XVI, decorrente das longas guerras em que Akbar se impôs aos afegãos e à resistência dos reinos hindus, ocorreu antes da desestruturação com a penetração britânica. As duas outras **grandes fomes** foram: 2) **de 1770, em Bengala, após 100 anos de ações da *East Indian Company (EIC)* nessa província,** [550] **não sendo de estranhar que a miséria mais profunda se localiza, até hoje, em Calcutá, Bengala, e nesta.** 3) **de 1855, em Orissa, também controlada pelos ingleses desde o Século XVIII.**[551] Baran cita Digby: ***"A pilhagem foi*** *tão* ***estupenda, a quantidade*** *tão* ***extremamente fantástica dos recursos extraídos à Índia****, que o Secretário de Estado britânico para a Índia (1875) advertiu que 'embora a Índia deva ser sangrada, a sangria deve ser feita judiciosamente'."* [552] E: *"Estimou-se que, entre Plassey (1757) e Waterloo (1815), os recursos arrancados da Índia pela Grã-Bretanha atingiram* ***de 500 milhões a 1 bilhão de libras esterlinas.****"* [553] Em 1760, o estoque de capital existente na Grã-Bretanha, na agricultura, indústria e comércio, transportes, obras públicas, e prédios, inclusive residenciais, somava 490 milhões de libras, e 1,18 bilhão em 1830.[554] Portanto, **de 1757 a 1815, a renda transferida da Índia para a Grã-Bretanha, superou em muito a formação bruta de capital fixo nesta.** [555]

"Os conceituados estatísticos indianos, K.T. Shah e K.J.Khambata calcularam que ***nos primeiros decênios do Século XX, a Grã-Bretanha apropriou-se****, a um título ou outro,* ***de mais de 10% da renda nacional bruta da Índia****, e pode-se supor, sem temor de erro, que* ***essa drenagem era menor no Século XX do que nos XVIII e XIX****. Ademais é certo que* ***essa taxa subestima a extensão do controle britânico sobre os recursos da Índia****, pois se refere apenas às* ***transferências diretas*** *e* ***não inclui as*** *perdas advindas da relação de troca desfavorável imposta pela Grã-Bretanha."* [556] **Essas decorreram da fixação dos preços do comércio externo por quem tem poder para tanto, como hoje as ETNs.**

Eminentes historiadores testemunharam: 1) Lord Macaulay, que exerceu altos cargos em Calcutá: ***"Logo após Plassey (1757), o saque de Bengala começou a chegar a Londres****, e o efeito parece ter sido instantâneo, pois*

---

[550] Só a partir do final do Século XVIII, com Wellesley, é que os britânicos aumentaram mais significativamente seu controle sobre outras regiões. Bengala inteira, desde 1764, ficou à mercê deles e por eles administrada. Clive, em seu 2° governo, obteve o monopólio do sal e o controle absoluto das finanças em Bengala, Bihar e Orissa. Os agentes da Companhia (EIC) enriqueciam rapidamente, por meio de toda sorte de prevaricações. Vide: eds. Grousset R. e Léonard, E.G.: *Histoire Universelle 3*, La Pléiade, Paris 1958, pg. 1307.

[551] Vide a nota imediatamente anterior.

[552] Digby, William: *Prosperous British India*, Londres 1901, pg. xii.

[553] Idem, ibidem.

[554] Vide: *The Cambridge Economic History of Europe*, op.cit. vol. VII, Parte I, Tab. 8, pg. 42.

[555] Não se contam aí todas as perdas nos preços do comércio exterior das diversas províncias. Assim, a transferência foi maior do que a quantia mais alta da estimativa, já conservadora. E mesmo a média (750 milhões de libras) é maior do que a formação de capital no Reino Unido, de 1760 a 1830 (690 milhões).

[556] Baran, Paul A. : op. cit., pgs. 278/9.

todas as autoridades concordam em que a 'revolução industrial' começou com o ano de 1760. ***Antes, a maquinária usada para fiar algodão em Lancastershire era quase tão simples como a da Índia,*** *e, por volta de 1750,* ***a indústria do ferro estava em pleno declínio.*** " [557] 2) Romesh Dutt, alto funcionário britânico na Índia: " *É verdade que a EIC e o Parlamento Britânico desencorajaram os industriais indianos, para estimular as manufaturas crescentes da Inglaterra. A política fixa foi* ***subordinar a Índia às indústrias da Grã-Bretanha*** *e fazer o povo indiano* ***produzir somente matérias primas.*** *Essa política foi seguida com inquebrantável resolução e fatal êxito;* ***foram dadas ordens para forçar os artesãos indianos a trabalhar nas fábricas da EIC, e dados extensos poderes aos residentes comerciais sobre as aldeias e comunidades de tecelões indianos; tarifas proibitivas excluíram a seda e os tecidos de algodão indianos do mercado britânico; os bens ingleses foram admitidos na Índia sem taxas ou a taxas simbólicas****. A invenção do tear movido a energia de carvão na Europa completou o declínio das indústrias indianas; e, quando, depois, esses teares foram instalados na Índia, a Grã-Bretanha decretou um imposto de vendas sobre a produção de tecidos de algodão da Índia, que sufoca as novas fábricas.* ***A agricultura*** *passou a ser a* ***única fonte restante de riqueza*** *nacional, mas* ***o imposto territorial extraído pelo governo britânico*** *aproxima-se do total da renda econômica da terra. Isso* ***paralisa a agricultura, impede a poupança, e mantém o trabalhador do solo em estado de pobreza e endividamento****. Na Índia o Estado* (britânico) *não fomentou novas indústrias nem fez reviver as antigas;* ***tudo que se pôde levantar por meio da tributação excessiva fluiu para a Europa, após pagar salários de fome aos empregados na administração.*** " [558]

Os britânicos, como outros ocidentais "cristãos", fizeram constante uso da força para aumentar as exações. A batalha de Plassey foi lance decisivo, mas não único. **A periferização e o empobrecimento foram intensificados com a intervenção militar e política. Mas foram também facilitados porque comerciantes, banqueiros e usurários indianos haviam colaborado com a penetração estrangeira, de início só econômica, embora apoiada em ameaças bélicas. Ela remonta ao Século XVII e conduziu à submissão total da Índia, no XVIII. E, em meados do XIX, ao implantar-se o Império, a sociedade estava dilacerada.** A imensa corrupção da EIC levou a Coroa, em 1784, a pô-la sob seu controle, sem que isso mudasse substancialmente as coisas. A partir de 1757, a Grã-Bretanha transformou o grosso de suas importações da Índia em pilhagem escancarada, deixando de pagar o que quer que fosse por elas.[559] Cessou o ingresso de ouro na Índia. Esse provinha

[557] Macaulay, Thomas B.: *The Law of Civilisation and Decay, An Essay on History,* New York 1896. Baran (op.cit., pg. 280) cita, da reimpressão de 1943, as pgs. 294/5.
[558] Romesh Dutt: *The Economic History of India*, Londres 1901. Baran (op. cit. pgs. 280/1) cita da ed. de 1950, pgs. viii e seguintes.
[559] Vide, entre outros: Frank, André G.: *World Accumulation 1492-1789*, 1ª ed. 1976. Acumulação Mundial 1492-1789, Rio 1977, pgs. 178 e segs.

do Brasil, carreado para a Grã-Bretanha, que controlava as economias portuguesa e brasileira, em constante déficit comercial. O fluxo foi elevadíssimo na 1ª metade do Século XVIII, e um tanto menor na 2ª metade. Então os ingleses não mais necessitavam de ouro para pagar importações da Índia, usando-o, em parte, para compras na China. Em 1840, fizeram contra esta as guerras para forçá-la a importar ópio, cultivado na Índia, de novo economizando o metal adorado pela oligarquia de Londres.

Esta acumulava, ainda, a prata do México e da Bolívia (Peru). As regiões produtoras, depois de sugadas, caíam na estagnação e na pobreza. E **o intenso processo de espoliação sofrido pela Índia assemelha-se também ao se vem desenvolvendo atualmente na Ibero-América,** desde a 2ª metade do Século XX. Os meios se adaptam à época, mas essência. não muda. Os IDEs são mais intensos no Século XX do que no XVIII, mas, como os de então, resultam sobretudo da apropriação dos recursos locais. **O processo sempre combina a periferização por via do comércio exterior e a periferização por dentro. Não importa qual predomina de início: elas se aprofundam, alimentam-se reciprocamente e levam à dependência crescente.** Na AL hoje, como na Índia, ontem, **a penetração econômica, à medida que cresce, conduz ao império**. E não há mais necessidade de formalizá-lo, já que as telecomunicações permitem teledirigir, e os 'governos' locais colaboram. Os detentores destes e o resto da minoria privilegiada – que não sabe até quando o será [560] – pretendem guiar-se por interesses pessoais. O grosso da sociedade é controlado pela 'mídia', pelo '*marketing*' e demais ativos das ETNs.

II.5.4. Bettelheim, Emmanuel e outros

Marx não se interessava pelo destino dos povos na periferia do capitalismo, mas são marxistas muitos dos principais autores da teoria da dependência. Além de Frank, Baran e Sweezy, destacam-se Bettelheim, Emmanuel, Pailloix, Amin. No Brasil, e mais antigos que esses, Prado Jr. e Bonfim, este não marxista.[561] Diz Frank: *"A preocupação de Marx com o*

---

[560] A História mostra que as minorias locais colaboradoras são, depois, alijadas pelos impérios.

[561] De Caio Prado Jr. avulta sobretudo o capítulo 25, O Imperialismo, de sua História Econômica do Brasil, São Paulo 1956, pgs. 275 a 287. Manoel Bonfim é autor, entre outras obras, de Brasil Nação – Realidade da Soberania Brasileira, de 1931. Ruy M. Marini e Theotônio dos Santos abordaram, com proveito, aspectos políticos da dependência. Celso Furtado pouco acrescenta ao tema, e amiúde confunde as coisas: *"Se se preservou a modernização como quadro do processo de industrialização foi porque as empresas transnacionais deram contribuição para solucioná-lo. Não somente descapitalizando-se numa fase inicial – mediante a utilização de tecnologia e equipamentos – mas também apelando para o mercado financeiro internacional. O excedente localmente formado pôde assim ser utilizado em grande parte para a ampliação do mercado."* Vê-se que esse autor não entende o processo tecnológico nem o da transferência de recursos ao exterior pelas ETNs. Vide: Furtado, Celso: Estado e Empresas Transnacionais na Industrialização Periférica, em: Revista de Economia Política, jan-mar. 1981, pgs. 41/9. Ele presta tributo verbal a teses 'progressistas', mas sem sustentá-las em base firme: *"Contudo, a solução definitiva somente poderia vir das exportações industriais, vale dizer, no quadro de um novo sistema de divisão internacional do trabalho. O controle das atividades industriais periféricas pelas transnacionais conduz, portanto, ao reforço da estrutura de dominação Centro-Periferia."*

processo produtivo na metrópole leva-o a ***relegar nossos problemas*** *a um volume de 'O Capital' que nunca chegou a escrever. Ele* ***considera,*** *nesse ínterim,* ***essas conseqüências do comércio internacional, na verdade, além do âmbito da sua análise: 'Não estamos preocupados aqui com a condição das colônias****. O que nos interessa é o segredo, descoberto no Novo Mundo pela Economia Política do Velho Mundo, que o modo de produção e acumulação capitalista têm como condição fundamental a expropriação do trabalhador' (Marx I, 774).*" [562]

"*Desde Lênin, e após Baran e Sweezy, quase meio século depois, as obras que prometem um avanço global deste tipo foram muito poucas e recentes.*" [563] Indaga Frank: "*Podemos transpor as categorias marxistas do interior da metrópole para o interior das colônias? Não, pois os pseudomarxistas que o tentaram obtiveram resultados desastrosos científica e politicamente.*" E sobre não-marxistas: "*Podemos considerar as colônias, nações inocentemente vitimadas (ou redimidas) por forças externas emanadas das metrópoles? Não, pois os autodenominados estruturalistas, tais como os associados à CEPAL das Nações Unidas, que assim o fizeram, mostram uma imagem superficial de alguns dos sintomas da dependência, os quais desviam a atenção da natureza ou das causas internas fundamentais da 'dependência externa'.*" [564]

A nova função do capitalismo torna-se, segundo Amin, diminuir o valor: a) da força de trabalho, com o fornecimento de produtos agrícolas para consumo em massa; b) dos elementos constitutivos do capital constante, com o fornecimento de matérias primas. "*A periferia torna possível a luta contra a tendência declinante da taxa de lucro. Para consegui-lo, num 2º período o capital tinha apenas um meio: o comércio. No 3º,*[565] *o capital dispõe também do meio, bastante eficiente, da exportação de capitais.*[566] *Só a partir de então, surge o verdadeiro intercâmbio desigual, e não antes.*" [567]

Para Emmanuel, Pailloix e Amin, o intercâmbio desigual, de valores equivalentes, entre a metrópole e as colônias, é, ao menos desde o Séc. XIX, determinado por níveis salariais desiguais.[568] "*A diferença nos salários faz superestimar os bens produzidos com salários altos e subestimar os*

[562] Frank, A.G.: Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento, op. cit. pg. 23. A citação de Marx é do cap. XXXIII, vol I, de O Capital, sobre a teoria da colonização.
[563] Essas obras são: *Problèmes de la croissance en économie ouverte*, de Pailloix (1969), *L'Échange Inégal*, de Emmanuel (1969), e *'Théorie de l'Accumulation Capitaliste à l'Échelle Mondiale'* de Amin, (1970).
[564] Frank, André G. op. cit., pgs. 25/6.
[565] Os períodos referem-se a fases de 'evolução' do capitalismo, segundo Amin.
[566] Em lugar da questionável "exportação de capital", Amin deveria dizer "IDEs."
[567] Frank, André, G., op. cit. pgs. 29/30, expondo teor de uma carta de Amin.
[568] Uma seleção de textos desses autores está em: Pailloix, C.; Amin. S.; Bettelheim, Ch.; Emmanuel, A. : Imperialismo e Comércio Internacional (A troca desigual), São Paulo, 1981.

produzidos com salários baixos, contribuindo para acumular de capital nos países de salários altos à custa da descapitalização e subdesenvolvimento dos de salários baixos." [569] O desenvolvimento seria, não, causa, mas resultado de salários altos. Mas Emmanuel reconhece que o salário é determinado pelo modo e o tipo de produção. *"Os fatores institucionais que estabelecem o equilíbrio salarial não são exógenos à sociedade. O nível salarial atua diretamente sobre os fatores econômicos, levando a intensificar a composição orgânica do capital e induzindo investimentos por meio da ampliação do mercado. A escolha de um ramo capaz de absorver capital fixo, tendo em vista assegurar o futuro, e a escolha de um ramo que estimule o emprego de uma grande proporção de trabalhadores qualificados, também ajudam a determinar o nível salarial e a equivalência ou não do intercâmbio internacional, assim como o desenvolvimento das forças produtivas."* E: *É esta variação da 'composição orgânica' do trabalho, de um ramo para outro, que explica, pelo menos em parte, as diferenças no desenvolvimento das várias regiões de um Estado."* [570]

Segundo Frank, Emmanuel vê o salário como variável independente, sem explicar a origem dos níveis dos salários e as diferenças entre os países, exceto por observações marginais, em parte errôneas. [571] Bettelheim esclarece: *"O intercâmbio desigual não pode ser explicado só pelas 'taxas de remuneração', porque estas não são uma base objetiva.* ***A exploração capitalista está vinculada*** *simultaneamente* ***ao*** *importante* ***fato da penetração do modo de produção capitalista nos países dominados*** *e às mudanças estruturais na economia capitalista mundial, causadas pelos movimentos de capital.* ***É a natureza e a combinação entre as forças produtivas e as relações de produção dos países pobres no interior das relações capitalistas mundiais que formam a base objetiva da 'pobreza' de países dominados e explicam os baixos salários e o resultante intercâmbio desigual. Não existe saída sem a transformação dessa base objetiva e, portanto, a eliminação das relações de produção que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas."*** [572]

Correto e importante. Mas, diferentemente de Baran – e sobretudo de Frank – muitos marxistas não expõem **a raiz dos estragos causados pelo imperialismo e por seu reverso de medalha, a dependência**.[573] Afirma Bettelheim: "*Os movimentos de capitais deveriam tender, em conjunto, a reduzir a desigualdade do intercâmbio e as desigualdades econômicas nacionais. É certo que as transferências de capitais não são gratuitas, pois uma parte dos novos lucros obtidos nos países 'beneficiados' deverá ser*

[569] Emmanuel, A. : *L'Echange Inégal*, op. cit. pgs. 160/77.
[570] Idem, ibidem.
[571] [illegible]
[572] Bettelheim, Charles: Échange International e Développement Régional, em: Problemes de Planification, n. 2.
[573] O 1° é a espoliação praticada pelo centro, a 2ª , a espoliação sofrida pela periferia.

transferida aos países de origem do capital. Assim, a renda disponível per capita nos países 'receptores' cresce mais lentamente que o produto líquido per capita nesses mesmos países. Isso, porém, corresponde a uma forma de exploração de certos países, independente da troca desigual e que não contribui necessariamente para lhe dar surgimento ou agravá-la se já existe. Com livre circulação de capitais, portanto, a troca desigual não aparece como fonte direta do agravamento das desigualdades econômicas." [574] Vê-se que **Bettelheim não entende os efeitos dos IDEs e dos demais movimentos de capital, nem percebe que eles são o cerne do imperialismo/dependência.** Não obstante, é considerado proeminente fundador da teoria.

II.5.5. A falácia do desenvolvimento dependente

Já mostramos, de sobejo, ser **a dependência, incompatível com o desenvolvimento.** Diversos autores, porém, admitem **uma contradição em termos: o desenvolvimento dependente.** Eles tentam esvaziar a dependência da conexão com o imperialismo, fabricando uma ideologia para fazer aceitar, como positivos, o controle e a extração dos recursos das (semi)periferias pelos centros mundiais. Obscurecem também que a dependência requer ruptura para ser revertida, já que, **uma vez encetada, tende a aumentar.**

II.5.5.1. A ilusão fomentada por Cardoso e Faletto

A admissão do desenvolvimento dependente é a essência de livro por demais divulgado e traduzido, inçado de chavões político-sociológicos,[575] tais como a 'aliança populista-desenvolvimentista', sob Kubitschek. *"Essa política permitiria a curto prazo diminuir a pressão inflacionária, satisfazer as demandas salariais dos grupos urbanos modernos, seria suportável por parte do setor exportador, e simultaneamente significaria o fortalecimento do setor industrial, agora já associado ao capital estrangeiro. Pode então haver desenvolvimento a despeito da instabilidade política."* [576] Os autores, em nenhum lugar, sustentam as afirmações com base em conceitos claros ou dados relevantes.[577] O demagógico Executivo de 1955-1960 deu reserva de mercados-chave aos IDEs e, ainda, vultosos subsídios. Disso, sem dúvida alguma, não resultou arrefecimento da inflação, nem elevação real de salários ao longo do qüinqüênio.

---

[574] Escoimei o texto da prolixidade. Bettelheim, Ch.: op. cit. E: Emmanuel, Bettelheim, Amin e Palloix, op. cit., pg. 63.
[575] Cardoso, F.H. e Faletto, E.: Dependência e Desenvolvimento na América Latina, 1970, 4ª ed. Rio 1977. Escusando-me por citar trabalho de qualidade questionável, tenho de fazê-lo em função da difusão de que desfrutou. De bom grado atenderia o pedido de FHC de que não se leve em conta o que ele escreveu. Mas o livro é em co-autoria, não se sabendo o quê é de quem. Além disso, apesar da capa marxista de então, ele não se choca muito com o que o 1º autor continua dizendo e fazendo. E a coisa mais comum desde a desintegração da União Soviética e do Leste Europeu são ex-marxistas, ou pretensos, mostrando zelo de prosélitos na 'justificação' do imperialismo e da dependência, sob capa (neo)liberal.
[576] Esses autores misturam as coisas: a instabilidade política é só conseqüência de enfermidades estruturais. E eles afirmam ser viável o "desenvolvimento dependente".
[577] Não bastariam dados (que faltam na obra): estes tem de ser coerentes, i.é., em harmonia com conceitos que expliquem adequadamente as interações entre eles.

1) Ao contrário, a inflação saltou para um patamar até então inédito. O índice geral de preços, entre 1945 e 1953, se elevara 48,8%, à taxa média de 5,1% aa. Já de 1953 a 1957 subiu 87,8%, à taxa média de 17,1% aa. Veja-se os dados mais ao final do qüinqüênio: 1: IGP, atacado; 2: custo de vida em São Paulo, capital; 3: idem, no Rio. A saber: 1958: 1) 35,1%; 2) 22,5%; 3) 19,3%; **1959**: 1) **36%**; 2) **42,7%**; 3) **51,9%.**[578] A taxa cruzeiro/dólar no mercado livre, de 65,65, em dezembro de 1956, saltou para 166,00, em setembro de 1959, i.é., desvalorizou-se 153% em menos de três anos.

2) Não houve melhora relativa dos salários. A razão destes para o valor adicionado decaiu em todos os setores industriais.[579] 3) Não houve desenvolvimento, como tampouco com o pretenso milagre de 1968/73. Houve taxas altas de crescimento, durante alguns anos, e depois recessões. Tanto nos períodos de PIB em alta quanto nos de estagnação, acelerou-se a desnacionalização da indústria, e agravaram-se as estruturas negativas do modelo dependente.[580] Nada disso é real desenvolvimento. Se o fosse, após 40 anos daquela política, o Brasil estaria hoje com renda por habitante no nível dos PDs. Como vimos na Parte I, os países que se desenvolveram, o fizeram em processos dessa duração ou menor.[581]

Expurgado da sobrevalorização cambial e das falsas rendas, o produto interno bruto do Brasil é hoje 15 vezes menor que o dos EUA,[582] mas poderia tê-lo superado, se o País tivesse adotado um modelo de desenvolvimento, em vez do que levou indevidamente esse nome.[583] A renda por habitante do Brasil, metodologicamente corrigida, era, em 1958, de 433,8 dólares. A dos EUA não chegava ser 5 vezes maior (US$ 2.100). Aquela, hoje, mesmo artificialmente inflada, é 6 vezes menor que a dos EUA e, na verdade, mais de 10 vezes inferior.

Muito citados por autores que também seguem linhas tortuosas,[584] Cardoso e Faletto adicionaram, em 1979, um *post-scriptum* à tradução para o inglês.[585] O desenvolvimento dependente desmoronava com a crise da dívida externa, mas eles continuaram afirmando ser tal modelo sustentável. O que

---

[578] Vide: FGV, Conjuntura Econômica, vol. 27, n. 12 – 1973, pgs. 90 e segs. E APEC: A Economia Brasileira e Suas Perspectivas, jul. 1971, Anexo Estatístico, pgs. H-1 e H-2.
[579] Vide Baer, Werner, op. cit., Quadro 5-11, pg. 104.
[580] Ver II.6. Toda a estrutura e as infra-estruturas sócio-econômicas resultantes do modelo são inadequadas e inviabilizam o desenvolvimento do País.
[581] Ademais, o Brasil avançara muito nos 50 anos anteriores, como já mostramos.
[582] O dos EUA está em torno de US$ 8 trilhões. O do Brasil, de US$ 500 bilhões, pela paridade do poder de compra e expurgado de juros excessivos. Além disso, a parte do leão do PIB está nas mãos de ETNs. Daí o produto nacional bruto (PNB), o que interessa, ser ainda muito menor.
[583] Vide o exposto em II.3.4.4.
[584] Isso se vê, por exemplo, na maior parte das contribuições que compõem o livro editado por Seers, Dudley: *Dependency Theory: a Critical Reassessment*, Londres 1983.
[585] Cardoso, F.H. e Faletto, E.: *Dependency and Development in Latin America*, Berkeley 1979.

se vem **sustentando é a dependência *tout court*, e cada vez mais aguda,** sob crescente intervenção do FMI e do Banco Mundial, no Brasil e em outros países, antes mesmo do desenlace da dívida em fins dos anos 70 e início dos 80. Associar tais coisas ao desenvolvimento requer doses absurdamente altas de desfaçatez.

Segundo aqueles autores, haveria três maneiras principais de considerar o relacionamento entre o Estado e as multinacionais: 1) a teoria liberal, modelo proposto por R. Vernon, em *Sovereignity at Bay*, que veria as ETNs dirigindo o progresso e racionalizando o mercado mundial, e o Estado passando a um papel marginal; 2) o modelo da 'dependência', que nega o efeito equilibrador das ETNs e benefícios em escala mundial, decorrentes de seu predomínio, e afirma estarem os ativos tecnológicos e financeiros concentrando-se cada vez mais em poucos centros, levando à dependência e ao subdesenvolvimento da periferia; 3) o modelo mercantil (?), que destacaria o Estado-Nação como princípio reorientador da ordem mundial e contemplaria conflitos e entendimentos entre Estados e ETNs, por meio de blocos regionais. Cardoso e Faletto dissociam-se expressamente da teoria da dependência, nos termos do modelo 2. Adiante, porém, contradizem-se, ao propor que uma combinação dos modelos 2 e 3 explicaria adequadamente o papel das ETNs na AL. E, depois, voltam a refutar como reducionismo o modelo 2, que subordinaria a reação local à 'lógica de acumulação das ETNs', i.é., a fatores externos, e minimizaria a importância dos fatores políticos. Ora, é óbvio que estes são importantes, mas eles não se formam isolados da realidade sócio-econômica. Ninguém ignora, por ex., o papel da publicidade das grandes empresas nas 'opiniões' da 'mídia' nem a influência da finança na organização dos partidos, no recrutamento de seus quadros, militantes e dirigentes, e nas campanhas eleitorais.

Em meio a miscelânea de temas não fundamentados, entremeados de conclusões generalizadoras e descosidas,[586] os autores lembram, no contexto de esmaecimento da bipolaridade EUA/Soviética: a) políticas econômicas de países latino-americanos nos anos 70, que implicavam a tentativa de eliminar ou reduzir a dependência, como a criação do Pacto Andino e a do SELA; b) posições de política exterior do Brasil, desde 1968, que se distanciavam das diretrizes dos EUA. Mais uma vez, esvoaçam sobre a superfície, sem tentar perceber o que há mais ao fundo. 1) Aqueles dois esquemas regionais foram de muito pequena conseqüência; 2) No Brasil, houve correntes não subordinadas às ETNs, inclusive nas Forças Armadas, mas faltou uma linha nacionalista consistente. 3) Se, nas 200 milhas e outros assuntos concretos – e sobretudo em posições de princípio nos organismos internacionais – aflorava alguma independência, o essencial da política econômica continuava favorecendo os IDEs, e agravando a dependência. [587]

---

[586] Em especial, em: Cardoso, F.H. e Faletto, E.: op. cit., pg. 188 (*post-scriptum*), e no tópico 'dependência e política internacional', pgs. 188 a 199.

[587] A longo prazo, as ETNs eram as únicas favorecidas, já que se seguia diretrizes do sistema financeiro e industrial dos países centrais e das instituições internacionais.

Cardoso/Faletto sobrepõem fatos sem discernir-lhes as interconexões, mas reconhecem um destes: *"Mas esses países (os mais desenvolvidos da AL) permanecem dependentes e asseguram uma ordem social interna favorável aos interesses capitalistas e, em conseqüência, deixam de desafiar um dos objetivos básicos da política exterior dos EUA. As empresas multinacionais continuam recebendo apoio das políticas externas dos países de origem, bem como dos Estados locais."* [588] Comentário: 1) a política econômica interna é mais importante para as ETNs do que a externa. 2) mesmo quando apontam algo correto, os autores não lhe extraem as conseqüências e não o ligam coerentemente a outros elementos de análise nem à questão central. Dizem eles: *a) o processo histórico se desdobra por meio das contradições; b) o desenvolvimento dependente ocorre por meio de fricções, acordos e alianças entre o Estado e empresas; c) isso, porque ambos perseguem políticas que formam mercados baseados na concentração de renda e na exclusão social das maiorias; d) esses processos requerem uma unidade básica entre os dois atores; e) concluindo, esses conflitos entre o Estado e o 'big business' não são tão antagonísticos como as contradições entre as classes dominantes e o povo.* Sim, mas quem são as classes dominantes? A minoria colaboracionista, dominada pelas ETNs, chega a sê-lo, ou estas o são? E como não percebem tratar-se de periferização, tendente à destruição da sociedade que a sofre?

Mais adiante, denotando, mais uma vez, não entender o essencial: *"Stricto sensu,*[589] *a capacidade de ação de vários Estados latino-americanos aumentou. Nesse sentido, pode-se considerar que são 'menos dependentes'."* Menos de dois anos depois de ser publicada tal coisa, não restava nem mais a aparência de diminuição da dependência. E dizem mais: *"Se o Estado se expandiu e se fortaleceu, ele o fez como expressão: de uma situação de classe que incorporou ameaças de ruptura com o padrão predominante de desenvolvimento capitalista e políticas das classes dominantes favoráveis ao rápido crescimento do sistema comandado pelas empresas (corporate system); de alianças entre o Estado e empresas privadas; e do estabelecimento de interconexões, ao nível do sistema produtivo do Estado, entre empresas 'públicas' e multinacionais.* ***Para realizar isso, o Estado assumiu um caráter crescentemente repressivo."*** **Comentário: Os autores criticam o preço social e político decorrente do 'desenvolvimento dependente'. Mas não notam que o preço econômico foi tão pesado ou ainda mais que aqueles. O Brasil pagava e paga por algo falso, já que as enganosas taxas de crescimento teriam de redundar, como foi, na estagnação e declínio dos anos 80 e 90. O que está prevalecendo nos anos 90 é o mesmo modelo, agora radicalizado com a liquidação das estatais e a entrega do poder total às ETNs. O sistema concentrador precisa de meios de coerção social ainda mais poderosos que a repressão dos anos 70. Esses meios são a 'mídia' e a concentração extrema, que junta os recursos financeiros nas mãos de poucos grupos a controlar ideologicamente a sociedade por meio da desinformação.**

---

[588] Cardoso, F. e Faletto, E.: op. cit., pg. 199.

[589] Acima, o latim é o correto. No original está "strictu".

Mais ao final do post-scriptum, dizem Cardoso e Faletto: "*A própria penetração das multinacionais requer que o Estado seja capaz de fornecer-lhes os recursos para a acumulação. Assim, a riqueza nacional é necessária para a acumulação privada estrangeira.*[590] *Mas esse processo é contraditório; para que ele funcione, o Estado tem que fortalecer-se e expandir suas funções, tanto no nível administrativo como no econômico, desse modo aumentando suas perspectivas de soberania. Confrontado com os desafios políticos das classes dominadas de reordenar radicalmente a sociedade, esse Estado empresarial-regulador militariza-se tornando-se ainda mais forte e mais autocrático.*" [591] **Comentário. 1) Os autores reconhecem a natureza espoliativa do capital estrangeiro, ao admitir que a aliança Estado-multinacionais só aproveita a estas. 2) Deixam, porém, de mostrar que no processo só as ETNs ganham mais poder, e às expensas do país 'receptor'. 3) O fortalecimento do Estado era falso, fadado a um revertério, que o tornaria mais fraco; por isso, em vez de 'aumentar a perspectiva de soberania', esta foi corroída. 4) Nos anos 70, o Estado ainda crescia e realizava projetos de vulto na infra-estrutura e na produção, mas estava sendo envolvido e minado pelo modelo desenhado no molde dos interesses das ETNs. 5) O mais importante não é saber se o Estado dispõe de instrumentos bastante fortes para coagir a sociedade, mas, sim, se ele está a serviço dela ou a serviço de grupos estrangeiros e locais vinculados aos centros do exterior, e atua, assim, em detrimento dela. 6) Nos anos 80, e mais ainda nos anos 90, os centros mundiais e as ETNs, depois de se ter servido das estatais, decidiram absorvê-las sem custo algum, com a "privatização", mercê do poder político absoluto conquistado; 7) Os autores reconhecem o nexo entre a concentração da economia e o sistema político repressor, mas não apontam que a concentração sob as ETNs destrói a economia, reduz a frangalhos as finanças públicas e priva a sociedade de seu único meio de defesa: o Estado Nacional. Resultou disso a tirania imposta sob formas ditas democráticas, a partir de 1985, mais totalitária do que o regime autoritário e, com o tempo, mais do que si própria.**

II.5.5.2. Evans e o tripé estatais/capital estrangeiro/local

Nos PDs, as ETNs formaram-se com a concentração, depois que o Estado as ajudou a crescer. Na periferia era lógico que, admitida a entrada delas, passassem, com o tempo, a ocupar todos os espaços permitidos ao capital privado e, depois, também os desbravados pelas estatais. O tripé, *slogan* de 1974-1979, era desequilibrado. Ele serviu à penetração das ETNs em novos espaços, como o da indústria petroquímica, indústria que goza de estupendos subsídios, como o insumo da nafta, produzida pela Petrobrás,

[590] O autor-presidente, portanto, não ignora de todo aquilo com que está colaborando.

[591] Cardoso F. e Faletto. E.: op.cit., pg. 201, seguindo, neste ponto, a Guillermo O'Donell.

cedido muito abaixo de seu valor. Além disso, para suscitar parcerias, como as feitas entre ETNs e a Companhia Vale Rio Doce no processamento de minerais. **No esquema do tripé, as ETNs entraram só com o controle da tecnologia, jamais transferida ao País, o que lhes proporcionou manter o controle real de tais empresas conjuntas. E os investimentos foram feitos com recursos públicos.** Estes também financiaram o setor privado local, por vezes, testas de ferro. Nos anos 80 e 90, com o enfraquecimento do capital local e das finanças do Estado, cresceu o poder político do capital estrangeiro e seu controle não só sobre a indústria, mas sobre a economia como um todo.

"As empresas estatais emergiram como os instrumentos mais eficazes na promoção de uma lógica nacionalista de acumulação, i.é., de dar à acumulação local prioridade sobre a global. Em termos quantitativos, o Estado tornou-se a fonte mais importante de investimento de capital. Mais crucialmente, as empresas estatais desempenharam papéis-chave em romper gargalos que o capital local (privado) não tinha condições de enfrentar, e nos quais o estrangeiro não se mostrava inclinado a entrar sozinho. O principal exemplo foram os petroquímicos, mas há outros não menos relevantes como a construção de capacidade geradora de eletricidade. Além de sua contribuição empresarial, o Estado foi fundamental na construção de alianças." [592]

Comentário. 1) Há alguma razão em qualificar como nacionalista a política de investir na diversificação industrial e econômica do País, e estatais o fizeram, em sua maioria, exitosamente. Mas, apesar dos frutos positivos, essas realizações se deram no contexto do modelo dependente, com as facilidades e subsídios aos IDEs. Isso teve por resultado intensificar o controle das ETNs sobre os mercados mais rendosos e, assim, multiplicar: a) as transferências ao exterior; b) os déficits; c) as dívidas públicas; d) o enfraquecimento da economia; e) a crescente intromissão do Banco Mundial, do FMI e outras instâncias dos centros mundiais no desenho e até na gestão da política econômica; f) o poder político dos interesses estrangeiros no País. Nada poderia ser menos nacionalista. 2) A acumulação decorrente dos investimentos públicos foi, portanto, reduzida por esses fatores. A que sobrou está sendo, nos anos 90, dilapidada, em função de: a) o escorchante serviço das dívidas (mais um efeito do modelo dependente); b) a perda, por meio das "privatizações", do valioso capital acumulado nas estatais. 3) Evans confirma a liderança quantitativa e qualitativa do Estado no crescimento econômico. Há, pois, que indagar o que restará do País, uma vez completadas as 'privatizações' e crescendo, como têm crescido, as dívidas públicas. 4) Evans

---

592 Evans, Peter: *Dependent Development – The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil*, Princeton 1979, pg. 278. 'Tríplice Aliança, as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenv. dependente brasileiro', Rio 1982 (2ª ed.).

reconhece que as ETNs não estavam dispostas a investir sós. Na realidade, elas sequer precisaram investir para obter os mercados, fonte das transferências ao exterior. O próprio mercado e o Tesouro arcaram com os custos dos investimentos, inclusive juros, que continua pagando.

*"**As multinacionais - EMNs - têm oportunidades que faltam às firmas locais**. Elas maximizarão seus lucros em termos de estratégia global e não de uma local. O imperialismo, como sistema de acumulação, garante que qualquer firma voltada para o lucro tende a gravitar no sentido de tecnologia desenhada para as condições sociais do país central e se orienta para métodos de produção rotineiros nas localizações periféricas, mas os interesses das EMNs aumentam poderosamente essas tendências. **A capacidade de produzir novos produtos que outras firmas não podem replicar é uma das fontes mais importantes dos lucros das EMNs. O conhecimento é difícil de monopolizar, e mais difícil se sua produção não for fortemente centralizada. As EMNs têm todas as motivações para manter o lado inovador de seus negócios o mais perto da sede possível.** Na medida em elas que sejam livres para escolher, a industrialização da periferia permanecerá parcial. **A ETN terá também todo interesse em persuadir os consumidores da periferia a imitar os do centro. O custo adicional de usar tecnologia em um novo mercado é desprezível** comparado com o de desenvolver tecnologia."* [593] Isso é correto, mas tem implicações mais profundas, e Evans, depois de dizê-lo, deixa de concluir que o desenvolvimento dependente é impossível.

Sobre o 'capital local': *"A burguesia industrial, se é que se pode desenvolver na periferia, entra na cena em condições muitíssimo desvantajosas a seus interesses. A 'nova dependência' sob a forma de IDE na indústria trouxe uma nova espécie de pressão competitiva sobre os industriais locais. A industrialização dependente deixou a burguesia industrial nacional sem acesso, seja ao domínio político, seja à hegemonia econômica. Sua posição e privilégios ficaram sempre condicionados à sua capacidade de fazer alianças com outros grupos da elite."* [594] Certo, mas insuficiente. Como a essência do modelo dependente é abrir-se aos IDEs, as ETNs têm nele campo livre para afastar os industriais locais, relegando-os a setores menos dinâmicos ou eliminando-os. Bem mais do que sofrerem pressão competitiva, esses industriais ficam sem meios de evitar a ocupação dos mercados pelas ETNs. E tal é a ignorância da história e da economia política, que, em maioria, saúdam a entrada das ETNs no espaço de outros, sem imaginar que seu dia chegará. Quando chega, a covardia e o amor aos recursos que restam, fazem-lhes abaixar, silentes, a cabeça.

---

[593] Evans P.: op.cit., pgs. 36/37. Ele diz também que as novas tecnologias continuarão sendo geradas nos países centrais e depois assimiladas pela periferia, ponto em que se engana.

[594] Evans, P.: op. cit., pg. 39, onde, a seguir, cita: Fernandes, Florestan: A Revolução Burguesa no Brasil, Rio 1975, pg. 295: *"As burguesias do centro já se 'apropriaram' do papel histórico da burguesia conquistadora."*

Evans observa, corretamente, que o fato de os empresários locais não conseguirem atingir posição hegemônica não se deve confundir com passividade ou falta de espírito empreendedor, mencionando vários exemplos anotados por historiadores econômicos.[595] A seguir, contesta a tendência à destruição da indústria pertencente ao capital local, sob o modelo dependente. Argumenta que ela permanecia majoritária em alguns setores. Ora, nos anos 70, já estava documentado: a) o controle oligopólico das ETNs sobre os setores de maior peso, à exceção de uns poucos sob as estatais, por norma constitucional ou legal, ou porque a menor rentabilidade de indústrias básicas as tornava desinteressantes para as ETNs; b) a desnacionalização avançada. Ora, se Evans aprofundasse sua análise e verificasse as interações e princípios regedores dos fatos, não lhe teria sido difícil prever a desnacionalização de quase toda a economia nos anos 80, e mais ainda nos 90. As ETNs ocuparam todos os setores industriais, inclusive a maior parte da indústria leve,[596] de coalhadas a biscoitos, do macarrão aos molhos, e controlam cada vez mais os serviços, inclusive financeiros, e até grandes segmentos da produção rural, cuja comercialização de há muito detêm.[597]

Falta uma idéia clara do 'desenvolvimento dependente' aos que nele falam como se correspondesse a algo objetivo. *"Ele está obviamente ligado à aliança entre o capital local e o capital transnacional, a qual leva à internacionalização do mercado interno"*, diz Evans, citando Cardoso e Faletto, e também a Sunkel, Este, mais crítico, assinala a predominância, desde o início, do 'núcleo transnacional' no âmbito daquela aliança.[598] E Evans recorre, de novo, a Cardoso, na busca indecisa de definições: *"Se desenvolvimento é a acumulação de capital e o efeito desta na diferenciação do sistema produtivo,[599] então o desenvolvimento dependente implica tanto a acumulação de capital como algum grau de industrialização na periferia."* [600] Esses autores não alçam a análise acima do aparente e deixam de lado os fatos relevantes. Estes invalidam a aplicação do conceito de desenvolvimento nos países **onde os IDEs ocupam grandes espaços**, porquanto neles a **acumulação de capital é muito inferior à potencial e incapaz de desenvolvê-los.** Isso porque o modelo presidido por alianças desiguais: 1) inviabiliza a acumulação do capital privado local; 2)

---

[595] Evans, op.cit., pg. 40. Graham, Richard: *Britain and Modernization in Brazil – 1850-1914*, Cambridge 1968; Dean, Warren: *The Industrialization of São Paulo 1880-1945*, Austin 1969; Queiroz, Maurício V.: *Grupos Econômicos e o Modelo Brasileiro*, USP, São Paulo 1972.

[596] Evans, op.cit. pg. 41, diz que a burguesia local tem vantagem comparativa em algumas indústrias ou, pelo menos, em certos papéis necessários à acumulação, em melhores condições do que as transnacionais. E que se subestima o poder do capital local de manter certo grau de alavancagem na posição negociadora ao entrar em alianças com as transnacionais ou para descobrir nichos nos quais é menos provável que estas entrem.

[597] Até plantações de café estão sob IDEs. Gazeta Mercantil, 5.3.1998: *"A empresa ABG (grupo alemão) está investindo US$ 18 milhões para cultivar café irrigado no oeste da Bahia."*

[598] Sunkel, Oswaldo: *Transnational Capitalism and National Disintegration in Latin America*, em: Social and Economic Studies, n. 22, pgs. 132/76.

[599] Cardoso, F.H.: As Tradições do Desenvolvimento Associado, em: Estudos CEBRAP, n. 8, 1974, pg. 57.

[600] Evans, P.: op. cit., pg. 32.

desgasta a do Estado com o serviço das dívidas, iniciadas para prover as economias externas e grande parte do capital das ETNs e determinadas também por só serem tributados os locais, de renda menor e decrescente; 3) concentra a acumulação pelas matrizes das ETNs, no exterior. Nunca e em nenhum lugar do Planeta, a industrialização se deveu aos IDEs, os quais dela se apropriam depois de estar adiantada.

Evans relaciona *'desenvolvimento dependente' e* ***semiperiferia***, notando serem poucos os países que se incluem nesta, a saber, os mais avançados dos que trilham aquele 'desenvolvimento'.[601] **Essa situação, passageira, dada a ação corrosiva do 'desenvolvimento dependente', deu ocasião a teorias de subimperialismo**. Contribuiu para isso terem alguns países industrializados realizado exportações de manufaturados, de alguma monta, a países periféricos com estrutura produtiva mais limitada.[602] **Mas, ou um país desenvolve-se de verdade, por não adotar modelo dependente – e se consolida como produtor e exportador de bens de crescente intensividade tecnológica – ou torna-se plataforma de produção das ETNs para o mercado interno e/ou para exportações. Neste caso, não passa de peão do tabuleiro governado pelos centros, fadado a desestruturar-se.**

Evans resume sua posição na seguinte passagem: *"Examinar a estrutura interna da classe dominante como* ***tríplice aliança*** *significa também* ***rejeitar a noção de que o desenvolvimento dependente representa a capitulação do capital local ao imperialismo****. A dominação das ETNs dentro da parceria não é pressuposta, mas vista como variável de uma indústria para outra e também no tempo. Tampouco se pré-afirma a posição subordinada do capital local; antes, supõe-se que* ***a burguesia industrial local tem certas vantagens econômicas e políticas que lhe dão alavancagem em suas negociações com as multinacionais."*** [603] Comentário. 1) A variabilidade da dominação pelas transnacionais só funciona na direção do aumento. 2) Admitida como válida a última frase, por demais genérica, ela em nada modifica duas outras, precisas: **a) o poder relativo dos locais sempre foi menor do que o das ETNs; b) no modelo dependente o poder destas aumenta sempre. Evans inclui-se, portanto, entre os que tentam fazer passar por palatável a dependência. Mas não construiu**

---

[601] As semiperiferias ocupam posição distinta no sistema mundial. Wallerstein, Immanuel: *Dependence in an Interdependent World – The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World-Economy*, em: African Studies Review., n. 17, 1974, pgs. 1/16.

[602] O subimperialismo tem significação também político-militar. Esta abrange ações e intervenções de países de certa dimensão, governados pelos centros mundiais, em países de menor dimensão, em função do interesse dos centros. A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança, no Século XIX, organizada por instigação da Grã-Bretanha, para destroçar um país que se desenvolvia autonomamente, é um exemplo ainda atual, pois, em 1997/1998, a Argentina e o Brasil, movidos pelos cordéis de sempre, têm pressionado o Paraguai, em favor da 'democracia', em alegado perigo neste último. Na realidade, não há subimperialismo. Há unicamente imperialismo, sendo aquele apenas um dos meios indiretos que este usa, e sem excluir os meios diretos.

[603] Evans P., op.cit., pg. 52.

base sólida para descaracterizar-lhe a malignidade. O tripé não poderia funcionar: para andar bem são precisas **duas pernas bem proporcionadas,** o Estado e o capital nacional. No modelo dependente: a) hipertrofia-se uma terceira, as ETNs; b) a 1ª cresce, de início, mas, como madeira cheia de cupim, para ruir depois; c) a 2ª vai mirrando desde o início.

II.6. O MODELO DEPENDENTE NO BRASIL

Contribuem para a descrição do modelo dependente elementos de análise contidos em: **II.1.1** Situação atual; **II.2.4** 'Comércio exterior, motor de desenvolvimento?'; **II.2.4.2** Tecnologia adequada; **II.2.6** ISI (final); **II.2.7** O desvirtuamento da ISI pelos IDEs; **II.3.1** Periferização por dentro; **II.3.1.1** Reperiferização das semiperiferias; **II.3.3.3** IDEs versus comércio e desenvolvimento; **II.3.3.3.4** IDEs: dependência tecnológica e financeira; **II.3.4** ETNs, veículos do IDE (todo o capítulo); **II.4.2** Desenvolvimento – só existe o autônomo. **II.4.3** Desenvolvimento só sem IDEs; **II.5.1 a II.5.3** Teorias da dependência. **II.5.5** A Falácia do desenvolvimento dependente. Esses elementos permitem entender como países semiperiféricos sofreram profunda deterioração em suas condições sociais e econômicas, como o Brasil desde meados dos anos 1950. Do modelo dependente havia, na 1ª metade do Século, alguns elementos presentes, mas reduzidos, graças à Revolução de 1930 e às condições mundiais nos anos 30, e mesmo antes, bem como as da 2ª Grande Guerra. Vimos, em II.2.6, a ótima taxa média de crescimento econômico no Brasil, de 1910 a 1955: 5% aa. Faziam-se sensíveis progressos na infra-estrutura, educação, industrialização, finanças, na consciência nacional. Nessa fase, sobretudo de 1930 a 1955, foram desprezíveis os ingressos de IDEs no País.[604] A dívida externa foi liquidada em 1943.

Depois, prosseguiram as taxas elevadas de crescimento, mercê de: a) pesados investimentos públicos na infra-estrutura e de estatais produtivas; b) sobrevivência de algumas empresas privadas nacionais, apesar do processo de desnacionalização avançado. Isso produzia resultados positivos concretos, que, isolados do contexto geral do modelo dependente, alimentavam a ilusão de que se suplantariam os visíveis defeitos estruturais criados por este, notadamente a concentração da acumulação nas ETNs, que a lançam ao exterior. Daí a ilusão de que o Brasil se desenvolvia, quando a direção ia no sentido do desastre. Nos anos 80 e 90: 1) dívidas externa e interna ditando o passo (para trás) da política econômica; 2) os centros: a) explorando as crescentes

[604] Os IDEs, no Brasil, de 1947 a 1955, totalizaram a ínfima soma de US$ 150 milhões, ou seja, 16,7 milhões na média anual. De 1956 a 1961 somaram 674 milhões, com média anual de US$ de US$ 112,3, quase sete vezes maior que a do período anterior. Embora não fosse uma cifra alta em relação às dimensões econômicas do Brasil, ela mostra a guinada encetada após o 2° golpe contra o Presidente Vargas. E, com os esquemas de captação e de apropriação de recursos locais, mesmo um total modesto de ingressos de IDEs permite dominar vultosos mercados locais. Para os dados, ver: Bergsman, Joel: Brazil – *Industrialization and Trade Policies*, pg. 76, base em boletins da SUMOC e do Banco Central.

vulnerabilidades; b) tornando absoluto o controle da economia por interesses estrangeiros e o império destes sobre a sociedade. Na Argentina, o processo foi semelhante, só que mais rápido, e a deterioração manifestou-se antes. Com o México também há muito em comum. A diferença seria este sofrer, há mais tempo, forte influência dos IDEs, sobretudo dos EUA.[605] Vejamos, a seguir, efeitos estruturais do modelo dependente, que contribuíram para o abortar o desenvolvimento encetado pelo Brasil.

II.6.1. Matriz energética.

O Brasil foi atrelado aos combustíveis fósseis pela dependência tecnológica. Os centros mundiais dispõem de fontes abundantes de carvão e petróleo, este só nos EUA, e muito menos hoje com a queda das reservas e a enorme ascensão do consumo. Daí a ênfase da estratégia imperialista no Oriente Médio. Tal matriz convém à indústria de veículos automotores, entregue no Brasil, a ETNs, nos anos 50. Convém também aos fornecedores de equipamentos para construção de estradas de rodagem e de asfalto, coadjuvados por empreiteiras locais. Essa expressão da dependência tecnológica, política e cultural foi apenas atenuada por investimentos do Estado em hidrelétricas. Mas nem sempre em favor do País, pois serviram para subsidiar indústrias intensivas de eletricidade, ETNs e locais, principalmente exportadoras. E a própria infra-estrutura hidrelétrica, conquanto de tecnologia nacional, foi desenhada segundo o interesse das ETNs produtoras no exterior, e depois em parte no País, de turbinas gigantes. Isso fez aproveitamentos anti-econômicos dos rios brasileiros, com prejuízos de várias ordens: a) inibiu o desenvolvimento da tecnologia nacional, que produzia turbinas de pequeno e médio porte; b) levou à concentração em grandes usinas, elevando os custos com extensas e caras linhas de transmissão, para levar a energia a áreas distantes. A dependência financeira determinou, em grande parte, essas distorções, pois coube ao Banco Mundial, BID e agências de financiamento de países centrais em ligação com os bancos comerciais e ETNs da indústria, forçar a "escolha". Os financiamentos seriam desnecessários, se se adotasse a solução tecnicamente indicada, e se os IDEs não tivessem forjado a dependência financeira (vide a influência deles nos déficits de transações correntes com o exterior: II.3.4.2). Aí está mais um exemplo de como as dependências se retroalimentam. Para que o desastre energético não fosse maior do que foi, contribuiu a Petrobrás, graças ao monopólio estatal, ou seja, à exclusão das ETNs. A produção e o refino de petróleo foram substancialmente elevados, tendo-se: a) feito diminuir o coeficiente de importação mesmo com consumo crescente; b) encaminhado o País para a auto-suficiência.[606]

---

[605] A Lei de Investimentos Estrangeiros, revogada nos anos 80, determinava maioria de capital mexicano nas atividades econômicas, mas essa lei foi sempre frustrada na prática, por autorizações 'excepcionais' e pelo esquema dos homens de palha (presta-nombres).

[606] Em 1997, a produção chegou a 900 mil barris diários, cobrindo 60% do consumo, mesmo tendo este dobrado nos últimos 20 anos. A produção cresce, a taxas aceleradas, e as reservas triplicaram nos últimos anos. Projeta-se, pois, auto-suficiência dentro de menos de 5 anos. No refino, ela foi, de há muito, obtida.

Os interesses nacionais não eram plenamente atendidos, mesmo no início dos anos 50, quando se fundou, por Lei, a Petrobrás. Indicativo disso foi a exceção ao monopólio, no segmento mais rendoso dele, a distribuição. Assim, tudo é fornecido pela Petrobrás. E a venda aos usuários é operada por intermediários privados. Assim, sem nada produzir, as ETNs da energia auferem receitas fabulosas, que se subtraem à absorção pela economia nacional.[607] A Petrobrás recebe 16% do preço final da gasolina por todo o trabalho de pesquisa, lavra, exploração i.é, produção, e refino (investimentos em capital e tecnologia, técnicos, operários, etc. em todas essas atividades). Já as distribuidoras tiveram, entre 1990 e o presente, elevada sua quota do preço final, de 9% para 21%,[608] cerca de 10 vezes o que toca à distribuição nos EUA. Não bastasse essa estranhíssima doação de bilhões de dólares, por ano, as poderosas ETNs sonegam bilhões em impostos. É o que verificou, há pouco, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, da Câmara Estadual do Rio de Janeiro: R$ 20 bilhões, nos últimos anos, em ICMS, por vendas, suposta mas não efetivamente, destinadas a outros Estados. Também apropriam-se de ganhos financeiros aplicando o faturamento dos derivados, antes de repassar as quotas da Petrobrás.

Portanto, tudo que se fez de positivo na matriz energética deveu-se: a) ao Estado e às empresas estatais que este criou; b) a técnicos e a empresas privadas brasileiras. E prejuízos incalculáveis decorreram da ação das ETNs. A maior falha daquela matriz decorre do poder político destas, pois **se despreza o desenvolvimento da energia de biomassa, na qual o Brasil detém enorme vantagem comparativa**. Essa forma de energia permitiria o pleno abastecimento de **energia, ademais: renovável, portanto, inesgotável, barata, limpa e favorável ao meio ambiente, descentralizada e geradora de empregos.** Esse desenvolvimento foi sustado pelo modelo dependente. O programa de biomassa deveria incluir óleos vegetais para a substituição do óleo diesel de petróleo, numerosas outras fontes, usos, além de produção de fertilizantes e bioquímica. Ele foi limitado ao álcool, e o Banco Mundial exigiu destilarias de, pelo menos, 100 mil barris/dia. Isso: a) impediu a produção descentralizada em pequenas unidades, que seriam dezenas de milhares; b) faz viajar a cana centenas de quilômetros, até as usinas, e depois o álcool, até a dispersas zonas consumidoras, em caminhões movidos a diesel.

II.6.2. Matriz de Transportes

Tal é a conexão entre esta e a de energia, que vários de seus aspectos já estão claros. O modelo, tendo por carro-chefe a indústria de veículos automotores, favoreceu a prevalência dos investimentos de transporte urbano em viadutos, túneis e autopistas rodoviárias, em lugar do transporte de massa

---

[607] Só nos últimos 3 anos, o preço da gasolina aumentou 53,8%, com moeda alegadamente estável.
[608] AEPET/SINDIPETRO: Saiba como Querem Entregar a Petrobrás sem Você Ver, 1997, pg.27.

em trens e outros veículos sob cabos ou sobre trilhos. No transporte de meia e longa distância: 1) fez-se estagnar a construção de ferrovias, que pararam nos anos 50; 2) descurou-se estender as vias fluviais com obras de navegabilidade e canais. 3) eliminou-se a cabotagem marítima, também muito adequada ao País, dada a longa costa e à situação, junto a ela, dos principais centros urbanos. Em ordem crescente, esses modos de transporte são várias vezes mais rentáveis do que o rodoviário, e o múltiplo aumenta à medida que aumenta a distância. Além disso, são muito menos ou nada poluentes, além de melhorarem a qualidade de vida dos usuários e dos que vivem próximos às rotas. Como na energia, o modelo dependente alija os meios social e economicamente adequados.

II.6.3. Falência econômica e financeira.

Os déficits de transações correntes são determinados pelo padrão de comércio e pelas transferências de recursos inerentes aos IDEs. Tomou-se crédito externo para grandes projetos hidrelétricos, siderúrgicos, petroquímicos, sob dependência tecnológica, e outros malfadados, como a ferrovia do aço, todos provendo economias externas às ETNs com recursos públicos.[609] Os déficits acumulam-se, acrescidos dos juros de seu próprio financiamento. Daí a dívida externa, insustentável desde o final dos anos 70. A esse padrão, foram adicionados gravames de enormes proporções: a) elevação dos preços de petróleo em 1974/6 e 1979, se bem que o México, que se tornou grande exportador, também tenha afundado na crise da dívida; b) o programa nuclear com a Alemanha, no qual o Brasil pagou mais de US$ 20 bilhões para ter uma tecnologia até hoje não usada em usina alguma no Mundo; c) as mais altas taxas reais de juros externos de toda a História, de 1979 a meados dos anos 80.

Após a crise da dívida externa (1980-82), o País passou a ser administrado, mais ainda do que antes, por instruções do FMI e demais instituições ditas internacionais, na escalada de comando externo e do empobrecimento interno. Desde a brutal depressão de 1964-66, a pretexto de combater a inflação, tem-se promovido: a) rápida desnacionalização, com as empresas locais asfixiadas pela queda do mercado, por juros astronômicos (foi então inventada a correção monetária), falta de crédito, apertos fiscais, etc.; b) queda da renda real no País, acarretada por isso e, ainda, pelas transferências ao exterior.[610] Decaíram as receitas públicas, e o Estado endividou-se. Repetiu-se o mesmo em meados dos anos 70 e, de novo, mais intensamente, de 1979 a 1983. De lá para cá, sucedem-se os 'pacotes econômicos', que têm em comum o objetivo de preservar o modelo dependente. Seus efeitos são agravar: 1) as condições de vida; 2) as finanças públicas e

---

[609] A tecnologia, por que se paga, não é adequada ao País, nem sequer absorvida.
[610] Essa transferência consome em torno de 20% do PIB. Vide II.3.4.1.

privadas; 3) gravar e liquidar o patrimônio do País. A estabilidade da moeda não passa de quimera, que se pensa poder alcançar por meio da **economia de cemitério, i.é., paralisando a demanda e a produção.** Com as relações exteriores, o mercado interno e a política econômica comandados de fora, **não há mais relações internacionais, mas, sim intra-imperiais.**

II.6.4. Destruição das estatais e do capital privado.

Os mecanismos do modelo retroalimentam-se. Assim, a falta de divisas para fechar o balanço de pagamentos com o exterior e a deterioração do crédito público serviram de pretexto para que os colaboradores do modelo, incrustados no Estado, determinassem a empresas estatais sólidas, como a Petrobrás, a Vale Rio Doce e outras, tomar empréstimos externos de que não necessitavam para suas operações, somente para captar divisas, mercê da garantia implícita do patrimônio dessas empresas. Esse foi um dos boicotes do modelo às estatais, depois vitimadas por uma *razzia* de alienações gratuitas chamadas privatizações. Outros danos impostos às estatais: 1) tarifas e preços abaixo do custo no setor elétrico, aço, nafta e outros insumos petroquímicos;[611] 2) proibição de investir recursos próprios acima de limites cada vez mais baixos; 3) desvio de recursos, como, por ex. na repartição do produto das vendas dos derivados de petróleo; 4) vedação de financiamentos às estatais pelo BNDES e outros bancos públicos. E o atual Executivo assinou decreto, em maio de 1997, garantindo às ETNs acesso a esses recursos. Ao contrário do que imaginam empresários privados locais, ideologicamente em guerra contra a "estatização da economia", as estatais e o Estado são indispensáveis à sobrevivência deles. E estes só têm chance de sobreviver e progredir, se as estatais e o Estado dependerem da sociedade e não de grupos 'privados' detentores de poder, na realidade público. A redução a pó dos empresários locais decorreu, em grande parte, do desmonte do Estado, de seu estado falimentar e da cessão gratuita das estatais às ETNs ou a seus homens de palha.

II.6.5 Perda da autonomia política.

Como profetizou Hymer: *"Em última análise, os mercados saem do cano de uma arma, e estabelecer uma economia mundial integrada em regras capitalistas requer a mobilização internacional do poder político."* [612] Sob essa luz entendem-se as intervenções diretas dos centros mundiais na vida política brasileira, facilitadas pela presença crescente das ETNs. Estas minaram a resistência imunológica do País, e a política econômica foi pendendo desde, pelo menos, 1954, cada vez mais em favor das ETNs, isto é, levando ao modelo dependente. O Executivo de 1955-60 temendo ser deposto e, como tantos depois dele, cuidando, de servir-se das benesses do cargo e das dele derivadas, deu os fatais passos apontados em II.2.7 e II.5.5.1. O Senhor João Goulart, se é que

---

[611] Esses são só alguns dos exemplos. Usavam-se as estatais "para reduzir a inflação", exacerbada pelo controle oligopólico dos mercados pelas ETNs.
[612] Hymer, Stephen: *The Internationalization of Capital*, em: eds. Samuels, W. e Lekachman R.: *The Economy as A System of Power*, vol. II, New Brunswick, N.J. 1979, pgs.145/65.

governou, o fez com amigos de ETNs, como Santiago Dantas, Tancredo Neves, além de ter (?) o notório R. Campos como Embaixador em Washington. As inclinações nacionais e sociais de Goulart deixaram de servir o País, dado seu despreparo e carência de visão política. Além disso, os promotores do modelo dependente, estrangeiros e locais, contavam, para desestabilizá-lo, com vantagem de meios na formação de opinião. O movimento de 1964 foi organizado por autores da conspiração contra Vargas em 1954, e outros seguidores da mesma linha.[613] *Estavam ligados a serviços secretos e diplomáticos estrangeiros os que* vieram a ocupar posições de mando político, no governo ou fora deste. O Senhor Golbery C. Silva e seus comparsas tiveram grande influência no 'grupo de Castello Branco' guindado à presidência, por influências hoje conhecidas.

Esse grupo perdeu poder durante o governo de Costa e Silva, um chefe militar não vinculado a interesses externos, o que não foi bastante para que a política econômica deixasse de continuar em mãos de promotores do modelo dependente. Perdendo Costa condições de saúde, a Junta Militar e – depois dela – Médici deram prioridade à guerra contra o chamado inimigo interno no contexto da Guerra Fria. Eles mantiveram os mesmos quadros na política econômica. Dado o peso de seu irmão Orlando, Ministro do Exército, o Senhor Ernesto Geisel foi posto na presidência. Faltando a promessa feita a seu antecessor, fez retornar Golbery, ex-diretor de ETN norte-americana, ligada aos serviços de defesa e secretos dos EUA, ao primeiro plano decisório, além de confiar a política econômica a egressos de ETNs.[614] Pouco mudou sob Figueiredo, a não ser as condições mundiais, com a crise da dívida externa. Os governos seguintes puseram na direção da economia gente das mesmas procedências e inclinações que a de antes. De capitulação em capitulação, o Brasil chegou ao lamentável estado atual. Daí o crescimento galopante da corrupção política,[615] à medida que as ETNs e subalternos locais açambarcam a parte do leão dos recursos destinados a aliciar políticos e a enganar os eleitores.

---

[613] Em II.3.2.1, aludimos ao endoutrinamento de militares brasileiros desde o envio da F.E.B. à Itália. Isso influiu em 1945, como em 1954 e 1964.

[614] Uma exceção foi Severo Gomes no MIC, mas isso não alterou a linha principal do Executivo. Além da política industrial e tecnologia industrial, acertadas, embora insuficientes para alterar o quadro dominado pela política econômico-financeira, Geisel tomou uma decisão correta, por repudiar grosseiras interferências do governo dos EUA na área de direitos humanos. Estes são desrespeitados, sob o modelo dependente implantado por pressão desse próprio governo e das ETNs, o *big business*. Foi a denúncia do Acordo Militar com os EUA, no âmbito do qual o Brasil pagava, e de mais, por armas obsoletas e de tecnologia simples, deixando de desenvolver a indústria bélica nacional. Mas o mesmo Executivo foi responsável, entre outros desastres, por: a) o acordo nuclear com a Alemanha, que fez o Brasil pagar fortuna colossal em troca de nada; b) contratos de risco com ETNs no petróleo; c) ferrovia do aço; d) pólos petroquímicos, na base do tripé, conforme os interesses das ETNs; e) investimentos nas indústrias básicas do setor, para valorizar as petroquímicas e fornecer-lhes insumos subsidiados.

[615] Na época do governo dito militar houve também personagens, de resto civis, destacados na corrupção, como ministros afeitos a comissões (governos Costa, Medici e Figueiredo) e como o da área de petróleo e de energia (governo Geisel), ligado a três casos notórios: a) a compra da Light, por um valor altíssimo, quando ia reverter à União, pelo término da concessão; b) a 'renegociação' dos direitos sobre o fenomenal poço de petróleo, de Manjun, no Iraque, descoberto pela Braspetro; c) sobrepreços no petróleo importado. Os prejuízos causados ao País por esse tipo de corrupção foram imensos e, não obstante, modestos comparados aos de agora, como os das 'privatizações', sistema de concessões públicas, etc.

Em suma, as ETNs, e o sistema de poder a elas subordinado, dominaram a vida social do País, a partir do crescente poder econômico a elas concedido desde meados dos anos 50. Esse processo culmina, nos anos 90, com o monopólio econômico e político. Não admira terem sido aprovadas reformas à Constituição de 1988 e demais medidas antinacionais, de iniciativa do Executivo, por mais que contrariassem vitalmente os interesses do País. Entre essas reformas: 1) supressão de distinção legal entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro; 2) abertura da cabotagem a armadores estrangeiros;[616] 3) supressão do monopólio da União sobre o petróleo; 4) idem, telecomunicações.

Leis, tratados e decretos completam as medidas antinacionais. **1) Aprovação dos acordos do GATT e adoção dos acordos constitutivos da OMC.** Esses: a) eliminam a autodeterminação do País no amplo espectro da política econômica, subordinando-a à conformidade com os acordos; b) determinam ampla abertura – além da comercial – à penetração externa nos serviços, na propriedade industrial e intelectual, bem como nos investimentos e movimentos de capital de todo tipo.[617] **2)** Votação e sanção de **lei de propriedade industrial** redigida nos EUA, traduzida, e depois emendada ao gosto das ETNs atuantes no Brasil, sobretudo as oligopólicas da química fina e setor farmacêutico. Essa lei **impede o desenvolvimento tecnológico e produtivo brasileiro em áreas vitais, como a alimentação e a saúde. Outorga monopólio às ETNs sobre o patrimônio das plantas e seres vivos, além de incluir nele a biotecnologia, permitindo o patenteamento até de genes.** Concede monopólio de longa duração aos titulares das patentes (basicamente as ETNs, inclusive as registradas no exterior), até retroativamente. Protege também o segredo tecnológico, obviamente não patenteado. E veda a verificação de se, nos contratos de tecnologia, esta é transferida, excluindo também o controle do Estado quanto à imposição pelas ETNs das cláusulas restritivas. **3) Acordos na área nuclear**: a) o dito Tripartite, de que foram partes também a Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA; b) Resoluções Modificativas às Salvaguardas do Acordo de Tlatelolco. Ambos, firmados pelo Itamaraty, e aprovados pelo Senado Federal (1994), **aumentam a submissão do País ao *apartheid* tecnológico. Determinam inspeções a quaisquer instalações industriais passíveis, segundo a AIEA, de abrigar desenvolvimento de capacidade nuclear.**[618] E há, ainda, a Lei 9.112, de 1995, que submete a exportação de bens e serviços sensíveis, no molde das leis dos EUA, ao controle de órgãos federais, sob

[616] Não há disposição legal desses dois tipos em país algum com um mínimo de independência.
[617] Para compreensão dos acordos GATT/OMC e, em especial de sua ênfase na propriedade industrial, ver: Soriano Puig, Carmen: O Rosto Moderno da Pobreza Global, Petrópolis 1995.
[618] O jornalista Rubem Azevedo Lima relatou que um dos 40 'técnicos' enviados pela AIEA, foi apanhado em flagrante tentando espionar o sistema de refrigeração desenvolvido por técnicos brasileiros ligados ao centro de ARAMAR, da Marinha do Brasil.

influência de organismos "internacionais." [619] O País, barrado pelo modelo dependente de acesso à tecnologia industrial, tem de pôr à disposição de outros a pouca que realiza. **4) Sistema de concessões**. Este permite entregar o patrimônio público à gestão de empresas privadas (inclusive ETNs, é claro) por longo tempo, para que elas explorem serviços, **sem estabelecer regulamentação e sistemas de controle capazes de assegurar um mínimo de responsabilidade no cumprimento de obrigações por parte das concessionárias. Isso abrange setores vitais como o transporte ferroviário e rodoviário, eletricidade, fornecimento de gás, energia, água, saneamento, etc**. Criaram-se **agências federais no setor elétrico e no do petróleo, por leis que concedem às respectivas diretorias poderes para entregar recursos públicos sem restrições** quanto aos ganhos dos concessionários, e **sem garantia de ressarcimento dos investimentos públicos. 5)** O mais escandaloso programa de **'privatizações'** do mundo, amparado por leis, decretos e medidas provisórias. Ainda assim na execução do programa os Executivos federal e locais cometeram ilegalidades, contestadas, entre outros, por membros do Ministério Público. Entretanto, as ações para sustar os danos ao patrimônio público, não contaram com remédios efetivos por parte do Judiciário, a não ser em decisões de instâncias menores, cassadas nos tribunais superiores.

O sistema de poder da oligarquia central exerce pressões ostensivas e encobertas para obter a adoção desses golpes mortais nas chances de desenvolvimento e de autodeterminação dos países que subjuga. Para diluir a resistência que provocaria o conhecimento de tal esmagamento, toda a prioridade é posta no anestesiamento da opinião pública pelos meios de comunicação e outros. Magdoff refere-se, com propriedade, a ***governos não simplesmente sujeitos a pressão, mas dependentes da classe ou classes às quais devem o poder***, mesmo tratando-se de países centrais.[620] *O poder do Estado depende crescentemente de decisões econômicas das grandes empresas*, afirma Kemp, mostrando que **não cabe mais atribuir ao sistema político papel relativamente independente no processo sócio-político.**[621] E: ***"O imperialismo pode ser definido como governo econômico informal pelas corporações internacionais e financeiras capitalistas."*** [622] Nogueira Batista mostra como centros de poder econômico externos determinam as políticas de seus países e as das instituições financeiras internacionais, acatadas pelas (semi)periferias.[623] Ademais, as ETNs exercem pressões diretas sobre as últimas, não só sobre 'governos' dependentes, mas também sobre as entidades de classe, *mídia*, parlamentares, etc.

---

[619] Um simples parafuso da indústria civil pode ser componente também de um produto de defesa, tudo podendo, pois, ser objeto daquele controle.

[620] Citado por Mommsen, W: *Theories of Neo-colonialism and Underdevelopment*, original em alemão, trad. inglesa Chicago 1980, pgs. 123/4.

[621] Idem, ibidem, pgs. 119/21. Tom Kemp, autor neo-marxista.

[622] Idem, ibidem, pg. 121. Mommsen assinala que Kemp, nesse ponto, diverge de Sweezy, Dobb e Hallgarten. Este, porém, via, na indústria pesada e na alta finança as duas principais forças motoras da política mundial anterior a 1914, e influentes na subida de Hitler ao poder.

[623] N. Batista, Paulo: O Consenso de Washington – A Visão Neo-liberal dos Problemas Latino-Americanos, em caderno Dívida Externa n. 6, 1994, pgs. 1 a 56.

Está documentado o papel determinante do poder econômico concentrado sobre as eleições em diversos países, inclusive os centrais. E também a preparação ideológica e o financiamento de intervenções e golpes nas (semi)periferias.[624] Alterada a estrutura de poder, especialmente nos mercados, a oligarquia central achou-se em condições, nos anos 80, de favorecer o retorno da 'democracia', que controla com mão sutil, mais envolvente que a mão de ferro. Antes, entretanto, quando as eleições presidenciais desfavoreciam essa oligarquia, ela tratou de promover golpes de Estado, inclusive o que o impôs o chamado regime militar em 1964, no Brasil.

*"O **IPES** (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) é um órgão de formação e orientação ideológica, fundado em 1956, tendo adquirido grande força a partir de 1961. Sua atividade, intensificada em 1964, consistia em cursos, publicação de livros, revistas e cadernos distribuídos gratuitamente, pagamentos de viagens e manifestos na imprensa. Seu **financiamento vinha de 398 companhias comerciais e industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo**. Dessas, **297 eram norte-americanas.** A partir de 1963, o IPES passou a atuar na área paramilitar, na preparação da queda de Goulart e no financiamento de dirigentes políticos. Depois do golpe de abril de 1964, os membros do instituto ocuparam posições-chave na política econômica do País. Outros dados foram estabelecidos por uma CPI da Câmara dos Deputados **sobre o IBAD** (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Seus **fundos vinham basicamente de três bancos: O National City Bank of New York, The First National Bank of Boston, The Royal Bank of Canada**. O IBAD tinha ramificações no Congresso Nacional por intermédio da ADEP (Ação Democrática Parlamentar) e havia financiado, em 1963, a campanha eleitoral de 1.000 candidatos. Comprovou-se sua ação sobre órgãos de opinião pública, como o arrendamento do editorial diário do jornal A Noite, por 90 dias. Tinha conexões nos órgãos sindicais e estudantis, onde financiava várias organizações e, por fim, no setor militar, que inundava de publicações. Antes, em 1957, realizou-se ampla campanha contra o monopólio estatal de petróleo, financiada pelas companhias estrangeiras. Essa campanha, concentrada em 11 grandes jornais, também foi objeto de investigação pelo Congresso Nacional."* [625]

II.6.6. Submissão ideológica

Essas dependências são alimentadas pelo *marketing*, pelo falso entretenimento, pela desinformação, que têm minado os valores éticos, de

[624] Por ex.: Dreifuss, René A : A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe, Petrópolis 1981. Também: Galeano, Eduardo: *Las Venas Abiertas de América Latina*.

[625] Dos Santos, Theotônio: *El Nuevo carácter de la dependencia*, em: ed. Matos, J.: *La Crisis del Desarollo y la Nueva Dependencia*, Buenos Aires, 1969, pgs.11 a 91, cit. pgs. 77/8. Ele salienta a importância das CPIs como fonte de estudo dos mecanismos de pressão. Na atual pseudodemocracia, poucas CPIs são as que apuram algo relevante. Quando o assunto é importante, elas: a) são totalmente esvaziadas, antes de ser liquidadas, como aconteceu com a que iria investigar privatizações em 1995; ou b) não chegam a ser formadas; as pressões fazendo retirar o número de assinaturas requerido.

família e nacionais, essenciais à vida em sociedade e à coesão e solidariedade. Ademais, as dificuldades materiais causadas pelo modelo dependente arrastaram dezenas de milhões à virtual indigência e à promiscuidade. A classe média afunda em dívidas e desemprego. E todos ficam com acesso apenas aos programas de televisão, estimuladores da violência e da alienação. Os 'bens' consumidos no País são os das ETNs nele fabricados ou importados, além de promovidos por agências de publicidade. A tecnologia desses produtos exprime valores e condições sociais cujo vetor determinante é o fito de lucro oligopólico de ETNs assentadas sobre tecnologias exclusivas e marcas intensamente difundidas. A suposta sofisticação volta-se para classes altas de renda, muito minoritárias nos países periféricos. Na realidade há massificação em nível descendente. Não entram no *mix* os valores e inclinações artísticas autênticas dos povos.

Os acólitos do sistema de poder externo já controlavam a quase totalidade da imprensa, quando a televisão engatinhava. Então, ele assegurou-se o virtual monopólio da telinha, fornecendo os meios para que as Organizações Globo obtivessem dianteira sobre os demais concessionários. E os que atualmente tentam concorrer com aquele grupo transmitem a mesma desinformação e demais ingredientes de manipulação das pessoas pelo sistema mundial regido pelo dinheiro. O espaço tem sido consistentemente fechado aos que resistem ao modelo. Para garantir controle também sobre os 'influentes' na formação de opinião, o sistema externo de poder fez crescer, entre outros, o Grupo Abril.[626] Este realiza o objetivo, por meio de sua revista semanal de assuntos políticos e gerais, além de por veículos especializados, como os de pornografia, negócios, esportes, estórias em quadrinhos, etc. Nomeamos só dois grupos, não por acaso líderes do setor, entre os ligados a corporações estrangeiras. Mas, o Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, são, de há muito, apologistas da penetração transnacional. Outros, supostos mais à esquerda, fazem jogo não muito diferente. A direção de empresas jornalísticas cabe, pela Constituição, a brasileiros, mas as ETNs julgaram desnecessário reformá-la nesse ponto: não custa muito recrutar locais para as causas antinacionais.

De há longo tempo, as ETNs burlam essa regra constitucional. Duas CPIs, uma em 1963, outra em 1966, investigaram a penetração do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Nas conclusões da 1ª, disse o Deputado João Dória, presidente: *"Em 1960 os dispêndios em publicidade somavam US$ 110,8 milhões* (o equivalente a mais de US$ 1 bilhão em valor atual). *37% à televisão, 28% ao rádio e o restante a outros meios. A veiculação dessa publicidade está concentrada em agências, dominadas por oito*

[626] O fundador desse grupo editorial era procedente do grupo Time-Life, de notórios conexões e longo currículo intervencionista nos EUA e em outros países, a serviço de interesses concentradores e imperialistas. É o mesmo grupo que financiou as Organizações Globo.

companhias estrangeiras. Reunidas na Associação Brasileira de Agências de Propaganda – ABRAP. controlam, ainda, a Agência Brasileira de Publicitários. Em 1959, os 11 principais anunciantes do País formaram a Associação Brasileira de Anunciantes – ABA, que incorporou mais 19. Dos 30, quase todos eram grupos estrangeiros. Grande número de revistas e jornais de posição nacionalista viram-se obrigados a suspender as edições por falta de publicidade, apesar de terem índices de vendagem mais altos que órgãos brindados por frondosa publicidade. Além disso, organizaram-se no Brasil várias empresas jornalísticas subsidiárias de empresas norte-americanas." [627]

---

[627] Vide, entre outros: Rabelo, Genival: O Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira, Rio 1966.

deixada em paz. O desenvolvimento é impossível sob o livre comércio e o livre movimento dos capitais externos, sobretudo dos investimentos diretos estrangeiros – IDEs, os donos da globalização. Para os que não são centros, esta significa periferizar-se cada vez mais. O desenvolvimento do Brasil, Argentina e México foi tolhido pela penetração econômica externa. Eles afundam, por causa do modelo dependente. Isso contrasta com o modelo dos tigres asiáticos de verdade (Taiwan e Coréia do Sul). Não obstante diminutos e pobres em recursos naturais, esses tiveram incrível ascensão em 30 anos. A crise "asiática" de 1997/98 é outra estória: ela não apaga esse feito, e a Coréia foi atingida pela crise, porque mergulhou fundo demais no comércio mundial. E recorreu, mais do que devia, a empréstimos externos.

Adriano Benayon é Doutor em Economia, pela Universidade de Hamburgo, e Bacharel em Direito, pela UFRJ. Professor da Universidade de Brasília (Empresas Multinacionais, Sistema Financeiro e Comércio Internacional). Consultor independente, foi Diplomata de carreira, tendo servido na Holanda, Paraguai, Bulgária, Alemanha, Estados Unidos e México. Depois, Assessor Legislativo da Câmara e Consultor Legislativo do Senado Federal, aprovado em 1º lugar, em ambos concursos. Publicou os livros Industrialisierung in Brasilien, Tuebingen/Basel 1977, e Como Recuperar a Economia Brasileira, Rio 1985.

Globalização *versus* Desenvolvimento

"Se é verdade que as empresas transnacionais (ETNs) trazem capital e tecnologia – e elas declaram, há 40 anos, 'acreditar e investir no Brasil' – como foi possível o crescimento da miséria e das dívidas? Combinando capital e tecnologia com recursos naturais e humanos num território como o nosso, a prosperidade aqui já teria suplantado a dos Estados Unidos."

"O Brasil está sendo transformado num país pobre, esmagado por juros de dívidas e sem capacidade de investir naquilo de que necessita. Há que entender que o controle estrangeiro começou ao se abrir às transnacionais mercados em indústrias consideradas não estratégicas, como a de automóveis, nos anos 50. **Quem controla os mercados, controla as forças sociais e econômicas do país em que eles se situam."**

"Analisa-se como os investimentos diretos estrangeiros (IDEs) se apossam dos mercados nos países "em desenvolvimento", abortando-o. Abertos os mercados, a ocupação total deles é questão de tempo. O Brasil, o México, a Argentina e outros, que sofrem esse processo, estão em ruína crescente. Aponta-se também **as condições necessárias a reverter essa direção, sob equilíbrio entre o Estado e a economia de mercado, no quadro do desenvolvimento autônomo."**

"Demonstro 15 mecanismos usados pelas ETNs para enviar ao exterior os ganhos obtidos nos mercados locais. E como elas os conquistam aqui e em outros países. Isso parecerá polêmico a muitos, que crêem em versões ideológicas, dominantes na literatura econômica e na *mídia.* Mas o livro tem base sólida: os dados são tomados sob diversos ângulos, confrontados entre si e com os esquemas explicativos."

"Uso, entre outras, fontes de informações próximas ao sistema de poder dominante. As análises podem ajudar não só aos que sonham livrar-se desse sistema, mas também aos que tentam sobreviver sob ele. Isso porque o realismo só leva aos resultados desejados, se a realidade for examinada em suas raízes e inter-relações."

"Poucos percebem a escravização geral que se está implantando. Até políticos ditos de oposição aceitam a globalização, alegando ter ela vantagens ou, como carneiros, dizendo-a inevitável. Entretanto, o escorraçamento da liberdade, dos valores éticos e da própria vida não são toleráveis nem negociáveis."

ISBN 85-7238-048-5
9 788572 380485